

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 102, 1º semestre de 2008

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
Número 102, 1º semestre de 2008 - Ano 35, ISSN 0101 2428

© 2010 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Embaixador Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

236p.

ISSN 01012428
Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS	19
CERIMÔNIA OFICIAL DE ABERTURA DO ANO DO INTERCÂMBIO BRASIL-JAPÃO	19
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA CERIMÔNIA OFICIAL DE ABERTURA DO ANO DO INTERCÂMBIO BRASIL-JAPÃO. BRASÍLIA, DF, 17/01/2008	
DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO	23
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA ALUSIVA AO DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO. RIO DE JANEIRO, RJ, 25/01/2008	
TIMOR-LESTE	25
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DE TIMOR-LESTE, JOSÉ RAMOS-HORTA. BRASÍLIA, DF, 30/01/2008	
CÚPULA ASPA	27
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES. BUENOS AIRES, ARGENTINA, 20/02/2008	
SESSÃO SOLENE NO CONGRESSO DA ARGENTINA	31
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DE SESSÃO SOLENE NO CONGRESSO DA ARGENTINA. BUENOS AIRES, ARGENTINA, 22/02/2008	

VIAGEM DO PRESIDENTE À ARGENTINA	37
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE DECLARAÇÃO DE VISITANTE ILUSTRE DA CIDADE DE BUENOS AIRES PELO CHEFE DE GOVERNO DA CIDADE DE BUENOS AIRES. BUENOS AIRES, ARGENTINA, 22/02/2008	
ALMOÇO OFERECIDO PELA PRESIDENTE DA ARGENTINA	39
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO PELA PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER. BUENOS AIRES, ARGENTINA, 22/02/2008	
EXPOSIÇÃO “A CORTE PORTUGUESA NO BRASIL”	43
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE VISITA À EXPOSIÇÃO “UM NOVO MUNDO, UM NOVO IMPÉRIO – A CORTE PORTUGUESA NO BRASIL”. RIO DE JANEIRO, RJ, 07/03/2008	
VISITA AO REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA	47
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE VISITA AO REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA E ENTREGA DE LAUREL DE GRATIDÃO. RIO DE JANEIRO, RJ, 08/03/2008	
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES	49
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA 25ª REUNIÃO DO PLENO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES. BRASÍLIA, DF, 01/04/2008	
VISITA DO PRESIDENTE DA ESLOVÊNIA AO BRASIL	53
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA ESLOVÊNIA, DANILO TÜRK. BRASÍLIA, DF, 02/04/2008	

VISITA DO PRESIDENTE DA GUATEMALA AO BRASIL	55
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA GUATEMALA, ÁLVARO COLOM. BRASÍLIA, 04/04/2008	
SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL - PAÍSES BAIXOS	59
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL “BRASIL - PAÍSES BAIXOS, OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS”. HAIA, PAÍSES BAIXOS, 11/04/2008	
TEMAS DE INTERESSE GLOBAL	65
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE DISCUSSÃO SOBRE TEMAS DE INTERESSE GLOBAL. HAIA, PAÍSES BAIXOS, 11/04/2008	
PAÍSES-BAIXOS	69
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELO PRIMEIRO-MINISTRO JAN PETER BALKENENDE. HAIA, PAÍSES BAIXOS, 11/04/2008	
REPÚBLICA TCHECA	71
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA TCHECA, VÁCLAV KLAUS. PRAGA, REPÚBLICA TCHECA, 12/04/2008	
VISITA À REPÚBLICA TCHECA	73
DECLARAÇÃO À IMPRENSA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE VISITA À REPÚBLICA TCHECA. PRAGA, REPÚBLICA TCHECA, 12/04/2008	
CONFERÊNCIA REGIONAL DA FAO	75
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA ABERTURA DA 30ª CONFERÊNCIA REGIONAL DA FAO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. BRASÍLIA, DF, 16/04/2008	

VISITA À CASA DO BRASIL	81
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE VISITA À CASA DO BRASIL. ACRA, GANA, 20/04/2008	
UNCTAD	83
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A CERIMÔNIA DE ABERTURA DA XII REUNIÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO – UNCTAD. ACRA, GANA, 20/04/2008	
EMBRAPA NA ÁFRICA	87
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE DESCERRAMENTO DE PLACA ALUSIVA À VISITA ÀS INSTALAÇÕES DO ESCRITÓRIO REGIONAL DA EMBRAPA NA ÁFRICA. ACRA, GANA, 20/04/2008	
XII REUNIÃO DA UNCTAD	91
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE O PAINEL DE ALTO NÍVEL DA XII REUNIÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO – UNCTAD. ACRA, GANA, 21/04/2008	
CONFERÊNCIA NA UFRJ	95
TEXTO-BASE DA CONFERÊNCIA DO MINISTRO CELSO AMORIM NA COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA (COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ) - CRIAÇÃO E INOVAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA. RIO DE JANEIRO, 25/04/2008	
DIA DO DIPLOMATA	103
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DO DIA DO DIPLOMATA. BRASÍLIA, DF, 29/04/2008	

CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA 2005-2007 DO INSTITUTO RIO BRANCO	109
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA 2005-2007 DO INSTITUTO RIO BRANCO. BRASÍLIA, DF, 29/04/2008	
VISITA DO CHANCELER DA ÁUSTRIA	113
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DE TRABALHO DO CHANCELER DA REPÚBLICA FEDERAL DA ÁUSTRIA, ALFRED GUSENBAUER. BRASÍLIA - DF, 13/05/2008	
ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DA FINLÂNDIA	117
DISCURSO DO VICE-PRESIDENTE, JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DA FINLÂNDIA, MATTI VANHANEN. BRASÍLIA - DF, 14/05/2008	
SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-PERU	119
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A ABERTURA DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-PERU. LIMA, PERU, 17/05/2008	
ECOSOC	129
MENSAGEM DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DE ENCONTRO ESPECIAL DO CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A CRISE ALIMENTAR MUNDIAL. NOVA YORK, ESTADOS UNIDOS, 20/05/2008	
REUNIÃO DA UNASUL	133
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS – UNASUL. BRASÍLIA, DF, 23/05/2008	

CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL	137
DISCURSO DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, COM A PRESENÇA DO PRÍNCIPE HERDEIRO DO JAPÃO. ROLÂNDIA - PR, 22/06/2008	

ATOS INTERNACIONAIS	139
----------------------------	-----

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES	153
--	-----

SITUAÇÃO DOS REFÉNS NA COLÔMBIA 1º/01/2008	153
---	-----

SITUAÇÃO NO QUÊNIA 1º/01/2008	153
----------------------------------	-----

VISITA DO CHANCELER DE HONDURAS AO BRASIL 02/01/2008	153
---	-----

CANDIDATURA BRASILEIRA À DIREÇÃO-GERAL DA OMPI 09/01/2008	154
--	-----

LIBERTAÇÃO DE REFÉNS COLOMBIANAS 09/01/2008	155
--	-----

ATENTADO NO SRI LANKA 10/01/2008	155
-------------------------------------	-----

ATENTADO NO PAQUISTÃO 10/01/2008	155
-------------------------------------	-----

VISITA DO PRESIDENTE LULA À GUATEMALA 14 DE JANEIRO DE 2008	156
VISITA DO PRESIDENTE LULA A CUBA 14 E 15 DE JANEIRO DE 2008	156
ATENTADO NO AFEGANISTÃO 13/01/2008	156
ANO DO INTERCÂMBIO BRASIL-JAPÃO - CERIMÔNIA DE ABERTURA 14/01/2008	156
SITUAÇÃO NA FAIXA DE GAZA 14/01/2008	157
VISITA AO BRASIL DO REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI 15/01/2008	157
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO DE BURKINA FASO 18/01/2008	158
CELEBRAÇÃO DOS 60 ANOS DA PRIMEIRA TURMA DE ALUNOS DO INSTITUTO RIO BRANCO 18/01/2008	158
PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO CELSO AMORIM NO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL 18/01/2008	159
ENCHENTES NA BOLÍVIA 24/01/2008	159

CURSO SOBRE NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS PARA PAÍSES DA CPLP 25/01/2008	160
VISITA DO PRESIDENTE DE TIMOR-LESTE 25/01/2008	160
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À ESPANHA 05/02/2008	161
SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA SOBRE RESINAS PET ENTRE BRASIL E ARGENTINA 06/02/2008	162
EXPORTAÇÕES AO IRÃ 06/02/2008	162
ATENTADO EM ISLAMABADE 06/02/2008	163
ATENTADO EM DIMONA, ISRAEL 06/02/2008	163
VIAGEM DO MINISTRO CELSO AMORIM AO ORIENTE MÉDIO 06/02/2008	163
ASSINATURA DO PLANO DE AÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA ENTRE O BRASIL E A ESPANHA	164
ATENTADOS EM TIMOR-LESTE 11/02/2008	164
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A SÃO JORGE DO OIAPOQUE - 12 DE FEVEREIRO DE 2008	165

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA A MOÇAMBIQUE E ZÂMBIA 12/02/2008	166
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA GUINÉ EQUATORIAL, TEODORO OBIANG NGUEMA BASONGO 12/02/2008	166
VISITA DO VICE-PRESIDENTE ÁLVARO GARCÍA LINERA AO BRASIL - 13 E 14 DE FEVEREIRO DE 2008	166
VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO EGITO 15/02/2008	167
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ÍNDIA 15/02/2008	167
SITUAÇÃO NO KOSOVO 15/02/2008	168
ACORDO ENTRE O BRASIL E O JAPÃO SOBRE A JICA 19/02/2008	168
REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ASPA 20 E 21 DE FEVEREIRO DE 2008	169
II REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA AMÉRICA DO SUL E PAÍSES ÁRABES - 20 E 21 DE FEVEREIRO DE 2008	169
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ARGENTINA 21 A 23 DE FEVEREIRO DE 2008	170
LIBERTAÇÃO DE REFÉNS NA COLÔMBIA 25/02/2008	170

EXTENSÃO DO MANDATO DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM TIMOR-LESTE - 27/02/2008	170
DOAÇÃO DE ALIMENTOS ÀS VÍTIMAS DE ENCHENTES NA BOLÍVIA 28/02/2008	171
SITUAÇÃO EM GAZA - 29/02/2008	171
DENEGAÇÃO DE ENTRADA DE BRASILEIROS NA ESPANHA 06/03/2008	171
BRASIL SEDIA PRIMEIRA REUNIÃO DE VICE-MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DOS BRICS (BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA) 07/03/2008	172
ATENTADO EM JERUSALÉM 07/03/2008	172
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA A ANGOLA, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E ZÂMBIA 07/03/2008	173
REUNIÃO DE CONSULTAS POLÍTICAS BRASIL-IRÃ 10/03/2008	173
VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DE ESTADO DOS EUA 11/03/2008	173
PARCERIA BRASIL-REINO UNIDO EM CIÊNCIA E INOVAÇÃO 12/03/2008	174
VISITA OFICIAL AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA ESLOVÊNIA, DANILO TÜRK 1 A 2 DE ABRIL DE 2008	175

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA SÉRVIA, VUK JEREMIC 1º DE ABRIL DE 2008	176
REUNIÃO DO CONSELHO EXECUTIVO DA UNITAID 2 E 3 DE ABRIL	176
VISITA DO MINISTRO DO PLANEJAMENTO E DO MINISTRO DA AGRICULTURA DA REPÚBLICA DO CONGO AO BRASIL - 02/04/2008	177
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA GUATEMALA 02/04/2008	178
ELEIÇÕES NO ZIMBÁBUE 03/04/2008	178
SITUAÇÃO NO HAITI 07/04/2008	179
SITUAÇÃO DE INGRID BETANCOURT 08/04/2008	179
CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS PARA O HAITI - 09/04/2008	180
DIREITOS HUMANOS - MECANISMO DE REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL - 10/04/2008	180
VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO REINO DOS PAÍSES BAIXOS 10 E 11 DE ABRIL DE 2008	181
VISITA DE ESTADO AO BRASIL DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA ÍNDIA - 12/04/2008	182
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À REPÚBLICA TCHECA - 12 DE ABRIL DE 2008	182

SITUAÇÃO NO ZIMBÁBUE 14/04/2008	183
30ª CONFERÊNCIA REGIONAL DA FAO PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE 14 A 18 DE ABRIL DE 2008	183
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ESTÔNIA, URMAS PAET - 15 E 16 DE ABRIL DE 2008	183
ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE CONSERVAÇÃO DE CETÁCEOS (GRUPO DE BUENOS AIRES – GBA) 24 A 26 DE ABRIL DE 2008	184
VISITA A BRASÍLIA DO MINISTRO DOS ASSUNTOS EXTERIORES E DA COOPERAÇÃO DO REINO DA ESPANHA, MIGUEL ÁNGEL MORATINOS 24/04/2008	184
1º ENCONTRO DO GRUPO DE TRABALHO BRASIL-CHILE SOBRE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA - 28/04/2008	185
DIÁLOGO POLÍTICO BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA 30/04/2008	185
DECLARAÇÃO DO GRUPO DE PAÍSES AMIGOS DA BOLÍVIA 05/05/2008	186
VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DO MINISTRO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SERRA LEOA - 05/05/2008	186
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO URUGUAI, GONZALO - 6 DE MAIO DE 2008	187
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 08/05/2008	187

V REUNIÃO MINISTERIAL DO IBAS	188
I FÓRUM DE INFORMAÇÃO PARA TODOS 13 DE MAIO DE 2008	188
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE GOVERNO DA ESPANHA, JOSÉ LUIS RODRÍGUEZ ZAPATERO 15 DE MAIO DE 2008	189
ACORDO ENTRE GOVERNO E OPOSIÇÃO NO LÍBANO	189
APROVAÇÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA PELA ASSEMBLÉIA PORTUGUESA 16/05/2008	190
APROVAÇÃO DE PROJETOS DO PARAGUAI NO FUNDO DE CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL (FOCEM) - 16/05/2008	190
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO PERU 17 DE MAIO DE 2008	191
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SULAMERICANAS – UNASUL	191
RODADA DOHA DA OMC - TEXTOS REVISTOS PARA MODALIDADES NEGOCIADORAS EM AGRICULTURA E PRODUTOS INDUSTRIAIS	192
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A CUBA	193
ACORDO POLÍTICO NO LÍBANO	193
REELEIÇÃO DO BRASIL AO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS	193
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A EL SALVADOR 28 E 29 DE MAIO DE 2008	194

CONCLUSÃO DE NOVO ACORDO AUTOMOTIVO ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA	194
ACIDENTE AÉREO EM HONDURAS	195
CONFERÊNCIA DE ALTO NÍVEL DA FAO SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL - 3 A 5 DE JUNHO DE 2008	195
CONTENCIOSO BRASIL-EUA SOBRE SUBSÍDIOS AO ALGODÃO DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE APELAÇÃO	196
ATENTADO EM ISLAMABADE	196
COMISSÃO DE COOPERAÇÃO BRASIL-UCRÂNIA	197
DIÁLOGO POLÍTICO BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA	197
VI REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-NIGÉRIA	198
VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE CABO VERDE, VICTOR BORGES	198
RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE A COLÔMBIA E O EQUADOR	199
ABERTURA DA I REUNIÃO DE ALTOS FUNCIONÁRIOS DO MECANISMO AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA - 10/06/2008	199
I REUNIÃO DE CONSULTAS POLÍTICAS BRASIL-LETÔNIA	200
INCIDENTE NA EMBAIXADA DO BRASIL EM SANTIAGO	200
DETENÇÃO DE BRASILEIROS NA FRANÇA	200

VISITA AO BRASIL DO PRÍNCIPE-HERDEIRO NARUHITO	201
ELEIÇÃO DO PROFESSOR VICENTE MAROTTA RANGEL AO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR	201
COMUNICADO DO GRUPO DE PAÍSES AMIGOS DA BOLÍVIA 13/06/2008	202
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO COMÉRCIO DO IRAQUE	202
CONFERÊNCIA REGIONAL PREPARATÓRIA À CONFERÊNCIA DE REVISÃO DE DURBAN - 17 A 19 DE JUNHO DE 2008	202
DIRETIVA DA UNIÃO EUROPEIA SOBRE IMIGRAÇÃO	203
CESSAR-FOGO NA FAIXA DE GAZA E SUL DE ISRAEL	203
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E CABO VERDE - 22 A 27 DE JUNHO DE 2008	204
DECLARAÇÃO DO G-20 SOBRE A RODADA DOHA 20/06/2008	204
LEVANTAMENTO DAS SANÇÕES EUROPEIAS CONTRA CUBA 21/06/2008	206
ELEIÇÕES NO ZIMBÁBUE - 22/06/2010	207
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À VENEZUELA - CARACAS, 27 DE JUNHO DE 2008	207
XXXV REUNIÃO DO CONSELHO MERCADO COMUM E XXXV CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL - SAN MIGUEL DE TUCUMÁN, ARGENTINA 30 DE JUNHO E 1º DE JULHO DE 2008	208

VISITA AO BRASIL DO SENHOR HE GUOQIANG, ALTO DIRIGENTE DO
PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, DE 27 DE JUNHO A 2 DE JULHO DE 2008.
30/06/2008 209

DECLARAÇÃO NUCLEAR DA CORÉIA DO NORTE - 30/06/2008 209

ARTIGOS

ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, INTITULADO “OS BRICS E A
REORGANIZAÇÃO DO MUNDO”, PUBLICADO NO JORNAL FOLHA
DE SÃO PAULO. BRASÍLIA-DF, 08/06/2008 211

ARTIGO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
PARA O JORNAL NIPPO BRASIL – “CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO
JAPONESA NO BRASIL” - CIRCULAÇÃO EM SP, PR E MS. PUBLICADO
NA EDIÇÃO SEMANAL DE 18 DE JUNHO DE 2008 213

ENTREVISTAS

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, AO JORNAL “O ESTADO DE SÃO PAULO”.
BRASÍLIA, DF, 16/03/2008 215

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, AO JORNAL “O GLOBO”.
BRASÍLIA, DF, 31/03/2008 223

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, À RÁDIO CBN. BRASÍLIA - DF, 08/04/2008 227

ÍNDICE REMISSIVO

DISCURSOS

CERIMÔNIA OFICIAL DE ABERTURA DO ANO DO INTERCÂMBIO BRASIL-JAPÃO

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA CERIMÔNIA OFICIAL DE ABERTURA
DO ANO DO INTERCÂMBIO BRASIL-JAPÃO. BRASÍLIA, DF, 17/01/2008

Senhoras e Senhores,

É uma honra participar desta cerimônia de lançamento do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão e dirigir-me, em meu nome próprio, mas sobretudo em nome também do Presidente da República, a essa audiência tão importante. Fico muito contente em saber que vários dos aqui presentes se deslocaram do Japão e de diversas localidades no Brasil para prestigiar este evento. De modo especial, agradeço a presença do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão. Dou as boas-vindas aos dirigentes de empresas japonesas e brasileiras que participaram ontem, em São Paulo, de importante seminário econômico. Quero também saudar os membros das diversas instâncias envolvidas na organização das comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil. Não posso deixar de lembrar aqui que, há pouco mais de um ano e meio, quase dois anos, também houve, no Palácio do Planalto, a cessão, pelo Governo Federal, do antigo Colégio Japão, para que volte a pertencer à comunidade de

origem japonesa no Brasil, na minha cidade natal de Santos. Símbolo, portanto, dessa integração a que se referiram os oradores que me antecederam.

A presença neste auditório de tão significativo número de autoridades e de lideranças da sociedade civil traduz o profundo sentimento de respeito e gratidão do povo brasileiro pela contribuição que a comunidade japonesa tem prestado ao progresso do Brasil. Devo agradecer, também, o relatório do Grupo de Notáveis – e tenho a satisfação de verificar que várias das atividades ali recomendadas já se estão realizando.

Vivem no Brasil um milhão e meio de pessoas de origem japonesa, a maior comunidade nipônica existente fora do Japão. Essa comunidade está hoje totalmente integrada à sociedade brasileira. Os japoneses que para cá vieram são considerados por nós como brasileiros – em todos os sentidos. Encontramos os ativos nas artes, na política, na diplomacia, em todos os setores, enfim, da vida nacional, sempre com uma contribuição extraordinária.

A dimensão humana constitui, de fato, um dos principais -patrimônios das nossas relações bilaterais.

Existem hoje no Japão mais de 300 mil brasileiros – a que se referiu também o Vice-Ministro –, a terceira maior comunidade de brasileiros no exterior. Nossos compatriotas contribuem com seu esforço para o bem-estar e a prosperidade da sociedade japonesa. É importante ouvir que o Japão valoriza a presença desses brasileiros lá da mesma maneira que nós valorizamos a presença de japoneses no Brasil. Estamos certos de que contarão eles, cada vez mais, com as mesmas oportunidades de inserção social.

No momento, iniciamos novo ciclo virtuoso das nossas relações econômicas, comerciais e tecnológicas. O Japão, que chegou a ser o segundo parceiro comercial do Brasil, caiu nessa relação, em parte devido aos anos de inflação e instabilidade econômica no Brasil e em parte, também, devido à própria estagnação econômica por que passou o Japão. Essas duas circunstâncias estão hoje superadas, e as condições hoje são muito favoráveis, tanto no Brasil quanto no Japão. Nossas economias encontram-se em trajetória de crescimento e vivendo momentos de estabilidade.

A troca de visitas entre o então Primeiro-Ministro Koizumi – visita também não só politicamente importante, mas importante do ponto de vista afetivo, todos nós relembramos com grande carinho a maneira emocional como o Primeiro-Ministro contactou outros descendentes japoneses no Brasil. A visita do Primeiro-Ministro Koizumi e do Presidente Lula deram, portanto, renovada força ao relacionamento bilateral. Temos agora todas as condições de retomar – e aprofundar – nossa parceria, com uma nova leva de investimentos e a abertura de novas frentes de cooperação, da TV Digital ao etanol.

Queremos que a cooperação na área da TV digital – totalmente inovadora – possa produzir efeitos não só no campo da ciência e da tecnologia, mas também no campo da produção. Confiamos em que uma fábrica de microprocessadores, de semicondutores possa ser instalada no Brasil e que isso seja o símbolo de uma nova era de cooperação em uma área avançada do conhecimento humano. Também o etanol, embora um produto de origem agrícola, é um produto que tem muita tecnologia, muito conhecimento, muito know-how nele embutido.

Acreditamos que o Japão – que sempre, corretamente, se preocupou com sua segurança alimentar, mas que se preocupa também com sua segurança energética, e que também se preocupa, como nós, com a diversificação das fontes de energia, e sobretudo com fontes renováveis que possam contribuir para a melhora da situação com relação à mudança climática – venha a dar a continuidade que nós também queremos dar aos entendimentos mantidos pelo Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Koizumi, inclusive com o Grupo de Trabalho que na ocasião foi criado para esse propósito.

Nossos dois países têm posições afins – como foi lembrado – nos mais diversos temas da agenda internacional. Trabalhamos juntos na questão relativa à mudança do clima, na questão tão importante, tão vital, tão sentida no Japão como é a do desarmamento nuclear e também na questão da cooperação para o desenvolvimento. O Brasil e o Japão já se têm unido em benefício de países mais pobres, com grande êxito em vários casos. Também na Organização Mundial do Comércio trabalhamos juntos, e as eventuais diferenças que possamos ter em um ou outro pequeno ponto não escondem o que há de mais importante, que é o fato de que nós temos juntos o mesmo interesse no reforço

do sistema multilateral, porque, tanto na parte política quanto na parte econômica, o Japão e o Brasil estão convencidos de que o multilateralismo é o novo nome da paz.

A comunidade internacional tem a genuína expectativa de que o Brasil e o Japão assumam, no plano global, responsabilidades compatíveis com a solidez de suas instituições, o peso de suas economias e a consistência de suas ações diplomáticas. É por isso que temos atuado juntos e de maneira coordenada em temas tão importantes quanto o da reforma das Nações Unidas.

Senhor Presidente, se me permite, gostaria de concluir com uma nota pessoal. Não estava preparado para falar em nome de Vossa Excelência, ia inicialmente falar em meu próprio nome. Fui presidente da Embrafilme e, na ocasião, tive o prazer de produzir um grande filme – grande não só no sentido estético mas também no sentido humano – que se chamava “Gaijin: caminhos da liberdade”, da minha querida amiga cineasta Tizuka Yamasaki. O tema era a imigração japonesa no Brasil. É um filme emocionante. Alguns dos episódios

que vemos retratados nesse filme, de alguma maneira, foram retratados pelo Professor Uehara. Gostaria de mencionar uma das cenas finais do primeiro Gaijin, que é muito bonita – depois, Tizuka lançou o “Gaijin 2: ama-me como sou”, que trata mais da presença de brasileiros no Japão.

Em uma dessas cenas finais, que tocou a todos, Títoe, imigrante que havia tido uma filha no Brasil, chamada Shinobo, decide que era hora de voltar ao Japão. Ela pergunta à filha de quatro anos: - Vamos embora? A filha responde: - Posso levar meus amiguinhos? Títoe diz que não. A pequena Shinobo fala para a mãe: - Então, mãe, você vai, e eu te espero aqui.

Neste momento, Títoe percebe a grande mudança que havia ocorrido: sua filha era brasileira, de coração. Depois de tantos anos de trabalho e sofrimento, Títoe decide ficar no Brasil. Esta é a história de tantos japoneses que para cá vieram e decidiram ficar. Nós, brasileiros, temos também uma palavra para isso: muito obrigado.

DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA ALUSIVA AO DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO. RIO DE JANEIRO, RJ, 25/01/2008

Senhoras e Senhores,

Eu acho que se nós tivéssemos encerrado este ato na fala do brigadeiro Ruy Moreira Lima, já estaria de bom tamanho o ato, porque é a testemunha viva do que aconteceu lá. Eu ainda não tinha nascido. Portanto, Deus o preserve por mais algumas décadas para contar essas histórias em outros dias 25 de janeiro.

Minhas amigas, meus amigos, jornalistas aqui presentes. Agradeço o honroso convite da comunidade judaica do Rio de Janeiro para participar deste ato. Meu reconhecimento à Conib por estabelecer este encontro como uma referência para a comunidade judaica brasileira. Dessa forma, agradeço as lideranças e os rabinos que se deslocaram de seus estados para prestigiar o evento. Finalmente, minha homenagem à ONU por instituir, com total apoio do Brasil, o dia 27 de janeiro, como a data para lembrar em todo mundo, a tragédia e as vítimas do Holocausto.

Senhoras e senhores,

Participo desta cerimônia pelo terceiro ano consecutivo. Faço-o por ter a dimensão do que significa rememorar o terror e as iniquidades cometidas pelo aparato do estado nazista contra o povo judeu. Aparato voltado também contra socialistas, social-democratas, comunistas, homossexuais, negros, testemunhas de Jeová,

ciganos e portadores de doenças físicas. Lembranças tristes e trágicas como a do Holocausto, não devem e não podem ser apagadas, como não podem ser esquecidas todas as formas de intolerância, especialmente aquelas alçadas à condição de política de Estado.

Temos a responsabilidade e o dever de transmitir para todas as gerações que o anti-semitismo, o racismo, o preconceito e a intolerância atentam contra a dignidade humana e todos os valores mais profundos e sagrados da nossa civilização.

Precisamos nos manter vigilantes pois, infelizmente, alguns seres humanos foram capazes, são capazes, e ainda hoje ousam cometer todas as formas de violência contra esses valores. Sabemos que, frente à violência, os limites do ser humano são testados: de um lado, o da insanidade, da perversidade e da crueldade; do outro, a solidariedade, o altruísmo, a entrega e a compaixão. Penso que só seremos capazes de rejeitar, combater e aplacar todo tipo de intolerância, se formos sábios o suficiente para semear nos corações e mentes a repulsa ao ódio, à violência e à desumanidade. Reiterar com vigor os valores democráticos, o respeito inarredável à vida, à dignidade, à diversidade e aos direitos humanos.

Minhas amigas e meus amigos,

Com a memória da dor, aprendemos que é necessário lembrar e eternizar os heróicos exemplos de resistência à barbárie. É preciso lembrar e extrair lições dos momentos em que a justiça se impôs à estupidez, pela ação destemida de pessoas de bem, resgatar os ideais dos que resistiram àquele tempo. É preciso recordar. Aqui e em todo o mundo, homens e mulheres têm que estar unidos para impossibilitar a conspiração do esquecimento. É importante fazer a sociedade se lembrar sempre que o esquecimento está cheio de uma memória sufocada.

Hoje é dia de reverenciar todas as pessoas de coragem, que arriscaram suas vidas. E, por estarmos no Itamaraty, homenagem, na figura do embaixador brasileiro na França ocupada, Luís Martins de Sousa Dantas, os diplomatas e servidores de representações brasileiras que ousaram desafiar o III Reich, e salvaram centenas de judeus. Mais do que reverenciar os heróis, é preciso incorporar à nossa atuação cotidiana as lições que eles nos legaram. Só assim será possível impedir que se repitam os horrores da 2ª Guerra Mundial.

Com felicidade, podemos registrar que o Brasil é, hoje, uma das poucas democracias do mundo em que não há prescrição e nem fiança para crimes de racismo. Essa conceituação revela o objetivo do Estado, em respeito aos valores do povo brasileiro, de não aceitar e, ao mesmo tempo, combater qualquer espécie de discriminação.

O meu governo se empenha em fazer avançar a garantia dos direitos humanos. Para isso, tem se comprometido com ações práticas, no plano interno e no externo. Aproveitando que em 2008 o mundo comemora os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Brasil levou às Nações Unidas a proposta, aprovada no final do ano passado, de construir consensos em torno de metas mundiais referentes ao tema dos direitos humanos, repetindo o êxito da iniciativa em torno das Metas do Milênio. Por minha

determinação, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, comandada pelo meu companheiro, ministro Paulo Vannuchi, aqui presente, realizará em 2008 um grande mutirão de debates por todo o País, visando atualizar nosso Programa Nacional dos Direitos Humanos. Um dos propósitos do governo no campo dos direitos humanos é, precisamente, atrair para esse grande mutirão nacional a reflexão de toda a sociedade, contando com o envolvimento de três importantes setores da vida brasileira: a universidade, o Poder Judiciário e a mídia. As propostas que serão pactuadas terão, e espero que tenham, grande repercussão e efetividade, contando também, é claro, com as organizações da sociedade civil, entre elas, as da comunidade judaica.

Somos um país de índole pacífica e tolerante, e o caminho na luta contra todas as violências passa por reconhecer o problema e atacá-lo pela raiz. Reconhecer que a educação, com o seu papel emancipatório, pode criar o ambiente ideal para que a paz floresça num longo prazo, mudando a história, avançando na direção de um mundo mais justo, humano e solidário.

Para concluir, quero reafirmar que exemplos como este são profundamente educativos. Eles nos chamam a atenção para os grandes erros do passado, nos apontam alternativas possíveis e nos indicam que um futuro diferente é possível, desde que sejamos capazes de sonhá-lo e construí-lo juntos. Sei que enquanto faço o meu discurso, minhas palavras vão sendo registradas pela imprensa e certamente repercutirão, de alguma forma, na sociedade. Se fosse possível, o presidente da República bateria na porta de cada lar brasileiro, de cada escola, para fazer um apelo: que todos sejamos tolerantes, que deixemos a violência de lado. É possível construir um país mais pacífico, com cada um contribuindo com pequenos gestos no dia-a-dia e acreditando na utopia da paz.

Muito obrigado.

TIMOR-LESTE

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DE TIMOR-LESTE, JOSÉ RAMOS-HORTA. BRASÍLIA, DF, 30/01/2008

Com imensa alegria recebo o amigo José Ramos-Horta em sua primeira visita ao Brasil como Chefe de Estado.

Timor-Leste tem um significado muito especial para nós, brasileiros. Fomos solidários com a luta de independência travada pelos nossos bravos irmãos. Acompanhamos seus enormes esforços para construir a nação timorense.

Quis o destino que um brasileiro, o saudoso Sérgio Viera de Mello, tivesse participação decisiva no grandioso e árduo projeto de transição para a independência e de edificação do Estado timorense. Nosso querido Sérgio, um dos mais brilhantes funcionários das Nações Unidas, deixou no país um legado inspirador e as fundações de um Estado de Direito democrático e pacífico.

Timor-Leste ingressou na família das nações imbuído dos valores fundamentais da ONU. Conta com a insubstituível cooperação prestada pela Organização. Entendemos que as Nações Unidas devem permanecer no país pelo tempo que os timorenses julgarem necessário. É o marco jurídico multilateral que deve nortear a cooperação prestada pela comunidade internacional à jovem nação – que tem demonstrado compromisso firme com a paz e a democracia.

Sabemos que são inúmeros os desafios a enfrentar para a consolidação da paz e a plena reconciliação nacional. O caminho da democracia é muitas vezes árduo e tortuoso. Mas é o único que pode dar aos nossos povos a capacidade de resolver seus próprios problemas e governar seus próprios destinos.

Apesar da crise do ano anterior, o Timor-Leste se recuperou e realizou com êxito, em 2007, eleições parlamentares e presidenciais. Foi o primeiro pleito nacional conduzido pelo povo timorense, que está de parabéns.

A trajetória de Vossa Excelência na defesa da democracia, da concórdia e da paz é bem conhecida. Como porta-voz internacional da causa timorense, empreendeu incansáveis esforços para alcançar uma solução pacífica e justa para o conflito no Timor-Leste.

O Prêmio Nobel da Paz que recebeu em 1996, juntamente com o Bispo Ximenes Belo, chamou a atenção do mundo para o que se passava em seu país.

Senhor Presidente,

O povo e o Governo no Brasil são solidários com a obra de edificação do Estado timorense.

A cooperação brasileira está concentrada em atividades essenciais à construção dos seus pilares institucionais, como educação, justiça, segurança e formação de mão-de-obra básica.

Tenho a satisfação de anunciar que renovamos, até 2010, o programa brasileiro de cooperação na área educacional. São 50 professores brasileiros que continuarão a auxiliar os docentes timorenses a consolidar nossa herança lingüística comum.

Nossas iniciativas têm impacto direto sobre a qualidade de vida do povo timorense. A idéia é fornecer instrumentos para que homens e mulheres possam moldar seus próprios destinos. O Centro de Formação Profissional em Bekora financiado pelo Brasil treina profissionais nas áreas de construção civil, vestuário, computação e outras que vão ajudar a construir o futuro do país.

Sei que a grande prioridade do Governo do Timor-Leste é a consolidação da segurança. É por isso que esperamos aprofundar o programa bilateral de cooperação militar, para o treinamento das forças timorenses de segurança. Vamos cooperar para o estabelecimento de estrutura de justiça militar em Timor-Leste.

Na área cultural, o instrumento firmado nesta visita estreitará nossa cooperação. Uma missão brasileira de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Cultura em breve visitará Díli para identificar oportunidades de intercâmbio.

Noto, com satisfação, a prioridade atribuída pelo Governo do Timor-Leste à luta contra a pobreza. No Brasil também dedicamos grande energia aos projetos de combate à fome e inclusão social. Uma missão da Companhia Nacional de Abastecimento deverá ir a Díli

para colaborar na estruturação do programa nacional de distribuição de cestas básicas.

Além de nossas ações no plano bilateral, e daquelas coordenadas pela ONU, também estamos desenvolvendo valiosa cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Funcionários da CPLP participam de cursos oferecidos pelo Instituto Rio Branco, nossa academia diplomática, sobre negociações comerciais na OMC e para a formação de diplomatas.

Com a criação da Escola de Futebol da CPLP, vamos treinar no Brasil, a partir de março, técnicos de futebol dos países da Comunidade.

Quero pedir ao amigo Ramos-Horta que leve de volta ao Timor-Leste o compromisso brasileiro de avançar numa parceria verdadeiramente solidária. Gostaríamos de poder fazer mais para ajudar nossos irmãos timorenses. Vossa Excelência comentou que os brasileiros que estão no Timor-Leste entendem as dificuldades timorenses – até porque muitas delas nós enfrentamos aqui no Brasil.

Estimado amigo Ramos-Horta,

A mesma língua que nos une também nos fez herdeiros de valores comuns. Não tenha dúvida de que, na América do Sul, o povo timorense terá sempre o apoio incondicional do Brasil para alcançar a paz, o desenvolvimento e construir em bases seguras uma sociedade próspera, soberana e democrática.

Convido a todos os presentes a erguer um brinde ao bem-estar do povo timorense, à amizade que une nossos dois povos e à saúde de Vossa Excelência.

CÚPULA ASPA

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES. BUENOS AIRES, ARGENTINA, 20/02/2008

Senhoras e Senhores,

Para mim é uma grande alegria estar aqui, neste momento, por muitos motivos. Primeiro, porque é oportunidade para ver, ou rever, tantos rostos amigos, tantas pessoas a quem eu visitei nos seus países ou que me deram a honra de visitar o Brasil. Em segundo lugar, porque essa reunião de Chanceleres marca, a meu ver, uma consolidação definitiva de uma iniciativa tão cara ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é essa aproximação entre países árabes e a América do Sul. Como se recordarão, há cerca de quatro anos, o Presidente Lula lançou essa idéia depois de uma viagem que fez a alguns países árabes – e nela nos empenhamos profundamente.

Alguns dos Ministros ou Vice-Ministros que estão aqui se recordarão, talvez até com certo enfado, do número de vezes que foram visitados por mim ou por emissários brasileiros com o objetivo de consolidar ou de lançar essa iniciativa. Em terceiro lugar, porque esta também é uma reunião de países que têm grande afinidade. Afinidade na defesa do pluralismo, da multiplicidade de culturas, de diálogos, de religiões – algo que pude testemunhar em vários dos países árabes que visitei. Essa afinidade tem também suas

raízes no convívio histórico entre civilizações, efetivamente.

Entre as muitas viagens que fiz – recentemente estive, na Espanha, com outro bom amigo e advogado da Aliança de Civilizações, o Ministro Moratinos –, tive a oportunidade de visitar Toledo e aí ver, naturalmente, igrejas cristãs, sinagogas e mesquitas. É em busca dessa pluralidade, desse encontro de civilizações que se organiza um encontro como este, entre a América do Sul, ela mesma já tão plural, e os países árabes, uma fonte essencial na nossa formação, na nossa própria formação, como dizia o Ministro Taiana.

Eu, às vezes até caricaturando um pouco a situação, costumo dizer que se alguém viaja para a América do Sul, ou se vê uma exposição como a que fizemos no Brasil, a “Amrik” – que agora tive o prazer de inaugurar em Ramallah –; se alguém faz uma dessas coisas, talvez verifique que certos países são mais afro-portugueses, outros são mais hispano-indígenas, na América do Sul. Porém, um elemento é comum a toda a região: o árabe. Os números que o Ministro Taiana mencionou para a Argentina reproduzem-se, de maneira proporcional, em todas as outras nações. Não seria necessário citar

exemplos. No meu país, obviamente todos sabem, orgulhamo-nos de ter 10 milhões de descendentes de árabes no Brasil – mais de 5% da população brasileira. Quando vamos medir a influência da população árabe no Brasil, vamos ver que ela é ainda muito maior. Pois se, em nossa população, a proporção é de aproximadamente 5%, em nosso Congresso, a Associação dos Descendentes de Árabes é de mais ou menos 20%. De modo que vemos que há uma presença muito forte, que vai além daquela que se expressa demograficamente.

Temos e tínhamos, historicamente, relações econômicas importantes com os países árabes, de origem longínqua em alguns casos, mas reativadas recentemente. Então, a pergunta que se poderia fazer, e que uma vez me foi feita por uma jornalista no Egito, quando ainda estava nessa peregrinação, buscando humildemente seguir os passos de Ibn Battuta, esse grande peregrino árabe, precursor de tantos outros viajantes: “Por que a Cúpula América do Sul-Países Árabes?”. Eu dei todas as explicações históricas. Curiosamente, eu a encontrei, dois ou três anos depois, em Marrakesh, na última reunião de Ministros das Relações Exteriores antes da Cúpula de Brasília, e a mesma jornalista perguntou-me: “Mas por que não se fez antes essa Cúpula entre a América do Sul e os países árabes?”. Eu achei que aquele era o maior sinal de que nós havíamos conseguido transmitir, não só para os Governos, mas para a opinião pública, a importância dessa relação. Eu acho que se tratava – e ainda se trata – de quebrar barreiras psicológicas. As distâncias no mundo de hoje já não existem, mas as psicológicas, sim, existem. Muitas vezes pode ser do interesse de alguns países – com os quais nos relacionamos tradicionalmente – manter essa distância, para que esse relacionamento tenha sempre que se dar, de alguma forma, sob a ótica dos países mais ricos.

Acho que a reunião de hoje consolida essa aproximação entre países árabes e América do Sul, quebra de vez essas barreiras psicológicas. Já sabemos do oferecimento do Catar, que nos foi feito oficialmente, para que nossos líderes se encontrem em breve.

Ministro Taiana,

Eu tive várias oportunidades de visitar o Oriente Médio, a região dos países árabes em geral, e sinto lá uma enorme afinidade. Tive ocasiões alegres, andando pelas ruas de Argel, ou pelas ruas de Marrakesh, vendo bandeiras brasileiras e perguntando a crianças quando eu estava com a bandeira do Brasil e todos diziam: “Brasil, Pelé, Ronaldo, Ronaldinho”. Agora talvez não estejamos com tanta popularidade, pois andamos fraco no futebol, mas tive momentos alegres. Tive também momentos trágicos: fui o segundo Ministro das Relações Exteriores a visitar o Líbano, país muito querido ao Brasil, depois do cessar-fogo. Visitaram, claro, os Ministros da região. Antes de mim, havia visitado o Ministro D’Alema, da Itália. Visitei no dia seguinte ao cessar-fogo e vi também bandeiras ou camisas brasileiras no meio dos destroços que haviam sido provocados pelos bombardeios que seguiram até o último minuto antes do cessar-fogo. Esses momentos de alegria, esses momentos de tristeza, nos ligam profundamente ao mundo árabe.

Creio que por nossa conformação plural, pelo fato de a América do Sul abrigar pessoas de tantas religiões, de tantas procedências, de tantas influências diferentes, nós temos algo a dizer, algo a contribuir em termos de paz. Acho que a paz é o objetivo fundamental. Se não temos os bilhões de dólares que poderiam ser úteis em ajudar a resolver alguns dos problemas – estou de pleno acordo com meu colega Ministro Faissal de que a pobreza é onde germina o terrorismo, onde germinam os conflitos –, temos uma experiência a oferecer, de convivência, de respeito, de pluralismo.

É nesse espírito também que temos desenvolvido nossas atitudes em relação ao problema do Oriente Médio, ao problema da Palestina, que é, sem dúvida, o centro de todos os problemas. Enquanto não se resolver o problema da Palestina, nenhum dos outros problemas será resolvido. É claro que não podemos esperar que o problema da Palestina seja resolvido para que outros, como o diálogo ou a paz no Líbano, sejam encontrados. Porém sabemos que a solução profunda para os problemas do Oriente Médio está na situação do povo palestino. Situação que é reconhecida mundialmente – e nos alegra ver líderes de todas as partes do mundo reconhecerem a necessidade do Estado palestino, condenarem a ocupação dos territórios na Palestina e, ao mesmo tempo, resolverem da maneira que a Liga Árabe tem proposto: o reconhecimento de dois Estados, com os problemas e as questões de Israel.

Foi por esse motivo que voltei, agora, à região e pude novamente ver com meus olhos o sofrimento do povo palestino, a humilhação de um pai que precisa levar sua criança à escola, que se encontra a 10 minutos de distância, mas para a qual se leva aproximadamente uma hora e meia para chegar. Essas questões, que são imediatas, são também fundamentais. A percepção que nós podemos trazer como auxílio para resolver essas questões é o que de melhor a América do Sul pode dar em termos de contribuição para o diálogo.

Acho, por isso, que esse foro deve ser, sobretudo, de cooperação e de diálogo. Não adianta tentarmos reproduzir aqui o que existe no âmbito das Nações Unidas. Ninguém desconhece a posição dos países da América do Sul e do Brasil em relação às questões do Oriente Médio, o apoio firme e constante que temos dado a todas as iniciativas que têm procurado minorar o sofrimento do povo palestino, procurado condenar também casos

de desrespeito aos direitos humanos, que são ações que levam a crises humanitárias na região, como a de Gaza, no momento. Não é que não devamos tratar disso, mas devemos acentuar mais e mais o aspecto de nossa cooperação. Essa aproximação poderá autorizar-nos e dar capacidade de interlocução da América do Sul com outros parceiros, sem os quais a paz não existirá.

Como dizia o ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, não é dialogando todo o tempo com nossos amigos que resolvemos os problemas da paz, é dialogando também com aqueles que têm visão distinta da nossa, seja quem for. Creio que esse é um ponto fundamental dessa conferência.

De um ponto de vista concreto, vejo que os resultados têm sido muito grandes. Nem tudo pode ser atribuído diretamente à Cúpula, mas muitas coisas que ocorreram estão ligadas a ela. O comércio entre o Brasil e os países árabes passou de cerca de 5 bilhões em 2002, ano anterior ao do Governo do Presidente Lula, a mais de 13 bilhões agora. É um comércio equilibrado, em que compramos muito e vendemos muito. Creio que as proporções são mais ou menos verdadeiras para o conjunto da América do Sul. As linhas aéreas estão começando a ocorrer. Havia um governante no Brasil que dizia que “governar é abrir estradas”, uma visão talvez pouco social do papel do Governo, mas é um de seus aspectos. Creio que a missão da política externa é, em grande parte, abrir linhas aéreas. Com sua abertura, nós colocamos os povos em contato e, a partir daí, outras questões vão caminhando.

Na área cultural, mencionaram-se a biblioteca e um instituto cultural que haverá no Marrocos, os quais são questões extremamente importantes, às que damos o maior valor. Tivemos um pequeno símbolo dessa Aliança de Civilizações: um livro que publicamos e

distribuímos na conferência que houve recentemente em Madri. Trata-se da viagem de um imã que veio do Iraque e, por força do destino, das calmarias, dos ventos, foi aportar no Brasil. Um país ainda escravocrata, com muitos problemas à época. Mas lá ele encontrou irmãos muçulmanos, e teve o trabalho de tentar recuperar esses muçulmanos que já haviam sido um pouco transformados pela influência da região, ou dos trópicos. É um relato extremamente pungente. O que há de interessante nesse livro, amigo Jorge, apesar de não ter podido fazer uma pesquisa completa, é que é possivelmente o primeiro livro editado em árabe, espanhol e português, o que é eloqüente e expressivo do que significa uma aliança de civilizações.

As áreas têm caminhado, acho que é possível trabalhar mais na área de turismo. Outra área em que falta algo de concreto é a de ciência e tecnologia. Não sei se poderemos dizer algo a respeito, mas apesar dos contatos iniciais na área de desertificação e meio ambiente – somos todos países em desenvolvimento, uns com mais dinheiro do que outros, uns com mais base industrial do que outros –, temos muito o que cooperar nessa área. Não é possível que nosso desenvolvimento tecnológico fique sempre dependente daquilo que recebemos dos Estados Unidos, da Europa ou de quem for. Podemos continuar recebendo, mas acho que podemos fazer mais entre nós – e essa é uma área que realmente mereceria atenção

especial de todos os nossos companheiros árabes e sul-americanos.

Finalmente, um comentário sobre o mecanismo de seguimento: é muito positivo que tenha havido reuniões de Ministros da Economia, da área social, da cultura, e que outras reuniões estejam programadas (espero que, em algum momento, se faça uma reunião dos Ministros de Ciência e Tecnologia; vou pedir ao Presidente Lula que fale com o nosso Ministro para nela estar presente). Isso me deixa contente. Acho, porém, que os Ministérios das Relações Exteriores têm um papel especial de manter vivo um inventário das ações decididas em todas as reuniões e de manter um mecanismo de seguimento, pois são esses ministérios que têm a motivação política transmitida por nossos líderes de levar adiante essa iniciativa.

Por todas essas razões, é com grande alegria que venho a essa reunião na querida Buenos Aires. Eu dizia, ontem, a um jornalista brasileiro que esta não é apenas uma relação estratégica entre Brasil e Argentina, pois temos várias, mas é a mais estratégica de todas as parcerias. É com satisfação que venho participar desse encontro tão importante, que, com certeza, terá frutos. Estamos todos aguardando o momento de ir ao Catar, uma possibilidade que o Presidente Lula encara com muito prazer, além das visitas já programadas entre outros Chefes de Estado e de Governo da região.

Muito obrigado.

SESSÃO SOLENE NO CONGRESSO DA ARGENTINA

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
POR OCASIÃO DE SESSÃO SOLENE NO CONGRESSO DA
ARGENTINA. BUENOS AIRES, ARGENTINA, 22/02/2008

Honrado pelo convite para dirigir-lhes a palavra nesta Sessão Solene, quero expressar meu agradecimento pela oportunidade que me é dada por este Congresso.

Por meio de seus representantes, transmito ao povo argentino a fraternidade, o respeito e a solidariedade dos brasileiros.

O Congresso argentino é cenário dos grandes debates sobre os destinos desta sociedade atenta aos desafios do futuro e capaz de superar as adversidades passadas e presentes.

As forças políticas aqui reunidas têm sabido guiar o país no caminho da reconstrução nacional. A Argentina deu um exemplo ao mundo. Deixou, definitivamente, para trás a crise mais aguda de sua história e avança rumo à justiça social e ao crescimento sustentado.

Senhoras e Senhores,

Nossos caminhos - diversos, mas convergentes - alcançaram os mesmos objetivos. Com muita dificuldade, consolidamos nossas economias, com evidentes ganhos sociais. Fortalecemos nossas democracias.

Nossos governos são fruto de uma participação sem precedentes nas eleições e nos processos sociais.

Estamos colhendo os frutos de uma estratégia de crescimento sólido que tem como eixo o aumento do comércio exterior e a forte ex-

pansão de um mercado de bens de consumo de massas.

É visível o aumento do emprego e da renda do trabalhador, com impacto direto na superação da pobreza e da desigualdade social. Mas, ao mesmo tempo, não estamos desatentos aos fatores macro-econômicos.

Controlamos a inflação. Diminuímos sensivelmente a vulnerabilidade externa de nossas economias, o que tem nos preservado da atual turbulência internacional.

Argentina e Brasil têm imensos desafios econômicos e sociais. Mas quando olho nossos países, vejo riquezas naturais abundantes, recursos humanos de alta qualidade e um potencial imenso para construir o desenvolvimento e a prosperidade. Nossos povos compartilham os valores da democracia e o respeito aos direitos humanos. Querem participar – e participam – ativamente da vida pública. A relação entre nossos países é imprescindível para alcançarmos nossos objetivos nacionais.

Vim a Buenos Aires reafirmar nossa aliança estratégica, a amizade inquebrantável entre dois grandes países.

Senhor Presidente,

Estivemos hoje com a Presidenta Cristina Fernandez, dando continuidade às iniciativas comuns que tomamos em passado recente o

Presidente Nestor Kirchner e eu. A Declaração Conjunta que hoje assinamos nos compromete a superar a inércia burocrática para concretizar projetos emblemáticos para os dois países. Vamos lançar um satélite conjunto e desenvolver programa de cooperação pacífica em matéria nuclear que será exemplo para um mundo conflagrado pela tentação armamentista e pela intolerância política e ideológica. Vamos melhorar a integração física, aprofundar a cooperação em energia, avançar em projetos conjuntos na área de defesa e construir juntos o sonho da livre circulação de pessoas.

Não canso de repetir, que uma Argentina competitiva e industrializada fortalece o Brasil, o Mercosul e a América do Sul.

O patamar de nossa integração mostra o êxito de nossa parceria. Para isso precisamos aprofundar a complementaridade de nossos sistemas produtivos.

Vamos continuar juntando nossas vozes aos que acreditam no multilateralismo, no fortalecimento do direito internacional e seguir trabalhando pela paz e a tolerância entre nações e povos.

Temos a vontade compartilhada de construir um grande e generoso projeto conjunto de integração, tendo um Mercosul ampliado, como pilar, e uma União Sul-Americana como construção comum.

Não haverá desenvolvimento verdadeiro no Brasil sem uma integração crescente com a Argentina e com nossos vizinhos no continente. Juntos seremos mais fortes para enfrentar o protecionismo que ameaça um acordo justo na Rodada Doha. Unidos podemos demonstrar a solidez de nossas instituições. A criação do Banco do Sul multiplica nossa força e oferece salutar exemplo ao mundo, em meio às incertezas e turbulências geradas pela irresponsável especulação financeira internacional. Juntos podemos projetar no mundo nossos valores de democracia, de respeito aos direitos humanos,

de compromisso com a justiça social, como o combate à fome e à pobreza.

No Haiti, damos exemplo de compromisso com a paz.

Continuaremos prestigiando as Nações Unidas contra iniciativas unilaterais que são uma ameaça à estabilidade e à segurança internacionais.

Senhoras e Senhores congressistas,

Esses grandes objetivos não podem ser alcançados sem a ativa participação do Poder Legislativo.

Sem Parlamento forte, não haverá Executivo eficaz, nem legítimo.

Houve um tempo em que a liberdade nos foi negada. A dissidência, amordaçada. Não por acaso os parlamentos foram fechados ou transformados em simulacro.

Naqueles tempos de sofrimento, os que se insurgiram contra o arbítrio foram cassados, perseguidos e presos. Muitos tiveram que se exilar ou engrossaram a longa lista dos mortos ou desaparecidos, vítimas de abusos bárbaros.

Quero prestar uma homenagem a essas pessoas de coragem, a todos aqueles – argentinos, brasileiros e de todas as nacionalidades – que se sacrificaram pela democracia. Cada um dos congressistas presentes aqui hoje honra a memória dos que aqui deram a própria vida pela causa do povo.

Fazemos parte de gerações que não hesitaram em se dar em nome da justiça. Historicamente, os Parlamentos sustentam a liberdade, que conduz ao progresso econômico e à equidade social.

Inspira-nos, dentre outros, o exemplo de Alfredo Palacios, legislador idealista e militante, que contribuiu para que a Argentina ocupasse a vanguarda na defesa dos direitos civis.

Ensinou-nos que só a democracia dá voz aos excluídos e vulneráveis, integrando-os aos destinos da nação.

Senhoras e senhores congressistas,

Argentina e Brasil juntos construíram muito, mas têm muito mais a fazer.

A contribuição deste Congresso é essencial para continuarmos a aproximar nossas sociedades e assentar nossa parceria estratégica em bases sólidas e permanentes.

Por isso, quero agradecer a acolhida calorosa que uma vez mais esta Casa me oferece. De volta ao Brasil, levarei como recordação a força da democracia argentina. Essa é a melhor garantia para o destino comum que nos une, de grandeza e união. Sabemos que a jornada é longa. Mas que ninguém duvide: estamos no caminho certo para garantir a todas as pessoas a dignidade a que têm direito.

Meus amigos e minhas amigas do Congresso Argentino,

Permita-me agora falar um pouquinho com o meu coração, fora do meu script, aqui. Estou na Presidência do Brasil há cinco anos. E, nesses cinco anos, posso testemunhar a mudança extraordinária que houve na América do Sul e na América Latina. Certamente, quando estamos no Parlamento, e fui parlamentar no meu país, nós somos mais exigentes. Mas, quando estamos no governo, nós, muitas vezes, não temos o direito de achar e nem de pensar. Nós temos que fazer apenas aquilo que é possível e permitido fazer.

Se olharmos o que aconteceu na América do Sul, vamos perceber que, em toda história da América do Sul, poucas vezes tivemos governos tão comprometidos com a maioria do povo como temos hoje. E o que é mais importante: em poucos momentos da história da América do Sul tivemos momentos de crescimento econômico como estamos tendo agora. No que nós poderemos fazer a diferença? É que não basta crescer.

O Brasil, na década de 70, muitos de vocês acompanharam o auge do “milagre brasileiro”, a economia brasileira cresceu 14,3% ao ano. E quando terminou a fase gloriosa do

“milagre brasileiro”, o País estava mais rico, mais endividado e o povo brasileiro mais empobrecido. O desafio que está colocado para essa geração que governa a América do Sul e América Latina no século XXI é o de garantir, no mínimo, três coisas: primeiro o crescimento econômico sustentável; segundo, que o resultado desse crescimento econômico sustentável signifique também uma distribuição de renda para melhorar a vida do povo que nós representamos. E, terceiro, só é possível fazermos tudo isso se o nosso crescimento sustentável estiver subordinado a uma política de crescimento e fortalecimento do mercado interno dos nossos países. Esse é o desafio que está colocado para nós.

Amanhã, terei uma discussão com a Presidente Cristina e com o Presidente Evo Morales. É uma discussão que precisamos fazer com toda a América do Sul. A questão energética passa a ser uma questão mundial e muito delicada. E por que passa a ser uma questão mundial? Primeiro, porque estamos poluindo o Planeta e precisamos despoluí-lo. Segundo, porque os combustíveis fósseis são poluentes e precisamos procurar uma nova matriz energética. Terceiro, porque os países ricos não cumprem os protocolos que assinam nos fóruns multilaterais, como o Protocolo de Quioto. E, quarto, porque nunca paramos para pensar na deficiência estrutural da falta de energia no nosso continente.

Os problemas da Argentina, os problemas do Brasil, os problemas da Bolívia, do Uruguai, do Paraguai, do Equador, da Venezuela, do Peru, da Colômbia, do ponto de vista energético, com mais ou menos deficiência, todos temos problemas. Mas se queremos trabalhar a integração, e for verdadeiro o nosso discurso de integração da América do Sul, precisamos construir, do ponto de vista de uma estratégia energética, qual o potencial hídrico da América do Sul, qual o potencial na

área de biocombustíveis da América do Sul, qual o potencial nuclear na América do Sul para produzir energia e, juntos, construímos um projeto sem que cada um abra mão da individualidade da soberania do seu país.

Mas todos nós temos limites. Limite porque temos dinheiro, às vezes, e não temos a água; limite porque temos dinheiro, às vezes, e não temos tecnologia; limite porque não temos o gás que todo mundo sonha que deveria ter, e muitos que têm não conseguem explorar da forma que deveriam explorar. Limites porque nunca pensamos com muita seriedade na integração que nós queremos fazer. E integração Latino-Americana pressupõe que países como o Brasil, sobretudo, países como Argentina, ou seja, que os países de maior potencial econômico têm que ter solidariedade com os países mais pobres e ajudá-los a se desenvolverem. Porque não adianta uma Argentina rica se todos os outros forem pobres ou um Brasil rico se todos os outros forem pobres. É preciso que cresçamos juntos. E, portanto, Argentina e Brasil têm muita responsabilidade.

Eu me lembro como se fosse hoje, no meu primeiro mandato, quantas divergências tínhamos com a Argentina. Aliás, eu lembro que, em 1990, eu propus ao meu companheiro Marco Aurélio que está aqui, que deveríamos criar algo chamado Fórum de São Paulo. Era um fórum para juntar toda a esquerda da América Latina para começar a discutir a nossa participação nos processos democráticos. E eu lembro que a divergência entre a esquerda era tanta que, no caso da Argentina, na reunião que fizemos em São Paulo, a única coisa que unificava era o Maradona, porque a reunião se deu no dia em que a Argentina jogava na Copa de 1990. E o que aconteceu? Todos, com exceção (inaudível), todos os partidos de esquerda na América Latina fizeram opção pela luta democrática. E muitos que,

na década de 80, trabalharam para chegar ao poder pela via armada, chegaram ao poder pela via democrática.

Esse é um aprendizado extraordinário que temos que ter em mente para saber que não somos perfeitos, mas que já construímos muito. As divergências entre nós eram muitas. O que mais ouvia era alguém dizer que os argentinos não gostavam do Brasil e que os brasileiros não gostavam dos argentinos. Entretanto, o que está provado hoje, depois da minha eleição, da eleição do Kirchner, é que, juntos, Argentina e Brasil podem infinitamente mais do que separados.

Tenho uma tese de que não tem saída individual, não existe saída individual. Como que nós vamos conseguir fazer com que a OMC, nas negociações da Rodada Doha, compreenda que os países da América Latina e os países da África, sobretudo, menos Brasil e Argentina, porque têm potencial tecnológico para competir... Mas qual a chance que a América Central e o continente africano têm de progredir se não houver pelos países ricos, sobretudo, pela União Européia, o entendimento de que é preciso flexibilizar nos produtos agrícolas para que a pouca produção dos países africanos adentrem nos seus mercados? Se os Estados Unidos não diminuam os subsídios que aplicam aos seus agricultores, que chance têm os países mais pobres de colocarem os seus produtos dentro dos Estados Unidos? Juntos, podemos mudar e democratizar mais as Nações Unidas. Juntos, podemos construir, como construímos o G-20, em Cancun, que hoje praticamente baliza todas as discussões que estamos fazendo na ONU.

Quero dizer, meus amigos e amigas deputados e deputadas da nossa gloriosa pátria irmã Argentina, estou convencido de que temos uma chance ímpar na história da América do Sul. Ontem, levantei pela manhã, e vi uma notícia que dizia o seguinte:

“Brasil deixa de ser devedor internacional para ser credor internacional”. Ou seja, em 500 anos de história, nós somos devedores. Apenas a partir de ontem, passamos a ter mais reservas do que a nossa dívida pública e dívida privada. Mas precisamos agora aproveitar uma situação, se não privilegiada, mas melhor, que temos em todos os países e começar a nos endividar, não para gastar dinheiro à toa, mas para gastar com infraestrutura para facilitar o desenvolvimento da América do Sul. Quantas pontes precisamos construir? Quantas hidrelétricas precisamos construir? Quanto precisamos investir nos meios de comunicação? Quantas ferrovias precisamos construir? Para que a possamos, definitivamente, acreditar que o século XXI é o século dos países que não tiveram sorte ou chance no século XX. É com essa convicção

que eu trabalho com a Argentina. É com a convicção de uma Argentina forte, de uma Argentina próspera, de uma Argentina cada vez mais exemplo de nação desenvolvida, porque já foi uma das principais economias do mundo no começo do século passado. E, depois, conheceu o que é chegar quase que no fundo do poço. E agora o povo argentino se reergueu.

Então, queria terminar dizendo para vocês: Deus não dá chance a quem não sabe aproveitá-la. Nós temos uma chance, vamos aproveitá-la, porque Argentina e Brasil, América do Sul e América Latina precisam que nós crescamos, que distribuamos renda, que façamos justiça social e que sejamos uma grande nação.

Muito obrigado e que Deus abençoe a Argentina e o Brasil.

VIAGEM DO PRESIDENTE À ARGENTINA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE DECLARAÇÃO DE VISITANTE ILUSTRE DA CIDADE DE BUENOS AIRES PELO CHEFE DE GOVERNO DA CIDADE DE BUENOS AIRES. BUENOS AIRES, ARGENTINA, 22/02/2008

Na primeira mensagem, eu queria que você dissesse que eu estou um pouco nervoso com o Mauricio Macri porque ele torce por um time de futebol que já ganhou tantos títulos sul-americanos, tantos títulos mundiais e que o meu Corinthians não anda bem das pernas, nunca se classificou para uma final da Libertadores. (inaudível) Eu preciso uma hora conversar com o Mauricio Macri para convencê-lo a conversar com os dirigentes do Corinthians e ensiná-los a ganhar tantos títulos.

Sempre é uma alegria voltar a esta bela cidade, única em nosso continente. Sua arquitetura, monumentos, praças, ruas e bairros marcam os grandes ciclos históricos que formam a identidade da Argentina.

Cidade que se orgulha de um rico passado, Buenos Aires não parou no tempo; projeta-se no futuro também como uma capital moderna, renovando-se a cada dia. A cidade destaca-se como o centro cultural de maior importância da Argentina e um dos principais da América Latina.

Eleita pela UNESCO, em 2005, Cidade do Design, nos encanta também pela inovação, bom gosto e ousadia de suas construções contemporâneas. Projetos de renovação de áreas urbanas, como Puerto Madero, por exemplo, têm

inspirado cidades brasileiras em seus esforços de modernização.

Buenos Aires é uma paixão brasileira. Basta andar pela cidade para constatar que este é um dos principais destinos de nossos turistas, que vêm apreciar aqui a cultura argentina.

Argentina e Brasil dão exemplo ao mundo de integração e maturidade política. A relação entre nossos países não é só estratégica, no sentido de que nossos projetos de longo prazo dependem dessa aliança, ela é também imprescindível. Os projetos que hoje anunciamos com a Presidente Cristina Kirchner demonstram que nossa parceria estratégica se fortalece cada vez mais.

Temos consciência de que juntos vamos conquistar o progresso, a prosperidade e a justiça social que almejam nossas sociedades e povos. Um dia, seremos todos cidadãos do Mercosul, mas já me considero cidadão de Buenos Aires, tantas foram as vezes em que fui acolhido e homenageado nesta cidade.

Receber a homenagem desta capital faz-me sentir ainda mais próximo desta integração política, econômica, social e cultural que os povos argentino e brasileiro estão aprofundando.

Muito obrigado, Mauricio Macri, pelo carinho e pela gentileza de nos receber, aqui, hoje.

ALMOÇO OFERECIDO PELA PRESIDENTE DA ARGENTINA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO PELA PRESIDENTE DA ARGENTINA,
CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER. BUENOS AIRES, ARGENTINA, 22/02/2008

Excelentíssima Senhora Cristina Fernández de Kirchner, Presidente da nação Argentina,
Excelentíssimo Presidente Néstor Kirchner,
Excelentíssimo Presidente Raul Alfonsín,
Excelentíssimo Senhor Julio César Cleto Cobos, Vice-presidente da nação Argentina,
Excelentíssimo Senhor Eduardo Felner, Presidente da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimo Senhor Ricardo Luiz Lorenzetti, Presidente da Corte Suprema de Justiça,

Senhores governadores,

Senhor Maurício Macri, Chefe do Governo da cidade de Buenos Aires,

Senhores e Senhoras Ministros argentinos,

Companheiros Ministros brasileiros que acompanham a minha delegação,

Meus amigos e minhas amigas,

Voltar a Buenos Aires, percorrer suas ruas, encontrar sua gente é sempre um prazer para um brasileiro, seja ele governante ou não. Para um presidente, como eu, que acompanhou nestes últimos anos o renascimento da Argentina, esta viagem se reveste de particular emoção.

Quero iniciar dizendo que é uma honra e uma grande alegria ser recebido pela Presidente Cristina Fernández, por seus ministros e pelas altas autoridades dos Poderes Legislativo e Judiciário deste extraordinário país.

A esperança que hoje anima os argentinos não é resultado de ilusões, não renasce da propaganda, não se alimenta de ardis ideológicos ou da retórica.

Esperança só existe quando as pessoas conseguem enxergar um novo horizonte e sentem, no seu cotidiano, que este horizonte é alcançável.

Argentina e Brasil são países com imensos desafios. O principal deles é garantir a homens e mulheres a dignidade que a realidade ainda lhes nega.

A Presidente Cristina e eu somos os primeiros a reconhecer isso. Mas, também, não concebemos a história como fatalidade. Ao contrário, a história de nossos países, nesta fase positiva que estamos vivendo, é construção humana na qual se articulam as ações dos governantes com a vontade do povo.

Por caminhos diversos, mas convergentes, deixamos para trás um passado que condenava nossas economias à recessão ou a um crescimento incompatível com nossas exigências sociais.

Por décadas, milhões de mulheres e homens em nossos países foram submetidos a experiências irresponsáveis que lançaram milhões na margem da sociedade. Pior do que isso, arrebataram suas esperanças.

Quando olho para a Argentina e o Brasil de hoje, sinto a mudança e, ao mesmo tempo, observo o imenso potencial para avançar ainda mais para construir o desenvolvimento e a prosperidade de nossos países.

Vejo que nossos povos compartilham o compromisso com a democracia e os direitos humanos.

Senhora Presidente,

A aliança estratégica entre a Argentina e o Brasil é imprescindível para que alcancemos nossos objetivos nacionais, que só fazem sentido se forem tomados como parte de um projeto amplo de integração sul-americana.

Daí meu convencimento de que juntos temos de fortalecer o Mercosul e forjar uma integração consistente entre os países da América do Sul.

Mas temos responsabilidades maiores, sobretudo quando começa a se desenhar um mundo multipolar, regido pelos princípios do multilateralismo.

Juntos podemos lutar contra o protecionismo dos países desenvolvidos na Rodada Doha. Juntos podemos dar exemplo de estabilidade ao mundo, especialmente no momento em que a ciranda financeira em países ricos ameaça a economia mundial.

Senhora Presidente, querida amiga,

Minha visita de Estado é ocasião não apenas para reafirmar a amizade inquebrantável e a relação imprescindível entre nossos países.

É a ocasião, sobretudo, para tomar decisões concretas, como fizemos hoje ao assinar a Declaração Conjunta, cujo objetivo é dar impulso a projetos emblemáticos de nossa relação estratégica.

Vamos lançar um satélite conjunto, desenvolver projetos na área nuclear. Vamos melhorar nossa integração física, cooperar mais em energia, desenvolver projetos conjuntos na área de defesa e construir um espaço regional integrado.

Vamos, além disso, continuar juntando nossas vozes aos que acreditam no multilateralismo e no fortalecimento do direito internacional, seguir trabalhando pela paz e pela tolerância entre nações e povos.

Minha cara amiga Presidente,

Argentina e Brasil estão juntos hoje e estarão juntos amanhã. Nosso futuro está na integração. Estaremos juntos na defesa de nossas liberdades, na construção de nossa riqueza e na criação de condições sociais mais justas.

Eu sei que é um brinde e sei que o meu discurso tem que ser muito curto, e estou vendo pela fisionomia das pessoas que estão aqui que a fome já exige que eu termine meu discurso. Entretanto, eu preciso fazer dois minutos de improviso, antes de brindar.

Eu tive a oportunidade de conhecer o presidente Alfonsín, em momento de adversidade aqui na Argentina, conhecedor do papel que ele e o presidente Sarney fizeram para construir o Mercosul.

Tive a oportunidade de conhecer o presidente Duhalde, também em um momento difícil da Argentina, quando perguntei: “quem será o próximo presidente da Argentina”? Só tinha gente conhecida do grande público e ele me disse: “Será o Néstor Kirchner”. Eu perguntei: quem é Néstor Kirchner? Ele me disse: “É o governador de Santa Cruz, na Patagônia”. E alguns meses depois, Kirchner era presidente da Argentina.

Sejamos francos, uma Argentina desacreditada, uma Argentina com problemas que pareciam insolúveis e, poucos anos depois, mesmo para os descréditos, mesmo para aqueles que torcem o tempo inteiro para que as coisas não dêem certo, a Argentina recupera o seu extraordinário papel no cenário mundial, recupera a sua economia, recupera a auto-estima do povo argentino e este homem de Santa Cruz se transforma possivelmente, num dos marcos da história dos presidentes da Argentina.

Um dia, da mesma forma que perguntei para Duhalde, eu perguntei para o Kirchner: “quem será o seu substituto aqui na Argentina, já que você disse que não vai concorrer às eleições”? E ele me disse: “não posso falar, mas será a Cristina”. E hoje estou aqui visitando a Argentina, numa visita de Estado, tratado condignamente pela Presidente Cristina e pelo povo argentino.

Muitas vezes, o que faz um governante passar para a história não é apenas a sua inteligência intelectual, mas são os compromissos e as definições para quem queremos governar e de que lado estamos. Se bem que somos de todos, porque fomos eleitos para governar para todos, mas sempre tem um lado que precisa mais do Estado, que precisa mais do governo, que são as pessoas que não conseguem audiência, são pessoas que muitas vezes não passam nem perto do palácio, mas é a gente que nos momentos mais difíceis que nós vivemos enquanto governantes, no anonimato, sem nos pedir nada, são as pessoas que nos dão sustentação contra a incompreensão. Muitas vezes, uma parte da elite do nosso povo que não pensa em mudança, prefere viver com o errado – desde que o presidente seja do seu lado – do que viver com o certo, mesmo o presidente não sendo o seu.

Eu sei, Cristina, o que você passou na campanha aqui. Todos nós somos vítimas, às vezes, de preconceitos, e as mulheres são duplamente vítimas de preconceito. O desafio que você aceitou, de ser presidenta da Argentina, eleita no primeiro turno, sem sombra de dúvida, enaltece a alma da mulher sul-americana.

Outro dia eu dizia, num encontro no Brasil para os trabalhadores: se eu não desse certo no Brasil, iria demorar 150 anos para um operário voltar a pleitear a Presidência da República. Então, o meu compromisso não é com o meu mandato, o meu compromisso é despertar a consciência do povo, de que qualquer um pode

se preparar e disputar os cargos que antes de mim eram de tão poucos.

Para você, Cristina, pesa a responsabilidade de provar, mais uma vez, que as mulheres precisam ocupar os espaços políticos que durante séculos foram negados às mulheres. A sua gestão, como tudo na vida da mulher, que sempre tem dupla jornada de trabalho, tem duplo compromisso. Primeiro, fazer melhorar ainda mais aquilo que vocês já conseguiram fazer no primeiro mandato de Kirchner. O povo espera isso, mas qual é o segundo desafio seu? É provar, você e Michelle Bachelet, que as mulheres não podem perder tempo, não podem pedir licença, autorização aos seus companheiros para serem presidentes. O seu papel é provar ao mundo e à Argentina que as mulheres estão igualmente preparadas, ou melhor preparadas, do que os homens para governar o seu país.

Eu estou confiante do êxito do seu governo, peço a Deus que seja maior do que o do Kirchner, como eu espero que o meu sucessor faça muito mais do que eu. Mas estou confiante, Cristina, que nós dois poderemos dar continuidade à exitosa relação que o Kirchner e eu estabelecemos entre Brasil e Argentina. Sempre haverá disputas, sempre haverá interesses diferenciados, sempre teremos pequenas divergências. Mas a nossa grandeza em respeito às aspirações de argentinos e brasileiros, é provar que as pequenas divergências, as divergências de varejo, são muito menores do que as concordâncias que nós temos no atacado.

Por isso eu quero pedir a todos vocês um brinde, uma homenagem à companheira Cristina Fernández e ao povo argentino pela calorosa recepção e pelo belo acolhimento que deram à delegação brasileira.

Querida Cristina, que Deus te olhe com os olhos generosos do Criador, porque a Argentina já conheceu a bonança, já conheceu

a pobreza, e a Argentina está tendo uma chance extraordinária. Todos nós, argentinos, em primeiro lugar, e sul-americanos, em segundo lugar, temos a obrigação de contribuir para que a Argentina e a América do Sul conheçam o desenvolvimento e a justiça social que uma parte pequena do mundo já conheceu.

Por isso, felicidades, companheira Cristina.

EXPOSIÇÃO “A CORTE PORTUGUESA NO BRASIL”

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE VISITA À EXPOSIÇÃO “UM NOVO MUNDO, UM NOVO IMPÉRIO –
A CORTE PORTUGUESA NO BRASIL”. RIO DE JANEIRO, RJ, 07/03/2008

Meus amigos e minhas amigas,

Há exatos duzentos anos, um soberano europeu, pela primeira e única vez na história, transferia-se para a América. A pequena e pacata cidade colonial, que era então o Rio de Janeiro, recebia, de repente, a Família Real Portuguesa. Vieram junto a Corte e a alta administração do Reino, com seu tesouro, arquivos e bibliotecas.

Hoje, quero lembrar o sopro de energia e inovação que se espalhou pelo Rio de Janeiro e por todo o Brasil com a chegada da Corte Joanina.

As muitas iniciativas que Dom João lançou, uma vez aqui, dão bem a noção dessa transformação definitiva e radical: a abertura dos portos, a criação da Imprensa Régia e a fundação de escolas de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro.

Ampliaram-se e aperfeiçoaram-se instituições de ensino. Construíram-se estradas, fábricas e manufaturas. Com o Jardim Botânico, o País despertou para seus próprios tesouros naturais. O Brasil abria-se, ao mesmo tempo, para a cultura mundial.

Em 1815, o Brasil tornou-se Reino, iniciando a caminhada rumo à emancipação política. Consolidou sua maioria cívica, já que os brasileiros deixavam de ser colonos, passando a ter direitos iguais aos súditos portugueses.

Mas talvez o maior legado da transferência da Corte tenha sido a preservação da integridade territorial. A chegada de Dom João fez do Rio de Janeiro a efetiva capital do Brasil. De um conjunto de províncias desarticuladas, forjou-se um sentido de identidade e de destino comum.

Devemos, assim, à vinda da Corte o impulso decisivo para a consolidação dos contornos continentais da nação que nascia.

Talvez pelos encantos da cidade que ajudou tanto a embelezar, Dom João prolongou por mais de uma década sua permanência no Rio de Janeiro.

Ao promover mudanças e progressos que a Colônia jamais conhecera, ajudou a estabelecer os fundamentos de um novo Império.

Quando, em 1821, regressou a Portugal, deixou para trás um outro Brasil. E outro ainda seria a partir de setembro de 1822.

Os Bragança tiveram, assim, papel decisivo na afirmação da nacionalidade brasileira. Ajudaram não apenas a determinar o curso de seu movimento de independência, como também lançaram as bases do regime político dos primeiros sessenta e sete anos do Brasil como Nação Soberana.

Sob a inspiração da autoridade real e da unidade lingüística que Portugal legou, o Império realizou a grande obra da unificação

territorial. Abriu caminho para a fundação de uma República, hoje genuinamente livre e democrática.

A ação dos políticos do Império no manejo das questões de Estado e na proteção dos interesses permanentes do Brasil muito deve aos treze anos de Administração Joanina.

Duzentos anos depois da chegada de D. João VI, nós, brasileiros, ainda estamos redescobrimo a importância desse evento para entender o nosso País.

Minhas senhoras e meus senhores,

Como já recordava Fernando Pessoa, “minha pátria é a língua portuguesa”. Nós, brasileiros, compartilhamos esse rico patrimônio do idioma e nos associamos a esse forte sentimento de família, um laço indissolúvel que nos une a Portugal.

As profundas raízes que nutrem as relações entre Portugal e o Brasil não irrigam apenas a história dos dois países. Em anos recentes, portugueses e brasileiros continuam a reinventar uma parceria transatlântica de mais de cinco séculos.

Em anos recentes, muitos brasileiros retracaram os passos de seus ancestrais portugueses e levaram para a Pátria-Mãe o mesmo espírito desbravador e empreendedor. São brasileiros contribuindo para o enriquecimento do país que os acolheu, à semelhança do que fizeram e fazem portugueses em meu País.

Portugal tem aumentado, em anos recentes, seus investimentos diretos no Brasil. A forte participação de empreendimentos lusos em áreas vitais da economia brasileira reflete a confiança da comunidade internacional no momento excepcional que vive o nosso País.

O Programa de Aceleração do Crescimento, que está em plena execução, oferece uma radiografia das oportunidades abertas para investidores que queiram redescobrir o Brasil. A expansão de nossa balança comercial demonstra o potencial de negócios ainda por desbravar.

Ao mesmo tempo, empresas brasileiras vêm assumindo posições estratégicas na economia portuguesa, como parte do processo de internacionalização da economia brasileira.

Portugueses e brasileiros temos sabido aprofundar a cooperação bilateral nas mais diversas áreas. As afinidades culturais e educacionais entre os dois países multiplicam essas potencialidades.

São todos temas que teremos a oportunidade de abordar na próxima Cúpula Brasil-Portugal, que se realizará ainda este ano.

Senhores e senhoras,

A parceria entre Portugal e Brasil ganha novos contornos e profundidade num mundo marcado por crescente desigualdade e por ameaças globalizadas.

Acreditamos na eficácia do multilateralismo e lutamos por um mundo multipolar. Rejeitamos soluções impostas de forma unilateral. Acreditamos no diálogo e na cooperação.

Somos especialmente agradecidos pelo decidido apoio de Portugal em iniciativas de nosso mais alto interesse, como a realização da I Cúpula Brasil-União Européia, e nosso pleito pela reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Nossa parceria na CPLP tem trazido bons frutos a uma comunidade de cerca de 250 milhões de habitantes, que faz de sua língua comum um poderoso instrumento de mobilização e conscientização.

Juntamente com os demais países-irmãos da África e de Timor, estamos comprometidos com o desenvolvimento econômico, a justiça social e o fortalecimento da democracia.

Neste início de século XXI, estamos determinados a revisitar a história que no passado fundiu povos, aproximou culturas e juntou oceanos. Assim como o Padre Vieira, sonhamos com a fundação de um “quinto império”, assentado na solidariedade entre povos e na justiça universal.

Meu caro Presidente Cavaco Silva, meu caro amigo,

A comemoração dos duzentos anos da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro nos faz recordar que a parceria entre Portugal e Brasil é uma aposta que tem história, mas também futuro.

O Brasil moderno e pujante de hoje muito deve à visão e ao destemor dos filhos de Portugal. Homens e mulheres que ousaram atravessar um oceano para construir, ao longo de sucessivas gerações, uma ponte de amizade e trabalho que une tão fortemente Portugal e Brasil.

É com orgulho e confiança que renovo hoje o convite para continuarmos a alargar e fortalecer essa ponte transatlântica.

Meus parabéns, Presidente Cavaco Silva, e muito obrigado.

VISITA AO REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE VISITA AO REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA E
ENTREGA DE LAUREL DE GRATIDÃO. RIO DE JANEIRO, RJ, 08/03/2008

Excelentíssimo Senhor Aníbal Antônio Cavaco Silva, Presidente da República portuguesa, e sua senhora Maria Cavaco Silva,

Minha companheira Marisa Leticia Lula da Silva,

Nosso querido anfitrião Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro, e sua senhora Adriana Ancelmo,

Senhor José Pinto Ribeiro, Ministro da Cultura de Portugal,

Senhor Antônio Braga, Secretário das Comunidades Portuguesas, e demais integrantes da comitiva que acompanha o Presidente Cavaco Silva,

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro, interino, das Relações Exteriores do Brasil,

Senhor Márcio Fortes de Almeida, Ministro das Cidades,

Embaixador Francisco Manoel Seixas da Costa, Embaixador da República Portuguesa no Brasil,

Embaixador Celso Marcos Vieira de Souza, Embaixador do Brasil na República Portuguesa,

Senhor Antônio Gomes da Costa, Presidente do Real Gabinete Português de Leitura,

Minhas queridas e meus queridos sócios e amigos do Real Gabinete,

Jornalistas aqui presentes,

Senhoras e senhores,

Receber o Laurel de Gratidão do Real Gabinete Português de Leitura é uma honra que não pode ser facilmente traduzida em palavras, ainda mais quando estamos nesta Casa dedicada à língua portuguesa.

Recebê-lo neste momento tão especial, em que celebramos o bicentenário da transferência da corte de D. João VI para o Brasil, é distinção ainda maior, que só posso aceitar como tributo à irmandade entre os nossos povos.

A vinda de D. João VI em 1808 abriu caminho para a independência do Brasil, mas também lançou as bases para a profunda e duradoura amizade que hoje une a ex-colônia e sua antiga metrópole.

Independentes politicamente, Portugal e Brasil continuam irmãos em sua história e cultura comuns. É por isso que venho hoje, com grande prazer, ao Real Gabinete Português de Leitura, casa centenária, símbolo do patrimônio que compartilhamos.

Para nós, brasileiros, o passado luso é motivo de orgulho e encontra expressão nas mais diversas facetas da vida nacional. Nossas culturas entrelaçam-se com tamanha identidade que nossos heróis e nossos poetas representam a alma de um único povo, ao mesmo tempo brasileiro e português.

Muitas de nossas cidades, como Belém e Santarém, em seus nomes, evocam a saudade de um país que está na origem de nossa brasilidade. São Sebastião, o padroeiro desta cidade maravilhosa, homenageia um líder visionário que lançou Portugal no caminho da grandeza e o Brasil na contagem regressiva para a sua fundação.

Nos bancos escolares lemos Fernando Pessoa como se fosse nosso. No cinema, teatro e televisão, brasileiros filmam e interpretam Eça de Queiroz com tanto desembaraço, que nos sentimos co-proprietários de suas obras.

São centenas as agremiações fundadas no Brasil com o espírito de manter viva essa rica parceria: o time do nosso Governador, Vasco da Gama, clube fundado pelos portugueses, até associações onde se mantém vivo o folclore regional, como é a Casa do Minho. Tampouco, podemos esquecer de grandes instituições beneméritas, como a Beneficência Portuguesa. Essas entidades devem muito ao Real Gabinete Português de Leitura.

Nesta casa, em 1931, foi fundada a Federação das Associações Luso-Brasileiras, que, desde então, mantém acesa a chama da integração espiritual entre nossas duas nações.

No campo da cultura, nenhuma instituição fez mais para preservar os laços que nos unem do que o Real Gabinete. Desde 1837, apenas 15 anos depois da independência do Brasil, esta Casa juntou uma coleção que soma 400 mil livros, hoje inteiramente informatizados. É com muito mais carinho que o Brasil preserva esta, que é a maior biblioteca de autores portugueses fora de Portugal.

Quero agradecer, senhor Presidente, ao Governo português, pela zelosa colaboração para atualização e enriquecimento permanente desse acervo de conhecimento e erudição. Graças à generosidade portuguesa, a biblioteca recebe um exemplar de cada obra publicada em Portugal, uma deferência que beneficia apenas o Real Gabinete, entre as instituições fora do território português.

É meu desejo que essa relação privilegiada entre Portugal e Brasil possa estender-se aos demais países lusófonos. Estou convencido de que por meio da CPLP podemos multiplicar experiências de cooperação tão sólidas e bem-sucedidas quanto a do Real Gabinete Português de Leitura.

Meu caro amigo Presidente Cavaco Silva,

Uma vez que estamos aqui nesta Casa da Cultura Portuguesa no Brasil, aproveito para evocar outro episódio memorável de nosso patrimônio comum. Neste ano também comemoramos o quarto centenário do Padre Antônio Vieira, o mais brasileiro dos portugueses e o mais português dos brasileiros.

Além de figurar entre os grandes nomes da literatura de nossos países, distinguiu-se como defensor dos direitos dos índios e dos negros. Ele é mais um vínculo entre o nosso passado e futuro comum na busca por um mundo mais justo e mais solidário.

Estou convencido de que as lições e valores recolhidos nas obras que cobrem essas paredes continuarão a iluminar próximas gerações nesta nossa caminhada.

Muito obrigado.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR
CELSO AMORIM, NA 25ª REUNIÃO DO PLENO DO CONSELHO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES. BRASÍLIA, DF, 01/04/2008

Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;

Ministro José Múcio, Coordenador do CDES;
Meus colegas Ministros;

Ministro Velloso, em nome de quem cumprimento os demais Conselheiros, por ser, provavelmente o guru de, pelo menos, muitos dos que estão aqui.

Presidente, eu vou procurar ser muito breve, porque sua presença aqui naturalmente inspira o desejo de todos de ouvi-lo, não tanto de ouvir os seus auxiliares. Olhando a pauta desta reunião, achei que o único tema sobre o qual eu poderia falar um pouco era o da crise financeira internacional, mesmo imaginando que o Ministro Mantega já se tenha referido a ele. Mas vou procurar falar um pouquinho sobre isso, do ângulo da política externa, do ângulo da política internacional do Brasil – tanto quanto possível evitando entrar em assuntos que fogem à minha seara. Mas é inevitável – inclusive o Ministro Mantega já mencionou esse fato aqui – referir-me a uma questão, de certa maneira, eu retomo o assunto de onde o Feijóo o deixou, a da presença ou não do Estado em aspectos da economia, não necessariamente sempre como investidor, mas pelo menos como regulador.

Eu vejo que as ações do FED – como o exemplo de ontem, aumentando o poder

regulatório – representam uma nova tendência, uma retomada de uma visão que tinha praticamente desaparecido. Meu primeiro cargo de relativa, não diria nem de importância, mas de relativa decisão na área econômica foi em uma época em que os três dogmas necessários para uma política econômica eram liberalização, privatização e desregulamentação. Tudo tinha que caminhar nesse sentido – e era aí que tudo iria bem. Hoje nós vemos o Governo norte-americano tomando uma medida em relação ao seu Banco Central, com o objetivo de aumentar o seu poder de regulamentação.

Por outro lado, há outro mito que se criou naquela época. No começo do Governo, a política externa, dirigida pelo Presidente Lula e executada por mim, foi alvo de algumas críticas por nós não estarmos colocando suficiente ênfase nos acordos de livre comércio com os países desenvolvidos. Hoje leio que um trabalho de um think tank americano, o Center for Economic and Policy Research, que diz – não somos nós que estamos dizendo – que a crise americana provocará impactos em todos os países das Américas, mas os reflexos mais agudos serão sentidos pelas economias mais integradas com os Estados Unidos, aquelas que mantêm acordos de livre comércio com os Estados Unidos, e menciona países da

América Central e o México. O mesmo artigo segue dizendo que o Brasil seria pouco afetado. Eu não quero dizer que nós tínhamos capacidade de premonição nem que foi o Governo Lula que inventou o fato de o Brasil ter uma estrutura comercial diversificada, porque ele já tinha uma estrutura comercial diversificada, mas o Governo Lula soube, sim, ver com muita clareza que essa diversificação era boa e que, ao invés de tentar caminhar no sentido oposto, levaria a uma concentração das nossas relações comerciais, de modo que se devia apostar nessa diversificação. Graças a isso, nosso comércio com a América Latina e o Caribe, por exemplo, cresceu, no período do Governo Lula até o final do ano passado, 262 %, com o Mercosul, 320 %... E nós podemos seguir por aí com outras cifras, mas não quero cansá-los com cifras, embora sejam números impressionantes. A América Latina e o Caribe, hoje, são um mercado mais importante do que a União Européia em seu conjunto, apesar do aumento da União Européia. E a América do Sul é, hoje, um mercado mais importante que os Estados Unidos, muitos empresários aqui sabem, não só pelo que vendem, mas pelos investimentos que têm nesses países. Desse modo, países que pareciam distantes, como os países árabes, a Índia, que o Ministro Miguel Jorge acaba de visitar, começam a se revelar como grandes mercados para o Brasil. Então, sempre que se procura entender por que o Brasil – não sei se estará totalmente imune ou não a uma crise, se ela se aprofundar – estará menos sujeito à crise, muito menos suscetível à crise do que outros, quando se procura essa razão e se vêem as direções que a política externa, por orientação do Presidente Lula, tomou, há uma coincidência bastante razoável.

Claro que eu não posso dizer que tudo é consequência da política externa – os preços das commodities na China subiram, o efeito da demanda chinesa e indiana no preço das

commodities ocorreria mesmo sem a política externa –, mas as oportunidades foram entendidas com profundidade. Fico contente, por exemplo, de ver os conselheiros aqui mencionarem a África do Sul, porque antigamente – eu que tive a oportunidade de participar de muitos governos – os exemplos todos vinham da União Européia ou dos Estados Unidos. Do Canadá, eventualmente. O simples fato de nós estarmos discutindo aqui modelos de outros países em desenvolvimento, a quem nós temos algo a ensinar, mas de quem também temos a aprender, é muito importante. O fato de o Ministro Miguel Jorge acabar de voltar da Índia, também creio que é muito importante, porque antes os Ministros do Exterior visitavam, às vezes, estes países, mas os outros Ministros o faziam com muito menos freqüência.

Então, eu acho importante esse trabalho de diversificação de parcerias, sem nenhum preconceito ideológico, é preciso deixar isso absolutamente claro. A atitude que nós adotamos em negociações com a Alca é a mesma em negociações do Mercosul e com a União Européia: atitude cautelosa, não atitude refratária, mas atitude cautelosa, que buscava preservar o interesse nacional e que agora está dando frutos concretos. Por quê? Nós prevíamos o que ia acontecer? Não. Mas digamos que havia noção de que, além da questão de obter mercados – que é importante e, para certos setores, é vital –, havia também uma questão fundamental nas negociações comerciais, que era diminuir a vulnerabilidade externa do Brasil.

Claro que o grande trabalho foi o trabalho interno, desenvolvido em relação à política macroeconômica, a distribuição de renda, que fortaleceu o mercado interno. Mas a política externa também inseriu, também contribuiu, é algo que vale a pena mencionar. Finalmente, Presidente, quando se fala de política externa, especialmente num fórum como este, a ten-

dência é concentrar em cifras de comércio, em questões de investimentos econômicos, que são obviamente importantíssimas, mas não são as únicas. Há coisas cuja importância só se sente quando faltam. Uma delas é a liberdade. Quando não se tem liberdade – sabe-se que a liberdade é fundamental –, quando se tem, considera-se uma coisa natural, como o ar. Outra coisa é a paz: nós sempre achamos que a paz é algo que veio de graça, porque, felizmente, vivemos em um continente relativamente pacífico, embora tenha tido seus problemas no passado. Então, eu diria que é a dimensão da preservação da paz é uma dimensão muito importante da política externa do Presidente Lula, mas que contribui para os negócios – e quem está vendendo para a Venezuela, quem está vendendo para a Colômbia, quem está vendendo para o Equador, quem está investindo nestes países sabe que é importante. Em primeiro lugar, na nossa própria região, mas até em áreas distantes. A Dra. Zilda Arns sabe que o Brasil tem-se empenhado profundamente em melhorar a situação de países como Timor e Guiné Bissau, porque a paz, no fundo, é algo indivisível e, de uma forma ou de outra, se houver conflitos, nós acabamos sendo contaminados.

A mídia brasileira diz que nós temos uma obsessão pela entrada do Brasil para o Conselho de Segurança. Quem tem essa obsessão é ela, porque a mídia brasileira é que procura sempre ver em qualquer ação do Brasil – seja na de se mandar um observador eleitoral para o Zimbábue, seja no envio de tropas para o Haiti, seja até no fato de se ajudar a Pastoral da Criança em Timor-Leste – uma obsessão do Brasil de entrar no Conselho de Segurança. Isso não é verdade: o Brasil tem essa aspiração porque acha que o Conselho

de Segurança tem que ser mudado; mas faria essas ações com ou sem o processo de reforma do Conselho de Segurança. Faz porque está interessado efetivamente em contribuir para a paz mundial; faz porque sabe que o Brasil pode contribuir para isso.

Em suma, se me permite uma expressão muito simples, com o Governo Lula a política externa saiu da toca, o Brasil saiu da toca e passou a atuar no mundo de uma maneira não-arrogante, mas ao mesmo tempo de uma maneira não-tímida, não-submissa, com capacidade de dar sua opinião. Cito apenas um exemplo, não vou nem dizer que há uma relação entre causa e efeito entre as duas coisas, mas a Secretária de Estado Condoleezza Rice acabou de estar no Brasil e, ao contrário do que se pode pensar, grande parte da conversa foi dedicada ao Oriente Médio. E uma das coisas que acabou de ocorrer no Oriente Médio, que é muito positiva, é a eliminação de cinquenta pontos de verificação – check points, como eles chamam – na Palestina. Isso pode melhorar a vida dos palestinos, e foi um dos pontos que nós levantamos com a Condoleezza Rice. Nós não podemos dizer que aconteceu por causa disso, mas ela ouviu, e ouviu com muita atenção, e disse que esta questão da melhora das condições de vida no local é muito importante.

Enfim, este é o sentido da política do Presidente Lula: contribuir para a paz é contribuir para evitar as crises. Contribuir para uma boa conclusão da rodada da OMC, na medida em que fortalece o sistema multilateral, é uma maneira de evitar as crises. E agir com coragem, mas também com certa cautela, nos acordos bilaterais com países mais ricos também é parte para evitar as crises. Obrigado.

VISITA DO PRESIDENTE DA ESLOVÊNIA AO BRASIL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE
DA ESLOVÊNIA, DANILO TÜRK. BRASÍLIA, DF, 02/04/2008

Excelentíssimo senhor Danilo Türk, presidente da Eslovênia,

Senhor Garibaldi Alves, presidente do Senado Federal,

Senhor Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados,

Senhor Andrej Šter, secretário de Estado das Relações Exteriores da Eslovênia,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, e sua senhora Ana Maria,

Senhoras e senhores integrantes da delegação da Eslovênia,

Senhor Nelson Jobim, ministro da Defesa,

Senhor Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhoras e senhores embaixadores,

Amigos da imprensa,

Meus amigos e minhas amigas,

Com satisfação, recebo o Presidente Danilo Türk nesta primeira visita oficial de um Chefe de Estado da República da Eslovênia ao Brasil.

Por décadas temos acolhido cidadãos eslovenos no Brasil. Eles se integraram perfeitamente à nossa sociedade, prestando contribuição muito positiva para a construção do país que adotaram.

O Brasil está abrindo um leitorado de português na Universidade de Primorska, na cidade de Koper. Será um elo entre nossas culturas. A mesma Universidade inaugurará o Centro de Estudos Latino-Americanos.

Senhoras e senhores,

Pouco depois da independência da Eslovênia, nosso relacionamento ganhou dinamismo, em grande parte devido ao caráter empreendedor dos cidadãos de origem eslovena no Brasil. Temos investimentos eslovenos aqui e exportações crescentes do Brasil para a Eslovênia. Já somos o principal parceiro de seu país na América do Sul.

O intercâmbio entre cientistas dos dois países é fluido e proveitoso, com amplas possibilidades de cooperação nas áreas de energia, incluindo os biocombustíveis.

Meu caro Presidente Türk,

Nossas relações bilaterais espelham a sintonia dos interesses que a Eslovênia e o Brasil têm a respeito das questões centrais da agenda internacional.

É o caso de nossa convergência sobre a reforma das Nações Unidas.

Agradeço o apoio da Eslovênia ao pleito brasileiro de ocupar assento permanente no Conselho de Segurança. Recebemos esse gesto como expressão da confiança em nossa capacidade de prestar contribuição positiva ao debate e à resolução de temas de grande relevância para a humanidade.

O Brasil está convencido de que grande parte desses problemas tem origem na pobreza e na desigualdade.

Defendemos a criação de mecanismos inovadores para o desenvolvimento e modelos de atuação da ONU, como no Haiti, que privilegiem o progresso econômico e social. Sem isso, não haverá paz e estabilidade duradouras.

Temos lutado para que o conceito de desenvolvimento ocupe o primeiro plano nas negociações comerciais multilaterais. Por essa razão, trabalhamos para que a Rodada de Doha da OMC possa trazer benefícios para os mais pobres. Sob a presidência eslovena do Conselho da União Européia, a V Cúpula América Latina e Caribe com a União Européia, em Lima, tem tudo para ser um êxito. Vamos debater temas de grande relevância para as duas regiões, como o combate à pobreza, inclusão social, mudança do clima e energia.

Compartilhamos o interesse na retomada das negociações do Acordo de Associação Mercosul-União Européia, em bases justas e equilibradas. Esse acordo será um valioso estímulo à dinamização das relações comerciais entre os dois blocos.

Meus caros amigos,

O Brasil acompanha os êxitos recentes da Eslovênia. Seu país foi o primeiro dos integrantes da antiga Iugoslávia a aderir à União Européia, em 2004; o primeiro dos novos membros a adotar o euro; e o primeiro do mesmo grupo a assumir a Presidência do Conselho da União Européia.

A Eslovênia deve orgulhar-se de seus altos índices de crescimento econômico e de ostentar a mais elevada renda per capita da Europa Central.

Aqui também temos o que comemorar. A economia brasileira avança de forma sólida, dinâmica e diversificada. Isso nos permite enfrentar as turbulências do mercado financeiro internacional e ser um dos principais destinos dos investimentos diretos estrangeiros. Avançamos na melhoria das condições de vida de milhões de brasileiros historicamente marginalizados. Graças a políticas sociais consistentes, hoje a grande maioria dos brasileiros tem a seu alcance os elementos materiais básicos da cidadania.

Senhoras e senhores,

Decidi abrir a Embaixada do Brasil em Liubliana por estar convencido de que é necessário estreitar as relações com a Eslovênia. O anúncio que fez Vossa Excelência hoje sobre a instalação de missão diplomática eslovena em Brasília ratifica nossa sintonia de interesses.

Estamos prontos para continuar avançando em nossa parceria bilateral e coordenar posições nas esferas regional e multilateral. Confio nos Ministros e empresários presentes para explorar as possibilidades de ampliar a cooperação em benefício mútuo.

É com este espírito que convido todos a erguerem suas taças e me acompanharem em um brinde à contínua prosperidade da República da Eslovênia, ao profícuo desenvolvimento da união entre eslovenos e brasileiros e à saúde e felicidade pessoal do Presidente Danilo Türk.

Muito obrigado.

VISITA DO PRESIDENTE DA GUATEMALA AO BRASIL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE
DA GUATEMALA, ÁLVARO COLOM. BRASÍLIA, 04/04/2008

Excelentíssimo Senhor Álvaro Colom,
Presidente da Guatemala, e sua Senhora
Sandra Torres de Colom,

Minha companheira Marisa,

Senhor Haroldo Rodas, Ministro das
Relações Exteriores da Guatemala,

Embaixador Celso Amorim, Ministro das
Relações Exteriores do Brasil, e sua Senhora
Ana Amorim,

Senhor Nelson Jobim, Ministro da Defesa,
Senhora Nilcéa Freire, secretária Especial
de Políticas para as Mulheres,

Senhoras e senhores integrantes da
delegação da Guatemala,

Senhoras e senhores embaixadores,

Meus amigos e minhas amigas,

Ao dar as boas vindas ao presidente Álvaro
Colom, quero evocar sua coragem pessoal e seu
empenho intransigente em favor dos direitos
políticos, sociais e econômicos de seu povo.

Aqui temos um homem de trajetória exem-
plar, que alenta nossa confiança num futuro de
paz e prosperidade para a Guatemala.

A eleição de Álvaro Colom tem um sig-
nificado que transcende as fronteiras de seu
país. Reflete o amadurecimento de um con-
tinentes que está se unindo para assegurar
dignidade e esperança para todos os seus ci-
dadãos. Por isso compareci à sua posse, em
janeiro último.

Agora, o presidente Colom vem ao Brasil,
em sua primeira visita bilateral oficial a um
país. Essas atitudes são demonstrações elo-
qüentes da vontade de dois governos de forta-
lecer seu potencial de amizade e cooperação.

A expressiva delegação ministerial que
o acompanha abre oportunidades para
consolidar parcerias e lançar novas iniciativas.

Vamos assinar um protocolo que contempla
ações para a melhoria das condições sociais.
Iremos trocar experiências sobre transferência
de renda, segurança alimentar, políticas
inovadoras de combate ao HIV - Aids e de
apoio à educação. A agenda que a primeira-
dama Sandra Colom cumpre no Brasil mostra
que nossos países assumem o combate à
pobreza como um desafio comum.

Sabemos que a luta contra a exclusão
social exige diretrizes econômicas inovadoras
e consistentes. No Brasil, a política de
distribuição de renda está na base de nossa
retomada do crescimento, que logramos
com equilíbrio macroeconômico e reduzindo
nossa vulnerabilidade externa. A expansão do
emprego e da renda não só faz recuar a pobreza
e a desigualdade, ela consolida um mercado
consumidor de massas capaz de sustentar um
ciclo virtuoso de crescimento sustentável.
Mais importante: ela amplia a cidadania.
Estamos seguros de que a Guatemala poderá

seguir caminho semelhante, respeitadas suas peculiaridades nacionais.

Companheiro Presidente, amigas e amigos,

Podemos desenvolver parcerias no campo dos biocombustíveis. Por sua tradição no cultivo da cana-de-açúcar, a Guatemala reúne condições de liderar essa iniciativa na América Central. Juntos, encontraremos alternativas energéticas sustentáveis para reduzir os efeitos da mudança climática, gerar emprego e renda, respeitada a segurança alimentar de nossas sociedades.

Os compromissos que estamos hoje assumindo em matéria energética abrem também perspectivas promissoras para a prospecção de petróleo e a realização de investimentos no setor hidrelétrico. A missão da Agência Brasileira de Cooperação que enviaremos em breve à Guatemala identificará novos horizontes para nossa parceria.

Vemos na cooperação com a Guatemala modelo do que o Brasil deseja desenvolver com toda a América Central. Nossa aliança abre oportunidades econômicas e comerciais para a Guatemala na América do Sul. A conclusão de uma área de livre comércio entre o Mercosul e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) multiplicará complementaridades, investimentos e promoverá cooperação técnica e transferência tecnológica.

Vamos fazer tudo isso buscando corrigir as assimetrias entre as economias de ambos os blocos. No próximo mês, em El Salvador, teremos a oportunidade de dar um passo definitivo para tornar realidade essas aspirações.

Guatemala e Brasil também querem unir esforços em prol de um sistema internacional multilateral, fundado no Direito e na justiça social.

Muito apreciamos o apoio guatemalteco a que o Brasil tenha um assento permanente no Conselho de Segurança. É um gesto de

confiança em nossa capacidade de contribuir para a construção de um mundo de paz e prosperidade.

Guatemala e Brasil também trabalham no G-20 para assegurar que a conclusão da Rodada Doha, da OMC, traga benefícios aos países mais pobres.

Buscamos a consolidação da solidariedade regional. Nossas tropas no Haiti, sob a égide da ONU, ajudam a restaurar a confiança do povo haitiano no seu próprio futuro. Oferecem um novo paradigma para a solução de conflitos e a promoção da paz e segurança no mundo.

Caro amigo Presidente Colom,

Hoje estamos dando um salto nas relações entre nossos países. Vamos multiplicar iniciativas que atendam as aspirações de nossos povos ao desenvolvimento com inclusão social. Contamos com a Guatemala ao nosso lado. O povo guatemalteco sabe que pode contar com o Brasil.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu não poderia, fugindo do meu script, deixar de dizer umas palavras ao companheiro Colom. Durante praticamente toda a existência da Guatemala, certamente ela esteve voltada com os olhos para o Norte. O Brasil, durante muito tempo, era um país desconhecido da Guatemala.

Também é verdade que durante muito tempo o Brasil olhava tanto para o Norte, para os Estados Unidos, principalmente, que os olhos do Brasil não enxergavam grande parte do continente latino-americano. Não faz muito tempo, nas primeiras viagens que fiz para a América Central, em todos os lugares que eu visitava, os presidentes diziam: “É a primeira vez que vem um presidente do Brasil ao nosso país”. Porque esse é um dos problemas a que nós nos submetemos no século XX. Traduzindo isso para a relação pessoal entre famílias, se quisermos estabelecer um paralelo, dificilmente um parente hoje, no

mundo, visita um parente mais pobre. Todo mundo gosta de visitar os parentes mais ricos, os pobres vão caindo no esquecimento.

Faz algum tempo que o Brasil mudou de posição. Não que não queiramos uma relação forte com os países ricos. Queremos e a temos. Mas é preciso que, pela importância que o Brasil tem no continente, pela grandeza da economia brasileira dentro do continente, pela grandeza do conhecimento científico e tecnológico que o Brasil tem no continente, é importante que o Brasil tenha uma atitude mais ousada, uma atitude mais vigorosa. Por isso, desde o primeiro dia do meu governo nós determinamos priorizar as nossas relações com a América do Sul, com a América Latina e com a África, principalmente, para que pudéssemos estabelecer entre nós uma relação que pudesse descobrir os nichos de oportunidades que muitas vezes nós temos e que muitas vezes não aproveitamos. Estabelecer uma política de complementaridade para que a gente possa distinguir perfeitamente bem o que o Brasil pode fazer pela Guatemala e o que a Guatemala pode fazer pelo Brasil.

Em que nós ainda não nos descobrimos? O que nós ainda não fazemos, que já deveríamos ter feito há muito tempo? Essa troca de experiências se faz necessária com a visita de um presidente da República de outro país. Certamente, a Guatemala tem experiências extraordinárias ao longo de tanto tempo e, certamente, o Brasil também tem experiências extraordinárias que, se conhecidas pelos dois governos e pelos dois povos, nós poderemos

unificar as coisas que estão dando certo nos países e aperfeiçoar aquelas coisas que não estão dando certo ou, quem sabe, aboli-las da nossa prática política.

Eu conheço um pouco da história do presidente Colom. Embora não seja eleitor guatemalteco, daqui do Brasil fiquei torcendo para que você ganhasse as eleições. Agora, meu caro Presidente, você tem quatro anos e já deve ter descoberto que governar é muito mais difícil do que discursar em um palanque durante a campanha. Mas eu estou convencido de que pela sua história, pela gente que te cerca e pelos compromissos que eu vi você assumir no seu discurso de posse, em janeiro, eu estou convencido de que a Guatemala, depois de quatro anos do seu mandato, terá a sua história dividida entre antes e depois do seu governo, porque não tenho dúvida dos seus compromissos com os excluídos, não tenho dúvida da sua opção pelos pobres, não tenho dúvida dos compromissos éticos que perpassaram toda a sua carreira política. Daqui do Brasil estarei agora não apenas torcendo, mas dentro das nossas possibilidades, quero que saiba que o meu governo estará disposto a fazer o que estiver ao seu alcance para contribuir com o povo da Guatemala.

Por isso, quero em nome dessa parceria que já existia antes de nos conhecermos e que se consolida agora, erguer um brinde à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da senhora Sandra Colom, bem como à prosperidade de seu país e à amizade que une Guatemala e Brasil.

SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL - PAÍSES BAIXOS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO
EMPRESARIAL “BRASIL - PAÍSES BAIXOS, OPORTUNIDADES
DE NEGÓCIOS”. HAIA, PAÍSES BAIXOS, 11/04/2008

Não foi possível nem ver um jogo de futebol e nem ver Amsterdã, com a agenda que foi feita para vir aqui. Se alguém perguntar para mim: “Presidente, o senhor conhece Amsterdã?” Eu vou dizer: não, porque não consegui ver Amsterdã. Mas fica para a próxima.

Com satisfação, me dirijo a este seminário, ao término de minha visita aos Países Baixos. Estou certo de que os representantes dos governos e do setor privado brasileiro e neerlandês trocaram informações, identificaram oportunidades de negócios e criaram laços ainda mais fortes entre nossos países.

Já no século XVII, quando se constituiu a Companhia das Índias Ocidentais, era grande o interesse neerlandês pela cana-de-açúcar brasileira. Amsterdã era o maior centro financeiro da época. Bancos neerlandeses financiavam a produção dos engenhos no Nordeste brasileiro. O litoral de Pernambuco era uma das mais importantes... na verdade era a mais importante de todas as regiões açucareiras do mundo.

Em 1637, chegava ao Brasil Colônia um dos maiores empreendedores neerlandeses: Maurício de Nassau. Sua presença deixou-nos uma herança cultural que ainda se pode ver hoje no Recife, capital do meu Estado

natal e uma das principais cidades do meu País. O legado visionário de Nassau continua a inspirar os empresários neerlandeses que hoje apostam no Brasil. Suas empresas fazem bons negócios e ajudam o desenvolvimento de nossos países. As empresas brasileiras, por sua parte, estão descobrindo a Europa e o mundo. Os Países Baixos, por suas vantagens logísticas, são plataforma ideal para a internacionalização brasileira. Isso mostra o potencial de intercâmbio que temos à nossa disposição.

A cana-de-açúcar é um bom exemplo de como nossa parceria pode se renovar e reinventar. No Brasil Colônia, holandeses estiveram fortemente envolvidos no cultivo e comercialização do que era nosso principal produto agrícola. Séculos depois, a partir de 1975, alguns brasileiros, com espírito pioneiro, perceberam que tínhamos um potencial gigantesco de energia não aproveitado.

Muitos dos Senhores conhecem o que temos feito, ao longo das últimas décadas. Desenvolvemos uma fonte energética alternativa ao petróleo. Uma fonte que gera empregos, desenvolvimento social e desempenha papel importante na contenção dos efeitos da mudança climática, sem comprometer a segurança alimentar.

Mais de três séculos após a época de Nassau, convido os empresários neerlandeses a renovar a aposta na cana e nos biocombustíveis brasileiros.

Caros empresários e empresárias,

Em 2007, os Países Baixos ocuparam a primeira posição entre os investidores estrangeiros no Brasil. Os investimentos somaram cerca de oito bilhões de dólares, um crescimento de mais de 200% em relação a 2006. Os Países Baixos contribuem, assim, para fortalecer as bases do nosso crescimento, criando empregos e aportando novas tecnologias.

A agenda de desenvolvimento do Brasil de hoje reserva um espaço adicional para a participação neerlandesa. O Programa de Aceleração do Crescimento, que lançamos há pouco mais de um ano, foi elaborado com o objetivo de garantir ao Brasil muitos anos de desenvolvimento sustentável. Mais importante: o programa tem forte componente social. O Programa de Aceleração do Crescimento prevê investimentos de mais de 270 bilhões de dólares até 2010, em centenas de obras de habitação e saneamento, na infra-estrutura do Brasil, para melhorar o escoamento de produtos e a oferta de energia. Quero chamar a atenção em particular para o programa de reaparelhamento de portos e estaleiros navais, campo de notória excelência neerlandesa.

Investir no Brasil é um bom negócio. Os números de nossa economia são eloqüentes. As reservas do Brasil – hoje de 200 bilhões de dólares – são superiores à dívida externa dos setores público e privado. Passamos de devedores a credores internacionais. As exportações e as importações quebram recordes históricos. A inflação está baixa e sob controle. Aumentamos o crédito, sobretudo, para as pequenas empresas e para as classes sociais mais carentes. O resultado é crescimento da produção e do consumo há 16 trimestres consecutivos. Desde que assumi o governo, foram

criados 10 milhões de empregos, a grande maioria empregos formais. Vinte milhões de homens e mulheres saíram da pobreza absoluta. Ocorre um ciclo virtuoso de crescimento sustentável, centrado na incorporação de milhões de novos consumidores ao mercado interno. Como resultado desses sinais claros de estabilidade e de expansão, os investimentos crescem há 15 trimestres consecutivos. Recebemos 34 bilhões de dólares em 2007, o dobro do que recebemos em 2006.

Outro dado revelador: em 2006, aumentaram em 50% os investimentos brasileiros no exterior, em um total de 32 bilhões de dólares, fazendo do Brasil um dos 12 maiores investidores do mundo. Esse ganho de competitividade de nossas empresas não se deve apenas a uma situação internacional favorável nos últimos anos. Em outros bons momentos recentes da economia mundial, o Brasil não conseguia acompanhar os bons índices. Os números atuais da economia e a baixa vulnerabilidade em relação à crise nos EUA são resultado do ajuste que realizamos a partir de 2003. O aumento do superávit que fizemos, de 3,75% para 4,25% do Produto Interno Bruto, deixou a economia mais forte para enfrentar novas turbulências. Temos segurança de que o Brasil deverá crescer em 2008 mais do que os 5,4% que cresceu em 2007.

Estou convencido de que os Países Baixos e o Brasil estão longe de esgotar todas as possibilidades de interação econômica e que há ainda muito por cooperar, desenvolver e criar juntos. Dois países como os nossos, que constroem suas relações econômicas e comerciais sobre uma rica base de interesses complementares, têm a obrigação e a oportunidade de fortalecer sua parceria.

Meus amigos,
Empresários brasileiros,
Empresários neerlandeses,
Companheiros e companheiras,

Permitam fazer aqui um pequeno improviso e pedir para o intérprete se sacrificar um pouco mais. Eu volto para o Brasil convencido de que nós demos um passo muito importante na relação Países Baixos e Brasil. E não digo isso para agradar empresários brasileiros ou para agradar empresários neerlandeses. Eu digo isso porque, independentemente do que aconteceu em três séculos, em 1600 e pouco, a Holanda descobriu o Brasil, e por lá deixou muitas raízes, e deixou muitos nordestinos e muitas nordestinas que até hoje parecem que são filhos de holandeses. Está aí o nosso governador do Estado de Pernambuco que tem uma única explicação para ter os olhos verdes: é a árvore genealógica dele ter alguma coisa a ver com a chegada de Maurício de Nassau ao Brasil. Mas mais do que isso, nós estamos determinados a garantir que o Brasil se transforme, definitivamente, em uma economia forte.

Eu estou com 62 anos de idade e em pelo menos 40 desses 62 anos, eu ouvi dizer que o Brasil poderia ser o país do futuro. E nós achamos que o Brasil não precisa mais ser o país do futuro, porque o futuro é agora. Nós temos trabalhado para não jogar fora nenhuma oportunidade que nos apareça. Nós sabemos que seremos mais merecedores da confiança de empresários de outra parte do mundo, na medida em que os empresários descubram, e ao mesmo tempo percebam, que nós estamos fazendo a nossa parte, que nós estamos agindo com seriedade e que nós precisamos ser o exemplo para motivarmos investidores estrangeiros a aportarem no Brasil e fazer os investimentos.

Nós estamos determinados a fazer com que a América do Sul tenha um desenvolvimento mais equânime e que possa, quem sabe, construir com a União Européia um acordo entre a América do Sul e a União Européia, o Mercosul e a União Européia para que a gente dê complementação e dê seqüência ao acordo

estratégico que o Brasil fez com a União Européia.

O Brasil, pela sua posição geográfica, é um porto de entrada para muitos países da América do Sul. E nós sabemos que a Holanda tem sido um porto de entrada de muitos produtos brasileiros pelo porto de Rotterdam. E isso pode ser aprimorado. Para isso, nós recuperamos a indústria naval brasileira que, na década de 70, foi a segunda maior do mundo e que, na década de 90, tinha desaparecido. Recuperamos os estaleiros, estamos fazendo novos estaleiros, estamos produzindo novos navios, estamos produzindo plataformas da Petrobras. E eu transformei o Ministério dos Transportes, que cuidava dos portos, eu criei uma secretaria especial só para cuidar de portos no Brasil.

É importante que vocês saibam que essas secretarias têm como tarefa fundamental e prioritária: primeiro, modernizar os portos brasileiros, torná-los mais competitivos, administrados de forma muito mais profissional para que a gente possa competir com Rotterdam, competir com Hamburgo, competir com qualquer outro porto do mundo com as mesmas vantagens, com a mesma política de desenvolvimento, com a modernização da nossa política aduaneira, para que um navio não seja obrigado a ficar três, quatro dias à espera de carregar ou de descarregar uma carga.

Ao mesmo tempo, nós estamos convencidos de que o Brasil, que estava habituado a ter uma balança comercial no máximo de 60 bilhões de dólares, até 2004, 2003, deu um salto para uma balança comercial de 165 bilhões de dólares. Ou seja, praticamente quase triplicamos a nossa balança comercial, com a mesma infraestrutura que nós tínhamos quando o Brasil tinha uma balança comercial de apenas 60 bilhões de dólares.

E nós queremos crescer mais. Queremos exportar mais e queremos importar mais.

Por isso que nós estamos fazendo um investimento de praticamente 270 bilhões de dólares em obras de infra-estrutura nos portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, gasodutos, hidrelétricas, linhas de transmissão, para que o Brasil possa oferecer a quem lá queira investir, as oportunidades de que não faltará, em infra-estrutura, logística e, muito menos, energia, para que as empresas possam produzir.

Eu estou dizendo isso para que os empresários neerlandeses possam conhecer o que significa o PAC. Eu sei que o Ministro estará viajando para o Brasil na próxima semana, e eu acho extremamente importante, Miguel Jorge, que ele possa ter um momento para ouvir uma boa exposição do que o PAC significa.

Só para vocês terem uma idéia, dentro do nosso Programa de Aceleração do Crescimento, nós estamos fazendo uma ferrovia entre o Estado de Pernambuco e o Estado do Ceará, mais o Estado do Piauí, de mais de 1.700 quilômetros, e queremos inaugurá-la até 2010.

Estamos fazendo uma outra ferrovia, que é a ferrovia que liga a Ferrovia Leste-Oeste, na Bahia, uma ferrovia de 1.400 quilômetros, que vai ligar a já existente Norte-Sul ao Porto de Ilhéus, na Bahia, transportando não apenas os produtos agrícolas produzidos na região na Bahia como, também, a produção de minério existente naquela região.

Mais importante do que isso é que estamos, até outubro, queremos fazer o trem-bala. Não sei se a Holanda é especialista em trem-bala, mas estamos pensando em fazer a licitação, concluindo o projeto executivo de um trem-bala, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo-Campinas, Campinas-São Paulo e Rio de Janeiro. É um projeto muito grande e é um projeto que nós estamos determinados a fazer, e obviamente que queremos fazê-lo com a iniciativa privada, nós não queremos fazer uma coisa pública.

E, por último, eu gostaria que os empresários neerlandeses se dispusessem a participar mais ativamente da discussão sobre biocombustíveis. Nós vamos fazer um grande seminário internacional, em novembro, no Brasil, para discutir biocombustíveis. Gostaríamos que não apenas o governo, mas os empresários estivessem presentes, porque nós queremos fazer um debate racional, um debate com uma dosagem de informações técnicas e científicas muito forte, e não permitir que a gente fique fazendo debate apenas com o viés ideológico, ou seja, se a cana vai substituir o feijão ou o arroz, ou se o arroz vai substituir. Já tem charge no jornal de hoje passando a idéia de que o biocombustível é que está causando inflação, por conta dos alimentos. O que é uma falácia, uma mentira deslavada, de quem não entende ou de quem não quer entender.

Nós temos, hoje, mais de 1 bilhão de seres humanos vivendo abaixo da linha da pobreza. Nós temos 1 bilhão de seres humanos que não conseguem comer as calorias e as proteínas necessárias ao ser humano, sem que haja a produção de biocombustível. E nós temos clareza de que é amplamente possível compatibilizar, em muitos países do mundo, a produção de etanol, a produção de biodiesel, com a produção de alimentos.

Eu peço a todos vocês que, ao analisarem a questão dos biocombustíveis, não analisem a partir da lógica do território da Holanda, ou do território de um país europeu, porque vocês já estão prontos, vocês já estão com a casa arrumada. Eu dou sempre o exemplo de que aqui na Europa as coisas foram tão arrumadas que parece casa de um casal recém-casado. Está tudo no lugar.

Mas é preciso olhar a produção de biocombustível, do etanol e do biodiesel a partir de outros territórios. Olhemos o mundo a partir da América Latina, olhemos o mundo a partir do território africano, olhemos o mundo

através de alguns países asiáticos, que têm sérios problemas de crescimento econômico. E, aí, nós vamos perceber que há um espaço extraordinário para que a gente possa fazer parceria entre o Brasil e a Holanda, entre a Holanda e a Alemanha, entre a Alemanha e a França, entre a França e o Brasil, entre a França e a Argentina, para que possamos produzir novos combustíveis a partir de países que hoje não produzem nada, e que têm problemas muito sérios de desenvolvimento.

E não é muito difícil, porque hoje nós importamos petróleo de 10 países que, praticamente, mantêm o monopólio do petróleo. E nós falamos tanto em aquecimento global, aprovamos o Protocolo de Quioto e, certamente, vamos aprovar outros protocolos pela frente.

O dado concreto é que a cada dia que passa, nós produzimos mais carros, usamos mais gasolina, usamos mais combustíveis, emitimos mais CO₂, poluímos mais o Planeta e aumentamos mais o aquecimento global. Vamos mudar isso ou não vamos? O Brasil está apresentando uma alternativa. Nós produzimos combustíveis que não emitem CO₂, menos poluentes, mais geradores de empregos, muito mais geradores de empregos, portanto, muito mais importantes para o mundo subdesenvolvido que, certamente, irá beneficiar o mundo desenvolvido.

E para terminar, eu quero dizer para vocês que, em 2002, eu fiz uma campanha presidencial e comprei uma briga durante a campanha, dizendo que nós iríamos produzir plataforma de petróleo no Brasil. Os meus adversários diziam que o Brasil não tinha tecnologia e não tinha competência para produzir plataforma. Fizemos a disputa, ganhamos as eleições. E, hoje, todas as plataformas produzidas no Brasil já têm 75% de componentes nacionais, mais a mão-de-obra nacional. Agora, uma plataforma para produzir petróleo é muito cara. Eu fui,

agora, no Estado do Rio Grande do Sul, fazer uma visita à P-53. É uma plataforma, só para vocês terem idéia, maior do que um estádio de futebol, ela é 40 metros maior do que Estádio do Maracanã. Uma plataforma dessa custa quase 2 bilhões de dólares. E o Brasil, agora, descobriu uma grande jazida de petróleo. A camada pré-sal está praticamente a sete mil metros de profundidade. São dois mil metros de lâmina d'água, três mil metros de rocha e dois mil metros de sal. Eu trabalho com a convicção de que, em 2010, nós já estaremos tirando o primeiro barril de petróleo dessa nova jazida. E, certamente, o Brasil passará a ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo e exportador de petróleo.

Eu só lamento, meu querido Eduardo Campos, não ser o Presidente do Brasil quando tudo isso estiver pronto, para participar da OPEP, só lamento. Mas, de qualquer forma, o fato de o Brasil ser auto-suficiente em petróleo e virar exportador de petróleo não significa que o Brasil vai diminuir o seu ímpeto e a sua vontade na questão dos combustíveis renováveis. Por uma razão muito simples: para produzir uma plataforma, além de mão-de-obra altamente qualificada e além de gastar 2 bilhões de dólares, 1 bilhão e meio de dólares, eu preciso atender, quem sabe, sete ou oito mil trabalhadores, trabalhando.

Por que me entusiasmam os biocombustíveis? Porque o trabalhador mais comum do mundo, até um analfabeto, pode cavar uma covinha de 30 centímetros e plantar uma semente que, alguns meses depois, lhe dará uma semente que vai produzir um combustível. Ou plantar um pé de cana que, poucos meses depois, vai lhe dar etanol e depois, ainda, vai produzir energia elétrica.

Bem, como eu disse no começo, no mundo desenvolvido está tudo mais ou menos arrumado, tudo mais ou menos estabilizado. Agora, o desafio é se nós, se o Brasil não é um País

rico, embora tenha potencial para ser rico, se nós que já conquistamos a nossa cidadania estamos dispostos, no século XXI, a fazer com que os países pobres, do século XX, e mais o continente africano, tenham a oportunidade de produzir para nós o combustível que hoje produz a Arábia Saudita, o Iraque, Kuwait, o Catar, a Líbia, a Venezuela, o Brasil, a Rússia. Nós estamos oferecendo outra oportunidade. Na verdade, o que nós estamos propondo é democratizar o combustível no mundo e não permitir que fique apenas na mão de 10 ou 12 países o controle. E é muito engraçado, porque ninguém reclama. O preço do petróleo sai de 12 dólares o barril, 20 dólares o barril para 102 dólares o barril e nós fingimos que não está acontecendo nada no mundo, porque todos nós somos dependentes, porque todos nós temos apenas uma matriz energética na área de combustíveis.

Nós sabemos que carro a hidrogênio ainda está longe para ser produzido. Nós sabemos que carro tocado a bateria vai deixar muita gente na estrada. Nós sabemos que o combustível, seja do petróleo ou outra coisa qualquer, é a solução. E o Brasil tem essa solução, tem tecnologia e tem provas. Cem por cento dos carros brasileiros vendidos no mercado interno são flex-fuel. Aliás, eu acho que os nossos empresários deveriam receber o Ministro do Desenvolvimento no aeroporto com carro flex-fuel, para ele andar, Miguel Jorge, para que ele possa andar com o carro

flex-fuel todo o tempo em que ele estiver no Brasil. Para ele ver a qualidade... E depois, você vai ver que não tem o mau cheiro do petróleo, não tem aquela fumaça preta do petróleo. Então, eu acho importante.

Por isso eu queria fazer um desafio a todos os empresários aqui presentes. Eu propus ao primeiro-ministro que nós criássemos um grupo de trabalho para que a gente aprofundasse essa discussão, para que nós pudessemos fazer projetos conjuntos para terceiros países. E gostaria que o Miguel Jorge aproveitasse a ida do Ministro, para que nós pudessemos começar uma longa e profícua parceria na produção de combustível, para mudarmos a matriz energética do mundo.

Com essas palavras, eu quero agradecer a todos vocês o carinho com o qual fui recebido aqui. Certamente não tive a oportunidade de conhecer um bar aqui na Holanda. Esse é o prejuízo da visita de Estado, é que tudo é oficial. E quando tudo é oficial, a gente termina não conhecendo o país que a gente visitou. Mas, de qualquer forma, eu sou muito agradecido pelo carinho com que a Rainha nos tratou, pelo carinho com que o presidente da Câmara e do Senado nos receberam, pelo carinho com que os ministros nos trataram e eu espero que continuem nos tratando, até quando pegarmos o avião para ir embora para a República Tcheca. E dizer que estaremos no Brasil recebendo vocês de braços abertos.

Um abraço e muito obrigado.

TEMAS DE INTERESSE GLOBAL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE DISCUSSÃO SOBRE TEMAS DE INTERESSE GLOBAL. HAIA, PAÍSES BAIXOS, 11/04/2008

Vivemos neste início do século XXI uma era de prosperidade sem precedentes, fundada no desenvolvimento científico e tecnológico, no progresso industrial e na exploração acelerada dos recursos naturais. No entanto, esse estado de coisas se choca com a existência da pobreza que afeta centenas de milhões de homens e mulheres mundo afora.

A isso se somam os problemas advindos da mudança climática global, da grave crise financeira, do terrorismo e do narcotráfico. Diante desses e de outros desafios e ameaças globais, a comunidade internacional precisa rever suas certezas, reinventar-se. Os desafios contemporâneos exigem uma abordagem ampla e o desenvolvimento é central para a solução dessas questões.

Falar sobre esses desafios para o público neerlandês facilita muito minha tarefa. Vocês construíram um país em meio a adversidades. Aprenderam a conviver com os desafios da natureza e as limitações territoriais. Transformaram-se em potência comercial mundial com criatividade e caráter empreendedor. Hoje, ostentam níveis admiráveis de progresso econômico, social e político.

A rica e bem-sucedida experiência dos Países Baixos demonstra aquilo que aprendemos no Brasil: o trabalho começa em casa. Para

contribuir na construção de uma nova ordem global, justa e solidária, é necessário superar a herança de miséria e desigualdade que ainda hoje marca nosso país.

Desde 2003, meu governo vem aprofundando políticas voltadas para promover o crescimento sustentável. Colocamos o país nos trilhos da estabilidade econômica e, ao mesmo tempo, combatemos as causas estruturais da pobreza. São dois movimentos inseparáveis. Não há combate à pobreza com uma inflação corroendo salários. Mas o crescimento duradouro exige a incorporação dos excluídos ao mercado consumidor. Mudanças profundas estão em curso no Brasil. Deixamos de ser devedores, passando à condição de credores internacionais. Podemos planejar nosso futuro sem temer ficar reféns de incertezas. Não nos isolamos dos problemas da economia mundial, mas estamos aptos a enfrentá-los.

Criamos 10 milhões de empregos. Esses empregos têm um impacto que vai além da economia. Eles geram cidadania. Por meio de políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, reduzimos em mais da metade a pobreza extrema, antecipando em dez anos o cumprimento da principal Meta do Milênio. Ingressamos no grupo dos países com alto índice de desenvolvimento humano.

O compromisso do Brasil com a cidadania e o bem-estar não deve parar em nossas fronteiras. Podemos repetir esses resultados em escala mundial, desde que haja vontade coletiva. Estamos na dianteira dos esforços para criar mecanismos financeiros inovadores. Em 2004, fui um dos chefes de Estado a lançar a Ação contra a Fome e a Pobreza. Empenhei-me pela criação da central de compras de medicamentos que barateia em até 45% os medicamentos contra a Aids, a malária e a tuberculose destinados aos países mais pobres.

Mas precisamos fazer mais. Precisamos transformar estruturas econômicas e comerciais. Somente assim surgirão opções produtivas para países que não conseguem competir nos mercados internacionais. Esse é o objetivo da Rodada Doha da OMC. Cabe aos países desenvolvidos darem um passo na direção de uma liberalização equitativa que elimine os subsídios agrícolas e outras distorções do comércio mundial.

Senhoras e senhores,

O êxito do G-20 revolucionou a dinâmica negociadora da OMC. Os países em desenvolvimento deixaram de ser meros espectadores. O fortalecimento da cooperação Sul-Sul não é uma atitude confrontacionista. Queremos que o processo negociador alcance um acordo que seja equilibrado e faça jus ao mandato da Rodada do Desenvolvimento.

Estamos assistindo ao nascimento em escala mundial de uma nova geografia econômica, comercial e política. Exemplo disso é o crescimento exponencial dos fluxos comerciais e de investimento entre o Brasil e os países sul-americanos, africanos, asiáticos e do Oriente Médio. Nossas realidades semelhantes favorecem a ampliação do relacionamento nos mais variados setores, desde ciência e tecnologia até educação, passando por saúde e cultura.

Em nossa região, estamos empenhados na consolidação institucional da União de Na-

ções Sul-Americanas, de modo a fortalecer a cooperação nos domínios econômico, político, sociocultural, sem deixar de lado a dimensão essencial da segurança e da defesa. Estamos construindo uma infra-estrutura de energia, transportes e comunicações que multiplicará as potencialidades do continente: maior reserva energética mundial, um terço das reservas de água doce, amplo potencial agrícola, proximidade cultural e lingüística.

Continuamos a impulsionar o Mercosul. Por meio de fundos estruturais que reduzem as assimetrias dentro do Bloco, estamos forjando um espaço de integração solidário. A inauguração, no ano passado, do Parlamento do Mercosul é o embrião de uma cidadania verdadeiramente sul-americana.

Temos intensificado nosso relacionamento com a América Central e o Caribe. No Haiti, nossa participação na MINUSTAH evidencia a importância que concedemos à solidariedade regional. Os avanços democráticos e sociais indicam que estamos exercendo influência positiva na recuperação da estabilidade do país. É fundamental que a comunidade internacional mobilize recursos para seguir apoiando a recuperação e o desenvolvimento do Haiti.

Visitei 20 países nas 7 visitas que fiz à África. Realizamos a primeira Cúpula África-América do Sul, e consolidamos nossa participação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Abrimos em Gana um primeiro escritório de nossa empresa de tecnologia agrícola, a Embrapa. E vamos abrir em Moçambique um escritório da Fundação Oswaldo Cruz, instituição de pesquisa em saúde, para transferir tecnologia e conhecimento aos irmãos moçambicanos e aos demais países membros da União Africana.

Criamos o Ibas, foro inovador que reúne três grandes democracias do mundo em desenvolvimento - África do Sul, Brasil e Índia - para articular nossa visão para o futuro

da cooperação Sul-Sul. Um de seus primeiros resultados é um fundo trilateral para financiar projetos de cooperação no Haiti e na Guiné-Bissau.

Intensificamos nossas relações com os países do Oriente Médio. Em 2005 realizamos a primeira Cúpula América do Sul - Países Árabes. Estamos presentes nas discussões sobre a paz no Oriente Médio. Fomos dos poucos países em desenvolvimento convidados para a Conferência de Annapolis.

Aprofundamos nosso relacionamento com os países do Ásia e, em particular, com os membros da Asean. Pretendo em breve visitar alguns dos países que integram essa importante organização.

Temos igualmente intensificado o relacionamento com os países desenvolvidos. Em julho de 2007 foi lançada a Parceria Estratégica Brasil-União Européia, que permitirá ampliar a cooperação com um de nossos principais parceiros em áreas que vão do diálogo político ao meio ambiente e à ciência e tecnologia. Com os Estados Unidos firmamos o memorando de entendimento sobre biocombustíveis para promover a cooperação bilateral e em benefício de países mais pobres, além da criação de um mercado global para fontes limpas e sustentáveis de energia. Estabelecemos uma parceria estratégica com a Suíça, um importante programa de cooperação trilateral com o Canadá e grandes iniciativas com o Japão na área tecnológica.

Senhoras e senhores,

A íntima relação entre os problemas ambientais, econômicos e de segurança explica a complexidade dos desafios contemporâneos. O Brasil, como os Países Baixos, defende um Conselho de Segurança mais representativo, mais condizente com os desafios globais. A mudança do clima exige repensar nosso modelo de desenvolvimento global. Os países industrializados devem demonstrar liderança

na reversão do processo pelo qual são os principais responsáveis. Caso contrário, cairão no vazio os apelos aos países em desenvolvimento para que limitem seus já reduzidos padrões de consumo e de produção.

O Brasil tem feito grandes esforços para reduzir a emissão de gases de efeito estufa. O desmatamento caiu 60%, nos últimos três anos. Ao mesmo tempo, criamos 20 milhões de hectares de áreas de preservação ecológica e reservas de desenvolvimento sustentável.

A comunidade internacional hoje discute saídas não apenas para a degradação ambiental, mas também para os altos preços do petróleo e o agravamento da miséria em países do Sul. Como todos sabem, embora frequentemente omitam, os combustíveis fósseis ainda são os maiores responsáveis pelo problema do aquecimento global. A experiência brasileira com biocombustíveis mostra que é possível uma solução equilibrada para os desafios da segurança energética e da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

A substituição parcial da gasolina pelo etanol evitou a emissão de 644 milhões de toneladas de CO₂ nos últimos 30 anos. Gerou cerca de 6 milhões de postos de trabalho, inclusive em algumas das regiões mais carentes do Brasil. Por meio da cooperação, o Brasil deseja repetir esses resultados em países da América Latina, África e Ásia, sempre que as realidades e necessidades locais o recomendem.

É preciso discutir as barreiras ao comércio dos biocombustíveis, que surgem a pretexto de supostos riscos ambientais, sociais e alimentares. Considero esse debate necessário e urgente. Mas ele precisa ser feito com base em fatos, e não em preconceitos.

A cana-de-açúcar, de onde tiramos o etanol, ocupa 1% das terras agricultáveis do Brasil e não traz impacto negativo para a segurança alimentar dos brasileiros. Sua expansão ocorre sobretudo em pastagens degradadas na

região Centro-Sul do País, distantes da floresta amazônica.

No quadro do zoneamento agroecológico em implantação no Brasil, estamos trabalhando em sistema de certificação de sustentabilidade ambiental e social para o etanol e o biodiesel. Queremos garantir que se desenvolverão em harmonia com a natureza e em benefício da população mais carente.

Senhoras e senhores,

É minha convicção que as nações do mundo saberão unir esforços para encontrar respostas que atendam ao interesse de todos.

Esta certeza se renova quando chego na Haia, sede de três dos mais importantes tribunais internacionais. Uma cidade dedicada à construção da governança global com que os pais do Direito Internacional sonhavam há séculos.

O Brasil partilha essa fé inabalável de que o diálogo e o Direito são os garantes maiores da paz e da concórdia entre as nações. Os Países Baixos podem contar com o Brasil nessa empreitada.

Muito obrigado.

PAÍSES-BAIXOS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELO PRIMEIRO-MINISTRO
JAN PETER BALKENENDE. HAIA, PAÍSES BAIXOS, 11/04/2008

Muito agradeço as palavras de Vossa Excelência. Sei que refletem a disposição de consolidar o diálogo e a cooperação entre nós. Com esse objetivo aceitei o convite de Sua Majestade, a Rainha Beatrix, para visitar este belo país. Guardo viva lembrança da presença de Sua Majestade no Brasil, em 2003. Levarei de minha visita aos Países Baixos mais evidências do espírito dinâmico e inovador que caracterizam seu povo.

Foram essas as virtudes que os imigrantes neerlandeses trouxeram para a construção do Brasil moderno. A comunidade de Holambra é exemplo eloqüente. Referência nacional no cultivo de flores, a cidade contribui para a riqueza de nossa economia. Ao mesmo tempo, presta homenagem a uma bela tradição de seu país de origem.

Há séculos, homens de negócios neerlandeses fincam raízes no Brasil. Hoje, já são mais de 200 empreendimentos ajudando a ampliar e diversificar a economia do País. Em contrapartida, muitas empresas brasileiras encontraram em solo neerlandês uma plataforma ideal para sua internacionalização.

Não causa surpresa que, em 2007, os Países Baixos tenham sido a principal fonte de investimentos diretos no Brasil. Foram quase oito bilhões de dólares, mas que são apenas um por cento do total de investimentos holandeses

no mundo. Há, pois, espaço para explorarmos novas oportunidades de negócios.

No seminário empresarial que encerrarei mais tarde, vou apresentar as perspectivas que se abrem, no Brasil, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Chamo atenção desde já para as ambiciosas reformas estruturais dos setores naval e portuário em meu país, área de especial interesse e capacitação neerlandesa.

Mas as possibilidades de investimentos e de negócios vão além de nossas fronteiras. O Brasil, em conjunto com seus vizinhos sul-americanos, está engajado em processo inédito de integração regional, em termos de infraestrutura e no âmbito comercial. Expandem-se nossos mercados e abrem-se opções para produzir e exportar para o resto do mundo.

Senhor Primeiro-Ministro,

O Brasil acredita que nenhum projeto de desenvolvimento será duradouro sem estabilidade macroeconômica, sustentabilidade ambiental e justiça social. A sociedade brasileira quer ser mais justa, assegurando vida digna e cidadania efetiva a milhões de brasileiros antes excluídos. Isto nos permitiu reduzir a pobreza, uma das Metas do Milênio, com uma década de antecipação.

Mas não podemos realizar plenamente nosso potencial como nação em um mundo

ameaçado pela pobreza extrema, pela fome de centenas de milhões e por desequilíbrios ecológicos. Por isso, estamos construindo um espaço de integração solidária na América do Sul e estendendo laços de comércio, investimento e cooperação para nossos irmãos na América Latina e Caribe e na África.

Os países em desenvolvimento estão assumindo responsabilidade por seus destinos, mas sempre em associação com seus parceiros do mundo desenvolvido.

Sei que podemos contar com os Países Baixos nessa empreitada. Assim entendemos o compromisso de seu governo em dedicar 0,8% do PIB para ajuda ao desenvolvimento. Sabemos, no entanto, que sem eliminar as distorções ao livre comércio, sobretudo de bens agrícolas, países mais pobres não encontrarão o caminho da prosperidade. Contamos com o apoio dos Países Baixos para ajudar a garantir uma conclusão justa e equilibrada para a Rodada de Doha.

Esse passo histórico é ainda mais importante no momento em que a economia internacional passa por turbulência sem precedentes nas últimas décadas. É imperativo aumentar a transparência e a estabilidade do sistema financeiro internacional, sobretudo para proteger os países mais vulneráveis. Para isso, tenho defendido a democratização da tomada de decisões no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial.

O governo neerlandês partilha a convicção de que um multilateralismo forte é indispensável num mundo de desafios e ameaças cada vez mais globalizados. Acredita no diálogo e rejeita soluções impostas unilateralmente.

Por essa razão, atribuímos especial significado ao apoio neerlandês à aspiração brasileira de ocupar assento permanente num Conselho de Segurança reformado. É um gesto de confiança em nossa capacidade de contribuir para a construção de um mundo mais pacífico e próspero.

Hoje, uma das grandes ameaças à paz e segurança internacional é a mudança climática. Por isso, a preservação de um meio ambiente saudável para esta e futuras gerações é uma responsabilidade coletiva.

O Brasil está fazendo sua parte. Nossa experiência com os biocombustíveis demonstra que podemos reduzir emissões de gases de efeito estufa em forma compatível com a segurança alimentar, os direitos dos trabalhadores e a proteção das florestas.

Senhor Primeiro-Ministro,

É com este espírito de compromisso solidário que convido todos a levantar um brinde pela saúde e felicidade de Sua Majestade, a Rainha Beatrix, de Vossa Excelência e da Senhora Balkenende, pela amizade de nossos países e pela prosperidade e bem-estar do povo dos Países Baixos.

REPÚBLICA TCHECA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
TCHECA, VÁCLAV KLAUS. PRAGA, REPÚBLICA TCHECA, 12/04/2008

Tenho a honra de ser o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar oficialmente a República Tcheca. Aprendemos no Brasil a admirar uma nação que sempre lutou por sua independência e pelas liberdades democráticas.

Aprendemos também a apreciar o papel de Vossa Excelência – como Ministro das Finanças – nos anos decisivos da “Revolução de Veludo”.

Naquele memorável ano de 1989, a democracia brasileira também deu um passo decisivo. Voltamos a eleger diretamente o Presidente da República, após um longo recesso democrático de 30 anos.

Como primeiro Chefe de Governo do recém-constituído Estado Tcheco, em 1993, Vossa Excelência esteve à frente de mais essa etapa da trajetória de seu povo em busca da autodeterminação e da prosperidade econômica.

Senhoras e senhores,

O Brasil é o principal parceiro comercial da República Tcheca na América do Sul, mas nosso intercâmbio está longe de refletir o potencial de nossas economias. Com a assinatura, hoje, do Acordo sobre Cooperação Econômico-Comercial, acordo industrial, desculpe, demos passo importante para revitalizar nossas trocas e investimentos.

A influência da República Tcheca no Brasil não se limita aos produtos que traduzem a excelência de sua indústria. Ela também está presente na literatura, na música, nas artes plásticas, no teatro e no cinema.

Nós, brasileiros, muito nos orgulhamos da contribuição que visitantes e imigrantes tchecos deram ao Brasil. O criador de Brasília era bisneto de um artesão da Boêmia. O Presidente Juscelino Kubitschek, com sua visão de futuro, colocou o Brasil no caminho do progresso industrial e da democracia.

Queremos renovar essa rica convivência. Além de inaugurar um leitorado na Universidade Carolina de Praga – a mais antiga da Europa Central –, estamos estimulando iniciativas no campo das artes.

Senhor Presidente,

O Brasil mudou muito desde que Vossa Excelência nos visitou em 1994. Hoje, estamos realizando o sonho de Kubitschek. Brasília é a capital de um país que encontrou definitivamente o caminho do desenvolvimento.

Senhor Presidente, eu queria, neste momento, pedir a todos que levantem as suas taças para um brinde ao povo tcheco, ao Presidente Klaus, à sua esposa e à boa relação entre a República Tcheca e o Brasil.

VISITA À REPÚBLICA TCHECA

DECLARAÇÃO À IMPRENSA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE VISITA À REPÚBLICA TCHECA. PRAGA, REPÚBLICA TCHECA, 12/04/2008

Eu vou tentar falar mais curto para facilitar a vida da nossa intérprete. Primeiro, quero cumprimentar o Presidente Klaus e dizer da alegria imensa de estar visitando a República Tcheca e essa extraordinária capital chamada Praga. Segundo, por ser o primeiro Presidente brasileiro a fazer uma visita de chefe de Estado à República Tcheca, quero dizer ao Presidente Klaus que esse acordo que nós assinamos hoje é um início extraordinário do que vai acontecer daqui para a frente. A economia brasileira voltou a crescer, a indústria brasileira voltou a crescer, o Estado brasileiro voltou a investir... E eu mostrava ao Presidente Klaus a quantidade de oportunidades que temos para fazer negócios entre a República Tcheca e o Brasil.

Acho que missões empresariais da República Tcheca deverão visitar o Brasil com mais frequência, missões empresariais brasileiras deverão visitar a República Tcheca, e isso vai possibilitar que o comércio entre os dois países possa crescer muito mais do que agora.

Eu convidei o Presidente para visitar o Brasil, agora como Presidente da República Tcheca. O Brasil que ele conheceu em 1994, como

Primeiro-Ministro, está muito diferente, e eu quero que ele veja com seus próprios olhos porque há muitas parcerias a serem construídas entre o Brasil e a República Tcheca.

Espero que a seleção da República Tcheca se classifique para a Copa do Mundo de 2014. A Copa do Mundo será no Brasil, e eu espero que a República Tcheca tenha a mesma sorte que teve na Copa do Mundo de 1962, no Chile. É bom que jogue a final com o Brasil, mas é bom que o Brasil fique em primeiro e a República Tcheca, em segundo.

Eu agradei ao Presidente Klaus pela gentileza de marcar esse encontro nosso no sábado. Sábado não deve ser dia de trabalho nem para os Presidentes nem para os jornalistas; portanto, estamos dando trabalho demais para vocês. Portanto, Presidente, é com muita alegria que eu participo da assinatura desse acordo e espero que possamos nos encontrar outras vezes, mas, sobretudo, os nossos Ministros precisam conversar mais, os nossos empresários precisam se encontrar mais – e a relação entre a República Tcheca e o Brasil vai melhorar substancialmente.

Muito obrigado.

CONFERÊNCIA REGIONAL DA FAO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
NA ABERTURA DA 30ª CONFERÊNCIA REGIONAL DA FAO PARA A
AMÉRICA LATINA E O CARIBE. BRASÍLIA, DF, 16/04/2008

Meu caro companheiro Jacques Diouf,
Diretor-Geral da FAO,

Embaixador Celso Amorim, Ministro das
Relações Exteriores,

Meu caro Noori Naeni, Presidente
independente do Conselho da FAO,

Meu caro Reinhold Stephanes, Ministro da
Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

Meu caro Guilherme Cassel, Ministro do
Desenvolvimento Agrário,

Meu caro companheiro Altemir Gregolin,
Secretário Especial de Aquicultura e Pesca,

Senhora Arlete Sampaio, Ministra, interina,
do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu caro companheiro José Graziano,
Diretor-Regional da FAO para América Latina
e Caribe,

Senhoras e senhores participantes da 30ª
Conferência Regional da FAO para América
Latina e Caribe,

Companheiros Ministros de países da
América Latina e Caribe,

Delegados,

Companheiros Embaixadores,

Amigos da imprensa,

Minhas boas-vindas aos participantes desta
Conferência Regional da FAO.

A luta contra a fome e a pobreza voltou
às manchetes e à atenção da comunidade
internacional.

A visibilidade desse grave problema, que
estou denunciando e combatendo desde o
primeiro dia de meu Governo, se deve ao
aumento global dos preços dos alimentos. Um
aumento que, nos últimos dias, levou muitas
pessoas, desesperadas com a falta de comida,
a se manifestarem nas ruas de várias cidades
do mundo em desenvolvimento.

Esse fenômeno não tem uma única
explicação. Resulta de uma combinação de
fatores: a alta do preço do petróleo; quedas
nas safras de vários países, causadas por
fenômenos climáticos adversos; aumento dos
frete; mudanças cambiais; especulação nos
mercados financeiros e aumento do consumo
de alimentos em países em desenvolvimento,
como China, Índia, Brasil e tantos outros
países pobres.

Para enfrentar o problema de forma
consistente, é necessário evitar generalizações
e reducionismos.

O impacto dos fenômenos meteorológicos,
por exemplo, faz parte da história da
agricultura no mundo. A novidade, que é
muito bem-vinda, é o fato de mais pessoas
estarem comendo e comendo melhor. Isso
mostra avanços no combate à fome, à pobreza
e à desigualdade.

Precisamos de soluções emergenciais para
mitigar a crise atual. Mas precisamos, sobre-

tudo, de alternativas de longo prazo para reduzir a vulnerabilidade de muitos países frente ao agravamento desses problemas.

A situação é grave em partes do mundo. Em nossa região, o Haiti está sendo duramente afetado. O Brasil, na semana passada, enviou 14 toneladas de alimentos para esse país e contribuiu com recursos para que o Programa Mundial de Alimentos comprasse e distribuisse comida ao povo haitiano. Esperamos que essas iniciativas sejam seguidas por outros países. Esperamos, também, que essa situação tão dramática convença os países ricos de que a estabilidade do Haiti passa, necessariamente, por sua viabilidade econômica e social.

A crise de segurança alimentar mundial exige a ampliação urgente de recursos para combater a fome e a miséria. O Brasil começou a fazer sua parte. No âmbito da Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza, propusemos a criação de mecanismos financeiros inovadores. Obtivemos resultados na área da saúde, mas estamos longe de ter os instrumentos suficientes para enfrentar desafios dessa magnitude.

O financiamento ao desenvolvimento ganhou destaque nas agendas da ONU, do Banco Mundial, do FMI e do G-8. Mas é lamentável que os países desenvolvidos só reajam com mais empenho em situações de emergência.

A chamada crise mundial de alimentos é, acima de tudo, uma crise de oportunidades e de distribuição. A cada dia, 854 milhões de homens, mulheres e crianças continuam a dormir com fome. Essa situação, para todos nós, é intolerável.

No meu Governo, o direito à alimentação passou a fazer parte central da agenda de políticas públicas. Ampliamos a reforma agrária, o apoio à agricultura familiar, a concessão de créditos e a assistência técnica à comercialização dos produtos agrícolas. A aprovação da

Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2006, fez do acesso à alimentação uma política permanente do Estado brasileiro. Aplicamos políticas sociais que aumentam a renda das pessoas.

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda da história do Brasil. Beneficia hoje mais de 11 milhões de famílias pobres do nosso País. Ao proporcionar renda mínima e boa alimentação a tantos brasileiros, estamos contribuindo para que eles sejam mais produtivos, tenham mais saúde e para que seus filhos tenham melhores condições para educar-se.

Estamos avançando. A América Latina e o Caribe poderá vir a ser a única região a ter cumprido, em 2015, os compromissos da Cúpula Mundial da Alimentação e a primeira Meta do Milênio, de redução do número de pessoas com fome.

Mas queremos mais: queremos erradicar a fome em nosso continente. A Iniciativa “América Latina e Caribe Sem Fome”, que Brasil e Guatemala lançaram em 2006, traduz esse compromisso político.

Meu caro companheiro Diouf,

As estruturas criadas pela comunidade internacional até hoje não estão preparadas para receber os milhões que estão sendo socialmente incluídos. É preciso produzir mais e distribuir melhor. O Brasil, como potência agrícola, está empenhado em aumentar sua produção. Mas isso não basta.

O mundo precisa, também, de políticas globais comprometidas com a superação do problema, e não meros paliativos e remédios.

A incapacidade de muitos países de produzir seus próprios alimentos se deve a décadas e, por vezes, séculos de distorções no comércio internacional de produtos agrícolas. Pesa o protecionismo. Pesam os subsídios da agricultura dos ricos que tiram condições de competitividade do pequeno agricultor. Essas

distorções criaram dependência, quando não o desmantelamento de estruturas produtivas inteiras.

O conceito de segurança alimentar passou a ser distorcido, por alguns, para justificar práticas protecionistas que prejudicam os países que sofrem com a falta de comida e de opções econômicas.

A ajuda alimentar deve ser complementada pela cooperação produtiva e pela abertura de novos mercados e oportunidades.

A verdadeira segurança alimentar tem que ser global e baseada na cooperação. Deve ser forjada a partir de uma combinação de medidas que funcionem em situações emergenciais, como a atual, mas exige, sobretudo, soluções de longo prazo.

A superação dos entraves atuais requer, evidentemente, uma conclusão bem-sucedida, o quanto antes, da Rodada de Doha da OMC. Um acordo que deixe de tratar o comércio agrícola como uma exceção às regras. Que permita aos países mais pobres gerar renda com sua produção e exportação.

Passa, também, pelo aumento da cooperação em agricultura, como o Brasil tem feito com seus parceiros africanos e da América Central e do Caribe. A expansão desse tipo de iniciativa pode se beneficiar enormemente com a elaboração de novas parcerias, que permitam a cooperação triangular.

O Brasil também tem insistido no enorme potencial dos biocombustíveis, como instrumento de transformação econômica e social nos países mais pobres. Eles geram renda e empregos, sobretudo no campo. Produzem energia limpa e renovável. São exemplo de sustentabilidade, de equilíbrio entre os aspectos ambiental, social e econômico. Esse é o projeto no qual deposito grande esperança, sobretudo para o futuro de muitos países africanos, asiáticos, da América Central e do Caribe.

É com crescente espanto que vejo, portanto, tentativas de criar uma relação de causa e efeito entre o desenvolvimento dos biocombustíveis e a escassez de alimentos ou o aumento de seus preços.

Meu espanto é maior quando constato que são poucos os que mencionam o impacto negativo do aumento dos preços do petróleo sobre os custos de produção e transporte dos alimentos, sobre os custos de produção de fertilizantes. Que poucos se revoltam contra o impacto nocivo e duradouro dos subsídios e do protecionismo. Que muitos criticam, em vez de celebrar, o aumento do consumo de alimentos nos países em desenvolvimento mais dinâmicos.

É sempre mais fácil escolher respostas simplistas. Esconder interesses econômicos e agendas políticas por trás de supostas preocupações sociais e ambientais. É difícil discutir esses temas com base em fatos.

Os biocombustíveis não são o vilão que ameaça a segurança alimentar das nações mais pobres. Ao contrário, desde que desenvolvidos de forma criteriosa, de acordo com a realidade de cada país, podem ser um instrumento essencial para gerar renda e tirar países da insegurança alimentar e energética. É isso que diz o nosso companheiro Sachs: o papel que as bioenergias podem desempenhar na contenção dos impactos negativos da mudança climática, na busca de oportunidades de emprego no campo e na construção de modelos alternativos de desenvolvimento.

A produção brasileira de etanol à base de cana-de-açúcar ocupa uma parte ínfima das terras agricultáveis, não reduz a área de produção de alimentos, nem as utiliza para sua produção. Sua expansão tem sido feita com base em ganhos de produtividade e no melhor aproveitamento de terras usadas para pastagens. Não há riscos de produção na Amazônia, nem de deslocamento de

produções. O mesmo se aplica ao biodiesel, que estamos crescentemente ancorando na agricultura familiar.

Em todos os casos, estamos cercado a produção de biocombustíveis de garantias ambientais, trabalhistas e relacionadas à segurança alimentar.

Outros países terão de fazer seus estudos e decidir se podem ou não podem produzir biocombustíveis, e em que extensão. Precisarão definir quais plantas são mais adequadas para suas necessidades. Terão que escolher projetos em função de critérios econômicos, sociais e ambientais.

Mais de 100 países têm vocação natural para produzir biocombustíveis de forma sustentável. Em muitos deles, menos de 20% da população têm acesso a fontes de energia para as suas necessidades básicas. São esses 100 países, caso a caso, que precisam tomar decisões a respeito da conveniência ou não de adotar os biocombustíveis. Essas decisões não devem ser impostas por outros através de pressões e medidas protecionistas.

O verdadeiro “crime contra a humanidade” será descartar ‘a priori’ os biocombustíveis e relegar os países estrangulados pela falta de alimentos e de energia à dependência e à insegurança.

Para garantir que o necessário debate sobre os biocombustíveis seja realizado de forma equilibrada, estou convidando autoridades governamentais, cientistas e representantes da sociedade civil de todos os países interessados em participar da Conferência Internacional de Biocombustíveis, no próximo mês de novembro, no Estado de São Paulo, no Brasil. Queremos discutir, de maneira franca e informada, os desafios e oportunidades que temos pela frente.

O papel da FAO, meu caro Diouf, nesse trabalho de esclarecimento é extremamente fundamental. Espero poder continuar contando

com a ação equilibrada do seu Diretor-Geral e de seus colaboradores.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Companheiro Diouf e demais companheiros,

Os países da América Latina, do Caribe, países africanos e países asiáticos não podem e não devem fugir a esse debate, tanto o debate da segurança alimentar quanto o debate dos biocombustíveis. Esse é um debate que precisa ser feito de forma racional, sem o emocional, sem o viés ideológico, seja pela direita, seja pela esquerda. É preciso fundamentos científicos para que a gente possa discutir que saída nós vamos oferecer ao mundo nos próximos anos.

Os países pobres não podem mais assumir a culpabilidade pelas coisas que os países ricos fazem. Aprovam, em Quioto, o compromisso de que todos irão contribuir para diminuir o aquecimento global; entretanto, a responsabilidade está jogada nas costas dos países pobres. Dizem aos países pobres que não podem desmatar as suas florestas porque eles criaram uma coisa chamada crédito de carbono, que vai financiar os países pobres. E eu gostaria de saber quantos países pobres já receberam crédito de carbono para poder financiar o desenvolvimento sem afetar a floresta. Da mesma forma, não são os países pobres os responsáveis pelo aumento do petróleo, não são os países pobres os responsáveis pela emissão de CO₂. Entretanto, são os países pobres vítimas dessas políticas.

Primeiro, a política de proteção de seus mercados. Ou seja, nós estamos agora para fechar o acordo da Rodada de Doha da OMC. E uma das coisas que o G-20, tão bem representado pelo nosso Ministro Celso Amorim nas mesas de negociações, defende é que, se não houver abertura de mercado agrícola europeu para os produtos agrícolas

dos países pobres, é muito difícil ter acordo – e alguém vai ter que assumir a responsabilidade histórica. Se não houver uma diminuição dos subsídios agrícolas, por meio dos quais os países ricos financiam os seus produtores, dificilmente os países pobres poderão ser competitivos no mercado agrícola.

Ora, se nós não temos tecnologia, se nós não temos petróleo – e não estou falando pelo Brasil, porque no que diz respeito à agricultura, o Brasil é competitivo com qualquer país do mundo; eu estou falando por outras dezenas e centenas de países que não têm nem tecnologia, tampouco têm política desenvolvida do ponto de vista industrial, e que não têm tecnologia para a agricultura. E mais grave ainda é que os países pobres, muitas vezes, quando colhem a sua produção, o que colheram não dá para pagar o fertilizante que compraram das empresas multinacionais, normalmente dos países ricos deste mundo.

Ou nós fazemos essa discussão, com a seriedade que ela precisa ter, ou nós, cada vez que tiver um movimento como teve no Haiti, vamos fazer políticas emergenciais de mandar um pouquinho de comida para saciar momentaneamente a fome dessas pessoas e vamos esperar que haja um outro movimento. A coisa é tão engraçada que um país produtor agrícola, que (inaudível) deveria ter uma bolsa de mercadoria só para calibrar o preço da soja, calibrar o preço do milho, calibrar o preço do arroz, do feijão. Nós temos que ver os preços que são determinados em Chicago.

Se o mundo globalizado está passando por transformações, eu penso que os países considerados em desenvolvimento e os países pobres precisam fazer valer a sua lógica. A lógica de colocar no centro do debate o nosso problema. Vou dar um exemplo para vocês: na década de 80 e na década de 90, cada delegado que está aqui deve ter visto no seu país descer uma delegação do FMI para dizer que tinha

que fazer ajuste fiscal, que tinha que cuidar dos juros, que tinha que cuidar de diminuir o Estado porque senão estaria quebrado. É engraçado que eu não vi o FMI dar uma única opinião sobre a crise americana. Até quando nós vamos aceitar o papel de coadjuvantes do cenário internacional? Até quando? Eu espero, companheiro Diouf, e você sabe o carinho que eu tenho pela FAO, você sabe que aqui, no nosso País, nós temos feito nos últimos anos uma revolução na inclusão social, sem precedentes na nossa história. Temos consciência de que não é possível consertar o desacerto de 500 anos em cinco, 10 ou 15 anos. Nós temos consciência de que é um processo. Mas o Brasil quer se orgulhar de ser o primeiro país a cumprir todas as Metas do Milênio estabelecidas em Roma. E vamos cumprir porque temos condições e vamos cumprir porque queremos ser exemplo para que outros países priorizem a política de inclusão.

Hoje, no Brasil, muita gente fica assustada porque o consumo no Nordeste é maior do que o consumo na região Sul do País. Por uma única razão: aquele povo, durante muito tempo, não teve acesso ao mínimo alimentar. E, hoje, aquelas pessoas estão entrando em supermercado e estão levando comida para casa. Porque além da possibilidade de trabalho, essas pessoas começam, através da política de transferência de renda, a receber o mínimo de dignidade, que, se tivessem recebido ao longo desse último século, o Brasil seria já uma grande potência e não um país emergente.

Quero dizer ao companheiro Diouf que fui convencido por ele agora a ir, dia 3 de junho, a um encontro na Conferência da FAO, em Roma. E vou, companheiro Diouf, com a disposição de fazer o debate com a seriedade que precisa ter. Eu acho justas as preocupações, não reclamo daqueles que dizem que é perigoso que os biocombustíveis

possam suprir a produção de alimentos. Até porque eu acho que um cidadão ou uma cidadã que deixar de encher o seu “tanque” de alimento para encher o tanque do carro precisa de um tratamento muito sério.

Ora, então é preciso que a gente não aceite a lógica e a dinâmica daqueles que olham o mundo apenas dentro do seu continente. Eu tenho dito, em vários debates na Europa: quando forem discutir biodiesel, não olhem para o seu território, onde está tudo arrumadinho. Tem países tão desenvolvidos que a agricultura, a produção, está tão certinha que parece casa de recém-casado, tudo no lugar. Agora, olhem essas políticas para o continente africano, olhem o mundo pela lógica do continente africano, que não tem mais o direito de passar o século XXI sendo vítima da fome que foi no século XX e no século XIX. Olhem para a América Latina, a quantidade de países pobres, a

poucas milhas dos Estados Unidos, e que passam fome do mesmo jeito. Porque quem determina a lógica da produção não são os próprios países. Quem determina a lógica dos fertilizantes não são os próprios países. Ora, então, é preciso...

Eu estou vendo aqui o companheiro Maluf, Presidente do Consea. É preciso, companheiro Maluf, que a gente crie um Consea em cada país do mundo para que a segurança alimentar faça parte da política de Estado e não apenas das políticas eventuais dos companheiros lutadores como você. No Brasil, nós já fizemos isso. Eu espero que o mundo faça isso, porque aí, quem sabe, o Celso vai ter mais facilidade de, na Rodada de Doha, aprovar um acordo em que o Brasil não precisa ganhar, mas a Europa e os Estados Unidos têm que ceder – e quem tem que ganhar são os países mais pobres do mundo.

Muito obrigado e boa sorte.

VISITA À CASA DO BRASIL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE VISITA À CASA DO BRASIL. ACRA, GANA, 20/04/2008

É uma satisfação vir aqui hoje conhecer a Casa do Brasil, berço do povo Tabom.

Em minha visita anterior a Gana, em 2005, ouvi comentários sobre os Tabom e a Casa do Brasil e solicitei que algo fosse feito para resgatarmos esse símbolo de nosso passado comum.

Os Tabom são o mais antigo vínculo entre o Brasil, país que deixaram em meados do século dezenove, e Gana, terra que adotaram.

Mais de 160 anos depois da chegada dos primeiros retornados, o Brasil e os Tabom se reencontram. Desta vez, em condições que orgulham os brasileiros.

A restauração deste patrimônio contribui também para a revitalização do bairro e traz benefícios concretos para o dia-a-dia das pessoas que vivem aqui. Agradeço à Prefeitura por ter atendido nosso apelo e asfaltado a Rua do Brasil e as redondezas.

A história do povo Tabom é uma história de coragem e de amor à liberdade. As oito famílias que deixaram a Bahia e voltaram à África nos deixaram um exemplo marcante.

Pessoas que nasceram escravas, mas compraram sua alforria; que viviam longe da terra de seus ancestrais, mas não desistiram de voltar para a África; que tinham tudo para se renderem, mas nunca abandonaram o sonho de viver com dignidade, com paz e com liberdade.

Os retornados souberam contornar o que o destino parecia ter-lhes reservado, com muito trabalho e muita esperança.

Esta Casa, que reverencia as conquistas dos Tabom, foi feita por homens livres, que celebravam o direito de começar de novo suas vidas. As várias personalidades ganenses oriundas dos Tabom são a prova maior de que esse povo venceu por seus próprios méritos.

Presto uma homenagem a todos os Tabom por intermédio do Mantsé Nii Azumah V e da Presidente da Corte Suprema de Gana, Georgina Wood, nascida aqui nesta Casa. Estejam certos de que os brasileiros consideram os Tabom, e todos os ganenses, como irmãos.

Muito obrigado.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE A CERIMÔNIA DE ABERTURA DA XII REUNIÃO DA
CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E
DESENVOLVIMENTO – UNCTAD. ACRA, GANA, 20/04/2008

Excelentíssimo senhor Agyenkum Kufour, Presidente da República do Gana, Senhores Chefes de Estado e de Governo da 12ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento,

Senhor Ban Ki-moon, Secretário-geral das Nações Unidas, em nome de quem cumprimento aos demais ocupantes desta mesa,

Senhoras e senhores delegados,

Minhas primeiras palavras são de agradecimento ao nosso anfitrião, ao seu governo e ao povo da República de Gana pela calorosa acolhida.

Trago as mais vivas lembranças de minha primeira visita, em abril de 2005.

Quero também cumprimentar o Secretário-Geral da Unctad, o doutor Supachai, por seus esforços à frente da Organização e pela escolha do desenvolvimento africano como tema prioritário desta Reunião.

Há quatro anos, nós, brasileiros, tivemos a honra de sediar a 11ª Unctad, em São Paulo. Na ocasião, conseguimos reforçar seu mandato como principal foro das Nações Unidas para o tratamento integrado das questões de comércio e de desenvolvimento. A 11ª Unctad lançou, também, o conceito ino-

vador de “espaço para políticas nacionais”. Essa expressão captura a essência do desafio resultante da interação entre políticas domésticas e compromissos internacionais.

O conceito se relaciona com uma das idéias fundamentais da Unctad: a noção de que o desenvolvimento é responsabilidade autônoma e soberana de cada nação.

Mas essa responsabilidade se exerce em um ambiente internacional que deve ser capaz de promover a superação da pobreza e do subdesenvolvimento.

Desde o início de meu governo, busquei implementar, com determinação, iniciativas que vão ao encontro dos ideais da Unctad, em sintonia com os ensinamentos de Raul Prebisch e de Celso Furtado.

A própria criação do G-20, na OMC, reflete o objetivo de transformar a geografia do comércio mundial e de permitir que os países em desenvolvimento conduzam seu próprio destino.

Alcançar êxito nas negociações da Rodada Doha da OMC tornou-se uma tarefa inadiável. O sistema multilateral de comércio deve contribuir – e contribuir já – para um desenvolvimento equitativo, baseado em regras não-discriminatórias.

O Brasil está firmemente comprometido com este propósito. A sólida parceria que une o G-20 visa a eliminar distorções que afetam o comércio agrícola e reduzem o acesso dos produtos dos países em desenvolvimento aos mercados mundiais.

Os subsídios milionários pagos pelos tesouros dos países ricos são como uma droga que entorpece e vicia seus próprios produtores, mas cujas maiores vítimas são os agricultores das nações mais pobres.

O G-20 é um importante exemplo do aprofundamento das relações sul-sul. É cada vez maior o intercâmbio comercial entre os países em desenvolvimento.

O crescimento do comércio sul-sul já tem sido mais acelerado do que a média de crescimento do comércio mundial. O Brasil vem contribuindo para isso. Durante o meu governo, expandimos substancialmente nosso intercâmbio com os países do Sul.

Diminuímos nossa dependência do Norte. Ao mesmo tempo, reduzimos a vulnerabilidade da economia brasileira. Diversificar as parcerias é, hoje, mais que um objetivo geopolítico. É um imperativo de sobrevivência.

A economia internacional atravessa uma crise provocada por problemas de boa governança financeira nas economias mais ricas do mundo. Não são os países pobres que devem pagar os custos do ajuste.

A globalização, que já traz em si tantas vertentes de assimetria, não pode transferir prejuízos para as economias em desenvolvimento. Na verdade, são estas as que têm mais contribuído para manter os níveis de crescimento da economia mundial.

É preciso estar alerta contra a tentação de países ricos em acentuar suas práticas protecionistas. Igualmente prejudiciais são as iniciativas de perpetuar relações de dependência através da criação de entraves à expansão do comércio sul-sul.

É o que ocorre quando se condiciona a renovação de preferências comerciais nos países desenvolvidos à extensão a estes mesmos países de vantagens que as economias do sul venham a conceder-se reciprocamente.

Notamos, com satisfação, que alguns países africanos têm resistido a essas tentativas.

A conscientização da relevância do comércio sul-sul possibilitou o lançamento da Terceira Rodada de negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento – a Rodada São Paulo.

Durante os últimos quatro anos, essas negociações prosseguiram e sua conclusão satisfatória está próxima. O Brasil já indicou que concederá tratamento livre de tarifas e de quotas para os países de menor desenvolvimento relativo.

A 12ª Unctad deve ir além e apontar novos rumos para o comércio e para o desenvolvimento. O modelo da ordem internacional que todos buscamos, equitativo e sustentável, requer esforços que suplementem a mera ação das forças de mercado.

Hoje ainda observamos uma acentuada disparidade entre o Norte e o Sul.

Enquanto os países desenvolvidos, com uma população de um bilhão de pessoas, apresentam renda per capita média de 35.700 dólares, os países de menor desenvolvimento relativo abrigam quase dois bilhões e meio de habitantes, com uma renda per capita média de apenas 585 dólares anuais, ou seja: 1,6% da renda dos países ricos.

Muitos países pobres, especialmente na África, encontram dificuldades para cumprir as Metas do Milênio. Apesar das promessas, poucos países desenvolvidos lograram dedicar 0,7% de seu Produto Interno Bruto à ajuda oficial ao desenvolvimento.

Buscamos uma ordem internacional mais justa e equilibrada. Queremos a eliminação da

fome, a redução da pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável.

Para alcançar um modelo mais justo, o comércio é fundamental, mas não suficiente. É necessário multiplicar o volume de recursos destinados a promover o desenvolvimento sustentável.

Por isso, juntei-me a outros Chefes de Estado em iniciativa internacional em favor de mecanismos financeiros inovadores para a luta contra a fome e a pobreza. O primeiro resultado concreto foi a criação da Central de Compras de Medicamentos contra Aids, Tuberculose e Malária (UNITAID).

É igualmente importante revitalizar o papel do Estado e do investimento público. O Brasil sediará, no próximo semestre, o seminário da Unctad sobre “O Papel dos Investimentos Públicos no Desenvolvimento”. Acreditamos que os investimentos públicos devem criar, fortalecer e expandir a infraestrutura dos países em desenvolvimento, com vistas a aumentar o emprego e a produtividade.

É o que estamos fazendo no Brasil com o Programa de Aceleração do Crescimento. Trata-se de um ambicioso plano de investimentos de 270 bilhões de dólares em infra-estrutura cuja implementação resultará na geração de milhões de empregos. Em nossa luta por uma ordem internacional mais justa e equitativa, também é necessário ter o apoio dos organismos financeiros, que devem dar maior voz aos países em desenvolvimento, facilitando processos de integração regional e estimulando o comércio sul-sul.

É importante, também, que se dê a devida atenção à cooperação voltada para a “Ajuda ao Comércio”, um dos objetivos da Unctad.

Senhor Presidente,

A alta dos preços dos alimentos não deve traduzir-se em escassez para os mais pobres e mais carentes.

Temos que desenvolver mecanismos para garantir que não falte alimento à mesa dos mais necessitados.

No momento em que se percebe uma sensibilidade nova nos organismos financeiros globais, a Unctad está, a meu ver, em posição de desenvolver tais mecanismos em conjunto com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

O Brasil tem procurado contribuir para a superação das assimetrias e a promoção de um modelo mais harmônico de desenvolvimento.

Reduzimos em mais de US\$ 1,25 bilhão as dívidas de países em desenvolvimento; criamos o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul; ampliamos a cooperação técnica, com a realização de 80 projetos e atividades na África, apenas em 2007, além de estabelecer, em Gana, agência da Embrapa – entidade brasileira destinada a desenvolver a agricultura. Temos amplo programa de cooperação agrícola com os países produtores de algodão da África Ocidental. Na área de saúde, temos a intenção de estabelecer em Maputo um escritório da Fiocruz, agência brasileira dedicada ao combate a doenças.

Há também, em estágio avançado, projeto de construção, igualmente em Moçambique, de uma fábrica de medicamentos anti-retrovirais.

Os biocombustíveis, que têm merecido atenção prioritária no Brasil, podem aumentar a participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional, diversificar a pauta de exportações – especialmente no caso dos países africanos – e trazer ganhos tecnológicos, contribuindo para reduzir a fome e a pobreza.

Não há contradição entre a busca de fontes alternativas de energia e o desenvolvimento de padrões agrícolas que garantam a segurança alimentar. Este é um desafio que estamos enfrentando com êxito em nosso país.

As estatísticas estão aí para provar. Os níveis de desnutrição no Brasil caíram ao

mesmo tempo em que aumentou a produção e o uso do etanol, contribuindo para reduzir as emissões de CO₂.

Estamos prontos a compartilhar nossa experiência com outras nações pobres, na África, na Ásia e na América Latina e Caribe.

Minhas senhoras e meus senhores,

A Unctad vem sendo, desde sua criação, o ponto focal do sistema das Nações Unidas para o comércio e o desenvolvimento. Para o bom desempenho desse papel, têm sido

fundamentais os três pilares de pesquisa e desenvolvimento, de construção de consenso e de cooperação técnica.

A Unctad deve desenvolver, de forma abrangente e integrada, os trabalhos de seus três pilares, com vistas a continuar a ser importante fonte de informações, análises e alternativas de políticas de alta qualidade em benefício do desenvolvimento. Este foi o espírito de São Paulo. Este, estou certo, será o espírito de Acra. Muito obrigado.

EMBRAPA NA ÁFRICA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE DESCERRAMENTO DE PLACA ALUSIVA À VISITA ÀS INSTALAÇÕES DO ESCRITÓRIO REGIONAL DA EMBRAPA NA ÁFRICA. ACRA, GANA, 20/04/2008

Meu caro amigo, Presidente Kufuor, da República de Gana,

Senhor Dominic Kwaku Fobih, Ministro da Educação, das Ciências e dos Esportes de Gana, em nome de quem cumprimento os demais Ministros de Gana aqui presentes,

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Embaixador do Brasil em Gana, Luiz Fernando Serra,

Meu caro Sílvio Crestana, Presidente da Embrapa,

Companheiros da delegação brasileira,

Companheiros de Gana,

Jornalistas de Gana e do Brasil,

Companheiros e companheiras,

É com verdadeira satisfação e sentido de dever cumprido que visito, hoje, o Escritório da Embrapa na África. Tenho falado muito deste centro de excelência em matéria agropecuária em meus discursos no Brasil e no exterior. Cito este projeto como um marco, como a pedra fundamental de uma nova estratégia da política exterior brasileira, e a ponta de lança de nosso compromisso de estender aos países em desenvolvimento, particularmente aos africanos, os benefícios que a Embrapa trouxe e continuará trazendo

ao Brasil. A escolha de Gana para sediar uma instituição tão importante reflete a presença estratégica que Gana ocupa no continente africano.

Espelha também a confiança que o Brasil deposita neste país como modelo do potencial de cooperação solidária entre países em desenvolvimento. Por meio do apoio que presta ao Escritório, Gana está ajudando a todo o continente africano.

Meu caro Presidente Kufuor,

A presença de Vossa Excelência nesta cerimônia reforça minha convicção de que o Brasil deve engajar-se cada vez mais em projetos que nos aproximam de nossos irmãos africanos.

Este Escritório já começou a render benefícios para a África. Desde sua instalação, há pouco mais de um ano, dezessete países africanos foram visitados pelos representantes da Embrapa residentes em Acra. Outros treze países receberam assistência à distância.

Dessas missões, vão surgindo projetos para melhorar a produção africana em mandioca, arroz, feijão e soja. Igualmente importante, vamos priorizar a capacitação técnica dos quadros de instituições governamentais africanas que darão consistência e continui-

dade a esses programas. Não faltarão aqueles que dirão que este escritório é pequeno. Que a iniciativa é modesta. Eu, de minha parte, prefiro pensar nesta presença brasileira como uma primeira semente de algo que vai crescer e se expandir, gerando frutos para todo o Continente.

Acima de tudo, é uma contribuição amiga e solidária do Brasil para o desenvolvimento agrícola africano e para o combate à fome neste continente. Uma contribuição para que os irmãos da África disponham, cada vez mais, dos instrumentos para construir seu próprio futuro.

Meu amigo Presidente Kufuor,

Vossa Excelência está percebendo que dia de domingo o Presidente do Brasil não usa gravata. Sobretudo porque o calor de Gana é mais forte do que o calor mais forte do Brasil. Mas é exatamente envolvido por este calor que eu queria dizer o meu sentimento neste momento.

Quando, em 2003, decidimos priorizar a relação com o continente africano nós fomos muito criticados no Brasil. Afinal de contas, o Brasil estava subordinado a uma relação prioritária com a Europa e os Estados Unidos, e nós entendíamos que o Brasil precisaria redescobrir a África. O Brasil tem dívida histórica com o continente africano. Os africanos livres foram escravos no meu País.

Mas, em compensação, o que é o povo brasileiro hoje se deve muito à maior imigração forçada da história da humanidade. O povo brasileiro deve aos africanos a sua cor, a sua alegria, a sua dança e grande parte da nossa cultura. A mistura entre negros, índios e europeus fez do Brasil uma miscigenação sem similar no mundo. Um povo alegre, um povo festivo, mas também um povo que sabe dos seus direitos, e que sabe prestar gratidão.

E o que estamos fazendo aqui hoje, mais do que inaugurar o primeiro escritório da Embrapa no continente, é um gesto de gratidão,

de estender ao continente africano, através de Gana, um centro de excelência que foi responsável por uma revolução agrícola no meu País. Um centro de excelência na agricultura tropical, que transformou o Brasil num grande exportador de carne, num grande exportador de suco de laranja, num grande exportador de soja, num grande exportador de açúcar, num grande exportador de etanol e, porque não dizer, com esse escritório, num grande exportador de conhecimento através da inteligência da Embrapa.

Presidente Kufuor,

Eu tenho enfrentado os debates em quase todos os países do mundo que viajo. Sobretudo quando faço a proposta da produção de biodiesel e de etanol. Ora acusam o Brasil de querer desmatar a Amazônia, agora, com o aumento dos preços dos alimentos, culpam os biocombustíveis.

Toda vez que estou na Europa e acontecem as críticas, eu mando os meus oponentes olharem o mapa mundi e perceberem aonde é que tem terra para plantar: “Não olhem para o seu próprio território, olhem para o território africano, olhem para o Brasil, para a América do Sul, para a América Latina e Caribe, olhem para alguns países que não tiveram chances no século XX, e percebam que se o alimento é uma necessidade para a humanidade, hoje, é exatamente nos países pobres, que ainda têm muita terra, que poderemos suprir a fome daqueles que estão começando a comer hoje”.

Deus queira que mais africanos possam comer. Deus queira que mais chineses possam comer, mais indianos possam comer, mais gente na América Latina e Caribe possam comer. Porque não é justo que mais de 1 bilhão de seres humanos consumam menos que a caloria e as proteínas previstas para a nossa sobrevivência.

O mundo está a pedir, e nós, países que éramos chamados do “terceiro mundo” estamos

dispostos a atender. Para isso, são necessárias duas coisas: os países ricos abrirem mão dos subsídios aos seus produtores agrícolas e facilitarem a entrada dos produtos agrícolas dos países pobres. Em segundo lugar, passar conhecimento tecnológico e científico, para que os países mais pobres possam produzir os alimentos que o mundo tanto necessita.

Eu acredito, Presidente, que este escritório aqui poderá, em pouco tempo, trazer para Gana e para o continente africano, um pouco da revolução que aconteceu no meu País. No meu País tem uma região, chamada região do cerrado, que há 30 anos dizia-se que não valia nada, só nasciam umas árvores pequenas, tortas, e a gente era educado de que onde a árvore não crescia era porque a terra não prestava.

Eu acho aquela região muito parecida com a savana africana. E tenho pedido ao meu companheiro Sílvio Crestana, da Embrapa, para que pesquisemos, façamos tudo o que for necessário, porque se o meu pensamento estiver certo, e as condições das terras na savana forem semelhantes às terras do cerrado, daqui a alguns anos a África deixará de ser vista pelo mundo como um continente pobre, onde as pessoas passam fome, e passará a ser um continente verde, produtor de comida, para saciar não apenas a fome do povo africano, mas para saciar a fome daqueles que já não têm mais terra para plantar e querem comer.

Os biocombustíveis, Presidente Kufuor, é a segunda revolução que fizemos no Brasil. E quando lançamos a proposta de produzir biodiesel no Brasil, eu imaginava que não iríamos ter muitos adversários no mundo desenvolvido. Afinal de contas, todo o mundo está de acordo de que é preciso diminuir o aquecimento do planeta Terra, de que é necessário diminuir a emissão de CO₂. Por isso foi assinado o Protocolo de Quioto, por todas as nações desenvolvidas do mundo.

Mas, até agora, fizeram muito pouco para cumprir o acordo que fizemos. E estão a exigir dos países pobres que não desmatem. Criaram até uma coisa chamada “seqüestro de carbono”, passando a idéia que iriam pagar, para os países que não desmatassem e que não contribuíssem com a emissão de CO₂, um dinheiro que compensasse a preservação das nossas matas e das nossas florestas. E nós queremos preservar. Até porque não pensamos apenas na floresta, pensamos também na biodiversidade.

Mas é importante que as pessoas percebam que o etanol e o biodiesel são possibilidades concretas e objetivas de que o Brasil detém tecnologia de produzir combustível, diminuir a emissão de CO₂ e gerar milhões de empregos no mundo todo.

Veja, Presidente Kufuor, que absurdo: o Brasil é auto-suficiente em petróleo. Agora descobrimos novas jazidas de petróleo e as possibilidades são extraordinárias. O Brasil será um dos grandes produtores de petróleo do mundo. E isso não vai diminuir a nossa disposição de investir nos biocombustíveis, para misturá-la no petróleo.

Agora, o que me chama a atenção? É a falta de sensibilidade daqueles que levantam de manhã, tomam café, almoçam, jantam, têm saúde de qualidade, têm trabalho, e não têm sensibilidade para uma simples coisa: quis Deus, na construção do mundo, que a África fosse o que é hoje, mas que tem muita terra e que, muitas vezes, não utilizou 10% do potencial dessa terra.

Imagine, Presidente, quanto custa você tirar petróleo no fundo do mar. E o Brasil é o país que tem a maior tecnologia de prospecção em profundidade. Uma plataforma, para tirar 180 mil barris/dia, custa 2 bilhões de dólares. Apenas 10 países detêm, praticamente, o controle do petróleo no mundo, e poucos países têm condições

de construir uma plataforma. Uma sonda, para fazer prospecção a 800 metros de profundidade, custa 500 mil dólares/dia. Quantos países podem pagar? Quantos países têm tecnologia para isso?

Ao contrário, os biocombustíveis, um homem ou uma mulher, por mais pobres que sejam, por menos formados intelectualmente que sejam, com a mão podem cavar um pequeno buraco na terra, colocar uma pequena semente e, alguns meses depois, essa pessoa estará colhendo o seu petróleo verde, não poluente, gerador de empregos.

É isso que estamos oferecendo ao mundo. E queremos um debate franco, muito aberto, sem preconceitos, sem ideologias, mas unicamente pensando em dar chance àqueles que ainda não tiveram chance. O Brasil tem tecnologia, o álcool, 35 anos de tecnologia. O biodiesel foi patenteado pelo professor Expedito Parente em 1975. E nós queremos discutir isso com os governantes do mundo inteiro. Porque eu não consigo entender, por que os países ricos não falam mal do preço do petróleo? Quanto implica, no custo do alimento, um barril de petróleo a 103 dólares?

Por que os países ricos sobretaxam o etanol brasileiro e não taxam o petróleo?

Nós não estamos querendo brigar com ninguém. Estamos apenas dizendo ao mundo: nós, os países considerados emergentes, os países considerados pobres. Nós, africanos, nós brasileiros, nós latino-americanos temos a solução que vocês tanto discutem academicamente. Nós não conseguimos produzir o motor a hidrogênio, mas conseguimos produzir um carro que anda a álcool, um caminhão que anda com biodiesel, não emissores de CO₂.

Portanto, esta será a grande contribuição que os povos da África, da América Latina e do Caribe têm para oferecer àqueles que tanto já tiveram no século XX e que precisam agora não repartir o que têm, mas repartir apenas as novas oportunidades.

Esteja certo, Presidente Kufuor, que Gana será outra a partir do dia de hoje. Se a Embrapa fizer aqui o que ela produziu no Brasil, sem precisar esperar 30 anos, Gana contribuirá para a mudança da história agrícola do continente africano.

Que Deus abençoe o continente africano e o povo de Gana.

Muito obrigado.

XII REUNIÃO DA UNCTAD

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE O PAINEL DE ALTO NÍVEL DA XII REUNIÃO DA
CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E
DESENVOLVIMENTO – UNCTAD. ACRA, GANA, 21/04/2008

Presidente da República do Gana, compa-
nheiro Kufuor,

Senhores Chefes de Estado e Governo da
XII Conferência das Nações Unidas sobre
Comércio e Desenvolvimento,

Senhor Ban Ki-Moon, Secretário-geral
das Nações Unidas, em nome de quem
cumprimento os demais ocupantes desta mesa,
Senhoras e senhores delegados,

Sinto-me muito honrado por ter sido con-
vidado a falar neste Segmento de Alto Ní-
vel sobre a África, no âmbito da reunião da
Unctad.

Entendo este gesto como reconhecimento
do interesse renovado que a política externa
brasileira tem atribuído ao continente
africano. Visitei dezenove países africanos,
nas sete viagens que realizei ao continente.
Conjuntamente com a Nigéria, lançamos
a primeira Cúpula entre a América do Sul
e a África, realizada em Abuja. O Brasil
acolheu, na Bahia, a Segunda Conferência de
intelectuais da África e da Diáspora.

São complexos os desafios enfrentados
pela África. Os dados são conhecidos. Não
preciso alongar-me sobre eles. Basta dizer
que, embora tenha 12% da população do
mundo, a participação relativa do continente

na riqueza mundial limita-se a 2,2% e, no caso
das exportações, a 2,7%.

Muitos países africanos continuam a
encontrar sérias dificuldades para reduzir
a desnutrição, as pandemias e a pobreza.
Talvez em nenhuma outra região do mundo
as assimetrias da globalização se manifestem
de forma tão dramática. Mas a África também
é um continente de esperança. Alguns países
africanos têm crescido a taxas superiores às
observadas na maioria das economias do
mundo.

A comunidade internacional deve contribuir
para esse dinamismo e garantir que ele seja
sustentável. É preocupante verificar que pou-
cos países desenvolvidos cumpriram a meta de
conceder 0,7% de seu Produto Nacional Bruto
para ajuda oficial ao desenvolvimento. Seria
fundamental garantir esse apoio, acordado em
Monterrey, em 2002. Somente assim os Objeti-
vos do Milênio poderão ser alcançados.

É indispensável, também, buscarmos
fontes alternativas de recursos. Devemos criar
mecanismos inovadores de financiamento. Um
exemplo é a ação contra a fome e a pobreza no
mundo, que lancei na ONU, juntamente com
vários Chefes de Estado, em 2004. Um de seus
primeiros resultados concretos foi a Unitaid.

O comércio internacional é fundamental para o desenvolvimento econômico. No caso de muitos países do sul, em particular no continente africano, o setor agrícola tem um papel central. O acesso desimpedido de seus produtos agrícolas aos grandes mercados mundiais é imprescindível para a geração de riqueza e o progresso social.

Assim como é, também, a eliminação dos milionários subsídios concedidos pelos países ricos a seus agricultores, que trazem enormes prejuízos para os países em desenvolvimento. É por isso que tanto lutamos para o êxito da Rodada de Doha da OMC. O sistema multilateral de comércio deve contribuir para um desenvolvimento justo e equitativo. A atuação do G-20 é exemplo do firme compromisso do Brasil com este propósito.

A persistência de práticas distorcidas e protecionistas por parte dos países ricos, que tanto afetam os países em desenvolvimento, inviabiliza todos os esforços pela superação das assimetrias entre o norte e o sul. Devemos ampliar ainda mais o comércio sul-sul. Será importante concluir, até o final do ano, a Rodada São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais. Necessitamos adotar medidas que levem à efetiva criação de comércio e intender as preocupações dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo. O Brasil já indicou que concederá tratamento livre de tarifas e de quotas para esses países.

Acordos comerciais com países desenvolvidos não podem ter cláusulas que restrinjam o comércio sul-sul. Também é necessário ter em mente que preferências comerciais concedidas pelos países mais ricos podem ser benéficas no curto prazo. Mas, na maioria dos casos, apenas protelam a solução dos problemas estruturais que dificultam o desenvolvimento.

As iniciativas de ajuda ao comércio devem dar prioridade ao fortalecimento da capacidade produtiva dos países em desenvolvimento. As

experiências dos próprios países do sul, que representam parcela crescente dessa ajuda no plano mundial, merecem ser levadas em conta.

Ontem, em meu discurso na cerimônia de abertura, mencionei algumas iniciativas que o Brasil vem desenvolvendo com os países africanos. Um exemplo são os programas de cooperação que estamos implementando por meio do escritório em Acra da Empresa de Tecnologia em Agricultura do Brasil (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA) para a pesquisa na agropecuária. As atividades que desenvolvemos com os países produtores de algodão da África Ocidental são outro exemplo do que podemos fazer juntos para aprimorar a capacidade produtiva.

A produção de biocombustíveis é uma área em que podemos colaborar muito com os países africanos. O estímulo aos biocombustíveis associa objetivos importantes de políticas públicas: a criação de empregos, a geração de riqueza e a redução de emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, a produção do etanol possibilitou o ingresso de mais de um milhão de pessoas no mercado de trabalho. O uso do etanol combustível evitou a emissão de 644 milhões de toneladas de CO₂ nos últimos 30 anos.

O etanol da cana-de-açúcar que produzimos é sete vezes mais eficiente do ponto de vista energético do que o etanol à base do milho. A produção brasileira não envolve subsídios, não ameaça a região amazônica e não reduz o volume de alimentos.

Estamos dispostos a compartilhar com a África os conhecimentos que adquirimos. Estou seguro de que a experiência brasileira pode ser replicada em muitos países do continente africano. Com Gana, estamos realizando projeto que resultará no plantio de 27 mil hectares de cana para produção de 150 milhões de litros de etanol por ano, destinados

ao mercado sueco, em um pioneiro contrato de longo prazo. Além disso, o projeto possibilitará a produção de 47 MW de eletricidade a partir do bagaço de cana.

No caso do biodiesel, o impacto social pode ser particularmente importante, pois sua produção beneficia, sobretudo, a agricultura familiar. Temos de evitar que a alta dos alimentos prejudique, mais uma vez, os países pobres, tão prejudicados no século passado. A carência que hoje observamos está relacionada com as práticas protecionistas dos países ricos. A produção de alimentos em países em desenvolvimento foi muito desestimulada pela existência de produtos subsidiados no mercado internacional.

Devemos desenvolver mecanismos que gerem riqueza. É importante diversificar a produção, promover o desenvolvimento rural e a capacidade produtiva agrícola. A Unctad pode dar contribuição valiosa, em conjunto com outros organismos, como a FAO, o Banco Mundial e o FMI. É necessário, também, aprofundar a cooperação financeira entre os bancos de desenvolvimento dos países do sul, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil e do Banco Africano de Desenvolvimento.

Os recursos privados e as forças de mercado desempenham papel importante, mas muitas vezes insuficiente. Recursos públicos podem ser determinantes para criar as condições necessárias para o crescimento sustentável. Deve-se assegurar investimentos estratégicos em infra-estrutura que produzam resultados benéficos para a economia e para a sociedade. É o que estamos procurando fazer no Brasil com o Programa de Aceleração do Crescimento.

Senhoras e Senhores,

A cooperação com a África é prioritária para o Brasil. Nossa principal meta é garantir um desenvolvimento equilibrado e integral, em benefício das populações dos nossos países. Trata-se de relacionamento estratégico. Temos clara compreensão da importância do diálogo e do desenvolvimento de parcerias com os países africanos. Nosso relacionamento contribui para enriquecer e diversificar nossa inserção conjunta no sistema internacional.

Multiplicamos iniciativas de cooperação. São cada vez mais intensas nossas relações de comércio e investimentos. Tomada em seu conjunto, a África seria o quarto maior parceiro comercial do Brasil. Nos últimos cinco anos, nosso comércio quadruplicou para US\$ 20 bilhões. O Brasil tem pequeno déficit nesse intercâmbio com a África.

Mas o compromisso brasileiro com a África vai além de sua importância econômica. Temos laços históricos, partilhamos identidades culturais e étnicas, construímos projetos comuns nos campos econômico, político e social. Em setores-chave para o bem-estar das populações, como é o caso da saúde, estamos trabalhando para a instalação em um dos países da Comunidade de Língua Portuguesa, Moçambique, de uma notável instituição pública brasileira de combate às doenças, a Fiocruz.

Para alcançarmos o desenvolvimento que almejamos, devemos lutar por nossos ideais e seguir nosso próprio caminho. Como dizia Kwame Nkrumah, líder da independência de Gana, não devemos “olhar nem para o Leste, nem para o Oeste; devemos olhar para frente!”.

Muito obrigado.

CONFERÊNCIA NA UFRJ

TEXTO-BASE DA CONFERÊNCIA DO MINISTRO CELSO AMORIM NA COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA (COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ) - CRIAÇÃO E INOVAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA. RIO DE JANEIRO, 25/04/2008

Arquiteto Oscar Niemeyer, convidado especial que nos honra com sua presença,

Senhor Diretor da COPPE, Professor Luiz Pinguelli Rosa,

Minha mulher, Ana,

Caros professores, estudantes e amigos,

Senhoras e Senhores,

Agradeço o convite para comparecer mais uma vez a esta prestigiosa instituição universitária, que em 2008 comemora seus 45 anos. A excelência da COPPE é motivo de orgulho para todos nós.

Propus aos organizadores que o tema de minha palestra fosse “Criação e inovação na política externa brasileira”. Criar e inovar são verbos que inspiram e fazem parte do cotidiano dos professores e alunos da COPPE.

Na engenharia, como certamente também na arquitetura, a concepção inicial de um projeto inovador depende da nossa capacidade de superar visões pré-concebidas. Pressupõe um sadio questionamento do que já existe e uma boa disposição para ousar, experimentar, flertar com o inusitado.

Os pesquisadores da COPPE sabem muito bem que os desafios do mundo atual exigem que se pense e se aja de um jeito novo. Ou seja, além da necessidade de sermos criativos no

pensamento, devemos ser capazes de inovar fazendo coisas novas. Na política externa também é assim.

Desde 2003, o Governo do Presidente Lula tem estado engajado em esforço para redimensionar o perfil do Brasil no mundo.

Nas últimas décadas, o Brasil cresceu, redemocratizou-se, estabilizou sua economia e foi capaz de eleger um operário, oriundo das lutas sindicais, como Presidente da República. O mundo também mudou. Em um quarto de século, desapareceu o conflito Leste-Oeste, deixamos para trás questões ideológicas que freqüentemente serviram de pretexto para intervenções autoritárias. Chegou-se até a falar, de forma ingênua certamente, no Fim da História.

A ONU, que por um momento pareceu fortalecer-se, logo viu sua autoridade desrespeitada por ações militares unilaterais. A nova era de paz entre as grandes potências não foi utilizada para promover um real desarmamento. Com isso, cresceram as ameaças de proliferação. Antigos conflitos deixaram de ser encaminhados adequadamente, por falta de vontade política. Alimentou-se, assim, o atrativo do terrorismo, este flagelo do mundo contemporâneo, como forma de buscar mu-

danças. Ao mesmo tempo em que a ameaça de um conflito global parece mais distante, o dia-a-dia, para milhões de seres humanos, ficou mais perigoso.

No plano econômico, a nova era da globalização também teve efeitos contraditórios. Ao mesmo tempo que gerou progressos, criou e aprofundou injustiças. Em um mundo em que as pessoas se comunicam por meio de telefones celulares ou verificam o estado de seus investimentos pela internet, mais seres humanos morrem por doenças curáveis ou por falta de alimentação adequada.

Na nossa região, vemos um número crescente de Governos oriundos do voto popular e voltados a resolver arraigados problemas sociais. Isso não ocorre sem tensão e conflitos, cujo encaminhamento pacífico e pelo diálogo é um dos maiores desafios que enfrentamos. O cenário internacional na atualidade requer do Brasil maior capacidade de reação e uma visão crítica em relação a velhos paradigmas.

Com a Guerra Fria longe de nós por quase duas décadas, não faz mais sentido – se é que algum dia fez – avaliar a política externa por sua maior ou menor convergência com este ou aquele país. Muito menos cabe, hoje, falar de um suposto “terceiro-mundismo”. Finda a oposição entre o Ocidente e o Oriente, a verdadeira contradição no mundo de hoje é a que opõe tendências à hegemonia unicêntrica, ou mesmo a uma eventual nova bipolaridade, às tendências que prenunciam a emergência de uma saudável estrutura multipolar.

A queda do muro de Berlim simbolizou o fim do conflito Leste-Oeste, que repercutiu com extraordinária intensidade na maneira como os Estados percebiam seu próprio lugar no ordenamento mundial.

Atualmente, outra mudança está em curso: a queda do muro Norte-Sul. Trata-se de muro talvez até mais espesso, porém invisível, cuja derrubada certamente será mais lenta e

complexa. Não oferecerá o mesmo espetáculo de mídia, mas nem por isso seus efeitos serão menos duradouros. O Brasil precisa estar preparado para ser um ator neste processo.

O Governo Lula percebeu, desde o início, que países em desenvolvimento como o Brasil podem ajudar a tornar o sistema internacional mais democrático. Adotou uma posição pró-ativa, que procurou, sem arroubos, mas sem timidez ou subserviência, alterar o sentido da globalização em favor da grande maioria. Não ficamos acomodados na confortável posição de um país periférico à espera de favores e proteção dos mais fortes. A criação do G-20, que quebrou a estrutura concentrada de poder nas negociações da OMC, talvez tenha sido o melhor exemplo desta atitude a um tempo desassombrada e pragmática, já que era voltada a resultados concretos.

A crescente relevância dos países em desenvolvimento na economia e na política mundiais é um fenômeno que veio para ficar. A desconcentração do poder global aponta nessa direção.

Aumenta a participação no comércio internacional dos países em desenvolvimento, que pode chegar a 45% do total em 2030. Daqui a vinte ou trinta anos, o PIB agregado dos países em desenvolvimento poderá ser maior do que o PIB dos países desenvolvidos.

Como antecipam diversos prognósticos de crescimento econômico, os chamados BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) estarão entre as maiores economias do mundo em 2050. Conforme dados do Banco Mundial, se aplicado o critério da paridade do poder de compra, o Brasil já é a sexta maior economia do mundo.

Analistas coincidem em avaliar que o crescimento das grandes economias emergentes poderá mitigar os efeitos de eventual recessão nos Estados Unidos, subvertendo a sabedoria convencional, segundo a qual a periferia seria

sempre a primeira a sofrer com as crises no centro. É fato que, na atual crise dos preços dos alimentos, os países mais pobres, como o Haiti e alguns países da África, têm sido os mais atingidos. Muito, portanto, é ainda necessário fazer para mitigar estas iniquidades, além das ações emergenciais. A maior e melhor contribuição que os países ricos podem dar para promover a produção de alimentos nos países que mais carecem deles é eliminar os escandalosos subsídios aos seus próprios agricultores ineficientes. A Rodada de Doha oferece uma oportunidade para isso.

O poder militar ainda se encontra muito concentrado. O fosso que separa países com capacidade diferente de defesa repercute no plano político, gera corridas por armamentos e contribui para criar instabilidade em diversas regiões.

Não haverá garantias de não-proliferação de armas de destruição em massa enquanto não forem dados passos consistentes em direção ao desarmamento, sobretudo o nuclear. A militarização dos conflitos não vai trazer mais segurança nem diminuir ameaças como o terrorismo, que sem dúvida deve ser combatido com firmeza, mas cujas causas profundas não podem ser resolvidas pela força. Não teremos um mundo mais seguro sem desenvolvimento econômico e social.

Quando o Presidente Lula foi eleito pela primeira vez, muito precisava ser feito, na frente diplomática, para resgatar a auto-estima do brasileiro e dar ao País uma presença internacional condizente com a dimensão real de suas potencialidades.

Materializar esta determinação exigia recuperar a capacidade de iniciativa e reforçar nossa influência na produção das regras de governança global. Em suma, não apenas reagir a fatos ou propostas desenhadas nos grandes centros de poder – como a da Alca, por exemplo – mas contribuir para a própria constituição da agenda internacional.

Para fortalecer nossa inserção global é necessário começar pela América do Sul. Uma inserção individualista não condiz com a extensão dos desafios do mundo atual. Choca-se, ademais, com a atitude solidária que, acreditamos, deve fazer parte do relacionamento entre as nações.

É inconcebível um Brasil próspero em meio a uma América do Sul miserável ou permanentemente sujeita a crises de governabilidade. Não há paz sem desenvolvimento nem desenvolvimento sem paz. E paz e desenvolvimento têm que ser para todos ou não serão para ninguém.

Temos que trabalhar pela integração a fim de contribuir para que a América do Sul seja um continente democrático, pacífico, próspero, livre de armas de destruição em massa, cultural e socialmente coeso, e ao mesmo tempo saudavelmente diverso.

Ao recuperar o conceito de unidade sul-americana, o Governo Lula deu-lhe uma conotação a um tempo prática e política. Nos últimos anos, os contatos se multiplicaram entre os Governos sul-americanos, assim como o comércio, os investimentos e a cooperação. Pode-se dizer, sem exagero, que um esforço ingente, tanto do ponto de vista político quanto físico, foi levado a cabo pelo Presidente Lula e seus auxiliares com tal objetivo.

Logrou-se, assim, construir uma teia de acordos de livre comércio entre o Mercosul e os países da Comunidade Andina. Somados aos arranjos pré-existentes com Chile e Bolívia, esses acordos vieram a conformar o que, nas palavras da então Ministra da Colômbia, Carolina Barco, em reunião na sede da ALADI em 2004, equivaleria a “uma área de livre comércio sul-americana”.

O comércio intra-regional na América do Sul passou de US\$ 33 bilhões em 2003 para cerca de US\$ 80 bilhões em 2007. O intercâmbio do Brasil com os países sul-

americanos saltou de US\$ 17 bilhões em 2003 para mais de US\$ 50 bilhões em 2007.

Neste mesmo ano de 2007, os países sul-americanos compraram 20% das exportações brasileiras, mais do que os Estados Unidos, que absorveram 16%. A América Latina e o Caribe em conjunto adquiriram cerca de 26% das nossas exportações, mais do que a União Européia.

Esse comércio com a América do Sul é particularmente importante por envolver parcelas significativas de bens de alto valor agregado.

Os investimentos de empresas brasileiras também têm aumentado na América do Sul. Muitos deles se dirigem à infra-estrutura. Alguns exemplos são o Corredor Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile, a interconexão entre Boa Vista e Georgetown, na Guiana, e a rodovia que ligará o Acre ao Pacífico. São projetos que fomentam empregos e renda no Brasil e nos países vizinhos, além de desenvolver áreas remotas do nosso próprio país. A integração e a interconectividade estão realizando, neste início do século XXI, o que a América do Norte fez no século XIX: a união do Atlântico ao Pacífico.

No Mercosul, foram criados mecanismos para compensar as assimetrias, como o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM). Foi, também, instalado o Parlamento, o que dá voz à cidadania nas decisões do Mercosul. Com o ingresso da Venezuela como membro pleno, que esperamos seja brevemente aprovado pelos Congressos do Brasil e do Paraguai, o bloco terá um caráter continental, do Caribe à Patagônia.

No campo político, a Comunidade Sul-Americana de Nações, lançada em 2004, em Cusco, teve sua primeira Cúpula no Brasil. A “CASA” em breve evoluiria para a União Sul-Americana de Nações (Unasul),

cujas institucionalizações serão reforçadas por um Acordo Constitutivo, em fase final de negociação. A União da América do Sul dará aos países do continente melhores condições de superar a velha noção de relacionamento tipo “aro de bicicleta” (hub-and-spoke) com as grandes potências.

A integração sul-americana cria um centro de gravitação alternativo ao que sempre existiu no Norte. Prepara, assim, o caminho para a integração do conjunto maior latino-americano e caribenho. Sem a integração da América do Sul, a integração latino-americana não passa de uma figura de retórica, de um sonho baseado em realidades culturais e linguísticas, sem dúvida importantes, mas sem lastro na estrutura econômica e social.

Um exemplo de nossa solidariedade com os países mais vulneráveis da região é o nosso compromisso com o Haiti. Decidimos integrar a Missão de Estabilização das Nações Unidas naquele país caribenho, assumindo o comando militar da operação. Adotamos um enfoque multidimensional – inovador em Operações de Paz da ONU – que, sem descurar da segurança, tem enfrentado, apesar das grandes dificuldades, as causas políticas e sociais da instabilidade. O Brasil não podia permanecer alheio a uma situação de verdadeira falência do Estado no Haiti, com provável repercussão em toda a região.

Moveu-nos uma solidariedade ativa, ou seja, a não-indiferença. Cumpramos ressaltar que, ao defender a não-indiferença, como fizemos ao propor a criação do grupo de amigos da Venezuela em 2003, então ameaçada por conflitos internos, não estamos inventando um princípio novo e sim sugerindo uma maneira distinta de ver a não-intervenção. Agregamos a ela uma dimensão ética e moral de solidariedade com o próximo, sem interferir nas escolhas e no direito soberano de cada povo de resolver o seu próprio destino.

Há bem pouco tempo, o Brasil esteve empenhado em garantir que a perigosa situação gerada pelo ataque armado da Colômbia em território equatoriano fosse encaminhada de forma pacífica e pelo diálogo.

Ao mesmo tempo que defendemos intransigentemente o princípio fundamental do respeito à integridade territorial dos Estados, estimulamos o caminho da cooperação e do restabelecimento da confiança. Na OEA e no Grupo do Rio, o Brasil empenhou-se por uma decisão firme, e ao mesmo tempo consensual, em que a unidade sul-americana e latino-americana e caribenha saiu reforçada. Pela primeira vez, em tema que diz respeito à Paz e à Segurança, a OEA se inclinou em favor de uma posição que a América Latina e o Caribe já haviam, na verdade, pré-definido.

Normalmente, a política externa é vista como a defesa crua do interesse nacional. Tudo o que aparentemente contraria ou mesmo qualifica essa postura pode ser interpretado como manifestação de ingenuidade ou forma de ocultar a verdade. Qualquer menção a “generosidade” tende a ser encarada como uma atitude tola, falsa ou pretensiosa.

Naturalmente nenhum Presidente, Ministro das Relações Exteriores ou autoridade de qualquer escalão pode deixar de defender o interesse nacional. Mas o interesse nacional e a solidariedade não são necessariamente antagônicos. Há, na verdade, uma relação dialética entre ambos.

Sob muitos aspectos, a “generosidade” é o reflexo de uma visão esclarecida, que coloca os interesses de longo prazo do conjunto da nação acima de ganhos imediatos deste ou daquele setor. No caso da política brasileira para a América do Sul, uma atitude pró-integração, solidária, “não indiferente” em relação aos parceiros sul-americanos corresponde ao nosso interesse nacional no sentido mais profundo.

O preço que tivermos de pagar no curto prazo será em geral muito menor do que o custo, no futuro, de situações agudas de conflito, ressentimento ou convulsão interna em países vizinhos, que inevitavelmente terão graves conseqüências para o Brasil.

O Brasil tem uma vocação universalista, que se reflete na nossa capacidade de articulação nos mais variados foros e com países de distintas características. Ao diversificar nossas parcerias, abrimos oportunidades de atuação política conjunta, de expansão das nossas exportações, de incremento da cooperação e de uma fértil e despreconcebida troca de idéias.

Os países em desenvolvimento foram os principais responsáveis pelo extraordinário aumento do nosso comércio exterior. Hoje, esses países compram em torno de 55% das exportações brasileiras, a maior parte de produtos manufaturados. Houve uma inversão, de importância e proporções históricas, pois tradicionalmente os países desenvolvidos eram sempre os que mais compravam do Brasil.

Um passo importante foi a retomada da nossa política africana. O Presidente Lula, que já visitou o continente oito vezes, recolocou a África no lugar central que sempre deveria ter na política externa brasileira. Reforçamos e, em alguns casos, criamos laços bilaterais com número expressivo de países africanos, incluindo naturalmente os parceiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, criada sob inspiração de José Aparecido de Oliveira. Temos no momento projetos de cooperação em quase todas as sub-regiões africanas. A Embrapa abriu um escritório em Acra e a Fiocruz deverá fazer o mesmo em Maputo.

Não sou daqueles que têm uma visão puramente mercantil da política externa. Mas os dados do comércio são os que mais se prestam a comparações.

O intercâmbio do Brasil com a África quadruplicou: em 2002 o total era de US\$ 5 bilhões. Hoje se aproxima dos US\$ 20 bilhões. Se fosse tomada em seu conjunto, a África seria, hoje, o quarto maior parceiro comercial do Brasil, abaixo apenas dos Estados Unidos, da Argentina e da China.

Também estabelecemos uma interlocução mais estruturada com a União Africana. Juntamente com a Nigéria, promovemos a primeira Cúpula África-América do Sul (AFRAS), em Abuja.

O Fórum IBAS, entre a Índia, o Brasil e a África do Sul, cuja origem remonta aos primeiros dias do Governo Lula, une três grandes democracias, três sociedades multiculturais, uma em cada continente do mundo em desenvolvimento. Promove a coordenação diplomática, o incremento do comércio e dos investimentos e a cooperação entre seus membros em múltiplas áreas, incluindo a acadêmica e cultural. O IBAS nos estimulou a lançar a idéia de um acordo comercial trilateral entre o Mercosul, a Índia e União Aduaneira da África Meridional (SACU).

Outra iniciativa pioneira foi a da realização da primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), em 2005, com importantes desdobramentos nos campos comercial, cultural e político. A situação política no Oriente Médio passou a ser objeto de acompanhamento ativo pelo Brasil.

Em novembro de 2007, chefeei a delegação do Brasil à Conferência de Annapolis, que teve por objetivo relançar o processo de paz. O convite a países de fora da região, como Brasil, África do Sul e Índia, que não são nem parte do conflito nem potências tradicionais na política do Oriente Médio, foi um reconhecimento do papel construtivo que estes países – no caso, o próprio IBAS – podem dar ao processo, trazendo idéias novas e estimulando posturas baseadas na diversidade e a tolerância.

Em minha mais recente visita ao Oriente Médio, pude testemunhar o sofrimento do povo palestino e as dificuldades que persistem no caminho da paz, tão necessária para a tranquilidade daquela região e do mundo. A aparente distância do Brasil da região não significa que nada tenhamos a dizer sobre essa questão. Muito pelo contrário. Constatei que o Brasil é visto como um interlocutor cuja contribuição é valorizada tanto por árabes quanto israelenses.

Nosso interesse em nos aproximar do continente asiático foi reiterado durante a Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalal), que o Brasil sediou em 2007. Na ocasião, os países do Mercosul e da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) se reuniram pela primeira vez. Uma reunião ministerial mais estruturada Mercosul-ASEAN já está marcada para novembro deste ano.

Fiz recentemente visita pioneira ao Vietnã (a primeira de um Chanceler brasileiro) e também a Cingapura. São duas realidades distintas, mas que têm em comum o dinamismo e a rapidez das mudanças. Em 2008, há viagens programadas do Presidente Lula à Ásia, procurando selar esta nova prioridade.

O Governo Lula reforçou os contatos com países desenvolvidos, especialmente com os Estados Unidos e com os países da União Européia.

Mantemos com os Estados Unidos, em que pese às diferenças que não tentamos ocultar, uma parceria madura, mutuamente respeitosa. O diálogo constante entre os dois países inclui temas que vão do intercâmbio bilateral e da cooperação trilateral em benefício de países mais pobres na África, no Caribe e na América Central, à situação política no Oriente Médio e à OMC.

As relações com a União Européia ganharam impulso com a Parceria Estratégica.

Criou-se um canal de diálogo privilegiado e de alto nível, que contempla o meio ambiente, biocombustíveis e ciência e tecnologia.

É claro, portanto, que vínculos mais estreitos com países do Sul não diminuem para o Brasil a importância da relação com os países desenvolvidos. Só que se trata agora de uma relação de igual para igual, sem paternalismos. A era das opções excludentes ficou no passado. Este é o universalismo genuíno. A política externa brasileira não tem preconceitos e, ao contrário do que dizem alguns críticos, não está condicionada por fronteiras ideológicas.

O Brasil pode colaborar para uma ordem mundial menos estática e hierarquizada. É raro, hoje, em relação a qualquer tema de interesse global, que surja um grupo de países no qual o Brasil não esteja presente, de uma forma ou de outra (BRICs, IBAS, G-20, G8+5, G-4, etc.).

Os contornos essenciais da presente ordem multilateral foram definidos na década de 1940. Trata-se agora de redefinir o papel dos países em desenvolvimento nessa ordem institucional que completa mais de seis décadas de existência.

Nesse contexto se insere o empenho do Brasil e de seus parceiros do G-4 em favor de uma reforma justa e abrangente das Nações Unidas, incluindo a expansão no número dos assentos permanentes do Conselho de Segurança.

Em 1945, a ONU possuía 50 Estados-membros. Hoje, são 192 países. O status quo no Conselho de Segurança não é sustentável. Mais membros permanentes, sobretudo do mundo em desenvolvimento, contribuirão para uma maior democratização do Conselho.

Será sempre um desafio conciliar ideais de igualdade e democracia com a necessidade prática de se ter um Conselho eficaz, que possa agir com a rapidez exigida pelas circuns-

tâncias. A reforma do Conselho terá assim que encontrar um difícil equilíbrio entre critérios de representatividade e eficácia.

Sobre este ponto, a integração sul-americana deverá colaborar para que haja um sistema de consultas mais aprimorado no âmbito regional. A consolidação da Unasul ajudará nesse sentido. A aproximação do Brasil com os demais países da América Latina e do Caribe também fará com que nossa atuação em um Conselho de Segurança ampliado se beneficie dessa concertação regional.

Na Organização Mundial do Comércio, a atuação do G-20 parte da mesma lógica de mudança estrutural no processo negociador nos foros multilaterais. Até recentemente, uns poucos países ricos decidiam a portas fechadas qual deveria ser o futuro do sistema multilateral de comércio, repartindo direitos e impondo obrigações. Aos demais cabia apenas referendar o acordado. Eram escassas as oportunidades para influir nas decisões. O campo de jogo estava de saída desnivelado.

O G-20, criado na preparação da Conferência de Cancún e consolidado no calor dos debates da reunião ministerial, teve um papel didático e mesmo revolucionário nesse aspecto. Em busca de um resultado para a Rodada de Doha que atenda aos legítimos interesses dos países em desenvolvimento, em particular no comércio agrícola, conseguimos alterar uma situação de enorme assimetria decisória. Os países em desenvolvimento passaram a ter influência real no núcleo das negociações.

Algo parecido – se bem que por outros caminhos – tem ocorrido no diálogo com o G-8. Juntamente com África do Sul, China, Índia e México, o Brasil tem interagido com este foro, onde estão os países mais ricos e poderosos. Este diálogo sinaliza que, mesmo entre os países ricos, sente-se a viva necessidade de incluir novos parceiros no encaminhamento

de temas globais, como mudança do clima, energia, comércio internacional, combate à fome e financiamento ao desenvolvimento.

Hoje tudo está interligado a tudo. Temas como a mudança do clima deixam de ser “apenas” um problema ambiental para ter impacto decisivo na produção econômica, nas opções energéticas, na relação do homem com o meio e até no tipo de civilização que existe no planeta, que desejamos menos baseada na competição desenfreada e mais inspirada em valores de cooperação e solidariedade.

Em dezembro de 2007, na 13a Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Bali, o Brasil atuou ativamente para ajudar a destravar o debate e aproximar posições. O “Mapa do Caminho”, aprovado por consenso, definiu o conteúdo, os prazos e os dois trilhos para as negociações do novo regime do clima. Um desses grupos de caráter negociador está sendo presidido este ano por diplomata brasileiro.

O G-20, o IBAS, a ASPA, a AFRAS e a CASA/Unasul – a que me referi em diversos pontos desta conferência – não são um bando de siglas sem significado que contribuiriam apenas para complicar ainda mais o emaranhado de letras e números com que se descreve a realidade internacional. São exemplos de iniciativas em que o Brasil procurou valorizar a criação e a inovação em sua política externa.

Nossas ações internacionais encontram seu fundamento último nos princípios éticos, humanistas e de justiça social que caracterizam as políticas implementadas pelo Governo Lula também no plano interno. Nosso objetivo é continuar a ter uma política externa ativa,

com agenda própria, consciente do interesse brasileiro mas, ao mesmo tempo, participante nos processos de integração da América do Sul, solidária com outros países em desenvolvimento – a começar pelos africanos – e aberta ao mundo.

Creio que todos conhecem aqui a obra-prima que é o Palácio Itamaraty em Brasília. Um palácio que alia o estético ao funcional, capaz de conciliar a simplicidade e a elegância, objeto de admiração de todos os visitantes oficiais que recebemos.

Menos conhecida é a participação decisiva de Oscar Niemeyer no projeto original para o prédio das Nações Unidas em Nova York. Não sei se todos aqui têm presente este fato, mas o famoso edifício da ONU existe em sua forma atual graças ao talento e à criatividade de Niemeyer.

Atualmente, Niemeyer, que já nos deu o Memorial da América Latina, continua a nos brindar com seu vigor e seu espírito generoso ao dispor-se a elaborar um projeto para a futura sede da Biblioteca América do Sul-Países Árabes, a ser construída em Argel. O Itamaraty lhe é muito grato por mais esta demonstração de compromisso com o ideal de aproximação entre os países do Sul e a paz no mundo.

Mas além do traço elegante com que racionaliza e dá forma poética aos espaços, Niemeyer também é credor de nossa gratidão pela visão humanista, pelo seu exemplo de vida, sua dedicação à luta por um mundo mais justo e mais solidário. Esta luta, sem dúvida, é de todos nós. E é também a da nossa diplomacia.

Muito obrigado.

DIA DO DIPLOMATA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DO DIA DO DIPLOMATA. BRASÍLIA, DF, 29/04/2008

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores,

Senhoras e senhores Embaixadores estrangeiros acreditados junto ao meu Governo,

Embaixador Fernando Guimarães Reis, Diretor do Instituto Rio Branco e paraninfo da turma 2005/2007,

Meu caro orador, Thomaz Diniz Guedes,

Senhoras e senhores Embaixadores,

Meus caros formandos do Instituto Rio Branco,

Senhoras e senhores,

Pela 6ª vez desde o meu primeiro mandato, venho ao Itamaraty para celebrar a formatura de mais uma turma de diplomatas. Quero compartilhar com vocês, com seus familiares e amigos a alegria deste momento, mas quero também lhes transmitir um sentimento que acompanha a minha trajetória de homem público.

A política externa, como toda atividade política, como quase tudo na vida, é feita de razão e de emoção. Há poucos dias, retornei a Gana, em minha 8ª viagem à África, para participar da reunião da UNCTAD. Lá, discutimos temas importantes para o futuro do mundo, mas lá também vivi a emoção de visitar a “Casa Brasil”, uma homenagem à comunidade dos Tabom, descendentes de escravos retornados, que preservam em solo africano um pouco do

Brasil que seus antepassados conheceram. Foi um encontro que serviu para relembrar a força dos vínculos que unem o Brasil ao continente africano e que devem fazer da diplomacia essa mistura de razão e emoção que acabo de mencionar.

Inaugurei, em Acra, o escritório regional da Embrapa na África. Em breve, a Fiocruz deverá abrir uma representação em Moçambique, onde também vamos instalar uma fábrica de anti-retrovirais.

Nos últimos anos, o comércio do Brasil com a África quadruplicou. Aumentaram os projetos, a cooperação e o investimento. Nosso relacionamento com a África é parte da renovação de nossa política externa. Buscamos aliar a solidariedade aos benefícios de uma relação densa nos campos político e econômico. Nessa interação, brasileiros e africanos saem ganhando.

É assim que vemos a cooperação Sul-Sul. O interesse é recíproco e as vantagens também. Estamos reforçando nosso relacionamento com os países árabes e com os parceiros da Ásia. Iniciativas como a Cúpula América do Sul/ Países Árabes, a Cúpula África/América do Sul ou o IBAS, que nos une à Índia e à África do Sul, são fatos novos na política internacional.

É evidente que tudo começa aqui na nossa querida América do Sul, na nossa casa.

Começa no trabalho que estamos fazendo no Mercosul e na Unasul. É o que buscamos ao intensificar as parcerias na América Central e no Caribe. Em todas essas iniciativas, temos sempre procurado favorecer, sem abrir mão dos nossos princípios, o diálogo e o entendimento.

Na recente crise entre o Equador e a Colômbia, o Brasil agiu com serenidade e firmeza para que prevalecessem a justiça e a moderação. São posturas equilibradas que, sem perder de vista o que é certo ou errado, permitem apaziguar as tensões e encontrar o caminho justo para resolver as controvérsias.

A paz e o entendimento devem guiar o projeto comum que nós, sul-americanos, queremos para a região. Para isso, temos que demonstrar maturidade política.

O Brasil sediará uma cúpula extraordinária da União das Nações Sul-Americanas. Vamos consolidar a Unasul, concluir seu acordo constitutivo e dar passos seguros na criação de um conselho de defesa sul-americano. Com vontade política, desejo de cooperação e respeito às nossas diferenças, poderemos avançar em nossa integração.

Todos os líderes da América do Sul estão determinados a cumprir a vocação regional de viver em paz e alcançar níveis mais altos de desenvolvimento econômico e social. Só assim teremos presença forte no mundo multipolar que está se desenhando. Nada conseguiremos sozinhos.

O mundo em que vivemos nos oferece um espetáculo paradoxal. Vemos mudança por toda parte. Novas descobertas da ciência, maravilhas da tecnologia, invenções que transformam nossas vidas e abrem perspectivas para milhões e milhões de pessoas. Mas, ao mesmo tempo, persistem a fome, a miséria, a exclusão e a desesperança. Aí está a maior ameaça à paz. Esse é o terreno propício para o surgimento dos fundamentalistas. Não basta

combater as conseqüências da iniquidade, é preciso atacar as causas das desigualdades. Os frutos da globalização não podem ser privilégio de alguns. Homens e mulheres precisam, em todas as partes, perceber no seu dia-a-dia que o progresso conquistado tem reflexo na qualidade de suas vidas. Os países em desenvolvimento precisam colocar os seus problemas no centro do debate, devem participar da elaboração da agenda internacional. O Brasil está disposto a atuar sem arrogância, sem megalomania, sem pretensões hegemônicas, mas com o sentimento de que somos um grande país e que temos o que dizer ao mundo. Por essa razão, estamos presentes na estabilização do Haiti. Por essa razão, aspiramos a reformar a ONU e seus mecanismos de segurança coletiva.

Tomemos um caso particular, o da crise mundial de alimentos. Alguns querem atribuí-la aos biocombustíveis. Essa é, no mínimo, uma distorção absurda. A experiência brasileira demonstrou que os biocombustíveis, além de não ameaçar a segurança alimentar, geram emprego e renda no campo e ajudam a combater o aquecimento global. Há duas semanas, tratei desse tema neste mesmo auditório, durante a conferência regional da FAO. Falei, de novo, sobre isso na África e continuarei falando onde for preciso, porque o Brasil não pode e não deve ter medo deste debate.

Se hoje mais pessoas estão comendo, deveríamos estar comemorando. Quando lancei a ação contra a fome e a pobreza, jamais pensei que o consumo de alimentos pudesse ser utilizado como argumento contra nós. Se os países ricos desejam realmente aumentar a oferta de alimentos, por que não eliminam os subsídios que dão à sua agricultura? Isso estimulará a produção nos países mais pobres que têm mais terras, mais mão-de-obra e, agora, como ficou provado no

caso do Brasil, tecnologia avançada. Espero que essa discussão tenha impacto positivo na Organização Mundial do Comércio.

Continuamos empenhados em garantir que a Rodada de Doha seja concluída o quanto antes. Tenho conversado com os líderes das principais potências mundiais sobre a OMC e outros temas globais. Com os Estados Unidos, com os países da União Européia, com qualquer outro país desenvolvido, nossa atitude é a mesma: acreditamos na negociação em base de igualdade e respeito mútuo. Temos muito a ganhar expandindo nossas relações com esses países, parceiros tradicionais no processo de desenvolvimento brasileiro.

Meus caros formandos,

Na execução da política externa, tenho a satisfação de contar sempre com a competência, o conhecimento e a dedicação dos quadros do Itamaraty. Vocês pertencem a uma carreira de Estado, portanto, são os garantes do interesse nacional. O Ministério das Relações Exteriores é uma instituição estratégica para o Governo, são crescentes as demandas na frente externa, a presença e os interesses do Brasil no mundo se ampliaram enormemente. Nossa presença no mundo é parte essencial de nosso projeto nacional de desenvolvimento. Para isso, a diplomacia brasileira precisa estar à altura dos desafios, precisa dispor dos meios administrativos e orçamentários para cumprir suas funções de modo adequado. O aperfeiçoamento das atividades do Ministério requer investimentos nas áreas de cooperação técnica, difusão cultural, promoção comercial e proteção às comunidades brasileiras no exterior. Exige, também, como já disse aqui, no ano passado, condições dignas de representação, incluindo a construção ou a compra de imóveis próprios para nossas missões no exterior. Em meu governo, não tenho medido esforços para dotar o Itamaraty dos recursos necessários para cumprir a contento a sua missão.

Vocês, caros formandos, são privilegiados por servirem à Casa de Rio Branco. Terão a chance de trabalhar pelo Brasil. Ao engrandecer o País, vocês estarão engrandecendo a si mesmos. Mas é muito importante que a indispensável maturidade que a carreira exige não arrefeça os ideais da juventude. Todos sabem que tenho lutado por uma política de solidariedade, isso nada tem de incompatível com a defesa do interesse nacional. Ao contrário. Muitas vezes, o nosso interesse de longo prazo é melhor defendido com a postura de cooperação e compreensão, assim obtemos mais resultados do que pela confrontação. Não importa se nosso interlocutor é de um país grande ou pequeno, o respeito tem que ser recíproco. O Brasil procura tratar cada parceiro com a mesma atitude de concórdia, abertura ao diálogo e desejo de chegar a um denominador comum. A política externa que praticamos é sem preconceito, baseia-se em valores como a democracia, a justiça e a igualdade, é pautada por um sentimento de genuína fraternidade. Essa é a herança que nos deixou o Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, diplomata que vocês escolheram como patrono da turma.

Quando a Europa vivia a longa noite do nazifascismo, Souza Dantas ousou agir segundo sua consciência. Enquanto muitos se omitiram, ajudou refugiados judeus que tentavam escapar à barbárie. Mostrou coragem e dignidade, colocou o ser humano em primeiro lugar. Isso é exatamente o que o mundo de hoje precisa: mais humanidade.

Os pais, parentes e amigos dos formandos que aqui estão podem ficar orgulhosos. Tenho certeza de que vocês, jovens diplomatas, saberão honrar esses ideais.

Meus amigos,

Minhas amigas,

Duas coisas importantes que eu queria falar para vocês no meu tradicional improvisado, que

tanto preocupa o meu Ministro das Relações Exteriores: eu penso que os diplomatas brasileiros sabem que o que está acontecendo no mundo de hoje, e, nesse mundo, a relação do Brasil de forma prioritária com a América do Sul, América Latina e Caribe e com o continente africano tem uma razão de ser. É como se nós tivéssemos uma artéria em que a Europa e os Estados Unidos pertencessem a uma grande parte do coração e que, durante quase um século, o sangue dessa artéria fosse irrigado apenas por essa parte do coração que tinha a União Européia e os Estados Unidos. Nós agora queremos irrigar o coração todo. E, por isso, estamos olhando um pouco o que vai acontecer com o continente africano nos próximos 20 ou 30 anos, ou o que vai acontecer no Caribe, na América Latina e na América do Sul nos próximos 20 ou 30 anos. Não estamos pensando apenas no agora, apenas no hoje ou apenas no amanhã, estamos pensando em duas décadas para a frente, quando certamente a África não será tão pobre como é hoje, quando certamente a América Latina não será tão pobre quanto é hoje e, certamente, quando a nossa relação com esses continentes e, sobretudo, com seus países irá permitir que a gente não esteja vulnerável na nossa balança comercial, nos acordos ou nas atividades econômicas que fazemos.

Por que isso é importante? Isso é importante pelo que está acontecendo neste momento agora. Imaginem vocês se a crise imobiliária americana que está acontecendo neste momento tivesse acontecido no Brasil há 15 anos? Certamente essa crise teria resvalado no Brasil e certamente nós teríamos tido uma crise possivelmente como tivemos quando aconteceu a crise asiática. Por que desta vez nós estamos não tão tranquilos, mas maduramente tranquilos e assentados com o pé no chão? É exatamente por causa da política externa brasileira, é exatamente pela diversificação

que nós fizemos, é exatamente pelo equilíbrio na balança comercial que conseguimos criar com a América Latina, com a África, com o Oriente Médio e com o continente asiático. Já não dependemos mais de uma potência ou de duas potências, temos produtos para vender em vários lugares do mundo e temos dinheiro para comprar em vários lugares do mundo. Isso nos dá um pouco a sensação de liberdade, isso nos dá um pouco a sensação de poder escolher os parceiros sem relegar a um segundo plano os parceiros antigos. Não. Nós sabemos a importância que têm os Estados Unidos na vida deste País. Nós sabemos a importância que tem a União Européia na vida deste País. Mas precisamos procurar novos parceiros para que a nossa relação seja mais forte ainda com os Estados Unidos e com a União Européia. Afinal de contas, quantos mais amigos nós tivermos, mais os velhos amigos vão trabalhar para não perderem a nossa amizade, para não serem tratados como se fossem secundários.

E isso nos obriga a fazer duas coisas, que eu não sei se em algum momento o Celso já comunicou a vocês. Nós, até o final do meu mandato, vamos fazer dois gestos para provar que a nossa relação com a América Latina e com a África não é apenas comercial. Estamos construindo uma universidade para a América Latina, com currículo latino-americano, com professores latino-americanos, não apenas brasileiros, e com estudantes de todo o continente.

E agora, também, vamos fazer uma universidade para os países africanos. Já tem a cidade, que é a cidade de Redenção, no Ceará, onde foi primeiro abolida a escravidão, e lá nós queremos fazer uma universidade para trazer para cá, em um primeiro momento, estudantes que pertençam aos países de língua portuguesa da África, para que, junto com brasileiros, a gente possa formar os

engenheiros, os agrônomos, os médicos, os gestores públicos de que tanto o continente africano precisa para dar o salto de qualidade no século XXI, que ele não teve condições de dar no século XX.

E eu acho que isso significa mais uma vitória, não do nosso Governo, Celso, mas da nossa diplomacia. Eu conheço um pouco da diplomacia, porque mesmo quando era oposição, eu era recebido no mundo inteiro pelos nossos diplomatas. Mas, como ser humano, eu sei a diferença de quando a gente trabalha motivado a ideais e quando a gente trabalha apenas para cumprir uma jornada de trabalho. É como um jogador de futebol. Uma coisa é aquele que corre, se mata para não deixar a bola sair fora ou para tomar a bola do adversário. O outro é aquele que bota a mão na cintura e fica esperando os 90 minutos

acabarem. Eu posso dizer para vocês que eu nunca vi tanta vontade de trabalhar e tanta dedicação como eu vejo, hoje, na diplomacia brasileira, em todos os cantos do mundo.

A renovação é necessária. De tempos em tempos, nós precisamos trocar a corda do nosso cavaquinho, quanto mais trocar os nossos diplomatas que têm postos importantes pelo mundo. O Brasil certamente nunca teve a respeitabilidade que tem hoje. Mais do que respeitabilidade, o Brasil gera expectativa. Muita gente espera que o Brasil dê a última palavra em algum assunto polêmico, em qualquer lugar do mundo.

Portanto, meus caros formandos, daqui a pouco eu me vou. Daqui a pouco, o Celso Amorim se vai. E a bola está com vocês.

Boa sorte. Que Deus abençoe cada um de vocês.

CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA 2005-2007 DO INSTITUTO RIO BRANCO

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR
CELSO AMORIM, NA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA 2005-
2007 DO INSTITUTO RIO BRANCO. BRASÍLIA, DF, 29/04/2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,

Excelentíssimo Senhor Embaixador Fernando Reis, Diretor do Instituto Rio Branco e paraninfo da turma,

Pais e familiares dos jovens formandos,

Meus colegas, novos colegas e antigos colegas,

Ana, minha mulher, a quem cumprimento, assim como a todos os cônjuges dos diplomatas, que também têm de passar por muitos sacrifícios na vida.

Presidente, recentemente eu fiz uma palestra na COPPE, que comemorava seus 45 anos, sobre criação e inovação na política externa brasileira. E foi até uma ocasião interessante – e como eu não tive ocasião de mencionar ao Senhor em privado, menciono-o publicamente – porque na realidade o homenageado daquela sessão era o Oscar Niemeyer, e o Oscar Niemeyer disse que já recebeu muitas homenagens na vida e não estava querendo outra homenagem centrada absolutamente nele. Então pediu que fosse feita uma palestra sobre política externa brasileira, uma vez que ele, grande admirador seu e do seu Governo, via na política externa brasileira também um dos pontos altos, na opinião dele, do momento atual que nós estamos vivendo.

Eu acho que um cumprimento desses, de um brasileiro, talvez um dos mais ilustres brasileiros vivos, é a melhor gratificação que podemos receber.

Mas por que eu escolhi o tema de criação e inovação na política externa para aquela ocasião? Será que eu acho que isso é apropriado para os jovens que ingressam – já ingressaram, na realidade, mas seu ingresso hoje se formaliza – no curso do Rio Branco? É porque a criação e a inovação são absolutamente necessárias na nossa profissão. O mundo muda constantemente. Desde minha época, da época do Embaixador Fernando Reis, até hoje, o mundo mudou de maneira extraordinária. E o Brasil também mudou. São mudanças – algumas palpáveis, algumas muito visíveis, como, por exemplo, a queda do muro de Berlim. Mudanças a que o Brasil, os brasileiros, em sua grande maioria, assistimos de maneira passiva, porque era um evento que extravasava a nossa capacidade de ação.

Mas há também outras mudanças e outros muros que estão sendo derrubados nos quais nossa ação é fundamental. O muro de Berlim, a queda do muro de Berlim marcou o fim do conflito Leste-Oeste. Mas existe também uma antiga separação, que é a separação Norte-

Sul, um muro, como eu disse na ocasião daquela palestra, talvez mais espesso, porque a derrubada será mais difícil, mais lenta e mais complexa, que não vai atrair a atenção da mídia, mas nem por isso um muro menos importante que o muro Norte-Sul. Na derrubada desse muro, nós não somos apenas espectadores, olhando as nossas câmeras de televisão. Nós somos atores e o Governo do Presidente Lula tem sido um ator particularmente participante desse processo.

Então, eu acho que isso é um símbolo, entre muitos outros, desse novo mundo que os nossos novos colegas vão encontrar.

Acho que um dos piores defeitos que pode haver em alguém que esteja voltado para a ação, para a ação prática e a ação política, em especial, é ver as coisas novas com olhos velhos. Olhar, por exemplo, as questões da integração da América do Sul como se elas fossem ainda as questões das rivalidades em torno da Bacia do Prata.

Hoje a nossa realidade é outra. O que antes era competição, rivalidade; hoje, o nome do jogo é solidariedade. Solidariedade sem nunca perder de vista, naturalmente, o interesse nacional. Mas dentro da convicção de que o interesse nacional é melhor servido se nós pudermos entender que vivemos em um conjunto, que não haverá um Brasil próspero e desenvolvido se não houver uma América do Sul próspera e desenvolvida. Essa tem sido a política do Presidente Lula que nós temos executado.

Agora, essa política suscita muito mais desafios, porque o Brasil é chamado a atuar de maneira muito mais freqüente. E eu penso que o mundo mudou e o Brasil também mudou.

O Embaixador Fernando Reis – que me deu o privilégio de ler o seu discurso – vai mencionar também um outro Dantas, além do Souza Dantas, que é o patrono, muito bem escolhido, de vocês. Ele vai mencionar o San Tiago Dantas. E eu lembro que gesto de ousadia enorme, que

símbolo de independência admirável foi a abstenção praticada por San Tiago Dantas na votação das sanções contra Cuba, na Reunião de Punta del Este.

Hoje, a abstenção pareceria pouco. Hoje, o Brasil certamente votaria contra uma decisão desse tipo. Não porque o Brasil concorde ou discorde de tudo que se passa nesse ou naquele país, mas porque hoje a nossa convicção é de que o engajamento construtivo é muito mais importante e muito mais eficaz – inclusive para a própria democracia no continente – do que o isolamento ou a mera indiferença.

A esse respeito, eu gostaria de comentar algo que nós temos mencionado nos últimos anos: que a nossa política – que continua a ser, como sempre foi, uma política de não-intervenção – , com o passar do tempo, dado o próprio crescimento da influência do Brasil, teve de ver nessa não-intervenção um tempero novo. E o tempero novo, que não altera o princípio, é a não-indiferença. Nós agimos de maneira não-indiferente quando criamos o Grupo de Amigos da Venezuela. Nós agimos de maneira não-indiferente quando participamos, da maneira que temos participado, na tentativa de reconstituição não só da ordem pública, mas do desenvolvimento e da prosperidade no Haiti. E nós agimos de maneira não-indiferente quando atendemos a um apelo da Bolívia – e vamos participar juntos, nesse caso, com a Argentina e a Colômbia – do Grupo de Amigos que procura uma solução, pelo diálogo, para esse nosso país vizinho.

Eu queria também dizer a vocês que isso é uma inovação. Não é uma inovação decorrente do tempo, mas há muitas outras inovações e seria muito longo eu me estender sobre todas elas nesse momento em que todos querem escutar, naturalmente, o nosso Presidente, o paraninfo e o orador. Mas eu gostaria de deixar claro que dentro desse processo de inovação a nossa aproximação com a África é um fato

novo. Não que seja inédito, porque nunca tenha havido antes, mas, como diziam alguns filósofos do século XIX, a quantidade altera a qualidade, a quantidade, freqüentemente, se transforma em qualidade, e a determinação, a insistência mesmo com que o Brasil, sob a orientação do Presidente Lula, tem procurado se reaproximar da África é um dos pontos mais notáveis da nossa política externa. Eu estou mencionando dois pontos, mas poderia me estender aqui e falar da Ásia, falar da nossa parceria estratégica com a União Européia, falar das nossas excelentes relações com os Estados Unidos – mas iríamos muito longe.

Eu quero só deixar a vocês a seguinte noção: o Brasil é, hoje, um ator de grande relevo na política internacional. Até havia uma frase, que tiramos aqui de um discurso escrito: que o Brasil precisa ir “além de suas sandálias”, além daquilo que as pessoas consideram ser as suas sandálias. O Brasil precisa realmente se afirmar. Não deve ter vergonha de se afirmar.

Entre muitos outros estudos que eu poderia mencionar, eu me referirei a um, porque está hoje na imprensa. É um artigo do Wall Street Journal, reproduzido em um jornal brasileiro. Ele se refere claramente ao fato de que o Brasil se transformou em um mediador, inclusive no jogo das grandes potências, pelo menos na área comercial. É algo que nós não poderíamos prever. Quem acompanhou a Rodada Tóquio – e vejo aqui o Embaixador João Gualberto –, quem acompanhou a Rodada Uruguai, como eu mesmo lá estive, nós sabemos que a nossa capacidade de reação era limitada. Entre os países em desenvolvimento, nós éramos até um dos países ouvidos. Mas ouvidos no finalzinho, para transformar um til em um acento circunflexo, transformar uma vírgula em um ponto-e-vírgula, não mais do que isso. Hoje, todos sabem que aquilo que o Brasil disser vai ter uma influência muito grande no próprio processo das negociações.

Isso não ocorreu de graça. Isso ocorreu porque o Brasil mudou, porque o Brasil hoje é uma democracia pujante, porque o Brasil é visto em todo mundo como parte da solução dos problemas, inclusive nas questões tão importantes como do biocombustível e dos alimentos, e não como parte do problema, porque o Brasil atendeu e está atendendo as necessidades sociais de seu povo e porque o Brasil tem também uma política externa que é, ao mesmo tempo, desassombrada e pragmática. Desassombrada, porque ela não tem medo; pragmática, porque ela busca resultados concretos. Ela não está apenas querendo fazer volteios ou malabarismos, sem objetivos específicos.

Eu queria dizer, portanto, que isso é verdade para todos os temas. Eu me referi à OMC, mas isso é verdade para o clima, é verdade para a energia, é verdade para a questão de alimentos, para os grandes temas globais – está aqui também o Ministro Figueiredo, que preside o grupo negociador sobre clima. É um orgulho para todos nós que o Brasil seja sempre trazido a essas posições.

Então eu queria, com sua permissão, Presidente, mais uma vez, ter o prazer de receber oficialmente mais uma turma de colegas, formados pelo Instituto Rio Branco, essa instituição de excelência. E, falando de excelência, eu queria apenas fazer um último comentário: essas mudanças que têm ocorrido no País e no mundo exigem mudanças também no Ministério. O Itamaraty tem que se renovar, o Itamaraty tem que se rejuvenescer, o Itamaraty tem que ser um reflexo do que é a sociedade brasileira – seja na maior participação das mulheres, seja na maior participação das minorias, em todos os postos. E tem que fazer isso sem perder a excelência. Esse é o grande desafio que nós temos. Esse é o desafio que vocês enfrentarão. Essa é a grande história da diplomacia brasileira. E nessa história vocês não serão apenas espectadores, mas serão atores e autores. Bem-vindos!

VISITA DO CHANCELER DA ÁUSTRIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
POR OCASIÃO DA VISITA DE TRABALHO DO CHANCELER DA REPÚBLICA
FEDERAL DA ÁUSTRIA, ALFRED GUSENBAUER. BRASÍLIA - DF, 13/05/2008

Senhor Cezar Peluso, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal,

Senhor Christoph Matz Netter, ministro das Finanças da República da Áustria,

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ministro-interino das Relações Exteriores,

Senhora Marta Suplicy, ministra do Turismo,

Senhores parlamentares aqui presentes,

Integrantes da comitiva da Áustria,

Senhores e senhoras embaixadores,

Meus amigos e minhas amigas da imprensa,

Quero iniciar dando as boas vindas ao Chanceler Federal da República da Áustria, que nos dá o prazer de sua visita ao Brasil.

Os valores humanistas, que marcam a trajetória de Vossa Excelência se inscrevem na tradição da social-democracia austríaca. Digo isso ao evocar a honra que tive, há muitos anos, de receber o Prêmio Bruno Kreisky, o grande prócer do socialismo em seu país. Esses valores comuns são os que dão consistência à parceria de nossos países, centrada na inclusão social e econômica e na democracia política.

A visita de Vossa Excelência, às vésperas da quinta Cúpula América Latina e Caribe - União Européia, sublinha o empenho de Áustria e Brasil em forjar um canal privilegiado de cooperação entre nossas duas regiões.

Precisamos fazer de nossa interdependência um fator de colaboração solidária.

Senhor Chanceler,

É esta a tarefa que nos espera esta semana, em Lima. O pioneirismo de Áustria e Brasil em matéria de proteção ambiental, por exemplo, abre oportunidades para iniciativas conjuntas de grande impacto, em particular no campo da mudança do clima. A Áustria vem defendendo a adoção de metas ambiciosas de redução de gases de efeito estufa pela União Européia. Espero que possamos firmar, brevemente, entendimento bilateral voltado para projetos de redução dessas emissões.

Vejo, também, que a Áustria está engajada na revolução das tecnologias ambientais inovadoras. São promissoras as perspectivas de expansão da produção de etanol e de biodiesel em escala mundial, assim como de pesquisa conjunta em biocombustíveis de segunda geração.

A experiência brasileira de 30 anos oferece campo para projetos triangulares com países em desenvolvimento, particularmente na África. Podemos concretizar uma parceria Norte-Sul para disseminar conhecimento que ajude a preservar o Planeta, e que leve esperança de um futuro melhor para milhões de pessoas.

Também devemos avançar na implementação do protocolo que Áustria e Brasil assina-

ram, em 2005, sobre cooperação em favor da África lusófona. Já temos definido um primeiro espaço de atuação: projetos em Cabo Verde, em matéria de proteção contra enchentes e erosão, e de recuperação de mata ciliar e água subterrânea.

O Programa de Assistência Humanitária para o Haiti, que Espanha e Brasil estarão lançando no contexto da Cúpula, apresenta outra oportunidade para juntarmos esforços para garantir a segurança alimentar do povo haitiano.

Iniciativas como essas devem beneficiar-se de fontes inovadoras de financiamento. Por isso, alegro-me que a Áustria cogita engajar-se na Força-Tarefa sobre taxação de operações financeiras internacionais em favor do desenvolvimento.

Senhoras e senhores,

O desenvolvimento sustentável de países mais pobres não será possível sem a conclusão justa e equilibrada das negociações da Rodada de Doha. Também estamos engajados em relançar, no mais breve prazo possível, as negociações Mercosul-União Européia. Contamos com a Áustria para chegar a acordos que reflitam, adequadamente, as assimetrias entre ambas as regiões.

A democratização que desejamos ver em todas as instâncias decisórias do sistema multilateral vale, sobretudo, para as Nações Unidas. É tempo de agir com respeito à reforma do Conselho de Segurança. Também aqui contamos com a contribuição da Áustria para encontrar formas construtivas de fazer avançar o processo.

Caros empresários austríacos,

A recente conquista pelo Brasil do “grau de investimento” atesta nosso compromisso com políticas macroeconômicas responsáveis e com a criação de ambiente favorável ao capital estrangeiro no Brasil e no exterior.

Não é por outra razão que o Brasil se consolidou como principal parceiro da Áustria

na América do Sul, respondendo por 40% dessas trocas. Foi determinante, para isso, o salto de mais de 60% no nosso comércio em 2007, quando alcançou mais de um bilhão de dólares.

A mesma confiança no dinamismo do mercado brasileiro transformou o Brasil no principal destino para investimentos austríacos no Continente. São mais de 80 companhias desse país amigo, instaladas no Brasil. Falta muito, no entanto, para realizar todo o potencial de nossas complementaridades econômicas e tecnológicas. O Brasil vive, hoje, o grande desafio de modernizar seu parque produtivo, sobretudo na área de infra-estrutura energética e de transportes.

Esses são os objetivos básicos do Programa de Aceleração do Crescimento, que meu governo lançou. Abrem-se amplas oportunidades de negócios para as 35 empresas dos setores siderúrgico, turístico, financeiro, energético, logístico, entre outros, que integram a comitiva de Vossa Excelência. Essas oportunidades aumentam com o lançamento de nossa Política de Desenvolvimento Produtivo, que estimulará um longo ciclo de investimentos no País, com ênfase na inovação empresarial e no crescimento das exportações. As principais medidas a serem adotadas dizem respeito à ampliação e facilitação do crédito, inclusive para empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento. Essas medidas relacionam-se, também, com a desoneração e com o estímulo às exportações.

Senhor Chanceler,

Estamos decididos a levar adiante uma ambiciosa agenda. Esse é o sentido do mecanismo de consultas políticas bilaterais que inauguramos hoje. A segunda Cúpula da Parceria Estratégica Brasil-União Européia, em fins deste ano, será outro passo importante nessa direção. Fará dos laços de amizade

entre nossos povos um poderoso indutor de cooperação entre dois continentes decididos a construir respostas comuns aos desafios globais.

É com esse espírito de parceria que convido todos a erguerem suas taças, e me acompanharem em um brinde à contínua prosperidade da República da Áustria, à crescente união entre austríacos e brasileiros, e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência.

ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DA FINLÂNDIA

DISCURSO DO VICE-PRESIDENTE, JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA,
POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO
DA FINLÂNDIA, MATTI VANHANEN. BRASÍLIA - DF, 14/05/2008

Senhor Primeiro-Ministro,
Sinto-me particularmente honrado de receber Vossa Excelência nesta visita ao Brasil, a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É uma ocasião para reafirmar a amizade entre nossos povos e intensificar a cooperação entre nossos países.

O Brasil e a Finlândia vêm estreitando suas relações nos campos político, econômico e da ciência, com base nos valores que compartilhamos quanto ao compromisso com a democracia, o respeito aos direitos humanos, o fortalecimento do multilateralismo, a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento com justiça social.

A histórica visita de Estado do Presidente Lula à Finlândia, em setembro de 2007 - a primeira realizada por um presidente brasileiro ao seu país - representou passo importante no caminho que estamos trilhando para a construção entre nossos países de uma agenda sólida em realizações.

Foi com esse espírito que recebemos com grande satisfação a Presidente Tarja Halonen em duas visitas oficiais, que nos permitiram trabalhar de forma concreta na dinamização da agenda bilateral e da intensificação do diálogo sobre temas globais de mútuo interesse. É com esse mesmo espírito que hoje recebemos sua honrosa visita.

Na reunião que Vossa Excelência acaba de fazer com o Presidente Lula, foram abordadas formas de cooperação nos campos da ciência e tecnologia, florestal e de celulose e papel.

Discutiram-se ainda temas de interesse de nossos países, nas esferas bilateral e multilateral, que permitirão abrir novas frentes de atuação em bases cada vez mais sólidas.

Nesse particular, chamo atenção para o pioneirismo do Brasil no desenvolvimento e utilização dos biocombustíveis como forma de suprimento de energia limpa e sustentável.

Recordo o convite formulado pelo Presidente Lula à Presidente Halonen, durante a recente Conferência da UNCTAD em Acra, para que a Finlândia participe da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis a realizar-se em São Paulo, no próximo mês de novembro.

Trata-se de área em que o Brasil e a Finlândia podem trabalhar de forma construtiva em benefício de terceiros países, a fim de compartilhar essa tecnologia em prol do desenvolvimento sustentável.

Estou certo de que a missão empresarial que acompanha Vossa Excelência saberá identificar, com seus homólogos brasileiros, caminhos para ampliar a cooperação entre nossos países, nas áreas de tecnologia ambiental, construção civil, infra-estrutura,

papel e celulose, indústria florestal e de reciclagem, mineração e energias renováveis.

Saberão também explorar novas possibilidades de ampliação do comércio e dos investimentos, à luz do vasto potencial de nossas economias.

Os dados do intercâmbio Brasil-Finlândia dos últimos 5 anos, cujo crescimento foi de 169%, comprovam as muitas sinergias existentes, a complementaridade de nossas economias e o potencial de crescimento do fluxo comercial.

Senhor Primeiro-Ministro,

O Brasil e a Finlândia lutam por um mundo mais solidário e uma globalização menos assimétrica.

A Presidente Tarja Halonen esteve presente na abertura da 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas, quando o Presidente Lula lançou, em 2006, iniciativa pela adoção de mecanismos financeiro inovadores para a promoção do desenvolvimento, que mais tarde materializou-se na constituição da Central Internacional de Compra de Medicamentos para o combate a AIDS, malária e tuberculose (UNITAID).

Ao compartilhar com o Brasil o sentimento de solidariedade para com os países mais necessitados, a Finlândia se comprometeu a atingir a meta de 0,7% do PIB para ajuda oficial ao desenvolvimento.

O Brasil, como membro do Grupo de Amigos do Processo de Helsinque, compartilha com a Finlândia a visão de que as questões que dizem respeito à paz e à segurança estão vinculadas à luta contra a pobreza.

Estamos igualmente comprometidos com a preservação do meio ambiente. Em 2007, durante a visita de Estado do Presidente Lula, foi assinado o Memorando de Entendimento para a Cooperação em questões ligadas à Mudança de Clima e para o Desenvolvimento e Implementação de Projetos sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

Convido nossos empresários a identificar áreas para o financiamento e implementação de projetos no âmbito desse Memorando de Entendimento.

Nossos países coincidem na visão de que é preciso corrigir o déficit de representatividade do Conselho de Segurança da ONU, mediante sua expansão para incluir novos membros permanentes e não-permanentes.

Registro a satisfação com que o Brasil recebeu o apoio da Finlândia para integrar um Conselho de Segurança reformado e ampliado.

Consideramos essa expressão de apoio como reconhecimento da capacidade brasileira de prestar contribuição positiva ao encaminhamento de temas relevantes da agenda global.

O Brasil continua engajado, igualmente, na busca de uma fórmula capaz de viabilizar a conclusão exitosa das negociações comerciais, no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

A Rodada de Doha constitui oportunidade ímpar para tornar o comércio internacional instrumento eficaz para o desenvolvimento, sobretudo dos países menos favorecidos.

Um comércio verdadeiramente livre de barreiras representará o fim das distorções nos preços dos produtos agrícolas e contribuirá para o aumento da produção de alimentos em países em desenvolvimento. Conseqüentemente, contribuirá para a erradicação da fome e da pobreza no mundo.

Senhor Primeiro-Ministro,

As relações entre o Brasil e a Finlândia já demonstram apreciável nível de dinamismo. Estou confiante de que os entendimentos alcançados durante a visita de Vossa Excelência abrirão novas vertentes de cooperação entre nossos países.

É com esse espírito de confiança nos renovados laços de amizade e cooperação entre a Finlândia e o Brasil que proponho um brinde à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência, que estendo a todo o povo finlandês.

Muito obrigado.

SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-PERU

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE A ABERTURA DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL
BRASIL-PERU. LIMA, PERU, 17/05/2008

Senhor Presidente da República do Peru,
Senhores Ministros de Estado do Peru e do
Brasil,

Senhores e senhoras empresários peruanos
e brasileiros,

Meus amigos da imprensa,

Meus companheiros que vieram nesta
viagem ao Peru,

Eu sempre tenho, Alan, dois discursos:
um discurso por escrito e um de improviso,
e fico pensando que vou começar com o
escrito. Mas, antes, eu queria fazer um desafio
ao companheiro Alan García. O Alan García
tem seis filhos. Certamente, quando chega em
casa, depois de uma jornada de trabalho muito
grande, gostaria de dedicar atenção a todos
os seis filhos. Mas se, entre os seis, tiver um
que teve algum probleminha na escola, com
a namorada, certamente é a ele que você vai
dedicar alguns minutos a mais.

O fato de o Brasil não estar com uma
relação com o Peru tão cotidiana quanto está
com os outros companheiros da América do
Sul, é porque parece que a paz reina no Peru.
Os conflitos são infinitamente menores e
os resultados estão acontecendo. Eu queria
propor aos empresários brasileiros e aos
empresários peruanos, concordando com o
companheiro Alan García, que nós podemos
fazer muito mais coisas. Nós poderemos dar

um salto de qualidade e fazer, nos próximos
três anos, o que não foi feito nos últimos dias.
Poderíamos começar com uma proposta feita
pelo Paulo Skaf. Ainda este ano, quem sabe em
julho ou agosto, fazermos uma grande reunião
em São Paulo com os empresários brasileiros
e peruanos, e fazermos uma semana de cultura
peruana e de culinária peruana em São Paulo.
E depois de alguns meses fazermos outra
reunião com uma semana de cultura brasileira
e de culinária brasileira, no Peru. Quem sabe
fosse o momento de começarmos a colocar
para fora tudo o que temos de bom, porque
o que temos de ruim, a imprensa coloca todo
santo dia.

É com muita alegria que inicio minha
visita a Lima, inaugurando este Seminário
Empresarial. Vocês, empresários, sabem que
são parte fundamental da parceria estratégica
que estamos construindo. Os números são
eloqüentes. Nos últimos cinco anos, nosso
comércio bilateral quadruplicou. No ano
passado, alcançamos mais um recorde: 2
bilhões e 700 milhões de dólares. Nesse
período, nossas exportações aumentaram
276%, e as nossas importações aumentaram
362%. É verdade que ainda temos um
superávit de quase 700 milhões de dólares
favoráveis ao Brasil, e todos os empresários
brasileiros sabem que eu reivindico que, nas

relações comerciais, é preciso que haja um equilíbrio para que uma economia não leve tanta vantagem sobre a outra. O essencial é que nossa balança está ficando mais equilibrada, provando o êxito de nosso esforço conjunto para estimular as vendas de produtos peruanos no mercado brasileiro.

Os investimentos brasileiros também estão chegando num ritmo recorde. Já supera a marca dos 2 bilhões, o estoque de capitais do Brasil no Peru. As principais empresas brasileiras trazem empregos, ou seja, mais de 20 mil postos de trabalho direto, trazem tecnologia e competitividade. Exemplo disso é a Petrobras, e concordo com o Presidente Alan García, porque a Petrobras sofria da síndrome do medo de ser grande. Ela fez menos investimentos no exterior do que está fazendo agora, porque agora tem uma definição do Governo brasileiro de que a Petrobras não pode ter medo de exercer o papel que precisa exercer no mundo.

A Petrobras chegou ao Peru em 2002. Hoje, ela é a segunda maior petroleira no país, e nós vamos trabalhar, Presidente, para que ela invista mais e mais rápido do que está investindo. Impressiona não apenas a dimensão, mas também a abrangência desses investimentos brasileiros, o que é um sinal extremamente importante, porque os empresários brasileiros começam a fazer no Peru, que é hoje a economia campeã de crescimento na nossa América do Sul.

Nos últimos anos, esses investimentos, que incluem a instalação de novas fábricas, se espalharam por setores-chave, como siderurgia, produção de zinco e comercialização de bebidas. Inclusive, eu trouxe uma cachaça de qualidade para lhe presentear, produzida pelo meu Vice-Presidente. E as perspectivas são promissoras, com uma presença ascendente de capitais brasileiros, também no setor financeiro, de obras públicas, de montagem

de veículos e de limpeza urbana. Em nenhum outro setor vejo possibilidades tão favoráveis, no entanto, quanto na cooperação em energias renováveis. Tenho a convicção de que o setor energético, Alan, é uma possibilidade excepcional do crescimento das relações entre Brasil e Peru.

O setor privado brasileiro dispõe de conhecimentos técnicos que podem ajudar o Peru a replicar o sucesso dos biocombustíveis no Brasil. Essas novas fontes, limpas e renováveis, foram determinantes para que o Brasil alcançasse a auto-suficiência energética, e também geram empregos e renda, sobretudo no campo, para as populações mais pobres, sem comprometer a segurança alimentar.

Meus caros empresários,

Tenho plena consciência do papel que nossos governos podem e devem desempenhar para induzir e promover negócios entre os dois países. Concluímos o Acordo de Complementação Econômica entre Mercosul e Peru, e assinamos, ainda, instrumento para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal, como estímulo adicional aos fluxos comerciais e de investimentos. Quero ressaltar, no entanto, que esses notáveis resultados econômicos muito se devem à visão empresarial de homens de negócios que apostaram no dinamismo de nossas economias e na vontade de trabalhar de nossos trabalhadores.

Peru e Brasil, recentemente, receberam o “grau de investimento”, num reconhecimento internacional de que estamos no caminho certo. Adotamos a estratégia de acelerar o crescimento, com políticas sociais capazes de distribuir renda e de gerar inclusão, sem renunciar a uma conduta macroeconômica prudente e responsável. Os resultados são auspiciosos: crescimento sólido, inflação baixa, expansão do mercado interno, com o aumento do consumo popular e de crédito,

ampliação de empregos e de renda dos trabalhadores e, o que é fundamental, redução da pobreza e das desigualdades. Nossos países têm o mesmo desafio fundamental: superar um pesado legado de injustiça e de desigualdade que, por muitos anos, atrasou nosso desenvolvimento. Sei que conto com os empresários peruanos e brasileiros para se engajarem, cada vez mais, nesse esforço de levar a cidadania plena a milhões de peruanos e de brasileiros.

Meus amigos e minhas amigas,

A nossa aliança estratégica está assentada no firme compromisso com a integração sul-americana. Queremos construir a infraestrutura energética, de transporte e de comunicação, indispensável para unir nosso continente. Já passamos do discurso à ação. Inauguramos a ponte do rio Acre, a primeira ligando nossos países. Aqui, Alan, é importante que a gente tenha clareza de como os países da América do Sul se enxergavam. A primeira ponte entre Brasil e Peru foi construída no meu Governo. Depois de 500 anos, nós fizemos uma ponte. A primeira ponte entre Brasil e Bolívia foi feita no meu Governo, depois de 500 anos. A demonstração (inaudível) de que durante quase quatro séculos, o Brasil não se importava com a América do Sul, a não ser com os países do Sul mesmo, que hoje fazem parte do Mercosul. Peru, Venezuela, Colômbia, Equador eram coisas muito distantes do Brasil e, graças a Deus, agora nos descobrimos. E a Interoceânica vai permitir, com a participação de brasileiros e de peruanos, renovando e construindo os portos que têm que ser construídos. Penso que nós vamos dinamizar as regiões do Peru e do Brasil que precisam da presença do Estado.

No ano que vem, eu espero, junto contigo, participar da inauguração da Interoceânica. Talvez seja no ano que vem. As empresas brasileiras que estão construindo, aqui, sabem

que têm que trabalhar um pouquinho mais. Ela vai ligar a região Centro-Oeste do Brasil ao Sul do Peru, permitindo o escoamento bioceânico das produções dos dois países, resgatando populações historicamente isoladas e marginalizadas, e abrirá um canal ágil e competitivo para os mercados asiáticos.

A rodovia simboliza, sobretudo, a vontade de união duradoura de duas nações vizinhas e amigas. Concretizaremos um antigo sonho e reafirmaremos nosso compromisso de integrar nosso Continente por meio do diálogo, da cooperação e do comércio. Quanto mais dinâmicos o comércio e os investimentos de lado a lado, maiores serão os benefícios para nossos povos. O progresso econômico reforçará nossos vínculos de amizade e solidariedade, e contribuirá para o desenvolvimento social de nossas populações, sobretudo as mais pobres. É preciso que nossas sociedades e empresários se aproximem e se conheçam mais. O resultado será uma nova corrente de negócios produtivos, uma corrente que nos permita garantir o lugar que cabe ao Peru e ao Brasil no cenário econômico mundial. O potencial de expansão do comércio e dos investimentos bilaterais está longe de ter sido esgotado. Ainda existem muitas oportunidades por aproveitar.

É com esta convicção que eu participo deste Seminário, e gostaria de te dizer algumas palavras, fora do meu discurso. Primeiro, a você, meu querido companheiro Alan García, quero lembrar que quando eu não era Presidente da República, em 1989, e você era Presidente da República do Peru, foi o único Presidente da América do Sul a me receber. E o que é mais importante: foi o único a me telefonar quando eu perdi as eleições em 1989. E um gesto de solidariedade, quando saímos derrotados de uma eleição, é sempre mais gratificante do que um gesto (inaudível) quando se ganha uma eleição. Isso eu não esqueço.

Lembro-me da cena, visitando o Palácio do Governo do Peru. Você, num quadro, me explicando a economia peruana, e saímos daqui para o Chile. Chegamos ao Chile, e o Brasil inventou um tal de Plano Verão. Nós íamos ficar no Chile, e voltamos correndo para o Brasil, e eu me lembro de como eram difíceis as coisas aqui na América do Sul. Lembro-me do pavor que o “Sendero Luminoso” criava neste país. Lembro-me de uma palavra tua, em que me dizia: “Lula, o problema aqui no Peru é que eu nem sei se a pessoa que está me servindo o café é do ‘Sendero’ ou não”. Naquela ocasião, eu visitei uma vila chamada Salvador, que era um dos poucos lugares aqui em que o “Sendero Luminoso” não conseguia se organizar.

Passados 20 anos, praticamente, eu fico imaginando os avanços que ocorreram na América do Sul. Eu sempre digo isso, porque a imprensa e os empresários têm que entender que houve um avanço excepcional na América do Sul. Em 1990 – não faz tanto tempo assim. Faz 18 anos apenas – em quase todos os países da América do Sul, tinha correntes políticas que imaginavam que a única possibilidade de chegar ao poder era pela via da luta armada.

Em 1990, criamos um Fórum em São Paulo para o qual chamamos toda a esquerda latino-americana a participar. Era impressionante a quantidade de grupos dentro de cada país que não conversavam entre si. (inaudível) que da Argentina foram tantos grupos, e a única coisa que unificou os argentinos é que a reunião foi feita (inaudível). A única coisa que unificava as correntes ideológicas argentinas era Maradona, era a única coisa. O resto eram divergências, e esse Fórum que nós criamos foi educando a esquerda para compreender que existia a possibilidade de disputar as eleições e ganhar pela via democrática. E qual era o argumento que eu tinha? Cinco anos antes, em 1985, dei uma entrevista, se não me falha

a memória, à Folha de São Paulo, em que eu dizia que não era possível chegar ao poder pela via da eleição direta. Quatro anos depois, eu tive quase 47% dos votos. Esse resultado eleitoral permitiu que nós convencêssemos amplos setores da esquerda, na América Latina, de que existia uma possibilidade de se organizar, competir, ganhar e governar.

Quando tomei posse, em 2003, Alan, eu tinha um único desafio. Eu sabia do preconceito que tinham contra mim. Tinha diminuído, mas tinha muito preconceito. Eu tinha a consciência de que, se eu não desse certo, levaria mais 150 anos para que um operário pensasse em ser Presidente da República num país do tamanho do Brasil.

Hoje todo mundo já tem claro que eu sou uma pessoa de sorte. Todo mundo tem claro que, mesmo nos momentos mais difíceis, eu tive sorte. E eu digo sempre: que Deus permita que nunca mais o Brasil eleja um Presidente que não tem sorte, porque será a desgraça do povo brasileiro.

Há uma coisa que eu poderia dizer aos empresários brasileiros e peruanos: nós estamos vivendo um certo momento mágico na América do Sul. Eu não me lembro, na minha vida política, de ter uma combinação tão razoável de crescimento econômico, estabilidade macroeconômica e, ao mesmo tempo, uma forte política de inclusão social. Alan, eu dizia a você noutro dia que eu tinha um desafio na minha vida, porque aprendi, na minha vida política, que era preciso a economia crescer para a gente ter o que distribuir, e isso desde a minha formação como dirigente sindical.

Tinha uma discussão se a economia tinha que crescer para distribuir, ou se era possível combinar uma certa distribuição para que as coisas pudessem ocorrer juntas. Isso num momento muito crítico da economia brasileira, em 2003, em que nós fizemos o maior ajuste

fiscal da história do meu País. E eu só pude fazê-lo porque tinha capital político para trocar pela insatisfação que ia criar na minha base depois, no meu Partido, nos meus amigos sindicalistas. Eu troquei todos os aplausos que poderia ter pela certeza de que um ajuste fiscal, sempre na hora certa, poderia resultar em que nós pudéssemos, mais adiante, colher os frutos. Posso garantir-lhe, hoje, que deu certo.

Eu me lembro do meu Ministro da Fazenda, quando propus criar o projeto da Bolsa Família, e que a gente tinha uma perspectiva de investimentos de 8 bilhões de reais. Era impensável imaginar em gastar 8 bilhões de reais com os pobres no Brasil. Alguns escreviam assim: “Com esse dinheiro poderia fazer estradas”. Outros escreviam: “Esse dinheiro poderia ser emprestado para o desenvolvimento das empresas”. E quando eu ouvia ou lia essas críticas, me lembrava de que o Brasil cresceu, em 1973, 14,3% ao ano e, nesse mesmo ano, o salário mínimo decaiu.

Eu firmei a convicção de que apenas o crescimento econômico, sem a repartição do resultado desse crescimento com os pobres, apenas alarga o fosso entre os que já têm e os que não têm. Isso aconteceu no Brasil, na época do chamado Milagre Brasileiro, que foram os anos em que o Brasil cresceu, em média, 10% ao ano. Na época, os sindicalistas diziam assim: “O bolo precisa crescer. Quando o bolo estiver grande, vamos distribuir”. Comeram o bolo todo, Alan. Não sobrou nada. O que sobrou foi que, exatamente quando deveria distribuir, os números internacionais aumentaram, as dívidas do Brasil ficaram impagáveis, e nós passamos três décadas – Peru, Brasil e outros países – em que toda a nossa preocupação diária era o pagamento da dívida externa e o controle da inflação, que, no meu País, chegou a 80% ao mês.

Então, eu fico olhando para o mundo de hoje, (inaudível), o avanço que nós conseguimos

no nosso continente... e nós poderemos conseguir muito mais. Não depende de muita coisa. Depende apenas de nós confiarmos no nosso potencial, fazermos um levantamento das oportunidades que nos oferecem e termos mais arrojo nos investimentos.

Faz cinco anos, meu caro Alan – e estão aqui os empresários brasileiros que podem testemunhar –, que fico brigando com eles: “não tenham medo de virar empresas multinacionais. É importante que vocês invistam”. Acabei de criar, no Brasil, agora, na última segunda-feira, um fundo soberano para ajudar as empresas brasileiras a fazerem investimentos no exterior. E onde nós temos que fazer investimentos? Fazer investimentos na América do Sul, na América Latina, na África. É onde estão as grandes possibilidades de a gente começar quase do zero, fazendo coisas importantes. Eu fico olhando o potencial de integração da América do Sul, o potencial hidrelétrico que tem a América do Sul, o potencial de gás e de petróleo que tem a América do Sul. Nós poderíamos ser motivo de inveja ao mundo desenvolvido se tivéssemos competência de explorar as nossas próprias potencialidades.

Muitas vezes, fica um empresário peruano, um empresário brasileiro, ou um político peruano, um político brasileiro olhando a grandeza da Europa, olhando a grandeza dos Estados Unidos. E ficamos até como aquela pessoa que, na rua em que se mora, fica com inveja do cara que comprou um carro novo, tem inveja do cara que comprou uma casa nova. Nós ficamos olhando a dimensão dos outros, sem discutir se temos ou não possibilidade de chegar a ser grandes e ricos, explorando o que nós temos. O exemplo mais vivo da descrença que tínhamos em nós é a ponte da Bolívia e a ponte do Peru, depois de 500 anos. Eu penso que nós acordamos. Eu penso que nós tomamos consciência de que temos o que oferecer ao mundo.

Na questão ambiental, estou vendo a preocupação extraordinária com a Amazônia. Todo mundo lá fora fala na Amazônia, todo mundo fala em preservar a Amazônia. Agora, ninguém quer discutir a qualidade de vida que leva o povo que mora na Amazônia peruana, na Amazônia brasileira, na Amazônia venezuelana, na Amazônia colombiana. E nós, que somos governantes dos países onde está a Amazônia, queremos preservá-la mais do que qualquer outro dirigente do mundo, mas queremos fazer dela, também, uma fonte de riqueza para melhorar a vida das pessoas que moram lá. O mundo desenvolvido fala muito em dinheiro, fala de créditos de carbono, fala de uma série de coisas. Entretanto, esse dinheiro vem muito lentamente, e a sobrevivência do nosso povo exige pressa, exige rapidez.

Essa é uma discussão que eu quero fazer mundo afora. Agora nós somos responsáveis pela subida do preço dos alimentos. Ontem, Alan, eu não vi um europeu falar do aumento do petróleo. O petróleo é como se fosse a vaca sagrada. Ele aumenta de 30 dólares para 124 dólares o barril, e não há uma única crítica, em nenhum lugar do mundo. É normal. Agora, ninguém quer discutir o que implica o aumento do preço do petróleo na produção de fertilizantes para a agricultura. Ninguém quer discutir o que significa o preço do petróleo no frete da comida que produzimos. Eles querem dizer que é o biodiesel, mas quem produz biodiesel? O biodiesel é uma extraordinária invenção que, por enquanto, somente o Brasil continua produzindo, porque já produzia antes da história do biodiesel.

Eu achei estranho que, ontem, nenhum companheiro europeu tivesse falado da crise americana. A verdade é que também os bancos europeus tiveram prejuízos enormes, e isso não existiu. Se fosse um país da América do Sul que tivesse tido um prejuízo de 100 dólares, já estaria aqui o FMI para dizer o que a gente

tinha que fazer. O Banco Mundial já teria convocado 80 reuniões. Como são os Estados Unidos, o mundo econômico é fantástico. Todos os dias a gente vê nos jornais “sobe o risco-Brasil, desce o risco-Brasil, sobe o risco (inaudível)”, e, na crise americana, não sobe e nem desce o risco. É um mundo maravilhoso.

Graças a Deus, conquistamos o investment grade. Agora, (inaudível) estão com medo. Conseguimos o investment grade, teremos muitos dólares, e vai piorar o câmbio. De vez em quando, (inaudível): a única solução que vocês têm é ter um câmbio fixo, o que é uma farsa e não pode dar certo em nenhum lugar do mundo.

Quando digo que estamos vivendo um momento mágico, meu caro Alan, é porque eu conheço muito a América do Sul. Por ter perdido muitas eleições, eu viajei muito pela América do Sul, não ensinando como perder, mas trocando idéias. Eu sinto que há um clima de auto-estima na sociedade, que não existia antes. No Brasil, nós conseguimos, de 2004 para cá, tirar 10 milhões de brasileiros da extrema pobreza, conseguimos elevar 20 milhões de brasileiros das classes D e E para a classe C. É por isso que as pesquisas mostram que o consumo da parte mais pobre do Brasil é maior do que o consumo da parte mais rica do Brasil.

Qual é o milagre? Não tem milagre. É que, pela primeira vez na história do Brasil, Alan, conseguimos combinar o aumento das exportações, o aumento das importações e o crescimento interno. O Brasil, depois de muito tempo, tem um mercado interno. As pessoas estão comprando sapatos, as pessoas estão comprando comida, e eu acho que o aumento do preço da comida é um problema. Eu diria que nós temos que (inaudível), mas nós estamos sendo provocados a produzir mais alimentos. E nós (inaudível). Cada país (inaudível). Se cada país produzir e tiver um

estoque regulador, não teremos problemas com alimentos. O problema é que, durante três décadas, a Europa pagava para que seus produtores não produzissem, e ainda colocava subsídios para a gente não exportar os nossos produtos. Quem sabe agora haja uma flexibilização, e a gente possa, na Rodada de Doha, encontrar uma saída para que as coisas produzidas com qualidade (inaudível) sejam vendidas por um preço mais justo nos países que consomem muitas (inaudível), como os europeus ou os americanos. Então, acho que há um clima positivo na América do Sul e eu acho que a gente não pode perder isso, não pode perder de vista o que está ocorrendo.

Eu criei um programa chamado “Luz para Todos”, os empresários brasileiros sabem. Nós detectamos que tinha, segundo o IBGE, 10 milhões de pessoas que não tinham energia elétrica. Este ano, nós completaremos o atendimento a essas 10 milhões de pessoas, levando energia a elas. Descobrimos, por conta de termos entrado no meio do mato para levar energia, que o IBGE (inaudível) tem mais de 1 milhão e 700 mil famílias, além dos dados iniciais do IBGE. Cada ligação, agora, a mais longínqua, está custando 5 mil reais. Então, nenhuma empresa privada vai levar energia a um lugar tão distante, porque não é rentável. É melhor um único poste conectado a 50 casas, aí, sim, há rentabilidade. Quem é que tem que fazer isso? É o Estado. Estamos assumindo o compromisso, nessas que custam 5 mil reais, estamos (inaudível) a conexão de graça, damos três tomadas de graça, três, cinco minutos de graça... Eu tenho tido emoções em ligar, numa casa que viveu à luz de lamparina o tempo inteiro. Uma luz é transportar a pessoa do século XVIII para o século XXI em menos de um segundo.

E vamos continuar fazendo, porque o papel do Estado é permitir que as pessoas melhorem de vida; melhorando de vida, elas vão virar

consumidoras; virando consumidoras, os empresários vão ter como aumentar suas empresas, vão ter que contratar mais gente, vai ter mais comércio vendendo, mais gente trabalhando, mais gente comprando, e a gente vai consolidando o desenvolvimento da nossa querida América do Sul.

Eu sou um homem, hoje – faltando dois anos e sete meses para deixar a Presidência da República –, convencido de que vou fazer mais nesses dois anos e sete meses do que fiz até agora, porque eu acho que aprendemos que é importante a gente consolidar essa parte do crescimento.

Ontem você falou em educação. Essa é uma coisa que precisamos transformar em prioridade na América do Sul. Nós criamos, nesses cinco anos, 10 milhões de empregos. Nos últimos 24 meses, temos batido o recorde, todos os meses, de carteira profissional assinada. O Paulo Skaf pode te dizer que, há três anos, eu fazia uma reunião com a indústria automobilística brasileira, todos eles estavam quebrados, todos estavam falidos, todos eles diziam que iam embora do Brasil, e todos eles falavam na China. Hoje, eles batem recorde de produção, de venda, de licenciamento e de contratação de trabalhadores todos os dias. Se Deus quiser, com a política de desenvolvimento que lançamos agora, vamos produzir muito mais.

O brasileiro, acho que o peruano também, acho que o povo latino-americano tem três paixões. Quatro, talvez. A primeira paixão de todo mundo, de todo homem e de toda mulher, é se casar com uma mulher bonita e a mulher querer casar com um homem bonito. Isso é o primeiro que todo mundo quer. Não venham dizer que não é verdade, que sou mentiroso. A segunda coisa que todo mundo quer é ter uma casa. A terceira paixão do ser humano é ter um carro. E agora tem uma outra, que é o computador, sobretudo para a juventude.

Ela é capaz de trocar a namorada por um computador, porque namora pela internet agora. Na modernidade, não precisa estar junto para namorar. Namora à distância. E o que nós estamos fazendo?... Criamos um programa chamado “Computador para Todos”. A nossa burocracia levou mais de dois anos discutindo o financiamento. Hoje, o pobre está tendo acesso ao computador, pagando 50 reais por mês (inaudível). Acabamos de fazer um programa, em que vamos levar internet banda larga para 55 mil escolas públicas urbanas brasileiras até 2010. Todas as escolas técnicas já têm laboratório de informática. Se Deus quiser, em mais uns quatro ou cinco anos, vamos estender a todo o território nacional e a internet banda larga vai deixar de ser um privilégio apenas daqueles que podem pagar.

O Brasil, Alan, em 100 anos construiu 140 escolas técnicas profissionalizantes. Em oito anos, nós vamos construir 214 escolas técnicas. Nós conseguimos colocar... E neste ano, se Deus quiser, vamos participar de um evento. Neste ano se formarão os primeiros 60 mil jovens em universidades de um programa que nós criamos, chamado ProUni. Nós demos uma isenção para as universidades privadas, e pagamos o valor da isenção em bolsas de estudo para jovens de escolas públicas da periferia. Já temos 410 mil jovens na universidade, 40% são negros, para formar mão-de-obra qualificada, para que o Brasil possa ser mais competitivo e começar a exportar conhecimento e inteligência, e não apenas minério de ferro, soja, suco de laranja ou (inaudível).

(inaudível), Alan. E eu digo isso em todos os países. Ontem eu estava discutindo com os meus assessores que é visível o crescimento (inaudível). É visível, você vê nas ruas que as coisas estão acontecendo. E a gente vê em todos os países que as coisas estão acontecendo. Os empresários peruanos e brasileiros precisam

acreditar que não depende apenas do Alan ou do Lula, nós somos passageiros. Daqui a pouco acaba o mandato do Alan, não pode mais se candidatar, (inaudível) e vêm outras pessoas. O que acontece é que os governantes, se encontrarem a coisa sólida, obrigatoriamente qualquer um vai dar continuidade. Ninguém vai ser louco de retroceder. O alicerce está pronto, a parede foi levantada.

Então, eu posso te garantir, companheiro, que os investimentos brasileiros no Peru vão crescer. Estou te garantindo que os investimentos da Petrobras vão crescer. (inaudível) não ia fazer merchandising (inaudível), e que a participação do Brasil no setor energético vai crescer, porque nós temos dimensão de que o Peru será muito melhor parceiro do Brasil do que qualquer país que a gente tenha que atravessar o Oceano Atlântico para fazer negócios.

Quero desejar a vocês um próspero (inaudível). Quero dizer que a questão da aviação na América do Sul é um desastre. Se alguém tem que ir ao Equador – agora parece que abriu uma linha (inaudível) – e antes vai a Miami; ou se alguém quer ir a Angola e antes vai a Londres, a nossa perspectiva de negócios se transforma em (inaudível).

Essa é uma reunião, Alan, de muitas das reuniões que fazemos na América do Sul... Nós precisamos colocar a questão do transporte aéreo como uma decisão dos Governos, para que a gente discuta com as nossas empresas. Não é possível a dificuldade que temos de voar na América do Sul, não é possível a dificuldade que temos de voar para a África. É quase impossível. E eu acho que é um problema da aviação peruana, da aviação brasileira e de todos nós. Nós falamos de negócios, falamos de oportunidades, mas não damos a oportunidade de ir e vir às pessoas que têm que fazer negócios. Eu dizia ao Paulo Skaf, na reunião com os empresários brasileiros: “vamos ter que chegar

ao Brasil, juntar os empresários (inaudível) e ter uma conversa séria com eles”. (inaudível), comecem a colocar na minha cabeça a idéia de que o Estado vai ter que fazer (inaudível). Eu não quero fazer. Acho que o Estado não (inaudível), mas se (inaudível) necessário, não tiverem ousadia, nós vamos ter que ter ousadia, pelo menos para forçá-los ou estimulá-los a fazer. É inconcebível a quantidade de reclamações para um peruano chegar ao Brasil, e os brasileiros para virem ao Peru. Então, (inaudível) para não ter mais avião.

Quero dizer a você, com muita alegria, que cresceu muito o turismo peruano no Brasil. Segundo a nossa presidente da Em-

bratur, do ano passado para cá, mais de 30 mil peruanos (inaudível) foram ao Brasil. Agora, os brasileiros precisam conhecer o Peru. Agora, se não tiver avião, vai ser muito difícil.

Então, eu quero te dizer, meu caro, que hoje nós assinamos bons acordos. Acho que deveríamos ter o compromisso de fazer essa reunião empresarial em São Paulo, com uma semana peruana, e depois fazeraqui uma semana brasileira, e vamos recuperar, caro amigo, (inaudível) em quase três anos (inaudível) aquilo que não foi feito nos últimos dez anos. A vocês, boa sorte, e que Deus os abençoe (inaudível).

MENSAGEM DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DE ENCONTRO ESPECIAL DO CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A CRISE ALIMENTAR MUNDIAL. NOVA YORK, ESTADOS UNIDOS, 20/05/2008

Quero cumprimentar o Embaixador Mérorès, Presidente do ECOSOC e Representante Permanente do Haiti, pela iniciativa de convocar este encontro. Saúdo, igualmente, a presença do Secretário-Geral Ban Ki-Moon e demais altos funcionários e delegados dos países membros da ONU.

Desde o primeiro dia de meu mandato como Presidente do Brasil, dediquei-me ao combate à fome e à pobreza no Brasil e no mundo.

Há quase quatro anos, nesta sala do ECOSOC, em uma reunião de dezenas de líderes mundiais, lançamos a Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza. Com essa mobilização, obtivemos importantes avanços, sobretudo na área da saúde. Temos plena consciência, entretanto, de que resta muito por fazer.

A recente elevação mundial dos preços dos alimentos dá contornos dramáticos a esse desafio. Homens e mulheres famintos manifestam-se mundo afora pondo em risco, em alguns casos, a estabilidade institucional. Estamos diante da ameaça real de um desastre humanitário de grandes proporções. Desastre que atinge os mais pobres, aqueles que mais gastam proporcionalmente para alimentar-se. Diante dessa perspectiva de retrocesso na luta

contra a fome e a desnutrição, as Metas do Milênio ficam ainda mais distantes.

Precisamos agir em diferentes frentes. No plano emergencial, há que rapidamente conter os efeitos mais adversos dessa crise. O Brasil está fazendo sua parte no Haiti, com o envio de ajuda alimentar e apoio à reabilitação da agricultura local.

Mas temos de fazer uma profunda e urgente reflexão sobre o problema para melhor enfrentá-lo. Essa é uma questão complexa que exige uma análise objetiva e serena, sem conclusões apressadas e parciais. O Secretário-Geral Ban ki-Moon acertadamente observou, na UNCTAD, no mês passado, que a crise tem múltiplas causas.

O aumento do preço do petróleo e, por consequência, dos fertilizantes, da energia e do transporte vem pesando fortemente na elevação dos custos de produção de alimentos. Flutuações sazonais, agravadas por fortes quebras de safras por razões climáticas, também fazem parte dessa equação. Da mesma forma, têm seu papel os realinhamentos cambiais e a especulação financeira com commodities agrícolas.

Mas, por trás desse quadro preocupante de pressão sobre os estoques mundiais de

alimentos, temos um fato novo e alvissareiro: um número crescente de pessoas está comendo mais e melhor em muitos países desenvolvidos.

A crescente inclusão de pessoas no círculo dos que comem mostra que as estruturas e práticas atuais no cenário internacional não nos permitem assimilar, sem sobressaltos, esses novos consumidores. É preciso produzir mais e distribuir melhor os alimentos. Mas, sobretudo, criar condições para que países pobres possam produzir seus próprios alimentos.

A fome se alastra por aqueles países mais pobres que sofrem de dupla vulnerabilidade. Não têm como custear a importação de alimentos cada vez mais caros e, ao mesmo tempo, não produzem localmente o suficiente para alimentar a própria população.

Como explicar que vastas regiões com clara vocação agrícola não tenham investido no cultivo de alimentos para garantir ao menos a subsistência de sua população? A resposta passa fundamentalmente pelas distorções existentes no comércio mundial de produtos agrícolas, especialmente pelo protecionismo praticado, durante décadas, para não dizer séculos, pelos países industrializados. Pequenos agricultores pobres não podem competir com subsídios milionários concedidos por países ricos a seus fazendeiros. Incapazes de sustentar-se economicamente, tornam-se dependentes de alimentos importados e da ajuda externa. Os subsídios agrícolas premiam a ineficiência, perpetuam os privilégios de poucos e agravam a fome de muitos.

A eliminação dessas distorções explica o empenho do Brasil pela conclusão equilibrada da Rodada Doha. Defendemos um acordo que, uma vez por todas, submeta os produtos agrícolas às regras multilaterais da OMC.

Fazer valer regras justas no comércio agrícola internacional é fundamental não apenas

para eliminar a fome no mundo. É decisiva para outro desafio crucial de nosso tempo: compatibilizar a proteção ambiental com a segurança energética.

É preciso desmascarar campanhas, movidas pelo protecionismo comercial e pelos interesses de grupos petroleiros, que buscam demonizar a produção de biocombustíveis. Atribuem-lhes a culpa seja pelo encarecimento dos alimentos, seja pelo aquecimento global.

Desconhecem, com isso, a exitosa experiência brasileira com o etanol, à base da cana-de-açúcar. Em 30 anos, cortamos drasticamente as emissões de CO², ao mesmo tempo em que reduzimos a demanda por energias fósseis a ponto de tornar-nos praticamente independentes do ponto de vista energético. Realizamos isto sem prejudicar a produção de alimentos. Muito pelo contrário. Nesse período, a produção agrícola no Brasil cresceu exponencialmente graças a ganhos de produtividade na produção agrícola, aí incluída a cana-de-açúcar.

O combate à fome e à pobreza deve começar pelo despertar de vocações produtivas nos países mais vulneráveis. O Brasil está fazendo sua parte. Investimos maciçamente em pesquisa e melhoramento agrícola. Oferecemos nossa experiência e nosso conhecimento a outros países em desenvolvimento, de que é exemplo a abertura, em 2007, do Escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em Acra, Gana.

Os biocombustíveis podem contribuir para reduzir essa vulnerabilidade, sobretudo no campo energético. Isto sem falar que a produção de biocombustíveis é fonte não apenas de energia renovável, mais limpa e barata. Gera também a renda e os empregos, sobretudo no campo, que ajudarão a sustentar uma agricultura pujante. No momento em que a comunidade internacional discute alternativas às fon-

tes fósseis, que sentido faz taxar a importação de etanol e não de petróleo?

O Brasil não pretende impor seu modelo. Quer que o potencial dos biocombustíveis seja avaliado de acordo com realidade de cada país. Adotados de forma criteriosa, podem ajudar a resgatar países da insegurança alimentar e energética. Diante da escalada do preço da energia e da ameaça do aquecimento global, é irresponsável abdicar, de forma preconceituosa, de uma opção estratégica para países que não têm petróleo, alimentos e nem como comprá-los.

O Brasil não teme esse debate. Muito pelo contrário. Estou convidando autoridades governamentais, cientistas e representantes da sociedade civil de todos os países interessados

a participar de Conferência Internacional dos Biocombustíveis, em São Paulo, em novembro.

Um exame abrangente e desapaixonado de todos os aspectos da questão será valiosa contribuição para construir uma verdadeira parceria mundial para o desenvolvimento sustentável. Vamos trabalhar para que uma vida digna e próspera esteja ao alcance de todos, ao mesmo tempo em que garantimos nossa segurança energética e preservamos o planeta para futuras gerações.

Nessa tarefa, Senhor Presidente, o papel das Nações Unidas e, mais especificamente, do ECOSOC é fundamental. Desejo-lhe êxito em seus trabalhos.

Muito obrigado

REUNIÃO DA UNASUL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS – UNASUL. BRASÍLIA, DF, 23/05/2008

Primeiramente, apenas para que cada Presidente acompanhe, a idéia é que tenha um pequeno discurso meu, agora, como anfitrião. Depois, o nosso querido companheiro Evo Morales ocupa a Presidência e faz o seu discurso. Depois, assinaremos o Tratado. Depois, o companheiro Evo Morales convida a nossa querida Michelle Bachelet, que também faz o seu discurso. Depois, então, ficamos os Presidentes aqui, para termos um tempo livre para debate.

Vamos esperar a imprensa chegar e enquanto a imprensa se arruma... Entre nós hoje tem um aniversariante, o companheiro Alan García, que completa 34 anos de idade, ou 39. Por coincidência, hoje também, eu completo 34 anos de casado.

O Governo e o povo brasileiros se sentem profundamente honrados em receber os Presidentes e chefes de Governo da União de Nações Sul-Americanas, neste momento histórico em que assinaremos o Tratado Constitutivo da Unasul. É uma particular alegria, para mim, ser o anfitrião desta reunião, tendo ao meu lado o companheiro Evo Morales. Quero transmitir-lhe, caro Evo, o meu reconhecimento pessoal pela competência e dedicação com que a Secretaria Pro Tempore boliviana trabalhou neste ano e meio. Quando lançamos em Cuzco, em

dezembro de 2004, os fundamentos deste empreendimento, poucos imaginavam que quatro anos mais tarde teríamos constituído uma verdadeira união sul-americana. A América do Sul renova a confiança na capacidade de seus povos de construir um destino comum de desenvolvimento, justiça social, democracia e paz.

O Tratado Constitutivo dá personalidade jurídica à Unasul, que ganha expressão política e meios institucionais para realizar seus objetivos. Tiraremos proveito da vastidão de nosso território, banhado pelos oceanos Atlântico e Pacífico e pelo mar do Caribe. Valorizaremos a diversidade de nossos povos e de nossa cultura. Construiremos nossa unidade sobre a base dos processos de integração bem-sucedidos do Mercosul e da Comunidade Andina. Nosso foro será enriquecido pela contribuição caribenha, por meio da Guiana e do Suriname. Mais de 300 milhões de homens e mulheres se beneficiam, hoje, de uma excepcional fase de crescimento econômico e de exitosos programas de inclusão social. Constituem enorme base produtiva e grande mercado de bens de consumo. Não por acaso, somos hoje um dos principais pontos de atração de investimento no mundo.

A América do Sul é hoje uma região de paz, onde floresce a democracia. Todos os

seus governantes foram eleitos em pleitos democráticos e com ampla participação popular. A instabilidade que alguns pretendem ver em nosso continente é sinal de vida, especialmente de vida política. Não há democracia sem povo nas ruas, sem confronto de idéias e de propostas. Tampouco há democracias sem regras e sem diálogo. Esses progressos nos campos econômico e sociopolítico nos conferem crescente projeção num novo mundo multipolar que se está constituindo.

Com este Tratado Constitutivo, a América do Sul ganha estatuto de ator global. Estamos superando a inércia e as resistências que, ao longo de 200 anos de vida política independente, impediram que trilhássemos juntos o caminho da unidade. Ao darmos institucionalidade à nossa União, estamos transformando em realidade o sonho integrador de nossos próceres e libertadores. Já no preâmbulo, o Tratado nos lembra que a integração sul-americana é essencial para o fortalecimento da América Latina e do Caribe. Com a entrada em vigor do Tratado, nossos vizinhos latino-americanos e caribenhos estão convidados a associar-se à União. A Unasul nasce, assim, aberta a toda a região, e nasce também sob o signo da diversidade e do pluralismo. As decisões da Unasul serão tomadas por consenso, que se construirá na base do diálogo, da harmonia e do respeito mútuo. Por meio do exercício permanente do entendimento, afiançaremos a estabilidade regional e o desenvolvimento em bases solidárias.

Senhoras e senhores Presidentes,

O Tratado Constitutivo não é um fim em si mesmo, é o fundamento normativo para que nossa União possa alcançar seus objetivos. Queremos avançar rapidamente com projetos inovadores e de grande alcance em áreas prioritárias, como integração financeira e energética, melhoria da infra-estrutura regional e das

conexões rodoviárias e ferroviárias, estabelecimento de uma vigorosa agenda de cooperação em políticas sociais e fortalecimento da cooperação educacional.

O Conselho Energético e os grupos de trabalho já colocaram sobre a mesa elementos que nos permitirão ter um plano de ação com propostas concretas e metas alcançáveis. Precisamos de trocas comerciais justas e equilibradas. Precisamos fazer do comércio um instrumento de crescimento econômico e progresso social em prol, sobretudo, dos mais pobres. Devemos incentivar a criação de cadeias de integração produtiva entre nossas empresas estatais e privadas. Vamos desenvolver parcerias em setores estratégicos, como indústria aeronáutica, construção naval, medicamentos e equipamentos militares. São mecanismos abrangentes e estruturais para superar as assimetrias entre nossos países. Senhoras e senhores,

Estou convencido de que é chegada a hora de aprofundarmos nossa identidade sul-americana, também no campo da defesa. Nossas Forças Armadas estão comprometidas com a construção da paz. A presença de muitos de nossos países na MINUSTAH, força da ONU que garante a segurança no Haiti, é exemplo dessa determinação. Devemos articular uma visão de defesa na região fundada em valores e princípios comuns, como o respeito à soberania e à autodeterminação, a integridade territorial dos Estados e a não-intervenção em assuntos internos.

Por isso, determinei ao meu Ministro da Defesa que realizasse consultas com todos os países da América do Sul sobre a constituição de um Conselho Sul-Americano de Defesa. Creio que deveríamos discutir essa decisão aqui. Com esse mesmo espírito proponho a realização no Brasil, no segundo semestre deste ano, de uma reunião que permita detalhar o funcionamento e os objetivos do Conselho.

Caros companheiros,

A América do Sul vive momento de excepcional crescimento, com a redução da pobreza e da desigualdade. Criamos as condições para um desenvolvimento sustentado, que nos têm permitido enfrentar a atual instabilidade econômica mundial. Nossa região torna-se um interlocutor cada vez mais indispensável, à medida que o mundo se vê diante da necessidade de compatibilizar segurança alimentar, suprimento energético adequado e preservação do meio ambiente. Quando a escassez de alimentos ameaça a paz social em muitas partes do mundo, é em nossa região que muitos vêm buscar propostas. Temos consciência de nossas responsabilidades globais, mas não abrimos mão de exercê-las de forma totalmente soberana. Não nos deixamos iludir, tampouco, pelos argumentos daqueles que, por interesses protecionistas ou motivações geopolíticas, se sentem incomodados com o crescimento de nossa indústria e de nossa agricultura e com a realização do nosso potencial energético. Uma América do Sul unida mexerá com o tabuleiro do poder no mundo, não em benefício de um ou de outro dos nossos países, mas em benefício de todos. Senhoras e senhores Presidentes,

Estamos deixando para trás uma longa história de indiferença e de isolamento recíproco. Nossa América do Sul não será mais um mero conceito geográfico. A partir de hoje é uma realidade política, econômica e social,

com institucionalidade própria. A Unasul deve ser construída como parte de nossos projetos nacionais de desenvolvimento, e essa tem sido a orientação do meu Governo desde o primeiro dia. O Brasil quer associar seu presente e seu futuro ao destino da América do Sul. Nenhum de nossos países pode, sozinho, aspirar à prosperidade. Mais do que generosos, temos que ser solidários. Hoje dotamos a América do Sul de um arcabouço flexível e ágil para articular as iniciativas comuns nesse processo ambicioso de integração. Nossos êxitos permitirão aumentar nossas ambições e realizar novos avanços.

Meus amigos e minhas amigas,

Temos razão de sobra para renovar o nosso orgulho, e o local em que estamos, que leva o nome do pai da Constituição brasileira, deputado Ulysses Guimarães, não poderia ser mais apropriado. Além de lutar com obstinação pela redemocratização do Brasil, Ulysses Guimarães soube aliar ousadia à capacidade de diálogo, o que tornou possível o consenso. Nossos governantes têm o sentido da história. Sabem que os contenciosos atuais, mesmo quando revestidos de dramaticidade, são passageiros, não devem se sobrepor ao projeto de integração. Juntos seremos mais soberanos.

Antes de convidá-los a proceder à assinatura do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, eu quero passar a palavra ao nosso querido companheiro Evo Morales.

Muito obrigado.

CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

DISCURSO DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DO
CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, COM A PRESENÇA
DO PRÍNCIPE HERDEIRO DO JAPÃO. ROLÂNDIA - PR, 22/06/2008

Alteza Imperial Príncipe Naruhito,

É realmente grande a distância que nos separa do Japão. Porém, muito maior era a distância cultural e histórica entre japoneses e brasileiros, quando os primeiros 781 imigrantes nikkeis desembarcaram do navio Kasato Maru no porto de Santos, em 18 de junho de 1908.

São do conhecimento de todos as imensas dificuldades e sacrifícios que os imigrantes enfrentaram desde os primeiros dias no Brasil. Sua língua, seu modo de vida e seus costumes não eram em nada parecidos com o que havia em nosso país. Mas é justamente esse detalhe que engrandece ainda mais a convivência entre japoneses e brasileiros.

O Brasil é um país construído por imigrantes. Recebemos em nosso território gente vinda das mais diversas partes do mundo. E suas diferentes culturas foram aqui acolhidas e integradas ao caldeirão multiétnico e miscigenado que forma a identidade nacional.

Os japoneses ocupam lugar especial nesse processo. Reduzimos as distâncias – geográficas, históricas e culturais – a partir do momento em que nos conhecemos de perto, e aos poucos intercambiamos o que ambos os povos têm de melhor a oferecer.

A verdade é que aprendemos muito. Brasileiros e japoneses. Nascia uma amizade sólida.

Aqui no Paraná, onde está a segunda maior colônia nikkei do Brasil, todos reconhecem como de fundamental importância a contribuição de japoneses e seus descendentes para o desenvolvimento do estado.

Os japoneses foram os primeiros compradores de lotes da Companhia da Terra, na década de 30, e neles trabalharam diuturnamente no cultivo das lavouras. Jamais se descuidaram da educação de seus filhos, que sempre assumiram como prioridade absoluta.

Os resultados não tardaram. Hoje, parte da prosperidade brasileira nos mais variados setores produtivos deve-se à disciplina, à persistência e à intensa dedicação ao trabalho que os imigrantes japoneses sempre demonstraram ao longo desses cem anos.

Por isso, para mim é uma honra e uma satisfação representar o presidente Lula, hoje, aqui no Estado do Paraná, quando inauguramos em Londrina a praça em homenagem à imigração japonesa, simbolizada na figura da senhora Tomi Nakagawa.

Ela foi a última remanescente da primeira leva de missionários do navio Kasato Maru.

Tinha pouco mais de um ano de idade quando chegou ao Brasil.

Após morar no interior de São Paulo, a agricultora viveu por 50 anos aqui em Londrina, até seu falecimento em 2006. Seus 30 netos, 37 bisnetos e três tataranetos são autênticos frutos brasileiros de um amor nipônico por este país tropical.

Atualmente, a corrente migratória se inverteu, e vemos muitos de kasseguis nipo-brasileiros movidos pelas mesmas aspirações de seus antepassados: vencer, garantir uma vida melhor para seus filhos e ser feliz.

Estou certo de que estas relações tão especiais entre nossos povos irão se perpetuar e se intensificar. E que, daqui a cem anos, nossos descendentes irão novamente celebrar essa história de amizade e admiração mútua.

Senhoras e Senhores,

Gostaria de lembrar algumas palavras do presidente Lula na cerimônia oficial da chegada do príncipe herdeiro do Japão ao Palácio do Planalto, em Brasília.

A contribuição japonesa ao desenvolvimento brasileiro foi além da presença dos imigrantes. Nossa terra se beneficiou também de grandes investimentos japoneses.

Desde meados do século passado, nossos países estabeleceram uma sólida parceria em áreas vitais para a economia brasileira, como a agricultura e a siderurgia.

Agora, no início deste milênio, o Brasil volta a oferecer oportunidades para investimentos

em vários setores, destacadamente infraestrutura, siderurgia, eletroeletrônicos e indústria automobilística.

Ao mesmo tempo, o Brasil também investe no Japão, e temos todas as condições de estabelecer parcerias ainda mais ambiciosas que as do passado.

Exemplo eloqüente é o padrão de televisão digital no país, de matriz japonesa e acrescido de contribuições nacionais. Tipicamente criativo e funcional, representa, de fato, vitoriosa parceria nipo-brasileira. Parceria que se concretiza e se aperfeiçoa no dia-a-dia e em ocasiões tão especiais quanto esta festa “IMIN 100 Paraná”, fruto de um esforço que merece destaque.

Os preparativos da festa duraram quase um ano, com a participação de 40 mil voluntários – descendentes e não-descendentes. Contribuições com amor e dedicação, que resultaram no sucesso absoluto da “IMIN 100” e que culminaram na realização desse grandioso evento em Rolândia.

Esse episódio é um símbolo perfeito do que Japão e Brasil são capazes de alcançar, quando harmonia, respeito e tolerância se irmanam em prol de objetivos comuns.

Gostaria de dizer a todos vocês: muito obrigado. Por tudo o que brasileiros e japoneses construíram juntos no último século, e certamente continuarão construindo.

Domo arigatô. Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para implementação do Projeto “Suporte Técnico e Extensão Institucional do Sistema de Informação de Águas Subterrâneas (SIA-GAS) em Cuba”. Havana, 15 de janeiro de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais do Ministério da Saúde do Brasil e do Ministério de Saúde Pública de Cuba”. Havana, 15 de janeiro de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Centro para o Controle Estatal de Qualidade dos Medicamentos e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária na Área de Vigilância Sanitária de Medicamentos”. Havana, 15 de janeiro de 2008.

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suazilândia. Maputo, 25 de janeiro 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste sobre Cooperação Cultural. Brasília, 29 de janeiro de 2008.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças. Paris, 29 de janeiro de 2008.

Plano de Ação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha. Madri, 7 de fevereiro de 2008.

Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre Cooperação Descentralizada. São Jorge do Oiapoque, 12 de fevereiro de 2008.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular. Berlim, 14 de fevereiro de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre a Luta Contra a

Fome e a Pobreza. Brasília, 18 de fevereiro de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Esportes e Assuntos de Juventude. Brasília, 18 de fevereiro de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação no Setor de Infra-Estrutura. Brasília, 18 de fevereiro de 2008.

Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Autoridade Nacional Palestina para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas. Ramalá, 13 de fevereiro de 2008.

Programa Executivo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para os Anos de 2008, 2009 e 2010. Tel Aviv, 13 de fevereiro de 2008.

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Fundado na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e no Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, para o Fortalecimento e Aperfeiçoamento do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Brasília, 14 de fevereiro de 2008.

Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gover-

no do Japão concernente ao Escritório de Representação da Agência de Cooperação Internacional do Japão. Brasília, 18 de fevereiro de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Projeto Fortalecimento à Inspeção do Trabalho Portuário em Vias Aquáticas. Buenos Aires, 21 de fevereiro de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para Implementação do Projeto Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de áreas Protegidas. Buenos Aires, 21 de fevereiro de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Projeto Educação a Distância – Programa Livre. Buenos Aires, 21 de fevereiro de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Projeto Negociação Coletiva: Gestão e Sistematização de Informações. Buenos Aires, 21 de fevereiro de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Projeto Interoperabilidade do Governo Eletrônico. Buenos Aires, 21 de fevereiro de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Projeto transferência de Cultivos e técnicas para o Melhoramento de Batatas. Buenos Aires, 21 de fevereiro de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Projeto apoio técnico à Implementação de um Banco de Leite Humano na Argentina. Buenos Aires, 21 de fevereiro de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Projeto Intercâmbio de Metodologias para Sistemas de Informação de Água Subterrânea. Buenos Aires, 21 de fevereiro de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Projeto Desenvolvimento de Capacidades na Área de Gestão de Recursos Hídricos. Buenos Aires, 21 de fevereiro de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Projeto Mapeamento Geológico e de Recursos Minerais em Áreas de Fronteira. Buenos Aires, 21 de fevereiro de 2008.

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã sobre

Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível. Hanói, 27 de fevereiro de 2008.

Plano de Ação Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade. Brasília, 13 de março de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico sobre Privilégios, Imunidades e Relações Institucionais entre a República Federativa do Brasil e o IICA para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil sob Cenários Sustentáveis. Brasília, 12 de março de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária em Cabo Verde”. Brasília, 12 de março de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para implementação do Projeto “Consolidação da ARFA como Agente Regulador dos Setores Farmacêutico e Alimentar Visando ao Fortalecimento de sua Capacidade Institucional”. Brasília, 12 de março de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para

implementação do Projeto “Escola de Todos – Fase II”. Brasília, 12 de março de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para implementação do Projeto “Apoio ao Programa Nacional de Cantinas Escolares de Cabo Verde – Fase I – Fortalecimento do ICASE”. Brasília, 12 de março de 2008.

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho para Cooperação Técnica na Criação e no Intercâmbio de Conhecimentos, Informações e Experiências na Área de Previdência Social. Brasília, 26 de março de 2008.

Memorando de Entendimento em Matéria de Segurança e Soberania Alimentares entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela. Recife, 26 de março de 2008.

Memorando de Entendimento em Matéria de Sistema de Reserva de Alimentos entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela. Recife, 26 de março de 2008.

Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana. Brasília, 27 de março de 2008.

Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo para Constituir Entendimento Especial de Cooperação sobre a Atividade

Econômica, Financeira e Comercial. Brasília, 1º de abril de 2008.

Emenda ao Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, IICA para implementação do Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão PRODIM, de 3/11/2006. Brasília, 1º de abril de 2008.

Ajuste Complementar ao acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala para implementação do Projeto “Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano na Guatemala”. Brasília, 4 de abril de 2008.

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala sobre Cooperação Técnica na Área de Gestão de Bancos. Brasília, 4 de abril de 2008.

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala sobre Cooperação Técnica na Área de Energia. Brasília, 4 de abril de 2008.

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala sobre Cooperação Técnica na Área de Educação. Brasília, 4 de abril de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala sobre Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Social. Brasília, 4 de abril de 2008.

Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala. Brasília, 4 de abril de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico sobre Privilégios, Imunidades e Relações Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, para a Inclusão Social mediante a Popularização e Utilização de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos. Brasília, 7 de abril de 2008.

Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Estabelecimento de uma Fixa *Non Aedificandi* em Zonas Urbanas, adicional ao Acordo de 16/09/1980. Assunção, 9 de abril de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o para a Implementação do Projeto "Políticas de Acesso à terra, Reforma da Agrária e Fortalecimento Institucional do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (INDERT)". Assunção, 9 de abril de 2008.

Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá. Brasília, 10 de abril de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação nas Áreas de Portos, Transporte Marítimo e Logística. Haia, 11 de abril de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação na Área

de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis. Haia, 11 de abril de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação no Campo de educação Superior e técnico Profissional. Haia, 11 de abril de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação no Campo do Patrimônio Cultural Comum. Haia, 11 de abril de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos no âmbito do Programa "Parceria em Águas" para o Período de 2008-2009. Haia, 11 de abril de 2008.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação Econômica e Industrial. Praga, 12 de abril de 2008.

Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia. Brasília, 16 de abril de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia na Área de Defesa Civil e Assistência Humanitária. Brasília, 16 de abril de 2008.

Memorando de Entendimento para Cooperação no setor de Petróleo e Gás Natural entre o Ministério de Minas e Energia do Governo da República Federativa do Brasil e o Ministério do Petróleo e Gás Natural do Governo da República da Índia. Brasília, 16 de abril de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia para a Cooperação em Agricultura e Setores Afins. Brasília, 16 de abril de 2008.

Acordo-Marco para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Brasília, 18 de abril de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) para Promoção da Agricultura Familiar, da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural Sustentável na América Latina e Caribe. Brasília, 18 de abril de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS em Gana”. Acra, 19 de abril de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana para implementação do Projeto “Procedimentos Laboratoriais em Biotecnologia e Manejo de Recursos Genéticos Aplicados à Agrobiodiversidade da Mandioca em Gana”. Acra, 19 de abril de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil

e o Governo da República de Gana para implementação do Projeto “Desenvolvimento das Plantações Florestais em Gana”. Acra, 19 de abril de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana para implementação do Projeto “Desenvolvimento das Bases para o Estabelecimento da Agricultura de Energia em Gana”. Acra, 19 de abril de 2008.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa. Paramaribo, 22 de abril de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico sobre Privilégios, Imunidades e Relações Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), para a Consolidação do Crédito Fundiário como Instrumento de Política Pública. Brasília, 30 de abril de 2008.

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Serra Leoa. Brasília, 7 de maio de 2008.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul Relativo à Assistência Mútua entre suas Administrações Aduaneiras. Cidade do Cabo, 11 de maio de 2008.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia, com foco em Energias

Renováveis e Eficiência Energética. Brasília, 14 de maio de 2008.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para o Projeto “Programa de Crédito Energias Renováveis”. Brasília, 14 de maio de 2008.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira 2003/2005/2006. Brasília, 14 de maio de 2008.

Acordo, por Troca de Notas ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia, com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, pelo qual as Partes assumem o compromisso de respeitar o Acordo dos Usos Pacíficos de Energia Nuclear de 27/6/1975 e demais acordos sobre o assunto. Brasília, 14 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Inspeção do Trabalho”. Lima, 17 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Apoio à Modernização da Administração Pública do Peru”. Lima, 17 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o

Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Mapeamento Geológico e de Recursos Minerais em Áreas de Fronteiras”. Lima, 17 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Promoção de Cultivos Alternativos para a Produção de Biocombustíveis – Fase II”. Lima, 17 de maio de 2008

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências em Mineração e Assessoria Técnica na Formulação de Termos de Referência para a Recuperação Ambiental nas Áreas Impactadas pela Mineração Artesanal na Região Amazônica”. Lima, 17 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Transferência de Tecnologia para Manejo Sustentável de Bosques Amazônicos e Recuperação de Áreas Degradadas”. Lima, 17 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Transferência da Experiência Brasileira do Regime Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno

Porte para Subsidiar Políticas Públicas no Peru”. Lima, 17 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Processo de Implementação da Vigilância Sanitária Internacional em Portos, Aeroportos e Fronteiras do Peru”. Lima, 17 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Programa de Assistência Técnica em Desenvolvimento Urbano para Assentamentos Amazônicos”. Lima, 17 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Prevenção, Combate e Erradicação do Trabalho Forçado e Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil”. Lima, 17 de maio de 2008.

Emenda ao Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Fundada na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e no Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, para Apoiar Ações do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Brasília, 20 de maio de 2008

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Programas Educacionais e de Intercâmbio Cultural. Brasília, 27 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar Boliviano”. Brasília, 27 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos para a Gestão das Culturas”. Brasília, 27 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Oferta da Educação Escolar Indígena no Brasil e na Bolívia”. Brasília, 27 de maio de 2008.

Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega relativo ao Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico. Brasília, 15 de maio de 2008.

Emenda, por troca de Notas, ao Acordo entre o Governo da República Federativa do

Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios. Montevideu, 20 de maio de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa Conjunto das Nações Unidas em HIV/AIDS (UNAIDS) sobre o apoio Continuado ao Centro Internacional de Cooperação Técnica em HIV/AIDS (CICT/AIDS) do Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil. Genebra, 21 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Combate à Violência contra as Mulheres no Haiti”. Porto Príncipe, 28 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Promoção da Produção Sustentável de Hortaliças na Região de Kenscoff, Haiti”. Porto Príncipe, 28 de maio de 2008.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti sobre Isenção Recíproca de Vistos Para os Titulares de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. Porto Príncipe, 28 de maio de 2008.

Acordo de Cooperação Técnica no Setor Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti. Porto Príncipe, 28 de maio de 2008.

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para a Elaboração e a Implementação de um Programa Estratégico de Cooperação Técnica para o Período 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e de Agricultura. Porto Príncipe, 28 de maio de 2008.

Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal. São Salvador, 29 de maio de 2008.

Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Turística entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador. São Salvador, 29 de maio de 2008.

Memorando de Entendimento para Cooperação em Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador. São Salvador, 29 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para implementação do Projeto “Assistência Técnica para a Produção de Soja em Cuba”. Havana, 30 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento institucional do CETP-UTU na Área de Mineração”. Montevideu, 30 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para implementação do Projeto “Programa de Educação Alimentar e Nutricional – Cozinha Uruguai”. Montevideu, 30 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Capacidade Institucional do Ministério da Saúde Pública do Uruguai em Sistemas de Vigilância da Saúde Ambiental”. Montevideu, 30 de maio de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Assembléia Nacional Popular Bissau-Guineense”. Bissau, 9 de junho de 2008.

Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia. Riga, 9 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Democrática de Timor-Leste para implementação do Projeto “Qualificação de Docentes e Ensino da Língua Portuguesa em Timor-Leste”. Brasília, 11 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o Funcionamento no

Brasil do Escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe para o Fomento e a Implementação de Ações de Cooperação na Área de Gestão de Políticas. Brasília, 23 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para a Implementação do Projeto Transferência de Conhecimento para a Produção de Gemas Lapidadas, Jóias e Artesanato Mineral. Argel, 23 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para a Implementação do Projeto Gestão e Normatização do Atendimento a Pacientes Portadores de Queimaduras. Argel, 23 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para a Implementação do Projeto Capacitação Técnica em Procedimentos Cirúrgicos Cardíacos Pediátricos. Argel, 23 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para a Implementação do Projeto Conservação de Recursos Hídricos e Solos em Zonas Úmidas do Rio Tell Oriental. Argel, 23 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para a Implementação do Projeto Gestão e Monitoramento dos Ecossistemas Florestais. Argel, 23 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para a Implementação do Projeto Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Touil. Argel, 23 de junho de 2008.

Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos na Área de Saúde Animal e de Inspeção e de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Rabat, 25 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos para a implementação do Projeto Formação de Formadores na Área de Informática Básica para Cegos e Deficientes Visuais. Rabat, 25 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos para a implementação do Projeto Parcerias nas Áreas Têxtil e do Vestuário entre a Escola Superior das Indústrias Têxtil e do Vestuário (ESITH/CASABLANCA) e o Centro de Tecnologia da Indústria (Química e Têxtil (CETIQT/RIO). Rabat, 25 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos para a implementação do Projeto Fortalecimento das Capacidades dos Formadores na Área de Construção Civil. Rabat, 25 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos para a implementação do Projeto Apoio ao Escritório da Formação Profissional e da Promoção do Trabalho (OFPPT) para a Implementação de Sete Centros de Formação Profissional a Deficientes Físicos. Rabat, 25 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos para a implementação do Projeto Apoio ao Desenvolvimento Urbano do Marrocos. Rabat, 25 de junho de 2008.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos para a implementação do Projeto Apoio à Implementação de um Canteiro Escola Piloto na Área de Construção Civil. Rabat, 25 de junho de 2008.

Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos nos Campos do Meio Ambiente e de Gestão da Água. Rabat, 25 de junho de 2008.

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas

Políticas e de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde. Praia, 27 de junho de 2008.

Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para implementação do Projeto Fortalecimento Institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Praia, 27 de junho de 2008.

Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para implementação do Projeto Apoio Técnico para Implantação de Banco de Leite Humano em Cabo Verde. Praia, 27 de junho de 2008.

Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para implementação do Projeto Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde em Cabo Verde. Praia, 27 de junho de 2008.

Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para implementação do Projeto Fortalecimento e Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde – FASE II. Praia, 27 de junho de 2008.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência

de Presos Condenados. Caracas, 27 de junho de 2008.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela Relativo aos Procedimentos para Autorização de Sobrevôos sem Área de Fronteira. Caracas, 27 de junho de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação Ambiental. Caracas, 27 de junho de 2008.

Memorando de Entendimento no Marco do Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria Siderúrgica. Caracas, 27 de junho de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela para a Interconexão Elétrica. Caracas, 27 de junho de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Economia Comunal da República Bolivariana da Venezuela. Caracas, 27 de junho de 2008.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Desenvolvimento de um Centro Binacional em Santa Elena de Uairén. Caracas, 27 de junho de 2008.

Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela. Caracas, 27 de junho de 2008.

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

SITUAÇÃO DOS REFÊNS NA COLÔMBIA 1º/01/2008

O Governo brasileiro lamenta que as circunstâncias tenham impedido, neste fim de ano, a esperada libertação da Senhora Clara Rojas, de seu filho Emmanuel e da Senhora Consuelo González, que se encontram em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

O Governo brasileiro reitera sua solidariedade com as famílias das pessoas seqüestradas, assim como seu apoio aos esforços conduzidos pelo Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez Frías, e à Comissão de delegados internacionais que, em coordenação com o Presidente da República da Colômbia, Álvaro Uribe, acompanha nos últimos dias as tratativas com vistas à libertação daqueles cidadãos colombianos.

O Governo brasileiro tomou conhecimento da decisão da Comissão de delegados internacionais de suspender, temporariamente, sua presença na Colômbia e acolhe com satisfação a decisão da Comissão de reassumir sua missão assim que estejam dadas as condições necessárias para a entrega dos refêns.

O Governo brasileiro reitera seu apoio ao processo de paz na Colômbia, assim como a disposição de aprofundar sua contribuição a iniciativas de fortalecimento do diálogo interno naquele país.

SITUAÇÃO NO QUÊNIA 1º/01/2008

O Governo brasileiro acompanha com preocupação a situação no Quênia e lamenta os tristes episódios de violência e de intolerância política que se intensificaram nos últimos dias.

A Embaixada do Brasil em Nairóbi vem monitorando o quadro de segurança no país e procurando informar-se da situação da comunidade brasileira ali residente. Até o momento, não há notícia de incidente envolvendo qualquer cidadão brasileiro.

O Governo brasileiro faz um chamado a todas as forças políticas quenianas no sentido do pronto restabelecimento de um quadro de diálogo pacífico e de reconciliação nacional.

VISITA DO CHANCELER DE HONDURAS AO BRASIL 02/01/2008

O Ministro das Relações Exteriores de Honduras, Milton Jiménez Puerto, realizará visita de trabalho ao Brasil no dia 9 de janeiro de 2008. A visita deverá contribuir para o aprofundamento e a diversificação do relacionamento do Brasil com a América Central e com o Caribe, intensificado no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em abril de 2006, o Presidente de Honduras, José Manuel Zelaya Rosales, visitou o Brasil para participar da Assembléia Geral do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ocasião em que manteve encontro de trabalho com o Presidente Lula. Em agosto de 2007, o Presidente Lula realizou visita de Estado a Honduras, durante a qual foram firmados acordos na área de biocombustíveis, consultas políticas, cooperação entre academias diplomáticas, assistência jurídica mútua em matéria penal, agricultura (produção agropecuária), recursos hídricos e saúde pública (bancos de leite humano). O Governo brasileiro instituirá em breve Leitorado de Português na Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH).

Entre os principais temas a serem discutidos durante a visita do Chanceler de Honduras ao Brasil estão a cooperação no setor energético, notadamente no campo dos biocombustíveis, a ampliação do intercâmbio bilateral, mediante o estímulo à participação de empresas brasileiras em obras de infra-estrutura em Honduras, a intensificação das negociações comerciais com vistas à celebração de um acordo de livre-comércio Mercosul-SICA no mais breve prazo possível, o fortalecimento do sistema das Nações Unidas e a reforma da Organização, em particular de seu Conselho de Segurança.

CANDIDATURA BRASILEIRA À
DIREÇÃO-GERAL DA OMPI
09/01/2008

O Brasil lançou a candidatura do Dr. José Graça Aranha ao cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). A eleição do novo DG da OMPI está prevista para setembro próximo, no contexto da reunião da Assembléia Geral da Organização.

O Dr. José Graça Aranha ocupou cargos naquela organização de 1993 a 1996 nas áreas de cooperação com a América Latina e Caribe e de Marcas e Desenhos Industriais. Desde 2004, o candidato brasileiro tem exercido o cargo de Diretor do Departamento de Registros Internacionais da OMPI. No período de 1999 a 2004, o Dr. Graça Aranha exerceu a presidência do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). A trajetória profissional de José Graça Aranha tem sido marcada por domínio técnico do tema da propriedade intelectual e pela capacidade de construir consensos. Caso venha a ser eleito Diretor-Geral da OMPI, suas qualidades profissionais e pessoais serão importantes para fortalecer a confiança dos países-membros e da comunidade internacional na Organização e para permitir que a OMPI continue avançando.

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, responsável por registros de marcas, concessão de patentes, averbação de contratos de transferência de tecnologia e de franquias empresariais, e por registros de programas de computador, desenho industrial e indicações geográficas. O INPI também tem atuação destacada na capacitação de empresas brasileiras e no oferecimento de cooperação técnica em matéria de propriedade intelectual a diversos países em desenvolvimento.

A OMPI, com sede em Genebra, é Agência Especializada das Nações Unidas desde 1974 e constitui o principal foro internacional para as negociações multilaterais sobre o direito de propriedade industrial e intelectual. A Organização administra mais de duas dezenas de tratados internacionais, alguns dos quais, como a Convenção de Paris (1883), sobre patentes e invenções, e a Convenção de Berna (1886), sobre direitos de autor, negociados há

mais de cento e vinte anos e ainda plenamente relevantes. Esses acordos sofrem atualizações freqüentes, minuciosamente negociadas entre Governos, e estabelecem o padrão mínimo de proteção a ser observado pelos Estados signatários por meio de suas legislações nacionais. O Brasil é membro fundador da Organização e signatário original dos seus tratados principais. Desempenha papel de relevo por representar perspectiva própria de país em desenvolvimento nos temas que são objeto de debate e de negociações dentro da Organização.

Com a presente candidatura, o Brasil deseja promover o diálogo entre os membros da Organização, com vistas a fazer avançar a agenda de trabalhos da OMPI, refletindo ainda mais a preocupação com as necessidades sociais e econômicas dos países em desenvolvimento, no contexto da adequada promoção e proteção dos direitos de propriedade intelectual.

LIBERTAÇÃO DE REFÊNS COLOMBIANAS 09/01/2008

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia da libertação da Senhora Clara Rojas e da Senhora Consuelo González, que se encontravam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O Governo brasileiro congratula-se com o Presidente Alvaro Uribe e com o Presidente Hugo Chávez pela bem-sucedida condução dos entendimentos que possibilitaram a libertação das cidadãs colombianas.

O Governo brasileiro reitera seu apoio às iniciativas que, em pleno respeito à soberania colombiana, contribuam para a solução dessas questões humanitárias.

ATENTADO NO SRI LANKA 10/01/2008

O Governo brasileiro recebeu com profunda consternação a notícia do atentado, ocorrido em 8 de janeiro, que resultou na morte, entre outros, do Ministro do Desenvolvimento Nacional do Sri Lanka, D. M. Dassanayake.

Ao reiterar sua veemente oposição ao recurso a atos de terrorismo, o Governo brasileiro transmite aos familiares das vítimas e ao povo cingalês seus sentimentos de solidariedade e suas mais sentidas condolências.

ATENTADO NO PAQUISTÃO 10/01/2008

O Governo brasileiro recebeu com pesar e consternação a notícia do atentado ocorrido hoje, que resultou na morte de mais de 20 pessoas e deixou dezenas de feridos em Lahore, no Paquistão.

O Governo brasileiro reitera seu apelo ao imediato restabelecimento de um diálogo entre as diferentes forças políticas paquistanesas. O Brasil respalda os esforços das autoridades do Paquistão para investigar, processar e punir os responsáveis pelos atentados ocorridos nas últimas semanas e renova seu apoio ao papel do Governo paquistanês na defesa da ordem pública e do pleno funcionamento das instituições democráticas naquele país.

Ao transmitir suas condolências aos familiares das vítimas, o Governo brasileiro reitera sua mais enérgica condenação à prática de atos de violência indiscriminada e reafirma sua veemente oposição aos atos de terrorismo.

VISITA DO PRESIDENTE
LULA À GUATEMALA
14 DE JANEIRO DE 2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitará a Guatemala em 14 de janeiro de 2008, para assistir à posse do Presidente Álvaro Colom. A visita se inscreve no contexto do aprofundamento e diversificação do relacionamento do Brasil com a América Central e o Caribe.

As relações Brasil-Guatemala tiveram significativa expansão nos últimos anos, com intercâmbio de visitas de Chanceleres, de Vice-Presidentes e de Chefes de Estado, nas quais se ampliaram os horizontes da cooperação bilateral.

O Presidente da República também visitou a Guatemala em setembro de 2005, ocasião em que participou de reunião de Cúpula com os Presidentes dos países membros do

Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e do encerramento da Conferência Latino-americana sobre Fome e Pobreza.

VISITA DO PRESIDENTE LULA A CUBA
14 E 15 DE JANEIRO DE 2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará visita oficial a Cuba em 14 e 15 de janeiro de 2008. A visita se inscreve no contexto da intensificação das relações bilaterais com Cuba e, também, do aprofundamento e diversificação do relacionamento do Brasil com a América Central e o Caribe.

Trata-se da segunda visita do Presidente Lula a Cuba. A primeira realizou-se em setembro de 2003, ocasião em que foram assinados atos em diversas áreas de atuação da cooperação bilateral.

O Presidente Lula viajará acompanhado dos Ministros das Relações Exteriores, da Saúde,

Educação e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, além do Presidente da Petrobras.

A visita será ocasião para consolidação da cooperação bilateral em diferentes áreas, entre elas educação superior, energia, comércio, investimentos, saúde e recursos hídricos, por meio da assinatura de acordos e convênios nesses setores.

ATENTADO NO AFGANISTÃO
13/01/2008

O Governo brasileiro recebeu, com grande pesar, a notícia do atentado suicida ocorrido, hoje, em hotel da cidade de Cabul, no Afeganistão, que provocou pelo menos seis mortos e seis feridos. No momento do atentado, encontrava-se no hotel o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Jonas Gahr Store, que não foi atingido.

O Governo brasileiro renova seu apoio aos esforços para combater a escalada de violência e defender a ordem pública no Afeganistão.

Ao manifestar suas mais sentidas condolências e solidarizar-se com os familiares das vítimas, o Governo brasileiro reafirma seu veemente repúdio a atos de terrorismo, independentemente dos seus autores e motivações.

ANO DO INTERCÂMBIO BRASIL-
JAPÃO - CERIMÔNIA DE ABERTURA
14/01/2008

No próximo dia 17 de janeiro, o Presidente da República realizará a abertura oficial do “Ano do Intercâmbio Brasil-Japão”, em

comemoração ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. O evento terá lugar às 10h00, no Auditório do Palácio Itamaraty.

Ao longo do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão, deverão ser promovidos múltiplos eventos nos dois países, com o objetivo de aprimorar o conjunto das relações bilaterais, tanto em temas tradicionais da agenda, como agricultura, siderurgia e mineração, quanto em novos campos de atuação, como meio ambiente, ciência e tecnologia e energias renováveis, em particular os biocombustíveis. A programação incluirá missões empresariais, simpósios sobre economia e comércio, exposições de artes plásticas, festivais de cinema, apresentações teatrais, concertos e eventos esportivos.

O Ano do Intercâmbio oferece a oportunidade de estreitar os laços humanos e aumentar o conhecimento mútuo entre as duas sociedades. Deverá ressaltar a valiosa contribuição dos imigrantes japoneses e de seus descendentes para a formação da sociedade brasileira contemporânea. Em sentido inverso, também merecerá destaque o papel da comunidade brasileira no Japão, que hoje ultrapassa 300 mil pessoas, em sua maioria de origem nipônica, o que confere caráter único à vertente humana do relacionamento bilateral.

A Comissão Nacional Organizadora das Comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil tem desenvolvido suas atividades por meio de um Comitê Executivo, ao qual se reportam Grupos de Trabalho sobre temas específicos. A Comissão conta também com a colaboração de um Comitê Honorário – composto por representantes de Estados e municípios em que a presença da comunidade nipo-brasileira é mais significativa – e de entidades e personalidades da vida pública, do setor privado e da sociedade civil.

SITUAÇÃO NA FAIXA DE GAZA

14/01/2008

O Governo brasileiro recebeu com grande preocupação a notícia da incursão das Forças de Defesa de Israel na cidade de Gaza, em 15 de janeiro de 2008, que resultou na morte de pelo menos 18 pessoas.

O Brasil lamenta que tais fatos tenham ocorrido e exorta as partes em conflito à imediata cessação das hostilidades e à prática da contenção e do diálogo. O Governo brasileiro conclama israelenses e palestinos a evitar atos de represália capazes de minar os novos e importantes esforços de paz em curso e de aprofundar a espiral de violência na região.

VISITA AO BRASIL DO REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI

15/01/2008

De 21 a 24 de janeiro, realizará visita oficial ao Brasil o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no Haiti, Hédi Annabi, acompanhado de altos funcionários da Missão de Estabilização no Haiti (MINUSTAH). O Representante Especial é responsável pela coordenação das ações realizadas pela MINUSTAH e pelos demais órgãos e agências do sistema das Nações Unidas no Haiti.

Hédi Annabi, tunisiano, é funcionário de carreira das Nações Unidas desde 1981. Entre outras funções, foi Secretário-Geral Assistente para Operações de Manutenção da Paz e responsável pelo Escritório de Operações do Departamento de Operações de Paz (DPKO).

O Representante Especial será recebido, em Brasília, pelo Ministro Celso Amorim e pelo Ministro Nelson Jobim. Durante os encontros, deverão ser tratados assuntos relacionados ao processo de estabilização conduzido pela MINUSTAH e às ações de cooperação realizadas pelo Brasil no Haiti.

No Rio de Janeiro, o Representante Especial terá, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), encontro sobre o programa de cooperação Brasil-Haiti na área de biocombustíveis. Visitará, ainda, o Centro de Instrução de Operações de Paz do Exército Brasileiro (CIOPAZ) e o Comando-Geral dos Fuzileiros Navais, instituições responsáveis pela preparação dos militares brasileiros que participam de operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA
COOPERAÇÃO DE BURKINA FASO
18/01/2008

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Burkina Faso, Senhor Djibrill Bassolé, visitará o Brasil no dia 21 de janeiro. A visita do Chanceler Bassolé terá por objetivo principal dar continuidade aos entendimentos mantidos durante a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva àquele país, em outubro passado.

Entre os assuntos a serem examinados com o Ministro Celso Amorim, destacam-se a abertura recíproca de embaixadas e a implementação de protocolos de cooperação nas áreas de produção de cana-de-açúcar, cotonicultura, sojicultura, pecuária, saúde e esportes. Serão discutidos também temas da agenda do Conselho de Segurança das

Nações Unidas, no qual Burkina Faso ocupa atualmente assento não-permanente. Além disso, serão analisados os esforços da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas em benefício de Guiné Bissau, cujos trabalhos são coordenados pelo Brasil.

Após o encontro com o Ministro Celso Amorim, o Ministro Djibrill Bassolé será homenageado com almoço no Palácio Itamaraty.

CELEBRAÇÃO DOS 60 ANOS DA
PRIMEIRA TURMA DE ALUNOS
DO INSTITUTO RIO BRANCO
18/01/2008

Em 18 de janeiro de 1948, tomava posse no serviço exterior a primeira turma de alunos do Instituto Rio Branco (IRBr). O grupo era integrado por 27 Cônsules de Terceira Classe, como eram então chamados os Terceiros Secretários. Na ocasião, ocupava a chefia do IRBr Lafayette de Carvalho e Silva, na qualidade de Diretor, auxiliado pelo Chefe da Secretaria, João Guimarães Rosa, e pelo Chefe da Coordenação Técnico-Pedagógica, Álvaro Neiva.

O IRBr foi criado por Decreto-Lei de 18 de abril de 1945 como uma Escola de Diplomacia, única porta de acesso para o Serviço Exterior Brasileiro. A data de criação foi escolhida para comemorar o centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira. Desde então, gerações de diplomatas passaram pelas salas de aula do Instituto, acumulando conhecimentos e desenvolvendo o sentido de missão, que é fundamental para o bom cumprimento das atividades que o Itamaraty desempenha em nome da sociedade brasileira.

A partir da experiência de seus primeiros alunos, o IRBr estabeleceu uma tradição de qualidade, construída com base em estruturas e princípios preservados desde 1945, mas sempre abertos ao aperfeiçoamento e à renovação. Em 2002, o IRBr teve a qualidade de seu programa de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, que o elevou à condição de Mestrado em Diplomacia.

No dia de hoje, em que se completam sessenta anos de conclusão do curso da primeira turma do Instituto, rende-se tributo aos colegas que, seis décadas atrás, foram pioneiros no curso de preparação à carreira de diplomata, que hoje desfruta de reconhecimento no plano nacional e internacional. Placa comemorativa da data será oportunamente descerrada no Instituto Rio Branco.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO
CELSO AMORIM NO FÓRUM
ECONÔMICO MUNDIAL
18/01/2008

O Ministro Celso Amorim participará do Fórum Econômico Mundial, em Davos, nos dias 25 e 26 de janeiro.

No dia 25, o Ministro manterá encontros com a Representante de Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab; com o Secretário de Assuntos Exteriores do Reino Unido, David Miliband; com o Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, Juan Somavía; e com o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, entre outras autoridades estrangeiras.

No dia 26, pela manhã, o Ministro participará de sessão de “Reunião Informal de Líderes Econômicos Mundiais”, dedicada à revitalização das negociações multilaterais

de comércio, e terá reuniões bilaterais com diversas autoridades, entre as quais o Comissário Europeu de Comércio Exterior, Peter Mandelson, o Ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath e o Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, Jacques Diouf.

Na tarde do mesmo dia, participará de almoço oferecido pela Conselheira Federal do Departamento de Temas Econômicos da Suíça, Doris Leuthard. Após o almoço, está previsto encontro bilateral com o Ministro do Comércio da Austrália, Simon Creane. Em seguida, o Ministro proferirá palestra em sessão plenária do Fórum Econômico Mundial, intitulada “Ameaças ao Sistema Global de Comércio”.

ENCHENTES NA BOLÍVIA
24/01/2008

O Governo do Brasil expressa seu pesar pelas perdas humanas e materiais causadas pelas enchentes que têm atingido, nos últimos dias, distintas áreas da Bolívia, sobretudo os Departamentos de Santa Cruz e Cochabamba e, neste Departamento, principalmente a Província do Chapare.

Por solicitação da Bolívia, o Governo brasileiro está providenciando o envio de helicópteros e botes para missões de busca e salvamento, assim como a doação de alimentos, barracas e coletes salva-vidas para as populações atingidas.

A Embaixada do Brasil em La Paz acompanha os desdobramentos das enchentes e mantém contato estreito com as autoridades bolivianas a fim de localizar e prestar assistência a cidadãos brasileiros eventualmente afetados pelas enchentes.

CURSO SOBRE NEGOCIAÇÕES
COMERCIAIS PARA PAÍSES DA CPLP
25/01/2008

O Ministério das Relações Exteriores está realizando, com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Segundo Curso sobre Negociações Comerciais para funcionários governamentais dos países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na sede do Instituto Rio Branco. Inaugurada, no último dia 21, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, a iniciativa visa a promover o intercâmbio de experiências para melhor preparar a participação dos países em desenvolvimento nas negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Curso, de duas semanas de duração, trata, entre outros, dos seguintes temas: a Organização Mundial do Comércio e os países em desenvolvimento; o Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC (SPS); o sistema de solução de controvérsias da OMC; o Acordo de Propriedade Intelectual da OMC (TRIPS); o Acordo sobre Serviços da OMC; os Acordos Anti-Dumping e de Subsídios da OMC; os Acordos Regionais e os esquemas preferenciais de comércio; as negociações no âmbito da Rodada Doha da OMC; o Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC); e as negociações comerciais no âmbito da política comercial brasileira.

Participam do Curso diplomatas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

VISITA DO PRESIDENTE
DE TIMOR-LESTE
25/01/2008

O Presidente da República Democrática de Timor-Leste, José Ramos Horta, realiza visita oficial ao Brasil. Após cumprir programação no Rio de Janeiro, o Presidente timorense deverá ser recebido em Brasília, no dia 30 de janeiro, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o homenageará em almoço no Itamaraty.

O Brasil e Timor-Leste desenvolvem intenso programa de cooperação em áreas essenciais à consolidação do nascente Estado timorense, como educação, justiça, segurança, saúde e formação profissional. Durante a visita do Presidente Ramos Horta, deverá ser anunciada a extensão, até 2010, do programa pelo qual 50 professores brasileiros cooperam na formação de docentes. Será firmado Memorando de Entendimento sobre Cooperação Cultural, que prevê o intercâmbio de artistas e a realização de seminários e eventos culturais nos dois países. Prevê-se, igualmente, a criação de grupo de trabalho integrado por juristas brasileiros, com a finalidade de colaborar na elaboração de projetos de Código de Processo Penal Militar e de Código Penal Militar de Timor-Leste.

Também em 2008, terá início a terceira fase do projeto bilateral de formação e instrução da Polícia Militar de Timor-Leste. Ademais, o Brasil deverá enviar técnicos a Díli para colaborar na estruturação do programa nacional de distribuição de cestas

básicas. Encontram-se, ainda, em exame projetos de cooperação trilateral, envolvendo os dois países e a Indonésia, nas áreas de reflorestamento e de produção de alimentos em Timor-Leste.

O Brasil vem também cooperando com Timor-Leste no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em particular nas áreas acadêmica e desportiva. Funcionários dos países da CPLP participam de cursos sobre negociações comerciais e sobre formação de diplomatas, promovidos pelo Instituto Rio Branco. Por sua vez, o 1º curso para técnicos de futebol da CPLP deve ter início em março próximo, fruto de uma parceria entre o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério dos Esportes e a Universidade de Brasília.

O Brasil nutre profundo sentimento de solidariedade em relação a Timor-Leste, único país da Ásia e Oceania que tem o português como língua oficial e que se tornou independente em 2002. As primeiras eleições de Timor-Leste como Estado independente realizaram-se em 2007.

VISITA DO MINISTRO CELSO
AMORIM À ESPANHA
05/02/2008

O Ministro Celso Amorim realizará visita de trabalho bilateral à Espanha no dia 7 de fevereiro corrente, no contexto da Declara-

ção de Brasília de Consolidação da Parceria Estratégica Brasil-Espanha, que prevê encontros regulares entre Chefes de Governo, Chanceleres e Secretários-Gerais das Chancelarias. Manterá encontro com o Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação, Miguel Ángel Moratinos, que oferecerá, também, almoço em sua homenagem.

Os dois Chanceleres deverão dar seqüência aos temas examinados durante a visita oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Espanha em setembro de 2007, tais como a consolidação do relacionamento entre as instituições de pesquisa científica dos dois países e a cooperação trilateral em favor da Bolívia no campo de saneamento básico e água potável.

O dinâmico relacionamento entre o Brasil e a Espanha intensifica-se progressivamente, nos campos político, econômico, social, cultural e científico-tecnológico. Neste último, há possibilidades de ampliação da cooperação em tecnologia da informação, agricultura, nanotecnologia, biomedicina, fármacos e biocombustíveis.

No que se refere às trocas comerciais, em 2007 alcançou-se a marca inédita de mais de US\$ 5 bilhões de corrente de comércio. No campo econômico, verifica-se significativa presença de empresas espanholas na economia brasileira, sobretudo nos setores de infra-estrutura e de serviços. O estoque de investimentos supera US\$ 30 bilhões, o que não apenas coloca a Espanha como o segundo maior investidor no País, mas também situa o Brasil como o segundo

mais importante destino dos investimentos espanhóis no mundo. A participação espanhola tende eventualmente a ampliar-se à luz das oportunidades criadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Há também crescente interesse de empresas brasileiras pelo mercado espanhol e por investimentos na Espanha nos setores siderúrgico e têxtil, entre outros.

SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA
SOBRE RESINAS PET ENTRE
BRASIL E ARGENTINA
06/02/2008

O Brasil recebeu com satisfação a decisão do Governo argentino de suspender a disputa comercial relacionada à aplicação de direitos antidumping sobre as importações de resinas PET provenientes da Argentina, levada ao Mecanismo de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), em junho de 2007.

A referida decisão foi possível graças a acordo realizado em consulta com as empresas envolvidas de ambos os países, o que permitiu a suspensão dos direitos antidumping aplicados pelo Brasil em decorrência da alteração nas condições de mercado no âmbito do Mercosul. Por sua vez, o acordo resultará também na suspensão dos direitos antidumping em vigor na Argentina sobre as importações de resinas PET do Brasil.

O fim da controvérsia entre Brasil e Argentina reafirma o compromisso dos dois governos com o MERCOSUL e o propósito de solucionar eventuais problemas mediante a colaboração mútua. É um sinal claro do compromisso do bloco com investimentos

nacionais e estrangeiros para garantir-lhes o acesso ao mercado ampliado da União Aduaneira.

EXPORTAÇÕES AO IRÃ
06/02/2008

Com relação a notícia veiculada pela imprensa, no último dia 5 de fevereiro, a respeito de alegada violação do regime de sanções imposto pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ao Irã, por parte de empresas brasileiras que teriam realizado àquele país vendas de açúcar e carne, via Dubai, Emirados Árabes Unidos, o Ministério das Relações Exteriores esclarece que nenhuma Resolução do Conselho de Segurança proíbe exportações de açúcar, carne ou quaisquer outros produtos que fazem parte de nossa pauta de exportação para o Irã.

As proibições de exportações ao Irã, determinadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, cobrem somente itens relacionados aos programas nuclear e de mísseis balísticos. Nos casos de armamentos pesados, vigora a exortação de “vigilância e cautela”.

Historicamente, o Governo brasileiro sempre cumpriu plenamente as determinações das Resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Ministério das Relações Exteriores recorda que as Resoluções nº1737(2006) e nº1747(2007), que regulam o referido regime de sanções, foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro, por meio dos Decretos nº 6.045, de 21 de fevereiro de 2007, e 6.118, de 22 de maio de 2007, respectivamente.

ATENTADO EM ISLAMABADE

06/02/2008

O Governo brasileiro deplora o atentado terrorista cometido hoje, 2 de junho, contra a Embaixada da Dinamarca em Islamabad, no Paquistão, que resultou na morte de pelo menos oito pessoas e deixou dezenas de feridos, entre os quais a brasileira Maria Iraise Macena Nobre.

A cidadã brasileira, que trabalha na Embaixada da Dinamarca, foi hospitalizada com ferimentos e já recebeu a visita do Vice-Cônsul do Brasil em Islamabad.

A explosão causou danos em outros prédios próximos ao da Embaixada da Dinamarca, inclusive na Residência do Embaixador do Brasil. Não há feridos entre os funcionários da representação brasileira.

O Governo brasileiro presta sua solidariedade aos familiares das vítimas, bem como aos povos dinamarquês e paquistanês diante do ato de inaceitável violência.

O Governo brasileiro reafirma sua condenação a todas as formas de terrorismo e confia em que as autoridades paquistanesas tomarão as medidas necessárias para conter atos de violência no país e assegurar a proteção às missões diplomáticas sediadas em Islamabad.

ATENTADO EM DIMONA, ISRAEL

06/02/2008

O Governo brasileiro recebeu com profunda consternação a notícia do ataque suicida que custou a vida de uma pessoa e feriu ao menos outras onze, na cidade israelense de Dimona, em 5 de fevereiro. O Brasil reitera sua veemente condenação ao recurso a atos de terrorismo, não importa sob que justificativa.

O Governo brasileiro estende aos familiares da vítima desse brutal ato de violência suas mais sinceras condolências.

O Brasil exorta palestinos e israelenses a exercer a autocontenção e a manter o diálogo, de modo a evitar o aprofundamento da espiral de violência na região e a preservar os esforços de retomada do processo de paz manifestados nas Conferências de Annapolis e Paris.

VIAGEM DO MINISTRO

CELSO AMORIM AO ORIENTE MÉDIO

06/02/2008

O Ministro Celso Amorim realizará, no período de 8 a 14 de fevereiro, viagem ao Oriente Médio. A visita, que incluirá em seu roteiro Arábia Saudita, Síria, Jordânia, os Territórios Palestinos e Israel, reflete o grau de prioridade conferido pela política externa brasileira ao relacionamento com os países da região.

O Ministro Celso Amorim deverá manter encontro com, entre outros interlocutores, o Rei Abdullah Bin Abdel Aziz, o Príncipe Herdeiro e Ministro da Defesa, e o Secretário-Geral do Conselho de Cooperação do Golfo (na Arábia Saudita); o Presidente Bachar al-Assad e o Ministro Walid al-Muallem (na Síria); o Rei Abdullah II, o Primeiro-Ministro Nader Dahabi e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Salaheddin Al-Bachir (na Jordânia); o Presidente Mahmoud Abbas e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Riad Malki (na Palestina, onde também inaugurará a exposição Amrik – A Presença Árabe na América do Sul); o Primeiro-Ministro Ehud Olmert, o Presidente Shimon Peres e a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Tzipi Livni (em Israel).

A viagem do Ministro Celso Amorim à região ocorrerá em momento particularmente significativo para a retomada do processo de paz israelo-palestino, marcada pelos desdobramentos de dois importantes eventos promovidos no final de 2007, dos quais o Brasil participou: a Conferência de Annapolis (26 e 27 de novembro) e a Conferência de Doadores de Paris para o Estado Palestino (17 de dezembro). A visita do Ministro Celso Amorim reflete a disposição brasileira de contribuir para os esforços da comunidade internacional com vistas a promover o diálogo e o entendimento na região. A viagem buscará, igualmente, estreitar as relações e fortalecer a cooperação bilateral com os países visitados.

ASSINATURA DO PLANO DE AÇÃO
EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
ENTRE O BRASIL E A ESPANHA

O Ministro Celso Amorim assinou hoje, em Madri, com o Ministro espanhol de Assuntos Exteriores e de Cooperação, Miguel Ángel Moratinos, o “Plano de Ação em Ciência e Tecnologia entre o Brasil e a Espanha”.

O Plano de Ação visa a dinamizar a cooperação científica e tecnológica em áreas selecionadas que atendem a interesses estratégicos comuns, em função da complementaridade existente entre as instituições de pesquisa e desenvolvimento dos dois países. O Plano de Ação elenca como prioritárias, entre outras, as seguintes áreas: biotecnologia; energias renováveis e biocombustíveis; nanotecnologia e nanomedicina; tecnologias da informação e comunicação.

O Plano de Ação insere-se no contexto do Convênio Básico de Cooperação Técnica,

Científica e Tecnológica assinado em 1989 e permitirá a celebração de convênios específicos diretamente entre as instituições de pesquisa dos dois países. Coordenarão as iniciativas de cooperação, pelo lado brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia e, pelo lado espanhol, o Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação e o Ministério de Educação e Ciência.

ATENTADOS EM
TIMOR-LESTE
11/02/2008

O Governo brasileiro recebeu com grande preocupação a notícia dos atentados ocorridos ontem em Timor-Leste contra o Presidente José Ramos-Horta e o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Celso Amorim enviaram mensagens de solidariedade ao Governo e ao povo timorenses, desejando pronto restabelecimento ao Presidente Ramos-Horta, ferido nos atentados. De acordo com as últimas informações disponíveis, o estado de saúde do Presidente Ramos-Horta é estável e a situação em Díli é de calma.

O Ministro Celso Amorim, que está em viagem ao Oriente Médio, instruiu a Embaixada do Brasil em Díli a acompanhar atentamente a situação no país e a prestar toda a assistência aos cidadãos brasileiros que ali se encontram. O Ministro Celso Amorim conversou, igualmente, com o Embaixador do Brasil na Austrália sobre a situação em Timor-Leste e determinou prontidão para eventual

assistência a brasileiros. A Embaixada do Brasil na Nova Zelândia também foi contatada com o mesmo objetivo.

O Brasil condena veementemente o recurso à violência e conclama todas as forças políticas e de segurança de Timor-Leste a envidarem renovados esforços para a manutenção da ordem e a solução das questões políticas pela via do entendimento e do diálogo pacífico.

O Governo brasileiro reitera o firme compromisso de continuar a colaborar com vistas à construção de um Estado timorense soberano, estável, democrático e próspero, conforme manifestado por ocasião da recente visita do Presidente José Ramos-Horta a Brasília, em 30 de janeiro passado.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA A SÃO
JORGE DO OIAPOQUE
12 DE FEVEREIRO DE 2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado de comitiva ministerial e parlamentar, realizará visita a São Jorge do Oiapoque, na Guiana Francesa, em 12 de fevereiro, onde manterá encontro de trabalho com o Presidente Nicolas Sarkozy.

Os Governos do Brasil e da França vão construir uma ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque, ligando Macapá a Caiena. A obra, cuja inauguração está prevista para 2010, beneficiará as populações ribeirinhas e permitirá maior integração entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa. Uma maquete da ponte será apresentada durante a visita.

A visita do Presidente Sarkozy faz parte dos esforços bem-sucedidos que o Brasil e

a França vêm realizando no aprofundamento de sua parceria estratégica, caracterizada por grande dinamismo e reconhecida afinidade de visões sobre a agenda internacional, como é o caso do combate à fome e à pobreza e da defesa do multilateralismo.

No plano bilateral, os dois Presidentes devem tratar do potencial de cooperação nas áreas nuclear civil; de defesa; de biocombustíveis; e de ciência e inovação. Também entram na pauta da reunião medidas para intensificar as ações de cooperação e coordenação entre os dois países na faixa de fronteira marítima e terrestre. Haverá, ainda, a adoção de Declaração Conjunta pelos dois Presidentes e a assinatura do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação Técnica sobre Cooperação Descentralizada.

No plano multilateral, os dois países coincidem quanto à necessidade de reforma das Nações Unidas. A França tem manifestado firme apoio à aspiração brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança. Do mesmo modo, tem defendido a democratização do G-8, por meio da plena incorporação de grandes países emergentes, como o Brasil. Devem receber especial atenção iniciativas no âmbito dos mecanismos financeiros inovadores para combater a fome e a pobreza, a exemplo da UNITAID.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a França saltou, em 2007, para cerca de US\$ 7 bilhões, depois de ter atingido US\$ 5,5 bilhões em 2006. As exportações e importações brasileiras no ano passado foram equilibradas, ficando ambas em torno de US\$ 3,5 bilhões. A França detém o 5º maior estoque de investimentos diretos no Brasil, com US\$ 14 bilhões. O Brasil é o principal parceiro comercial da França na América Latina.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA
A MOÇAMBIQUE E ZÂMBIA
12/02/2008

Severas inundações têm afetado Moçambique e Zâmbia, causando o deslocamento de mais de cem mil pessoas nesses países. Para auxiliar no atendimento às vítimas, o Governo brasileiro, por meio do Grupo de Trabalho Interministerial de Assistência Humanitária Internacional, coordenado pelo Itamaraty, irá doar remédios e gêneros alimentícios, que serão transportados em vôo da FAB previsto para o dia 14 de fevereiro. Moçambique deverá receber 75 mil frascos do medicamento antimalárico Artemeter, 3,5 toneladas de feijão e 2,5 toneladas de farinha de mandioca. Para a Zâmbia, serão doadas 3,5 toneladas de feijão e 3 toneladas de milho.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA GUINÉ EQUATORIAL, TEODORO
OBIANG NGUEMA BASONGO
12/02/2008

O Presidente da Guiné Equatorial, Senhor Teodoro Obiang Nguema Basongo, acompanhado por expressiva comitiva ministerial, realizará visita de trabalho ao Brasil, no período de 14 a 17 de fevereiro.

No dia 14, em Brasília, o Presidente Obiang será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também deverá encontrar-se com os Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

Ainda no dia 14, em encontro a realizar-se no Palácio Itamaraty, a comitiva ministerial do Presidente equato-guineense manterá reunião ampliada com representantes de diversos Ministérios brasileiros, a fim de explorar as

possibilidades de cooperação bilateral, em áreas como agricultura, saúde e esportes.

No dia 15, no Rio de Janeiro, o Presidente Obiang deverá ser recebido pelo Presidente da Petrobras, tendo em vista o potencial de cooperação no setor energético. No mesmo dia, o mandatário da Guiné Equatorial irá para São José dos Campos, onde visitará a sede da EMBRAER. No dia 16, em São Paulo e Belo Horizonte, o Presidente e sua comitiva manterão reuniões com lideranças empresariais.

A Guiné Equatorial participa da Comunidade Monetária e Econômica da África Central (CEMAC) e é um dos maiores produtores de petróleo na África, com extração estimada em 394 mil barris ao dia. O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Guiné Equatorial conheceu significativo aumento nos últimos anos, tendo passado de cerca de US\$ 3 milhões em 2003 para US\$ 243 milhões em 2007.

As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1974. A entrada em funcionamento das Embaixadas da Guiné Equatorial em Brasília, em 2005, e do Brasil em Malabo, no início de 2006, vem contribuindo para o incremento do relacionamento entre os dois países. O Chanceler da Guiné Equatorial realizou visita ao Brasil em 2005, e o Presidente Obiang participou da Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora, ocorrida em Salvador, em 2006.

VISITA DO VICE-PRESIDENTE
ÁLVARO GARCÍA LINERA AO BRASIL
13 E 14 DE FEVEREIRO DE 2008

O Vice-Presidente da Bolívia, Álvaro García Linera, realizará visita ao Brasil nos dias 13 e 14 de fevereiro. Estará acompanhado,

entre outras autoridades, dos Ministros de Hidrocarbonetos, Carlos Villegas, e da Fazenda, Luiz Arce, além da Presidente da Administradora Boliviana de Estradas, Patricia Ballivián.

No dia 13 de fevereiro, o Vice-Presidente boliviano deverá encontrar-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Vice-Presidente José Alencar, o Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves, e o Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, além de outras autoridades brasileiras.

O Vice-Presidente García Linera e a delegação boliviana serão homenageados com almoço no Palácio Itamaraty.

No dia 14 de fevereiro, o Vice-Presidente García Linera deverá reunir-se, no Rio de Janeiro, com os Presidentes da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano Coutinho.

A visita do Vice-Presidente boliviano servirá para reforçar as relações políticas, econômicas e de cooperação entre o Brasil e a Bolívia e permitirá dar seguimento aos entendimentos bilaterais mantidos durante a visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a La Paz, em 17 de dezembro de 2007.

O Brasil é o principal parceiro comercial e investidor na Bolívia. Em 2007, a corrente de comércio bilateral atingiu US\$ 2,45 bilhões.

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO EGITO

15/02/2008

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, Ahmed Aboul Gheit, visitará Brasília de 17 a 19 de fevereiro.

No dia 18, o Ministro Gheit será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e participará de reunião de trabalho com o Ministro Celso Amorim. Ao final da reunião, os Ministros participarão de conferência de imprensa no Palácio do Itamaraty. Em seguida, o Ministro Amorim oferecerá jantar em homenagem a seu homólogo egípcio.

Os Ministros examinarão formas de aprofundar a cooperação bilateral em setores como ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, pesca e aquicultura, saúde e combate à fome e à pobreza. Na ocasião, deverá ser assinado Protocolo de Cooperação Científica e Tecnológica. Também deverão ser identificadas oportunidades para o incremento do intercâmbio comercial, que passou de US\$ 427 milhões em 2003 para US\$ 1,2 bilhão em 2007.

Os Ministros analisarão, ainda, temas da agenda internacional, como a reforma das Nações Unidas e o processo de paz no Oriente Médio. Serão discutidas as possibilidades de intensificar a cooperação Sul-Sul, inclusive mediante eventual atuação trilateral na África. Intercambiarão, igualmente, opiniões sobre o seguimento da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), tendo em vista a II Reunião de Chanceleres, que deverá em realizar-se em Buenos Aires, nos dias 20 e 21 de fevereiro.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ÍNDIA

15/02/2008

O Ministro das Relações Exteriores da Índia, Pranab Mukherjee, realizará visita oficial ao Brasil no dia 18 de fevereiro.

O Ministro Mukherjee manterá encontro de trabalho com o Ministro Celso Amorim,

que o homenageará em almoço no Itamaraty, e será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também deverá ser recebido pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia.

No encontro de trabalho com o Ministro Celso Amorim, serão debatidos temas da agenda internacional, como a reforma das Nações Unidas, a Rodada Doha e a mudança do clima. No âmbito bilateral, serão passados em revista os recentes avanços na cooperação em áreas como energia, ciência e tecnologia, defesa, educação e cultura, bem como discutidas formas de imprimir maior dinamismo ao comércio e investimentos recíprocos. Na oportunidade, serão firmados instrumentos para o incremento de cooperação em matéria de combate à fome e à pobreza; esportes e programas para a juventude; e infra-estrutura.

O dinamismo da Parceria Estratégica entre Brasil e Índia é atestado pela intensificação da troca de visitas de alto nível. O Presidente Lula visitou a Índia em 2004 e 2007, e o Primeiro-Ministro Manmohan Singh realizou visita ao Brasil em 2006 – a primeira de um Chefe de Governo da Índia em 38 anos.

Os dois países mantêm estreita coordenação na esfera multilateral, como atesta sua participação em mecanismos como o G-4 (Nações Unidas), o G-20 (OMC), o G-5 (diálogo ampliado do G-8) e o BRICs (junto com China e Rússia). Além disso, ao lado da África do Sul formam o IBAS, foro de diálogo e cooperação que reúne três grandes democracias do mundo em desenvolvimento.

O Brasil é o maior parceiro comercial da Índia na América Latina, e a Índia, o 4º maior parceiro comercial do Brasil na Ásia. O intercâmbio tem crescido significativamente,

passando de US\$ 1 bilhão em 2003 para US\$ 3,1 bilhões em 2007.

SITUAÇÃO NO KOSOVO

15/02/2008

O Governo brasileiro acompanha atentamente a evolução dos acontecimentos relacionados à declaração unilateral de independência do Kosovo, em 17 de fevereiro corrente.

A questão se encontra sob exame do Conselho de Segurança das Nações Unidas, inclusive à luz do marco legal estabelecido na Resolução 1244 (1999).

O Brasil espera que prevaleça orientação construtiva e vontade política que possibilite alcançar solução satisfatória e conclama os atores envolvidos no processo a exercerem o máximo comedimento de maneira a não pôr em risco a paz e a segurança na região, assim como a assegurarem a adequada proteção das minorias.

O Brasil favorece a continuidade de negociações sob os auspícios das Nações Unidas e considera que uma solução deve dar-se no âmbito multilateral.

ACORDO ENTRE O BRASIL E O JAPÃO SOBRE A JICA

19/02/2008

Foi assinado, em 18 de fevereiro corrente, entre os Governos do Brasil e do Japão, Acordo por troca de notas diplomáticas que confere o status de representação autônoma

à Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) no Brasil. O ato será submetido ao Congresso Nacional para a aprovação final.

O Acordo, firmado no ano em que se celebra o centenário da imigração japonesa no Brasil, propiciará maior desenvoltura na atuação da JICA no País e, conseqüentemente, facilitará a execução dos programas de cooperação técnica que o Brasil mantém com o Japão há mais de 36 anos. Entre esses programas, destaca-se a cooperação conjunta desenvolvida no âmbito da parceria Brasil-Japão para terceiros países.

REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ASPA 20 E 21 DE FEVEREIRO DE 2008

O Ministro Celso Amorim participará, em Buenos Aires, nos dias 20 e 21 de fevereiro, da II Reunião de Ministros das Relações Exteriores da América do Sul e dos Países Árabes (ASPA). A reunião constitui marco importante no processo de seguimento e implementação das iniciativas derivadas da I Cúpula ASPA, realizada no Brasil, em maio de 2005. O encontro de Buenos Aires permitirá aos ministros avaliar as atividades desenvolvidas pelo Fórum, em cumprimento da Declaração de Brasília. Será também iniciado detalhamento das decisões a serem tomadas na II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da ASPA, a realizar-se em Doha, no Catar.

A iniciativa ASPA, da qual o Brasil é um dos mentores principais, cria um marco institucional e operacional para o diálogo e o entendimento entre as duas regiões e para a ampliação dos vínculos entre a América do Sul e

os Países Árabes. A cooperação desenvolvida no âmbito da ASPA abrange os campos cultural, econômico, comercial, ambiental, científico-tecnológico e de desenvolvimento e social.

Desde a Cúpula de Brasília, foram realizadas reuniões ministeriais setoriais sobre cultura, economia e comércio, meio ambiente e assuntos sociais. Na preparação da reunião de Buenos Aires, o Representante Especial para Assuntos da ASPA, Embaixador Arnaldo Carrilho, visitou quinze países árabes, como portador de mensagem do Ministro Celso Amorim sobre a importância do desenvolvimento das relações entre as duas regiões.

O Brasil, cuja formação econômica e social se beneficiam de importante contribuição árabe, vem expandindo sistematicamente seu intercâmbio com aquela região. O comércio com os países-membros da Liga de Estados Árabes passou de cerca de US\$ 5 bilhões, em 2003, para quase US\$ 14 bilhões, em 2007.

II REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA AMÉRICA DO SUL E PAÍSES ÁRABES 20 E 21 DE FEVEREIRO DE 2008

Serão realizadas nos dias 20 e 21 de fevereiro, em Buenos Aires, a II Reunião de Ministros das Relações Exteriores e a V Reunião de Altos Funcionários da América do Sul e Países Árabes (ASPA).

O credenciamento de imprensa para as reuniões será feito, exclusivamente, por intermédio do endereço eletrônico www.aspa.gov.ar. Os profissionais de imprensa devem preencher os formulários disponíveis no item “acreditaciones - prensa”.

Solicita-se aos profissionais de imprensa que, ao requererem seu credenciamento, também informem à Assessoria de Imprensa do Ministério das Relações Exteriores seus nomes, funções e veículos de comunicação, por meio do endereço eletrônico credenciamento@mre.gov.br .

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ARGENTINA - 21 A 23 DE FEVEREIRO DE 2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de Estado a Buenos Aires, no período de 21 a 23 de fevereiro corrente, a convite da Presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. Durante a visita, será realizada a primeira reunião presidencial no âmbito do Mecanismo de Integração e Cooperação Bilateral Brasil-Argentina, estabelecido em 18 de dezembro de 2007. Esse Mecanismo tem por objetivo identificar projetos importantes para o aprofundamento dos laços bilaterais e assegurar sua implementação.

O programa da viagem inclui também visitas às sedes dos Poderes Legislativo e Judiciário da Argentina, entre outros compromissos.

Os dois Mandatários devem assinar declaração conjunta com decisões sobre projetos de cooperação em diferentes áreas da agenda bilateral. A visita à Argentina responde à necessidade, identificada por ambos os Presidentes, de manter diálogo permanente sobre temas de interesse comum e de garantir impulso político a projetos que possam ser emblemáticos da aliança estratégica entre os dois países, em áreas como economia e investimentos, cooperação nuclear e espacial,

ciência e tecnologia, energia, transportes, defesa, justiça e cidadania.

LIBERTAÇÃO DE REFÊNS NA COLÔMBIA

25/02/2008

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação a notícia da libertação dos Senhores Luis Eladio Pérez, Orlando Beltrán Cuéllar e Jorge Eduardo Gechem e da Senhora Glória Polanco, ex-congressistas colombianos que se encontravam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

O Governo brasileiro cumprimenta os Presidentes Álvaro Uribe, da Colômbia, e Hugo Chávez, da Venezuela, pelas medidas que possibilitaram a entrega dos quatro refêns, em coordenação com a Cruz Vermelha Internacional.

O Governo brasileiro espera que esse gesto leve a novas iniciativas de ordem humanitária.

EXTENSÃO DO MANDATO DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM TIMOR-LESTE

27/02/2008

O Governo brasileiro acolheu com grande satisfação a extensão, até 26 de fevereiro de 2009, do mandato da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT). Adotada por unanimidade, a Resolução 1802 (2008) do Conselho de Segurança significou importante reiteração do

compromisso da comunidade internacional com Timor-Leste.

Ao defender no Conselho de Segurança, em 22 de fevereiro último, a extensão da Missão, a Embaixadora do Brasil na ONU assinalou os progressos obtidos no fortalecimento da democracia timorense e na reconciliação nacional e sublinhou que o Brasil está plenamente comprometido com o desenvolvimento e a estabilidade de longo prazo de Timor-Leste.

O Governo brasileiro considera que as Nações Unidas devem permanecer em Timor-Leste pelo tempo necessário à construção de um Estado nacional e reafirma o compromisso de continuar a colaborar para a consolidação de um Estado timorense soberano, estável, democrático, seguro e próspero.

O Brasil reafirma sua condenação aos ataques perpetrados contra o Presidente José Ramos-Horta e o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão e reitera os votos para a pronta recuperação do Presidente timorense.

DOAÇÃO DE ALIMENTOS ÀS VÍTIMAS DE ENCHENTES NA BOLÍVIA 28/02/2008

O Governo brasileiro enviará amanhã, 1º de março, aeronave da FAB com 5,5 toneladas de alimentos, equivalentes a 300 cestas básicas, para atender às vítimas das fortes enchentes que assolam a Bolívia.

A presente doação soma-se à ajuda prestada sob a forma de 3 helicópteros, 30 toneladas de alimentos, 5 botes de resgate e 55 militares, que colaboram nas missões de busca e salvamento em coordenação com as autoridades bolivianas.

A missão brasileira na Bolívia resgatou, em um mês de atividades, cerca de 2 mil pessoas e transportou mais de 120 toneladas de alimentos e medicamentos para atender a populações em situação de risco.

SITUAÇÃO EM GAZA 29/02/2008

O Governo brasileiro expressa profunda preocupação diante da dramática intensificação do quadro de tensão e de enfrentamentos armados na Faixa de Gaza e no Sul de Israel, verificada nos últimos dias, que resultou na morte de mais de uma centena de pessoas, incluindo crianças, e deixou numerosas vítimas entre a população civil.

O Brasil insta as partes envolvidas a cessar de forma imediata todos os atos de hostilidade e a evitar represálias desproporcionais que contribuam para ameaçar a estabilidade da região, alimentar a espiral de violência e afetar de forma adversa o prosseguimento dos esforços de paz em curso, no âmbito dos entendimentos alcançados na Conferência de Annapolis.

DENEGAÇÃO DE ENTRADA DE BRASILEIROS NA ESPANHA 06/03/2008

O Ministro das Relações Exteriores – que se encontra na República Dominicana para a reunião do Grupo do Rio – tomou conhecimento, com profundo desagrado, de mais um episódio,

ocorrido ontem, 5 de março, de denegação de entrada de brasileiros na Espanha pelas autoridades imigratórias do Aeroporto de Madri. Há poucas semanas, o Ministro Celso Amorim havia manifestado ao Chanceler espanhol a insatisfação do Governo brasileiro com a repetição de tais medidas restritivas e ressaltado a importância de que se conceda tratamento digno e adequado a cidadãos brasileiros que ingressam na Espanha.

Por instrução do Ministro Celso Amorim, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, convocou o Embaixador da Espanha em Brasília para manifestar a inconformidade do Governo brasileiro com o novo episódio. O Secretário-Geral das Relações Exteriores afirmou ao Embaixador espanhol que as medidas recentemente adotadas pelas autoridades imigratórias da Espanha são incompatíveis com o bom nível do relacionamento entre os dois países.

O Embaixador do Brasil na Espanha, José Viegas Filho, fez chegar ao Chanceler espanhol a insatisfação do Ministro Celso Amorim com respeito ao tema.

O Ministério das Relações Exteriores está examinando a adoção de medidas apropriadas em resposta ao ocorrido, tendo em conta, inclusive, o princípio da reciprocidade.

BRASIL SEDIA PRIMEIRA REUNIÃO
DE VICE-MINISTROS DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DOS BRICS (BRASIL,
RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA)

07/03/2008

Será realizada, em 10 e 11 de março, no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, Reunião de Vice-Ministros de Brasil, Rússia, Índia e

China (BRICs). Participarão da reunião o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Serguey Ivanovitch Kislyak, o Secretário para Relações Econômicas do Ministério dos Assuntos Exteriores da Índia, K. C. Singh, e o Ministro-Assistente das Relações Exteriores da China, Liu Jieyi.

A reunião servirá para preparar a Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos BRICs, prevista para meados de maio de 2008, em Ekaterinburg, na Rússia. O encontro dará continuidade às reuniões ministeriais dos BRICs realizadas em 2006 e em 2007, à margem da abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas. Desde o final de 2007, Embaixadores dos quatro países em cidades onde se localizam organismos multilaterais têm se reunido de forma periódica para examinar temas da realidade internacional, em áreas como reforma dos organismos internacionais, economia e finanças, desenvolvimento, energia, meio ambiente, desarmamento e não-proliferação.

ATENTADO EM JERUSALÉM

07/03/2008

O Governo brasileiro recebeu, com grande consternação, a notícia do atentado que deixou oito mortos e mais de uma dezena de estudantes feridos no seminário de Mercat Harav, em Jerusalém, nessa quinta-feira, 6 de março.

Ao manifestar suas mais sinceras condolências e solidarizar-se com os familiares das vítimas, o Governo brasileiro reafirma seu veemente repúdio a quaisquer atos de terrorismo e reitera seu apelo para que as partes envolvidas cessem todos os atos de violência

que possam comprometer o prosseguimento dos esforços de paz em curso, no âmbito dos entendimentos alcançados na Conferência de Annapolis.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA
A ANGOLA, GUINÉ-BISSAU,
MOÇAMBIQUE E ZÂMBIA
07/03/2008

Severas enchentes e inundações têm afetado Moçambique e Zâmbia, o que causou o deslocamento de mais de cem mil pessoas. Dando continuidade a iniciativas de ajuda humanitária às nações africanas, o Governo brasileiro doará 3 toneladas de medicamentos básicos e emergenciais para cada um dos dois países, a serem entregues em Maputo e Lusaca, nos dias 8 e 9 de março, por aeronave da Força Aérea Brasileira. A doação complementar a ajuda enviada, no dia 14 de fevereiro, de 12,5 toneladas de alimentos e duas toneladas de antimaláricos.

Serão doadas, também, 2,2 toneladas de antimaláricos para Guiné-Bissau, além de uma ampla biblioteca de publicações na área de saúde, e 500 kg de antimaláricos para Angola. Os medicamentos foram doados pelo Ministério da Saúde para atender às populações vitimadas pelas enchentes.

REUNIÃO DE CONSULTAS
POLÍTICAS BRASIL-IRÃ
10/03/2008

Será realizada em Brasília amanhã, 12 de março, a VI Reunião do Mecanismo de Con-

sultas Políticas entre Brasil e Irã. Trata-se de foro de diálogo bilateral estabelecido em 1999 e que, desde então, se reúne periodicamente.

As delegações serão chefiadas, do lado brasileiro, pelo Subsecretário-Geral Político para a África, Ásia, Oceania e Oriente Médio, Embaixador Roberto Jaguaribe, e, da parte iraniana, pelo Embaixador Alireza Sheik Attar, Vice-Ministro das Relações Exteriores. O Ministro Celso Amorim receberá o representante iraniano em visita de cortesia.

As duas delegações passarão em revista temas de caráter bilateral, regional e multilateral. Terão presente, nas conversações, o amplo potencial existente nas relações diplomáticas entre os dois países, inclusive a possibilidade de expansão dos vínculos econômico-comerciais. Em 2007, o Brasil exportou para o Irã US\$ 1,87 bilhão. Nos dois últimos anos, o volume de exportações brasileiras aumentou 79,08% em relação ao biênio anterior.

Durante sua permanência em Brasília, o Vice-Ministro iraniano manterá, ainda, encontros com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com o Ministro de Minas e Energia e com parlamentares.

VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA
DE ESTADO DOS EUA
11/03/2008

A convite do Ministro Celso Amorim, a Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, Condoleezza Rice, realizará visita oficial ao Brasil nos dias 13 e 14 de março corrente.

Em Brasília, a Secretária de Estado manterá encontro, seguido de almoço de trabalho, com

o Ministro Celso Amorim, no Itamaraty. Será também recebida em audiência de cortesia pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na reunião com o Ministro Celso Amorim, serão discutidos temas da agenda global como reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mudança do clima, processo de paz no Oriente Médio, reforma dos organismos financeiros multilaterais, Rodada de Doha.

No âmbito regional, particular destaque será dado aos esforços conjuntos para a estabilização e a promoção de iniciativas de cooperação em benefício do desenvolvimento econômico e social do Haiti.

O Ministro Amorim e a Secretária Rice também passarão em revista os programas em curso de cooperação trilateral para a erradicação da malária em São Tomé e Príncipe, e de reforço do Poder Legislativo em Guiné-Bissau.

No plano bilateral, o Ministro Amorim e a Secretária Rice examinarão os progressos alcançados na implementação do Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis e os avanços na área econômico-comercial, inclusive sob o Foro de Altos Executivos, cuja primeira reunião se realizou em Brasília, em outubro último, e deverá voltar a reunir-se em abril próximo, em Washington. Discutirão, ainda, formas de ampliar a cooperação bilateral em outras áreas, como ciência e tecnologia, agricultura, educação e saúde.

Será assinado, no Itamaraty, com a presença do Ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Plano de Ação Conjunto para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade.

Principal parceiro econômico-comercial individual do Brasil, os Estados Unidos responderam, em 2007, por 15,6% das exportações totais brasileiras e por 15,5% de nossas

importações. O comércio entre os dois países aumentou de US\$ 39,1 bilhões em 2006 para US\$ 43,8 bilhões em 2007.

Na tarde e noite do dia 13, a Secretária Rice cumprirá programação em Salvador, a convite do Governador Jaques Wagner.

PARCERIA BRASIL-REINO UNIDO
EM CIÊNCIA E INOVAÇÃO
12/03/2008

No contexto da visita a Brasília do Conselheiro-Chefe para Assuntos Científicos do Governo britânico, Professor John Beddington, Brasil e Reino Unido celebram hoje, 12 de março de 2008, o encerramento do “Ano Brasileiro-Britânico da Ciência e da Inovação” e realizam o lançamento da “Parceria Brasil-Reino Unido em Ciência e Inovação”.

Iniciado em março de 2007, em seguimento à visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Reino Unido, o “Ano Brasileiro-Britânico da Ciência e da Inovação” teve como objetivo estimular o relacionamento entre as comunidades científicas dos dois países, trocar conhecimentos e estabelecer parcerias e acordos de cooperação para pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos conjuntos.

Entre março de 2007 e março de 2008 foram realizados seminários, workshops e um conjunto de eventos com a participação de centros de pesquisa, universidades e empresas de alta tecnologia brasileiras e britânicas. As atividades foram divididas em quatro grandes temas: Planeta Terra, Vida Humana, Ultrapassando Fronteiras e

Criatividade, que incluíram desde mudanças climáticas até biotecnologia e mídia digital.

Tendo em conta o sucesso do “Ano Brasileiro-Britânico da Ciência e da Inovação” e o reconhecimento do grande potencial de colaboração na área científico-tecnológica, os dois países decidiram lançar a “Parceria Brasil-Reino Unido em Ciência e Inovação”, que aprofundará a cooperação estabelecida ao longo do último ano, com ênfase nos seguintes objetivos:

- fortalecer as relações entre as comunidades científicas e de negócios dos dois países iniciadas durante o “Ano Brasileiro-Britânico da Ciência e da Inovação”;
- ampliar o compartilhamento de conhecimento científico-tecnológico;
- identificar e fomentar novas parcerias com potencial para criação de inovações de produtos com alto conteúdo científico-tecnológico;
- estreitar a colaboração entre as agências de financiamento de pesquisa de ambos os países; e
- implementar os memorandos de entendimento e acordos firmados entre instituições brasileiras e britânicas durante o “Ano Brasileiro-Britânico da Ciência e da Inovação”.

A “Parceria Brasil-Reino Unido em Ciência e Inovação” focalizará as áreas prioritárias identificadas no “Plano de Ação Conjunta para Ciência, Tecnologia e Inovação” assinado pelos dois países em março de 2006, entre as quais se destacam pesquisa e desenvolvimento em saúde e em agricultura, mudança do clima e energia, nanotecnologia e práticas de gerenciamento em ciência e tecnologia.

VISITA OFICIAL AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA ESLOVÊNIA, DANILO TÜRK 1 A 2 DE ABRIL DE 2008

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República da Eslovênia, Danilo Türk, realizará visita oficial ao Brasil no período de 1 a 2 de abril próximo. Trata-se da primeira visita de Chefe de Estado esloveno ao país.

A Eslovênia ocupa, no momento, a Presidência de turno do Conselho da União Européia, o que confere dimensão adicional à visita. Serão tratados temas da agenda bilateral e assuntos globais de mútuo interesse, bem como a Parceria Estratégica Brasil-UE e a reunião de Cúpula América Latina-Caribe-União Européia, a realizar-se em Lima, em maio.

Durante sua permanência em Brasília, o Presidente Danilo Türk será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 2 de abril, e manterá encontros com a Presidente do Supremo Tribunal Federal, com o Presidente do Senado Federal e com o Ministro Celso Amorim. O Presidente da Eslovênia também se reunirá com empresários e representantes do meio acadêmico e da comunidade eslovena no Brasil, e proferirá palestra no Instituto Rio Branco.

O Brasil reconheceu a independência da Eslovênia em 24 de janeiro de 1992. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 21 de dezembro daquele ano. O Presidente Danilo Türk foi o primeiro Embaixador não residente do seu país no Brasil, cargo que acumulava com a função de Representante Permanente da Eslovênia junto à Organização das Nações Unidas.

A abertura da Embaixada do Brasil em Liubliana, em 1º novembro de 2007, e a próxima abertura em Brasília de representação diplomática eslovena refletem o interesse mútuo em dinamizar a cooperação entre os dois países nos planos político, econômico-comercial, educacional, cultural e científico. Em abril, assumirá suas funções na Universidade de Primorska (Koper) o Leitor brasileiro que ensinará português e cultura brasileira. No campo comercial, estão sendo avaliadas as possibilidades de utilização do porto esloveno de Koper - já usado para a exportação de minério de ferro para a Europa Central - para a ampliação das exportações de outros produtos brasileiros para a região. O Brasil é o parceiro comercial mais importante da República da Eslovênia na América Latina.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DA SÉRVIA, VUK JEREMIC
1º DE ABRIL DE 2008

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Sérvia, Vuk Jeremic, realizará visita de trabalho ao Brasil nos dias 31 de março e 1º de abril próximos. A visita reflete a disposição de imprimir maior dinamismo às relações entre o Brasil e a Sérvia.

Em Brasília, no dia 1º de abril, o Ministro Jeremic manterá encontro de trabalho com o Ministro Celso Amorim, ocasião em que serão abordados os principais temas da agenda bilateral, a situação regional de ambos os países e assuntos globais de mútuo interesse. Serão discutidos, entre outros temas, a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, as relações do Brasil e da Sérvia com a União

Européia, mudança do clima, a situação do Kosovo e o processo de integração regional sul-americano. O Chanceler Jeremic também manterá encontros com os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Sérvia na América Latina. O intercâmbio apresenta potencial de ampliação e diversificação. As relações culturais também têm avançado, com destaque para a participação brasileira em eventos nas áreas de música e dança na Sérvia, e a realização de exposições e traduções de obras de autores brasileiros. Também há possibilidades de cooperação nas áreas científica e tecnológica e de desenvolvimento de biocombustíveis. A Sérvia inaugurou recentemente uma usina produtora de biodiesel.

REUNIÃO DO CONSELHO
EXECUTIVO DA UNITAID
2 E 3 DE ABRIL

Será realizada, em Brasília, nos dias 2 e 3 de abril próximo, reunião do Conselho Executivo da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra AIDS, Tuberculose e Malária (UNITAID).

A cerimônia de abertura, no dia 2, às 9:15 horas, no Palácio Itamaraty (Auditório Wladimir Murinho), será presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e contará com a presença do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, além do Presidente do Conselho Executivo da UNITAID, o ex-

Chanceler da França Philippe Douste-Blazy.

A UNITAID, criada em 2006, insere-se no esforço de mobilização política promovida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outros líderes mundiais desde 2003, para promover uma Ação Global contra a Fome e a Pobreza.

Após pouco mais de um ano de funcionamento, a UNITAID exhibe resultados concretos em seus dois objetivos principais: redução dos preços de medicamentos contra aquelas enfermidades e ampliação do acesso ao tratamento. No total, 53 países têm recebido ajuda da UNITAID na luta contra a AIDS; 22 países, contra a malária; e 58 países, contra a tuberculose. Dentre os diversos avanços alcançados até o momento, vale mencionar a redução em 40% no preço de medicamentos anti-retrovirais pediátricos, e o diagnóstico e tratamento de mais de 100.000 crianças com AIDS em 38 países em desenvolvimento; reduções de 25% a 50% nos preços de medicamentos anti-retrovirais de segunda linha e o fornecimento de tais medicamentos para 56.000 pacientes em 20 países; a prestação emergencial, em 2007, de tratamentos contra a malária para mais de 1,4 milhão de pessoas na Libéria e no Burundi; e a expansão do acesso a medicamentos contra tuberculose para 600.000 crianças em 40 países.

A reunião em Brasília é a primeira a realizar-se fora da sede em Genebra e constitui oportunidade para angariar ainda maior apoio internacional à UNITAID e reafirmar a importância dos mecanismos financeiros inovadores nos esforços contra a fome e a pobreza e para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

O Brasil participou ativamente da concepção e implementação da Central e contribuiu substancialmente, no montante de US\$ 10 milhões, para seu orçamento anual.

Participam atualmente da UNITAID 27 países. O Conselho Executivo é integrado pelos cinco países fundadores (Brasil, Chile, França, Noruega e Reino Unido); um representante dos países africanos; um representante dos países asiáticos; dois representantes da sociedade civil; um representante de fundações internacionais; e um representante da Organização Mundial da Saúde. A UNITAID conta, ainda, com o apoio de várias organizações internacionais, ONGs e fundações privadas. O Secretário-Executivo da UNITAID é o médico brasileiro Dr. Jorge Bermudez.

VISITA DO MINISTRO DO PLANEJAMENTO E DO MINISTRO DA AGRICULTURA DA REPÚBLICA DO CONGO AO BRASIL - 02/04/2008

O Ministro do Planejamento e Organização do Território, Pierre Moussa, e o Ministro da Agricultura e Pecuária da República do Congo, Rigobert Maboundou, visitam o Brasil no período de 30 de março a 5 de abril.

Ao final do encontro das autoridades congolenses com o Ministro Celso Amorim, em 1º de abril, foi assinado o “Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo para Constituir Entendimento Especial de Cooperação sobre a Atividade Econômica, Financeira e Comercial”.

A assinatura do Acordo é consequência da visita do Presidente Lula a Brazzaville, em outubro de 2007, quando ficou acertado que se buscaria aprofundar as relações

bilaterais. Com base no referido instrumento, serão exploradas novas oportunidades de cooperação econômica e comercial entre os dois países, principalmente nos domínios da infra-estrutura, petróleo, energia e agricultura.

A delegação congoleza manterá ainda contatos com a Petrobras e a Embrapa. Na visita a centros de pesquisa da Embrapa em Manaus e em Maceió, será discutida a implementação dos acordos de cooperação sobre palma africana e cana-de-açúcar, assinados na visita presidencial ao Congo.

Estão também adiantadas as providências para a abertura recíproca de Embaixadas residentes.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA GUATEMALA 02/04/2008

O Presidente da Guatemala, Álvaro Colom Caballeros, realizará visita ao Brasil no dia 4 de abril de 2008. A visita contribui para o aprofundamento e a diversificação do relacionamento do Brasil com a América Central e com o Caribe, intensificado no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Trata-se da primeira visita oficial bilateral ao exterior que realizará o Presidente Colom.

O Presidente Lula visitou a Guatemala em 14 de janeiro passado, ocasião em que, a convite do Governo guatemalteco, participou da cerimônia de posse do Presidente Álvaro Colom.

O Presidente Colom virá acompanhado do Chanceler Haroldo Rodas Melgar, do Ministro de Energia e Minas, Carlos Meany, do Ministro da Defesa, Marco Tulio García Franco, do Ministro de Comunicações, Infra-estrutura e

Habitação, Luis Alfredo Alejos, do Ministro da Agricultura, Raúl Robles Ávila, e da Coordenadora do Conselho de Coesão Social da Guatemala, Sandra Tórrez de Colom, que também é Primeira Dama da Guatemala.

Entre os principais temas que serão tratados na visita do Presidente Colom ao Brasil estão: a) o aprofundamento da cooperação no setor energético (prospecção de petróleo, biocombustíveis, energia hidrelétrica), sobretudo no que tange à estratégia do Governo brasileiro para a prevenção de crises no setor energético e, de forma especial, ao programa “Luz para Todos”; b) a promoção do comércio e dos investimentos entre o Brasil e a Guatemala e as possibilidades de negociação de acordo de livre comércio entre o SICA e o MERCOSUL; c) a cooperação no campo de políticas e programas de desenvolvimento social, em particular no que concerne aos programas brasileiros de prevenção de DST/HIV-AIDS, Escolas Abertas, Segurança Alimentar e de transferência de renda (Bolsa Família).

ELEIÇÕES NO ZIMBÁBUE 03/04/2008

O Governo brasileiro segue com interesse os desdobramentos das eleições gerais do Zimbábue, ocorridas no dia 29 de março. As eleições foram acompanhadas por amplo número de observadores internacionais: Embaixadores residentes em Harare, missões oriundas de vários países (inclusive África do Sul, Angola, Malásia e Uruguai), diferentes organizações regionais africanas – entre outras, a União Africana, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Parlamento Pan-Africano – e uma rede de organizações não-governamentais.

O Brasil esteve representado pelo Embaixador em Harare, Raul de Taunay, e pelo observador parlamentar Deputado Antonio Carlos Pannunzio. Segundo o testemunho dos observadores e de acordo com o relatório das organizações internacionais presentes, o pleito transcorreu em atmosfera de serenidade, sem distúrbios, impedimentos à circulação, intimidações ou episódios que pudessem colocar em risco a normalidade da votação.

O Ministro Celso Amorim recebeu, em 3 de abril, o Deputado Antonio Carlos Pannunzio, de quem ouviu impressões sobre o observado em oito seções eleitorais e nas ruas de Harare e arredores.

O Governo brasileiro aguarda a divulgação dos resultados das eleições presidenciais. Espera que a apuração e a totalização dos votos ocorram em ambiente de tranquilidade e transparência e que a vontade popular democraticamente expressa nas urnas seja respeitada por todos os candidatos.

SITUAÇÃO NO HAITI

07/04/2008

O Governo brasileiro acompanha, com preocupação, os recentes desdobramentos da situação no Haiti.

Em resposta ao pedido do Governo haitiano de assistência humanitária alimentar de emergência, o Brasil fará doação ao Haiti de 14 toneladas de alimentos, assim distribuídos: 6.950 kg de feijão, 4.050 de açúcar e 3.000 latas de óleo. A doação brasileira será transportada em avião Hércules da FAB na próxima sexta-feira, dia 11 de abril.

A Missão do Brasil junto à FAO, em Roma, organizará reunião amanhã, 9 de abril, com

o objetivo de que o Programa Mundial de Alimentos contribua, com urgência, para o envio de gêneros alimentícios de primeira necessidade para o Haiti.

O Representante brasileiro junto à FAO, Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, que deveria viajar para Brasília para participar de reunião regional daquela Organização, foi instruído pelo Ministro Celso Amorim a permanecer no posto para coordenar as providências necessárias junto ao PMA.

O Governo brasileiro considera fundamental que a comunidade internacional, nos termos das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cumpra o compromisso de promover a melhora efetiva das condições de vida da população haitiana e a estabilidade do Haiti. O Brasil continuará empenhado em dar sua parcela de contribuição nesse esforço.

SITUAÇÃO DE INGRID BETANCOURT

08/04/2008

O Governo brasileiro acompanha com crescente preocupação a situação de Ingrid Betancourt.

Ao condenar o seqüestro como prática inaceitável, o Governo brasileiro apela para que Ingrid Betancourt e outros cidadãos que estão em poder das FARC, em especial aqueles cuja saúde inspira mais cuidados, sejam prontamente libertados.

O Governo brasileiro vê com interesse recentes manifestações do Governo colombiano, no sentido de conceder anistia em troca da libertação de todos os seqüestrados, e considera que este caminho deve ser aprofundado.

O Governo brasileiro renova sua permanente disposição em favor de ações humani-

tárias que contem com o apoio do Governo colombiano.

CONTRIBUIÇÃO AO
PROGRAMA MUNDIAL DE
ALIMENTOS PARA O HAITI
09/04/2008

O Governo brasileiro, por meio da Representação do Brasil junto à FAO, contribuirá com US\$ 200 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) para aquisição e distribuição imediata de alimentos para o Haiti. Esta contribuição inicial brasileira ao PMA soma-se ao envio de aeronave da FAB amanhã, 11 de abril, com 14 toneladas de alimentos.

O Governo brasileiro tem buscado mobilizar a comunidade internacional para o tema da assistência emergencial e estrutural ao Haiti, tendo em vista os compromissos emanados das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Por iniciativa do Brasil, realizou-se hoje, dia 10 de abril, reunião no PMA para examinar ações em favor do Haiti. Explorou-se, na ocasião, a possibilidade de remanejamento do estoque de víveres do PMA no Caribe, expansão da área de operação da ajuda do PMA ao Haiti já em curso, quantificação das necessidades adicionais do país em vista da crise e uso de transporte marítimo para doações vindas do Chile, da Argentina e do Brasil.

As iniciativas brasileiras têm o objetivo de contribuir para solucionar a situação humanitária haitiana, bem como incentivar outros países e o Sistema das Nações Unidas a participarem ativamente do abastecimento de alimentos, da reabilitação e da reconstrução do país caribenho.

DIREITOS HUMANOS - MECANISMO
DE REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL

10/04/2008

Realizou-se na manhã de hoje, em Genebra, sessão dedicada ao Brasil do Grupo de Trabalho do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, responsável por implementar o mecanismo de revisão periódica universal. O mecanismo, que avaliará a situação dos direitos humanos de todos os países membros da ONU, representa o mais significativo avanço institucional ocorrido no passado recente no sistema das Nações Unidas em matéria de direitos humanos.

A sessão baseou-se no relatório nacional apresentado pelo Governo brasileiro, bem como em outros documentos elaborados pelas Nações Unidas e por organizações da sociedade civil. Houve intensa participação no diálogo interativo, com intervenções por parte de 45 Estados.

A exposição e as respostas apresentadas pela delegação brasileira referiram-se a temas como o combate à fome e à pobreza, os direitos da mulher, a luta contra a discriminação racial e outras formas de discriminação, a situação da população indígena, a questão agrária, a segurança pública e o sistema prisional.

Muitos países elogiaram a transparência e a franqueza que pautaram a atuação brasileira, bem como a postura de não negar as dificuldades e desafios enfrentados pelo país. Destacou-se a ampla consulta dirigida pelo Brasil à sociedade civil, a qual precedeu a elaboração do relatório brasileiro. Foram ressaltados os avanços alcançados na área social, inclusive o fato de o Brasil já ter atingido, antecipadamente, um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ao reduzir a pobreza extrema de 28 por cento para 16 por cento da população entre 1990 e 2005. Houve referência ao projeto brasileiro de

elaboração de metas voluntárias de direitos humanos, apresentado ao CDH em março de 2007, no contexto das comemorações do 60º Aniversário da Declaração Universal de Direitos Humanos. A delegação brasileira foi aplaudida ao fim da sessão.

VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
AO REINO DOS PAÍSES BAIXOS
10 E 11 DE ABRIL DE 2008

A convite da Rainha Beatrix, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado da Senhora Marisa Leticia Lula da Silva, realizará Visita de Estado aos Países Baixos nos próximos dias 10 e 11 de abril, em retribuição à pioneira visita ao Brasil, em 2003, da Chefe do Estado neerlandês. A visita reflete o interesse dos dois países em intensificar o relacionamento bilateral em diferentes áreas e o diálogo entre o Brasil e os Países Baixos sobre temas globais de interesse comum.

Durante sua permanência nos Países Baixos, o Presidente Lula manterá encontros com a Rainha Beatrix, com o Primeiro-Ministro Jan Peter Balkenende, e com as Presidentes da Câmara Alta e da Câmara Baixa do Parlamento neerlandês. Tendo em vista a forte vertente econômico-comercial da visita, o Presidente Lula se fará acompanhar de expressiva delegação empresarial e participará de seminário sobre comércio e investimentos bilaterais. Fará também pronunciamento em simpósio sobre temas globais, quando abordará o papel do Brasil no cenário internacional. Além da Haia, o Presidente da República visitará Amsterdã.

Os Países Baixos vêm ocupando, nos últimos anos, as primeiras posições no “ranking” de investimentos externos no Brasil, tendo

liderado lista de investidores estrangeiros em 2002 e 2004. Em 2007, os Países Baixos foram novamente o primeiro investidor estrangeiro no Brasil com US\$ 8,1 bilhões (cerca de 23,6% do total de investimentos estrangeiros diretos, que alcançou o montante de US\$ 34,3 bilhões naquele ano), seguidos dos EUA (US\$ 6 bilhões), Luxemburgo (US\$ 2,9 bilhões), Espanha (US\$ 2,2 bilhões) e Alemanha (US\$ 1,8 bilhões). Embora significativo, esse volume de investimentos corresponde apenas a 1,15% do total de investimentos holandeses no mundo. Nesse quadro, deverão ser exploradas novas possibilidades de negócios entre os dois países, à luz das oportunidades no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em setores de infra-estrutura naval e portuária no Brasil.

A corrente de comércio bilateral tem apresentado aumentos expressivos. Passou de US\$ 6,5 bilhões em 2006 para cerca de US\$ 10 bilhões em 2007, com exportações brasileiras de US\$ 8,8 bilhões e importações de US\$ 1,1 bilhão. O setor do agronegócio brasileiro desempenha papel relevante na economia neerlandesa como fonte de alimentos, matérias-primas e biocombustíveis. Os Países Baixos são também importante centro distribuidor das exportações brasileiras para vários outros destinos em todo o mundo, por intermédio dos portos de Roterdã e Amsterdã. Algumas empresas brasileiras estabeleceram escritórios comerciais nos Países Baixos, a partir dos quais realizam operações para o mercado neerlandês e outros destinos.

Estão sendo negociados, para assinatura durante a visita do Presidente da República, Memorandos de Entendimento sobre cooperação nas áreas de portos, transporte marítimo e logística; educação superior e profissional superior; bioenergia e biocombustíveis; patrimônio cultural comum e no âmbito do programa “Parceria em Águas” (“Partners for Water”).

VISITA DE ESTADO AO BRASIL DA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA ÍNDIA
12/04/2008

A Presidente da Índia, Pratibha Patil, realiza visita de Estado ao Brasil no período de 13 a 16 de abril corrente.

Nos dias 13 e 14, a Presidente Pratibha Patil cumpriu programação em São Paulo, onde encontrou a comunidade indiana naquela cidade e visitou a FIESP. Na tarde do dia 14, viajou ao Rio de Janeiro.

Em Brasília, a Presidente Patil visitará, no dia 15, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. No dia 16, será recebida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A visita da Presidente da Índia reveste-se de especial simbolismo, uma vez que o Brasil foi escolhido como destino de sua primeira viagem ao exterior desde sua posse, em 2007. Ocorre, ademais, em contexto de vigorosa expansão da Parceria Estratégica, não apenas em sua dimensão bilateral, mas também multilateral, de que é exemplo a participação dos dois países no G-20, no IBAS (junto com a África do Sul) e nos BRICs (ao lado de China e Rússia).

O Presidente Lula visitou a Índia em 2004 e 2007, e o Primeiro-Ministro da Índia veio ao Brasil em 2006. O Ministro Celso Amorim realizou visita bilateral em 2007, e o Ministro Pranab Mukherjee, em fevereiro último.

Brasil e Índia desenvolvem extensa agenda de cooperação, em campos como os de energias renováveis, educação, desenvolvimento social, saúde, programa espacial, defesa e cultura.

A Índia é o 4º maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, e o Brasil é o maior parceiro comercial da Índia na América Latina. No ano passado, o comércio bilateral atingiu, pela primeira vez, a marca de 3,1 bilhões de dólares, com crescimento de cerca de 200% em relação a 2003.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À REPÚBLICA TCHECA
12 DE ABRIL DE 2008

A convite do Presidente Václav Klaus, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial à República Tcheca no dia 12 de abril. Trata-se da primeira visita oficial de um Presidente do Brasil à República Tcheca desde o estabelecimento daquele país, em 1993.

A visita ocorre em retribuição à vinda ao Brasil, em 1996, do Presidente Václav Havel e reflete o interesse dos dois países em intensificar a cooperação bilateral e o diálogo sobre temas globais de interesse comum. Durante a visita também deverão ser discutidos assuntos relacionados à Parceria Estratégica Brasil-União Européia, como ciência e tecnologia, mudança do clima, biocombustíveis e cooperação em terceiros países.

O Brasil é o principal parceiro comercial da República Tcheca na América Latina. O comércio bilateral cresceu mais de 150% no período de 2003 a 2007. Atingiu a cifra de US\$ 335 milhões em 2007. A pauta de produtos do intercâmbio comercial vem também se diversificando, de que é exemplo a venda de aeronaves da EMBRAER para a companhia aérea tcheca ABS Jets em 2007. Durante a visita do Presidente Lula, está prevista a assinatura de Acordo de Cooperação Econômico-Comercial, que deverá dar impulso adicional ao comércio e aos investimentos.

Como parte da programação em Praga, o Presidente Lula deverá visitar a Igreja de Nossa Senhora Vitoriosa, onde, em setembro de 2007, foi realizada cerimônia de entronização perpétua de réplica da imagem de Nossa Senhora Aparecida em altar adjacente à imagem do Menino Jesus de Praga.

SITUAÇÃO NO ZIMBÁBUE

14/04/2008

O Governo brasileiro acompanha com atenção os mais recentes desdobramentos das eleições presidenciais ocorridas no Zimbábue, em 29 de março. O Ministro Celso Amorim telefonou hoje, 14 de abril, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Oldemiro Balói, com quem conversou a respeito da Cúpula Extraordinária da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre a situação no Zimbábue, realizada em Lusaca, no dia 12 de abril.

O Brasil apóia a ação da SADC e compartilha as opiniões emanadas da Cúpula Extraordinária, que confirmou que as eleições se realizaram de forma livre, soberana e organizada, instou o Governo do Zimbábue a divulgar prontamente os resultados das eleições e conclamou todas as partes a aceitarem os resultados do pleito.

O Governo brasileiro saúda ainda a intenção da SADC de organizar, para um eventual segundo turno das eleições presidenciais no Zimbábue, missão de observação eleitoral que inclua, além da observação da campanha e da votação, as tarefas de monitoramento das etapas de apuração e totalização dos votos, e de divulgação dos resultados.

30ª CONFERÊNCIA REGIONAL DA FAO PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE 14 A 18 DE ABRIL DE 2008

Realiza-se, no Palácio Itamaraty, em Brasília, de 14 a 18 de abril, a 30ª Conferência Regional para América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Participam

da Conferência delegações de todos os países da região, agências das Nações Unidas, organizações internacionais e organismos não-governamentais.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro Celso Amorim e o Diretor-Geral da FAO, Jacques Diouf, participarão da abertura da Sessão Plenária da Conferência, no dia 16 de abril, às 15:30 horas.

As conferências regionais da FAO, com periodicidade bianual, propiciam diálogo de alto nível sobre os problemas da região e a elaboração de recomendações tanto para os governos como para a própria organização no tocante ao desenvolvimento agrícola, florestal e pesqueiro.

Em sua 30ª edição, a Conferência Regional da FAO discutirá os temas da segurança alimentar, reforma agrária e desenvolvimento rural (inclusive agricultura familiar), biocombustíveis, a “Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome” – proposta pelo Brasil e pela Guatemala e endossada pela FAO – e o Codex Alimentarius (conjunto de normas e padrões internacionais para a produção e comercialização de alimentos).

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ESTÔNIA, URMAS PAET 15 E 16 DE ABRIL DE 2008

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Estônia, Urmás Paet, realizará visita ao Brasil nos dias 15 e 16 de abril.

O Ministro Paet iniciará sua visita por Brasília, onde manterá, no dia 15, encontros com o Ministro Celso Amorim, com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, e com o Senador Eduardo Suplicy.

No Rio de Janeiro, o Chanceler Paet inaugura-
rá, no dia 16, o terceiro Consulado Honorário
da Estônia no Brasil, que virá somar-se aos
Consulados Honorários de Santos e de São
Paulo.

A visita do Ministro Urmas Paet ocorre
no ano do centenário da chegada do primeiro
grupo de imigrantes estonianos ao Brasil.

As relações diplomáticas entre Brasil e
Estônia remontam ao ano de 1921, quando o
Brasil votou a favor da participação da Estônia
na Liga das Nações. Com a dissolução da
União Soviética, as relações entre o Brasil e a
Estônia foram restabelecidas, em 1993. Desde
então, o relacionamento tem sido marcado
pelo compromisso mútuo com a construção
de uma ordem internacional mais justa.

A visita do Chanceler Urmas Paet constitui
oportunidade para o aprofundamento das
relações bilaterais. A agenda do encontro com
o Ministro Celso Amorim inclui temas como
relações comerciais, assuntos consulares,
incremento do turismo, cooperação em
organismos multilaterais e questões globais e
regionais de interesse mútuo.

ENCONTRO LATINO-AMERICANO
DE CONSERVAÇÃO DE CETÁCEOS
(GRUPO DE BUENOS AIRES –
GBA) 24 A 26 DE ABRIL DE 2008

Realiza-se, de 24 a 26 de abril, em Flo-
rianópolis, o Encontro Latino-Americano de
Conservação de Cetáceos – Grupo de Buenos
Aires (GBA). O GBA congrega os comissários
latino-americanos junto à Comissão Interna-
cional da Baleia (CIB), bem como autoridades
de outros países da região com competência
em matéria de cetáceos. A reunião terá como
objetivo a troca de opiniões sobre o futuro da

CIB, bem como sobre os preparativos para a
60a Reunião Anual da Comissão (Santiago,
23-27/6/2008).

Prevê-se a participação de comissários
de Argentina, Chile, Costa Rica, Equador,
Guatemala, México, Panamá, Peru e Uruguai,
bem como de representantes de Colômbia, El
Salvador, Honduras, Nicarágua, República
Dominicana e Venezuela.

A coordenação no âmbito do GBA tem
permitido aos países latino-americanos
membros da CIB promover temas de seu
interesse, tais como o uso não-letal (científico e
turístico, entre outros) de cetáceos; santuários
- em particular a proposta de Santuário de
Baleias no Atlântico Sul - e observação de
baleias.

A realização do Encontro em Florianópolis
constitui exemplo do papel que o Brasil tem
exercido na CIB e dos crescentes esforços em
favor da cooperação regional pela conservação
dos cetáceos.

VISITA A BRASÍLIA DO MINISTRO
DOS ASSUNTOS EXTERIORES
E DA COOPERAÇÃO DO
REINO DA ESPANHA, MIGUEL
ÁNGEL MORATINOS
24/04/2008

No contexto do aprofundamento da parceria
estratégica entre o Brasil e a Espanha, o Ministro
dos Assuntos Exteriores e da Cooperação da
Espanha, Miguel Ángel Moratinos, manterá
encontro de trabalho com o Ministro Celso
Amorim amanhã, 29 de abril, em Brasília. O
encontro dará seqüência à discussão de temas
de interesse mútuo abordados por ocasião
da visita do Chanceler brasileiro à Espanha,

no último dia 7 de fevereiro, tais como a consolidação do relacionamento entre as instituições de pesquisa científica dos dois países, as relações consulares, a cooperação no setor de biocombustíveis, a participação dos Presidentes Lula e Zapatero na V Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, a cooperação trilateral, a crise financeira internacional e a reforma das Nações Unidas.

Na campo comercial, a corrente de comércio entre os dois países alcançou o valor de 5,3 bilhões de dólares em 2007, com exportações brasileiras de 3,5 bilhões de dólares e importações de 1,8 bilhões de dólares. A Espanha é um dos três maiores investidores diretos no Brasil, atrás dos EUA e dos Países Baixos, com um estoque de investimentos superior a 20 bilhões de dólares. A significativa participação espanhola tende a ampliar-se com as oportunidades criadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Há também crescente interesse de empresas brasileiras em investir no mercado espanhol.

O Ministro Celso Amorim receberá o Ministro Moratinos às 16 horas, no Palácio Itamaraty. Após o encontro, às 17 horas, os Chanceleres concederão entrevista coletiva à imprensa.

1º ENCONTRO DO GRUPO DE
TRABALHO BRASIL-CHILE SOBRE
COOPERAÇÃO CIENTÍFICA
28/04/2008

Encerrou-se, ontem, 29 de abril, o 1º Encontro do Grupo de Trabalho Brasil-Chile sobre cooperação científica, técnica e tecnológica, realizado em Santiago do Chile. O Grupo é a instância bilateral máxima para o

planejamento e a supervisão das atividades de cooperação científica e tecnológica, conforme estabelecido no Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, firmado em 26 de julho de 1990.

Adotou-se, no encontro, o Plano de Trabalho Trienal (2008-2010) com a finalidade de orientar os esforços conjuntos de ambos os países na esfera científico-tecnológica. O Plano inclui temas de interesse mútuo nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia, tecnologias da informação e das comunicações, recursos humanos, capital de risco e energia. Serão, posteriormente, incorporadas no documento as áreas de mineração, aquicultura e pesca e metrologia.

A instalação do Grupo de Trabalho representa grande avanço para o estreitamento do diálogo entre as comunidades científicas brasileiras e chilenas e eleva o patamar da cooperação bilateral na matéria. A iniciativa também constitui mais um marco da integração sul-americana, prioridade na política externa brasileira.

Versão integral do Plano de Trabalho poderá ser encontrada no endereço eletrônico: www.dctec.mre.gov.br.

DIÁLOGO POLÍTICO BRASIL-
UNIÃO EUROPÉIA
30/04/2008

O Ministro Celso Amorim participará em Liubliana, capital da Eslovênia, no dia 6 de junho, da segunda reunião do Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Européia. Do lado europeu, estarão presentes o Ministro das Relações Exteriores da Eslovênia e Presidente de turno do Conselho de Assuntos Gerais e Relações Exteriores da UE, Dimitrij Rupel, e

a Comissária para Relações Exteriores da UE, Benita Ferrero-Waldner.

São significativos os avanços registrados nas relações bilaterais com a União Européia nos últimos anos, que culminaram no lançamento da Parceria Estratégica, em 4 de julho de 2007. Na ocasião, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Comissão Européia, em Bruxelas. Desde então, o Presidente Lula e o Presidente da Comissão Européia, Durão Barroso, encontraram-se duas vezes, em Brasília, em março último, e à margem da V Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, em Lima, no mês passado.

A segunda reunião do Diálogo Político de Alto Nível permitirá avançar na elaboração do Plano Conjunto de Ação da Parceria Estratégica, documento que constituirá a moldura central da cooperação bilateral. O Plano abrangerá temas como fortalecimento do sistema multilateral, direitos humanos, luta contra a pobreza, mudança do clima, relações econômicas, comerciais e de investimento, assuntos consulares e migratórios e cooperação em educação e cultura.

No contexto de aprofundamento da Parceria Estratégica, está prevista a celebração da Segunda Cúpula Brasil-UE no segundo semestre deste ano.

Durante sua passagem por Liubliana, o Ministro Amorim será também recebido pelo Presidente esloveno Danilo Türk.

DECLARAÇÃO DO GRUPO DE
PAÍSES AMIGOS DA BOLÍVIA
05/05/2008

Passados os eventos do dia 4 de maio, os governos de Argentina, Brasil e Colômbia

expressam sua convicção de que mais do que nunca se faz necessário o pronto estabelecimento de um diálogo franco e abrangente entre os principais atores políticos bolivianos, com vistas à preservação da institucionalidade democrática e da integridade territorial da Bolívia, assim como ao equacionamento das dificuldades que afetam o país.

Esse processo deve basear-se em uma agenda aberta, substantiva e sem pré-condições, bem como no estabelecimento de um clima de paz, serenidade e tolerância.

Os três países expressam sua confiança em que o povo boliviano saberá encontrar o caminho para a superação das atuais adversidades em democracia e com pleno respeito ao Estado de Direito e à unidade do país.

Ao manifestarem seu pleno apoio à Resolução CP/RES.935 (1648/2008) da OEA, os governos de Argentina, Brasil e Colômbia reiteram sua disposição de contribuir no que for necessário para a facilitação desse objetivo.

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DO
MINISTRO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA
DE SERRA LEOA - 05/05/2008

A Ministra dos Negócios Estrangeiros, Zainab Bangura, e o Ministro de Comércio e Indústria de Serra Leoa, Alimamy Koroma, realizarão visita ao Brasil, de 7 a 9 de maio.

A visita dá seguimento ao encontro entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Ernest Koroma, à margem da XII UNCTAD, em Acra, Gana, no último dia 20 de abril. Marca também o início dos preparativos da vinda ao Brasil, em data a ser definida, do Presidente Koroma.

Os ministros de Serra Leoa serão recebidos pelo Ministro Celso Amorim, e pelo Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho. Está prevista a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, que servirá de base para futuros projetos de cooperação.

Representantes do escritório da Embrapa na África estiveram em Serra Leoa em duas ocasiões desde o início do ano e identificaram oportunidades de cooperação agrícola brasileira em culturas como as de arroz, castanha de caju e mandioca.

Temas relacionados a comércio e investimentos, em áreas como a de recursos minerais, também serão discutidos. Com a consolidação da paz em Serra Leoa, após 11 anos de guerra civil, abrem-se novas perspectivas para o desenvolvimento do país e oportunidades para investimentos.

O Ministro Celso Amorim receberá os Ministros Bangura e Koroma amanhã, 7 de maio, às 12:30 horas no Palácio Itamaraty. O encontro será seguido de almoço de trabalho às 13 horas.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO URUGUAI, GONZALO 6 DE MAIO DE 2008

O Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Gonzalo Fernández, realizará visita de trabalho a Brasília no dia 6 de maio, ocasião em que manterá reuniões com os Ministros Celso Amorim, Miguel Jorge e Edison Lobão e será homenageado com almoço no Palácio Itamaraty.

Trata-se da primeira viagem do Chanceler Gonzalo Fernández ao Brasil desde que assumiu o cargo, no início de março. Além de passar

em revista os principais temas de interesse na cooperação bilateral, os Chanceleres do Brasil e do Uruguai deverão tratar da agenda do MERCOSUL, da situação política regional e do cenário global.

No tocante à agenda bilateral, o Brasil e o Uruguai têm intensificado a cooperação para a integração ao longo dos mais de 1.000 km de fronteira comum. Os dois Governos estão engajados em aperfeiçoar as condições da população que vive na fronteira por meio de soluções inovadoras que facilitem o trânsito, o trabalho, o comércio e o acesso aos serviços públicos.

No âmbito regional, o início do funcionamento do Fundo Estrutural de Convergência do MERCOSUL (FOCEM) é exemplo do esforço de correção dos desequilíbrios e assimetrias entre os sócios, a ser seguido por outras iniciativas no campo da integração de cadeias produtivas e do apoio às micro e pequenas empresas.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Uruguai, ocupando o primeiro lugar como fornecedor de bens e serviços e como destino das exportações uruguaias. Em 2007, a corrente de comércio chegou a US\$ 2,07 bilhões, o que representou um aumento de quase 30% em relação ao ano anterior. Além disso, os investimentos brasileiros na economia uruguiaia têm sido crescentes nos últimos anos, sobretudo nos setores de energia, finanças e agronegócio.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 08/05/2008

O Ministro Celso Amorim realizará visita a São Tomé e Príncipe, no dia 10 de maio, a caminho da V Reunião Ministerial do IBAS, na África do Sul.

Será recebido pelo Presidente Fradique de Menezes; pelo Primeiro-Ministro, Patrice Emery Trovoada; e pelo Chanceler Ovídio Pequeno. Durante a visita, o Ministro Celso Amorim inaugurará o projeto de cooperação bilateral para o estabelecimento de sistema de Governo Eletrônico em São Tomé e visitará o recém-inaugurado Centro de Estudos Brasileiros (CEB) de São Tomé (Centro Cultural Guimarães Rosa).

O Projeto Governo Eletrônico visa a permitir a interligação entre os vários órgãos governamentais santomenses, por meio da criação de um centro de processamento de dados do governo. O projeto contou com decisivo apoio, tanto material como de recursos humanos, do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.

No Centro Cultural Guimarães Rosa, instalado em área de 600m² contígua à Embaixada do Brasil, serão exibidos filmes brasileiros e ministrados cursos de teatro, de capoeira e de folclore brasileiro e suas raízes africanas. Mais de 200 alunos já se inscreveram para essas atividades. A programação do Centro inclui também o primeiro curso de português para estrangeiros oferecido em São Tomé e Príncipe.

V REUNIÃO MINISTERIAL DO IBAS

O Ministro Celso Amorim participará, no dia 11 de maio, na Cidade do Cabo, África do Sul, da V Reunião Ministerial do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Previamente ao encontro de Chanceleres, serão realizadas reuniões de nove Grupos de Trabalho, bem como do Fórum Empresarial e do Fórum de Mulheres do IBAS.

Em paralelo, ocorrerá o I IBSAMAR, exercício naval conjunto das marinhas dos três países.

A V Reunião Ministerial examinará as atividades do IBAS e a implementação dos Planos de Ação setoriais e dos doze instrumentos trilaterais assinados no âmbito da iniciativa.

A atuação do IBAS tem-se concentrado em três áreas principais: concertação de posições sobre temas da agenda internacional, cooperação econômico-comercial e científico-tecnológica, e cooperação técnica em benefício de países em desenvolvimento, por meio do Fundo IBAS.

O Fundo IBAS para Iniciativas de Alívio à Fome e à Pobreza financia projetos de cooperação técnica em países de menor desenvolvimento relativo. Desde 2004, o Brasil contribuiu com cerca de US\$ 3,5 milhões para o Fundo, reconhecido pelas Nações Unidas, em dezembro de 2006, com o prêmio de melhor iniciativa de cooperação Sul-Sul. O Fundo investiu US\$ 1,5 milhão em projetos como o de tratamento de resíduos sólidos no Haiti e de promoção da agricultura familiar em Guiné Bissau. Estão em exame, entre outros, projetos no Laos, na área de manejo de recursos hídricos, no Burundi, no combate à AIDS, e na Palestina, no campo da inclusão social pelo esporte.

A III Cúpula Presidencial do IBAS está prevista para o dia 15 de outubro, na Índia.

I FÓRUM DE INFORMAÇÃO PARA TODOS 13 DE MAIO DE 2008

Será realizado, no próximo dia 13 de maio, às 10 horas, no Palácio Itamaraty, em

Brasília, o I Fórum de Informação para Todos, organizado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia em parceria com o Ministério das Relações Exteriores.

O evento reunirá organizações públicas e privadas de todo o País ligadas ao desenvolvimento de ações de fomento e universalização da sociedade da informação.

A iniciativa busca revitalizar o Comitê Nacional do Programa Informação para Todos (IFAP), criado no âmbito da UNESCO, bem como promover políticas e ações concretas para a maior participação da sociedade nos fluxos de informação e conhecimento propiciados pelas novas tecnologias de comunicação.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DE GOVERNO DA ESPANHA, JOSÉ
LUIS RODRÍGUEZ ZAPATERO
15 DE MAIO DE 2008

O Presidente de Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, realizará visita ao Brasil no dia 15 de maio corrente, acompanhado de delegação oficial que inclui o Ministro da Indústria, Turismo e Comércio, Miguel Sebastián.

O Presidente Zapatero manterá encontro de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na manhã do dia 15 de maio, no Palácio da Alvorada. A presente visita ocorre no quadro do aprofundamento do relacionamento bilateral, com base na Declaração de Brasília de Consolidação da Parceria Estratégica Brasil-Espanha de 2005, e dá seguimento à visita do Presidente Lula à Espanha, em setembro de 2007. O Presidente de Governo da Espanha embarcará depois para Lima, onde participará da V Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe – União Européia.

Durante o encontro de trabalho, serão abordados temas da pauta bilateral e regional, assim como assuntos da agenda internacional de interesse mútuo. No contexto da consolidação do relacionamento entre o Brasil e a Espanha, serão discutidas a intensificação da cooperação entre as instituições de pesquisa científica dos dois países, as relações consulares e a cooperação no setor de biocombustíveis, bem como as relações de comércio e investimentos. Analisarão também a reforma do sistema das Nações Unidas, a Rodada Doha da OMC, a crise financeira internacional e a Aliança das Civilizações, cujo terceiro fórum será realizado no Brasil, em 2010.

A corrente de comércio Brasil-Espanha superou a cifra de US\$ 5,3 bilhões em 2007, com exportações brasileiras no valor de US\$ 3,5 bilhões e importações de US\$ 1,8 bilhão. A Espanha situa-se entre os três maiores investidores diretos no Brasil, com estoque de investimentos estimado em mais de US\$ 20 bilhões. Essa significativa participação espanhola tende a ampliar-se à luz das oportunidades criadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Registra-se também crescente interesse de empresas brasileiras, sobretudo do setor de construção civil, em investimentos na Espanha.

ACORDO ENTRE GOVERNO
E OPOSIÇÃO NO LÍBANO

O Governo brasileiro recebeu com satisfação o anúncio do acordo entre grupos governistas e opositores no Líbano, obtido após mediação promovida pela Liga dos Estados Árabes por meio de delegação chefiada pelo Primeiro-Ministro do Catar, Xequé Hamad bin Jassim, e integrada pelos

Ministros das Relações Exteriores de Argélia, Bareine, Djibouti, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Jordânia, Marrocos e Omã.

O Brasil confia em que o acordo celebrado entre as partes representará passo decisivo rumo ao fim do atual ciclo de violência no Líbano e contribuirá para promover o diálogo entre as diversas facções políticas, com vistas a possibilitar a pacificação interna e a superação do atual impasse político no país.

APROVAÇÃO DO ACORDO
ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA
PORTUGUESA PELA
ASSEMBLÉIA PORTUGUESA
16/05/2008

A Assembléia da República de Portugal ratificou hoje, 16 de maio de 2008, resolução do Conselho de Ministros que aprova o Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e estabelece um período de transição de seis anos para sua implementação.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi assinado em 1990. Seu Segundo Protocolo Modificativo, concluído em 2004, determinou que o Acordo entraria em vigor ao ser ratificado por pelo menos três dos países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Portugal passa a ser o quarto país a ratificar o Segundo Protocolo Modificativo, depois de Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

O Governo brasileiro saúda a decisão da Assembléia da República de Portugal e convida as autoridades portuguesas a unir

esforços para a plena implementação do Acordo Ortográfico no mais breve prazo possível.

APROVAÇÃO DE PROJETOS
DO PARAGUAI NO FUNDO DE
CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO
MERCOSUL (FOCEM) - 16/05/2008

Foram assinados hoje, em Montevideu, os convênios de financiamento de mais dois projetos do Paraguai no âmbito do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM): um projeto de asfaltamento de rodovia, no valor total de US\$ 6,3 milhões, e outro de saneamento básico em áreas rurais e indígenas, no montante de US\$ 39,4 milhões (individualmente o projeto de maior valor até o momento, no FOCEM).

O Paraguai conta com oito projetos do FOCEM em fase de execução e dez em fase de análise técnica na Unidade Técnica FOCEM da Secretaria do MERCOSUL. Quatro outros projetos já foram encaminhados pela Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL para aprovação dos órgãos decisórios (Grupo Mercado Comum e Conselho do Mercado Comum). O valor total dos oito projetos já aprovados pelo Conselho é de US\$ 110 milhões.

Passados menos de dois anos desde sua criação, o FOCEM encontra-se em pleno funcionamento e com uma carteira de 18 projetos em execução: 8 em benefício do Paraguai, 6 do Uruguai, 3 da Secretaria do MERCOSUL e um projeto pluriestatal (“Programa MERCOSUL Livre de Febre Aftosa”).

O FOCEM é um mecanismo criado para atenuar os efeitos das assimetrias no MERCOSUL, uma das prioridades do Governo brasileiro na condução do processo de integração regional. Os recursos do FOCEM destinam-se à promoção da convergência estrutural no MERCOSUL, inclusive por meio de obras de infra-estrutura, ao aumento da competitividade, em especial das economias menores, à promoção da inclusão social e ao fortalecimento da estrutura institucional e do processo de integração.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA AO PERU
17 DE MAIO DE 2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará visita bilateral ao Peru no dia 17 de maio, após participar da Cúpula América Latina e Caribe–União Européia, em Lima. Na ocasião, manterá encontro com o Presidente do Peru, Alan García. Serão assinados Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Técnica nas áreas de administração pública, assentamentos amazônicos, energia, reflorestamento, formação técnica, trabalho, recursos minerais, desenvolvimento urbano e apoio a pequenas e médias empresas.

Os dois Presidentes deverão examinar os principais temas da agenda bilateral, incluindo comércio, investimentos brasileiros no Peru, cooperação na área de biocombustíveis, integração física e energética, cooperação na área de políticas sociais e UNASUL.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Peru vem-se intensificando nos últimos anos. Em 2007, o Brasil exportou US\$ 1,6 bilhão

para o Peru (aumento de 9% com relação a 2006), tendo importado US\$ 1 bilhão (27% a mais que em 2006). O Brasil foi o 9º maior destino das exportações peruanas e o terceiro maior exportador para aquele país.

De janeiro a março de 2008, o Brasil exportou o equivalente a US\$ 486 milhões para o mercado peruano e importou do Peru o correspondente a US\$ 215,6 milhões.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DE CHEFES DE ESTADO E DE
GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES
SULAMERICANAS – UNASUL

Será realizada em Brasília, no dia 23 de maio corrente, Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-americanas – UNASUL.

O tema principal da reunião, que acontecerá no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, será a assinatura, pelos Presidentes dos doze países sul-americanos, do Tratado Constitutivo da UNASUL - instrumento que conferirá personalidade jurídica à UNASUL na forma de uma organização internacional.

Nos termos do Tratado, a UNASUL terá como órgãos deliberativos um Conselho de Chefes de Estado e de Governo, um Conselho de Ministros de Relações Exteriores e um Conselho de Delegados. Haverá reuniões anuais de Chefes de Estado e de Governo e reuniões semestrais do Conselho de Ministros de Relações Exteriores. Prevê-se também a possibilidade de realização de reuniões extraordinárias desses órgãos. Os Chefes de Estado e de Governo poderão estabelecer Conselhos Ministeriais e convocar reuniões ministeriais setoriais.

A UNASUL contará com uma Secretaria-Geral, que terá sede em Quito, no Equador.

O Tratado Constitutivo prevê também o futuro estabelecimento, por meio de Protocolo Adicional, de um Parlamento Sul-americano, com sede em Cochabamba, na Bolívia. Para negociar os termos desse Protocolo, será estabelecida uma Comissão Especial, com a participação de representantes dos Congressos Nacionais.

O Tratado Constitutivo da UNASUL entrará em vigor após concluídos os procedimentos de ratificação por nove países sul-americanos.

A Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo deverá aprovar também decisões sobre: (i) o plano de ação da UNASUL, centrado nas conclusões dos grupos de trabalho estabelecidos nas áreas de energia, infra-estrutura, financiamento, políticas sociais e educação; e (ii) o funcionamento transitório da Secretaria-Geral no período entre a assinatura e a entrada em vigor do Tratado.

Após a assinatura do Tratado, os Chefes de Estado e de Governo manterão uma sessão de diálogo sobre as diferentes questões relacionadas com a integração sul-americana e o fortalecimento da interlocução política na região. Na tarde do mesmo dia 23, os Presidentes dos doze países sul-americanos e suas delegações participarão de almoço no Palácio Itamaraty, seguido de conferência de imprensa no Auditório Wladimir Murтинho.

Os objetivos centrais da UNASUL são o fortalecimento do diálogo político entre os Estados Membros e o aprofundamento da integração regional, especialmente no que se refere à integração econômica e produtiva, mecanismos financeiros, desenvolvimento social, cooperação cultural e desenvolvimento da infra-estrutura regional nas áreas de transportes, energia e comunicações.

RODADA DOHA DA OMC - TEXTOS REVISTOS PARA MODALIDADES NEGOCIADORAS EM AGRICULTURA E PRODUTOS INDUSTRIAIS

Foram circuladas ontem, em Genebra, versões revistas dos textos para modalidades das negociações da Rodada Doha em Agricultura e Produtos Industriais. O Governo brasileiro está avaliando os novos textos com a atenção devida nesta etapa crucial do processo negociador.

Em análise preliminar, constata-se que o texto revisto para as modalidades em agricultura é mais completo e detalhado que a versão anterior. Foram preenchidas lacunas e definidos aspectos técnicos e metodologias aplicáveis a temas de grande importância para a efetiva redução das distorções e liberalização dos mercados agrícolas. Entretanto, o texto dá tratamento ainda inadequado a pontos relevantes das negociações. Permanecem indefinidas questões centrais como os limites para os subsídios e para as tarifas nas economias mais avançadas e que mais distorcem os mercados.

No que se refere ao texto de produtos industriais, o Governo faz cuidadosa avaliação das conseqüências dos parâmetros numéricos propostos sobre a estrutura tarifária do Mercosul. Para o Brasil, é essencial que as regras aplicáveis a uniões aduaneiras como o Mercosul sejam inequívocas, evitem resultados desproporcionais ou discriminatórios e estejam plenamente acordadas no texto que balizará as deliberações em nível ministerial.

Ao tomar conhecimento dos textos, o Ministro Celso Amorim afirmou que o Brasil permanece desejoso de um resultado da Rodada, ainda em 2008, que seja proporcional, equilibrado e que viabilize as metas de desenvolvimento econômico e justiça social nos países menos favorecidos. Notou restar trabalho importante a ser desenvolvido nos próximos dias no sentido

de aprimorar os textos ontem circulados, para que possam ser uma base efetiva para as negociações ministeriais.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A CUBA

A convite do Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Pérez Roque, o Ministro Celso Amorim visitará Havana nos dias 30 e 31 de maio.

O Ministro examinará o estado atual das relações bilaterais, em especial o andamento dos acordos e entendimentos estabelecidos quando da recente visita a Cuba do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro último.

Será avaliado, também, o estado dos diversos projetos e programas de cooperação existentes entre os dois países, em especial nos setores de saúde, agricultura, educação e energia.

O Ministro Amorim estará acompanhado de missão de empresários que cumprirão um programa paralelo de encontros, com vistas a examinar as possibilidades de incremento e diversificação das relações comerciais

ACORDO POLÍTICO NO LÍBANO

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia do acordo entre as diferentes forças políticas do Líbano, estabelecido na manhã de hoje, 21 de maio, em Doha, após intensas negociações.

Ao felicitar as partes pelo acordo, o Brasil reitera seus votos de que os entendimentos alcançados em Doha permitam ao Líbano consolidar a paz e o diálogo internos e restabelecer o

pleno funcionamento das mais altas instituições do Estado.

O Brasil congratula o Governo do Catar, que, ao sediar as conversações entre os grupos governistas e opositoristas libaneses e chefiar a delegação mediadora da Liga dos Estados Árabes que se deslocara previamente a Beirute, muito contribuiu para criar o ambiente de concórdia e diálogo necessário para o êxito das conversações. O Governo brasileiro felicita igualmente a Liga dos Estados Árabes que, ao longo dos últimos meses, empreendeu, por intermédio do Secretário-Geral Amre Moussa, incansável esforço de mediação e aproximação entre as diversas forças políticas libanesas.

REELEIÇÃO DO BRASIL AO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS

O Brasil foi reeleito para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), em eleições realizadas pela Assembleia Geral da ONU, em Nova York, em 21 de maio, com 175 votos. Foram também eleitos, na ocasião, com mandatos de 2008 a 2011, os seguintes países: Argentina, Burkina Faso, Bareine Chile, Eslováquia, França, Gabão, Gana, Japão, Paquistão, Reino Unido, República da Coréia, Ucrânia e Zâmbia.

De 1978 a 1998 e de 2000 a 2005, o Brasil ocupou assento na antiga Comissão de Direitos Humanos. Em linha com a atuação do país nesta e em outras instâncias regionais e internacionais, e com os esforços que resultaram na criação do Conselho de Direitos Humanos, em 2006, o Brasil foi eleito, naquela oportunidade, para integrar o primeiro grupo de países a ter assento no CDH, com um mandato inicial de dois anos.

O Brasil atuou no processo de construção institucional do CDH, com vistas a evitar a

repetição das críticas ao caráter excessivamente político e seletivo da antiga Comissão de Direitos Humanos. Procurou também dar ao novo órgão capacidade de resposta aos anseios da comunidade internacional no tocante à elaboração, ao monitoramento e à cooperação para a implementação de normas e obrigações em direitos humanos.

Uma das principais inovações do processo de construção institucional do CDH, inspirada na proposta brasileira de elaboração de um Relatório Global de Direitos Humanos, foi a criação do Mecanismo de Revisão Periódica Universal (UPR). O mecanismo, que avaliará a situação dos direitos humanos de todos os países membros da ONU, representa o mais significativo avanço institucional ocorrido no passado recente no sistema das Nações Unidas em matéria de direitos humanos. O Brasil foi um dos primeiros países a serem avaliados sob esse mecanismo, em sessão realizada em Genebra, em 11 de abril último.

A recente reeleição do Brasil para o CDH permitirá ao país consolidar sua atuação no Conselho e continuar a contribuir para o seu fortalecimento institucional. Dará impulso, ademais, às iniciativas atualmente desenvolvidas pelo Brasil no Conselho, como o processo de elaboração de metas voluntárias em direitos humanos, em reforço a obrigações internacionalmente assumidas na matéria.

Nota nº 274 - 27/05/2008

Distribuição 22 e 23

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A EL SALVADOR 28 E 29 DE MAIO DE 2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará visita oficial a El Salvador nos dias 28 e 29 de

maio corrente. É a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao país centro-americano e decorre do propósito de aprofundamento e diversificação das relações do Brasil com a América Central e o Caribe. A visita a El Salvador será ocasião, ademais, para a realização da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Brasil e dos países do Sistema para a Integração Centro-Americana, SICA (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e, na condição de Estado associado, República Dominicana).

Em seu encontro com o Presidente de El Salvador, Elías Antonio Saca, o Presidente Lula examinará pontos da agenda bilateral e internacional, entre os quais a cooperação no setor energético – com destaque especial para os biocombustíveis – e a promoção da segurança alimentar em âmbito regional. Os dois Presidentes deverão assinar Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Turística e Memorando de Entendimento para Cooperação em Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia.

Paralelamente à visita presidencial, será realizado o II Encontro Empresarial Brasil-SICA.

CONCLUSÃO DE NOVO ACORDO AUTOMOTIVO ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA

Reunidos em Buenos Aires no dia 30 de maio, delegações do Brasil e da Argentina concluíram as negociações do novo acordo automotivo bilateral. O acordo, que será submetido aos governos dos dois países para aprovação, deverá substituir as regras atuais, cuja vigência termina em 30 de junho deste ano.

O novo acordo, que terá duração de seis anos, tem como principais objetivos o aprofundamento

da integração produtiva no setor automotivo e a transformação do Mercosul em um dos principais pólos mundiais de produção e desenvolvimento. Para isso, o acordo propicia previsibilidade e segurança para os investimentos.

Conforme acertado, o comércio do setor automotivo entre os dois países será totalmente livre a partir de 1º de julho de 2013, ao final dos primeiros cinco anos de vigência do acordo. Até lá, serão mantidas as atuais regras de compensação de comércio, baseadas em coeficientes de desvio de comércio — flex.

O acordo mantém um índice de flex para o Brasil, no período de transição, no atual valor de 1,95, enquanto eleva o índice para a Argentina a 2,5. Dados os atuais níveis equilibrados da produção e do intercâmbio automotivo nos dois países, o comércio deverá manter-se dentro dos limites estabelecidos pelo índice de flex e, portanto, livre do pagamento de tarifas.

Durante o período de transição, um Comitê Automotivo Bilateral, formado por Secretários de Estado, deverá monitorar trimestralmente o cumprimento dos objetivos do acordo, incluindo o desempenho do comércio, da produção e dos investimentos e tomar as medidas necessárias para atingir os objetivos do acordo.

O novo acordo automotivo prevê ainda a transição, em curto prazo, das regras bilaterais para o âmbito do Mercosul. Nesse sentido, serão realizadas negociações com o Paraguai e o Uruguai com vistas à conformação de um regime automotivo do bloco.

ACIDENTE AÉREO EM HONDURAS

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do falecimento no dia de hoje, 30 de maio, em acidente aéreo ocorrido no aeroporto de Tegucigalpa, Honduras, da Em-

baixatriz Jeanne Chantal Neele, esposa do Embaixador do Brasil naquele país, Brian Michael Fraser Neele.

O Embaixador Neele sofreu diversas fraturas e encontra-se hospitalizado.

Muitos dos passageiros do voo, entre os quais o Embaixador brasileiro e sua Senhora, regressavam da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Brasil e dos países do Sistema para a Integração Centro-Americana, SICA, realizada em São Salvador (El Salvador), no dia 29 de maio, com a participação do Presidente Lula.

Outra vítima fatal do acidente foi o Presidente do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), Harry Brautigam, que participara igualmente da reunião. O Senhor Harry Brautigam, à frente do BCIE, muito contribuiu para a promoção da integração regional e o desenvolvimento econômico e social da região centro-americana.

O Governo brasileiro expressa aos familiares das vítimas as suas mais sinceras condolências.

CONFERÊNCIA DE ALTO NÍVEL DA FAO SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL 3 A 5 DE JUNHO DE 2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva chefiará a delegação brasileira à Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar, que se realizará em Roma, na sede da FAO, de 3 a 5 de junho.

O Presidente Lula tem conferido ao tema da segurança alimentar a mais alta prioridade ao longo de seu mandato. O Brasil tem prestado cooperação técnica para segurança alimentar e reabilitação agrícola em países

em desenvolvimento e oferecido assistência humanitária.

A Conferência examinará desafios e oportunidades relacionados à produção de alimentos no contexto das mudanças climáticas em curso e projetadas para os próximos anos. Também avaliará a relação entre segurança alimentar e bioenergia. Tendo em conta os benefícios da bioenergia, inclusive do ponto de vista do combate ao efeito-estufa, serão discutidas as condições de equilíbrio entre segurança alimentar e segurança energética.

Além do Presidente Lula, participarão da Conferência, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Chefes de Estado e de Governo e Diretores das Agências Especializadas da ONU.

Na véspera da inauguração da Conferência, o Ministro Celso Amorim presidirá reunião na sede da FAO, em Roma, para discutir formas de ampliar a cooperação internacional para o Haiti no campo da segurança alimentar e agricultura. Estará acompanhado dos Ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, e do Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins.

CONTENCIOSO BRASIL-EUA SOBRE SUBSÍDIOS AO ALGODÃO - DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE APELAÇÃO

O Brasil recebeu hoje, 2 de junho, com grande satisfação, o relatório do Órgão de Apelação da OMC que confirmou as decisões do painel de implementação no contencioso do algodão. O painel, em relatório circulado em dezembro passado, havia endossado o entendimento

brasileiro de que as medidas adotadas pelos Estados Unidos eram insuficientes para dar cumprimento às determinações emanadas do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. Como se recorda, essas medidas estavam limitadas à eliminação do programa “Step 2” e à introdução de ajustes administrativos nos programas de garantias de crédito à exportação, incluindo a suspensão de alguns destes.

No que se refere aos programas de apoio doméstico, o Órgão de Apelação concluiu que os desembolsos de “Apoio à Comercialização” (“Marketing Loans - MLs”) e os “Pagamentos Contra-Cíclicos” (“Counter-Cyclical Payments - CCPs”) continuam a causar prejuízo grave ao Brasil. No que diz respeito aos subsídios à exportação, o Órgão de Apelação manteve que as garantias oferecidas sob o programa GSM-102, mesmo após os ajustes administrativos efetuados, seguem incompatíveis com as disciplinas multilaterais de comércio.

De acordo com os procedimentos da OMC, o relatório do Órgão de Apelação deverá ser adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias em prazo de até 30 dias, contados a partir de hoje. Após a adoção do relatório, caberá ao Brasil remeter o assunto ao painel arbitral que determinará o montante das contramedidas que o País poderá impor contra os Estados Unidos.

Visto que esta foi a última etapa do contencioso capaz de examinar o mérito da queixa brasileira, o Governo brasileiro espera que os EUA efetuem as modificações em sua legislação que possam dar cumprimento imediato às determinações do Órgão de Apelação.

ATENTADO EM ISLAMABADE

O Governo brasileiro deplora o atentado terrorista cometido hoje, 2 de junho, contra

a Embaixada da Dinamarca em Islamabad, no Paquistão, que resultou na morte de pelo menos oito pessoas e deixou dezenas de feridos, entre os quais a brasileira Maria Iraise Macena Nobre.

A cidadã brasileira, que trabalha na Embaixada da Dinamarca, foi hospitalizada com ferimentos e já recebeu a visita do Vice-Cônsul do Brasil em Islamabad.

A explosão causou danos em outros prédios próximos ao da Embaixada da Dinamarca, inclusive na Residência do Embaixador do Brasil. Não há feridos entre os funcionários da representação brasileira.

O Governo brasileiro presta sua solidariedade aos familiares das vítimas, bem como aos povos dinamarquês e paquistanês diante do ato de inaceitável violência.

O Governo brasileiro reafirma sua condenação a todas as formas de terrorismo e confia em que as autoridades paquistanesas tomarão as medidas necessárias para conter atos de violência no país e assegurar a proteção às missões diplomáticas sediadas em Islamabad.

COMISSÃO DE COOPERAÇÃO BRASIL-UCRÂNIA

A terceira reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC) Brasil-Ucrânia será realizada em Kiev, nos dias 5 e 6 de junho. A CIC visa a avaliar o estado da cooperação bilateral corrente e dinamizar as relações de cooperação e intercâmbio por meio da identificação de novas oportunidades.

A Delegação brasileira será chefiada pelo Subsecretário-Geral Político I do Itamaraty, Embaixador Everton Vargas, e contará com a participação de representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Exterior (MDIC), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Petrobras, Transpetro, Embraer, Inmetro e Fundação Oswaldo Cruz.

Durante os trabalhos da CIC, será realizado encontro empresarial, presidido, do lado brasileiro, pelo Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho. Será também assinado, durante o evento, Memorando de Entendimento para a criação de Comissão sobre comércio e investimentos, bem como instrumento na área de metrologia.

DIÁLOGO POLÍTICO BRASIL- UNIÃO EUROPÉIA

O Ministro Celso Amorim participará em Liubliana, capital da Eslovênia, no dia 6 de junho, da segunda reunião do Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Européia. Do lado europeu, estarão presentes o Ministro das Relações Exteriores da Eslovênia e Presidente de turno do Conselho de Assuntos Gerais e Relações Exteriores da UE, Dimitrij Rupel, e a Comissária para Relações Exteriores da UE, Benita Ferrero-Waldner.

São significativos os avanços registrados nas relações bilaterais com a União Européia nos últimos anos, que culminaram no lançamento da Parceria Estratégica, em 4 de julho de 2007. Na ocasião, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Comissão Européia, em Bruxelas. Desde então, o Presidente Lula e o Presidente da Comissão Européia, Durão Barroso, encontraram-se duas vezes, em Brasília, em março último, e à margem da V Cúpula América Latina e

Caribe-União Européia, em Lima, no mês passado.

A segunda reunião do Diálogo Político de Alto Nível permitirá avançar na elaboração do Plano Conjunto de Ação da Parceria Estratégica, documento que constituirá a moldura central da cooperação bilateral. O Plano abrangerá temas como fortalecimento do sistema multilateral, direitos humanos, luta contra a pobreza, mudança do clima, relações econômicas, comerciais e de investimento, assuntos consulares e migratórios e cooperação em educação e cultura.

No contexto de aprofundamento da Parceria Estratégica, está prevista a celebração da Segunda Cúpula Brasil-UE no segundo semestre deste ano.

Durante sua passagem por Liubliana, o Ministro Amorim será também recebido pelo Presidente esloveno Danilo Türk.

VI REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-NIGÉRIA

Realiza-se hoje e amanhã (5 e 6 de junho), no Itamaraty, a sexta reunião da Comissão Mista Brasil-Nigéria. A reunião dá continuidade à construção de uma relação de alcance estratégico entre Brasil e Nigéria, com a intensificação da cooperação e do intercâmbio, conforme acordada pelos presidentes Lula e Umaru Yar'Adua, em encontro que mantiveram em junho de 2007.

A Delegação brasileira é chefiada pelo Subsecretário-Geral Político II do Itamaraty, Embaixador Roberto Jaguaribe. Contará com a participação de representantes dos Ministérios da Fazenda, da Justiça, da Defesa, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Agricultura, Pecuária e Abasteci-

mento, da Educação, de Minas e Energia, da Ciência e Tecnologia, da Cultura e da Saúde. Estarão também presentes representantes da APEX, Agência Espacial Brasileira, Agência Nacional de Aviação Civil, BNDES, Emater, Embraer, Embrapa, Embratur, Fundação Oswaldo Cruz, Fundação Palmares, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Petrobras, SENAI, COAF, IPHAN, Polícia Federal e Suframa.

A Nigéria é o principal parceiro comercial do Brasil na África. O fluxo do comércio bilateral, nos dois sentidos, superou US\$ 6,5 bilhões no ano passado.

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE CABO VERDE, VICTOR BORGES

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de Cabo Verde, Victor Borges, visitará o Brasil entre 9 e 14 de junho. Em sua passagem por Brasília, no dia 12, o Ministro Borges será recebido pelo Ministro Celso Amorim, que oferecerá almoço em sua homenagem. Terá ainda audiências com o Ministro da Saúde, o Ministro da Ciência e Tecnologia e o Ministro da Educação.

O Chanceler Victor Borges cumprirá também agenda em Fortaleza, onde profere conferência na Universidade Federal do Ceará, e em São Paulo, onde mantém encontros de trabalho no Museu Afro-Brasil e na FIESP.

A visita servirá para reforçar o diálogo político entre os dois países. O Presidente Lula visitou Cabo Verde em 2004. Já o Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, esteve quatro vezes no Brasil desde 2003. O Ministro Celso Amorim visitou o país africano em 2005.

O Brasil presta a Cabo Verde amplo programa de cooperação técnica, principalmente nos campos da formação profissional, da educação superior e da saúde. Cabo Verde é o segundo país que mais recebe cooperação técnica do Brasil em todo o mundo, e o maior no continente africano.

O comércio bilateral aumentou de US\$ 9 milhões, em 2003, para US\$ 36 milhões, em 2007.

RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE A COLÔMBIA E O EQUADOR

O Governo brasileiro recebeu, com grande satisfação, a notícia de que os Presidentes da Colômbia e do Equador acordaram restabelecer, de “imediato e sem condições”, as relações diplomáticas entre os dois países, em nível de Encarregado de Negócios.

O Governo brasileiro reafirma a convicção de que a continuidade do diálogo franco e construtivo entre os Governos dos dois países propiciará a consolidação da confiança mútua e de um espaço sul-americano livre de tensões e de conflitos.

ABERTURA DA I REUNIÃO DE ALTOS FUNCIONÁRIOS DO MECANISMO AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA

10/06/2008

O Ministro Celso Amorim participará da cerimônia de abertura da I Reunião de Altos Funcionários da Cúpula América do Sul-África (ASA), que será realizada às 10

horas de amanhã, 10 de junho, no auditório do Palácio Itamaraty. A reunião contará com a presença de cerca de quarenta delegações sul-americanas e africanas.

No encontro, serão definidas as instâncias de seguimento e coordenação da ASA, os Grupos de Trabalho e o calendário de suas próximas reuniões. Serão também tratados aspectos relativos à I Reunião de Ministros de Comércio Exterior da ASA (Marraqueche, 17-20 de junho) e à II Cúpula ASA (Caracas, 28 e 29 de novembro).

A I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos países africanos e sul-americanos teve lugar em Abuja, em novembro de 2006. Do encontro, resultaram a Declaração e o Plano de Ação de Abuja, bem como Resolução criando o “Fórum Cooperativo África-América do Sul” (ASACOF), cujas atividades são coordenadas, do lado africano, pela Nigéria, e, do lado sul-americano, pelo Brasil.

A África é uma das prioridades da política externa brasileira, conforme ilustram as oito visitas do Presidente Lula ao continente. Nessas oportunidades, o Presidente visitou um total de 20 países, alguns dos quais mais de uma vez. Há, hoje, embaixadas brasileiras residentes em 34 países africanos.

As exportações brasileiras para a África cresceram 200% desde 2003, para um total de US\$ 8,5 bilhões em 2007. No mesmo ano, as importações chegaram a US\$ 11,3 bilhões, 244% a mais que em 2003. A corrente de comércio representa hoje 7,1% do comércio exterior brasileiro (2 pontos percentuais acima de 2003). Considerada como um todo, a África representa nosso quarto maior parceiro comercial (depois de EUA, Argentina e China).

A cerimônia de abertura da reunião pode ser acompanhada pelos profissionais de imprensa.

I REUNIÃO DE CONSULTAS POLÍTICAS BRASIL-LETÔNIA

Realizou-se, em Riga, em 9 de junho, a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Letônia. A delegação brasileira foi chefiada pelo Subsecretário-Geral Político I (SGAP I) do Itamaraty, Embaixador Everton Vargas. O lado letão foi liderado pelo Subsecretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Edgars Skuja.

O mecanismo de consultas políticas bilaterais foi estabelecido por Memorando de Entendimento firmado em Nova York, em setembro de 2007, à margem da 62ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, pelo Ministro Celso Amorim e pelo então Chanceler da Letônia, Artis Pabriks.

Durante a reunião de consultas políticas foram discutidos temas do relacionamento bilateral, questões de política regional – como a integração no âmbito do Mercosul e da União Européia – e internacional, como a reforma das Nações Unidas, desarmamento, energia e meio ambiente.

O Brasil reconheceu a independência da Letônia pela primeira vez em 1921 e voltou a fazê-lo em 1991, não tendo jamais aceitado a anexação russa em 1939. O relacionamento Brasil-Letônia foi elevado a novo patamar por ocasião da visita ao Brasil, em julho de 2007, da então Presidente Vaira Vike-Freiberga.

A população brasileira de origem letã, estimada em 20 mil pessoas, constitui a maior comunidade daquele país na América Latina. O estabelecimento do diálogo de alto nível entre Brasil e Letônia abre perspectivas promissoras para a dinamização das relações culturais e econômico-comerciais e para uma cooperação mais estreita no âmbito multilateral.

O Embaixador do Brasil na Letônia, Antonino Mena Gonçalves assinou, por ocasião da reunião em Riga, juntamente com a Ministra da Cultura da Letônia, Helena Demakova, Acordo Bilateral de Cooperação Cultural.

INCIDENTE NA EMBAIXADA DO BRASIL EM SANTIAGO

Dez estudantes chilenos ingressaram nas instalações da Embaixada do Brasil em Santiago no início da tarde de hoje, 12 de junho. Os estudantes desejavam entregar ao Embaixador do Brasil carta com pedido de apoio a suas reivindicações à luz da votação legislativa da Lei Constitucional de Ensino chilena.

Os estudantes foram informados de que o Brasil não interfere em assuntos internos.

Com a ajuda da autoridade policial chilena e com a garantia de que não haveria violência, os estudantes se retiraram pacificamente, acompanhados de advogados chilenos.

O Brasil lamenta o ocorrido, que considerou um fato isolado, e recebeu as garantias do Governo chileno de que esse tipo de incidente não voltaria a acontecer.

DETENÇÃO DE BRASILEIROS NA FRANÇA

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com preocupação, das operações realizadas pela polícia francesa em que teriam sido

detidos cerca de 53 brasileiros, acusados de envolvimento em esquema de falsificação de documentos e outros delitos. Alguns dos brasileiros já teriam sido liberados; outros permanecem detidos e poderão ser indiciados por crimes de falsificação e formação de quadrilha. O Governo francês informou que alguns dos detidos deverão ser devolvidos ao Brasil, por se encontrarem em situação irregular.

O Itamaraty, por intermédio do Consulado-Geral em Paris, está em contato com as autoridades francesas com o intuito de assegurar tratamento justo e digno aos brasileiros detidos e de encontrar forma adequada para o eventual retorno dos brasileiros.

VISITA AO BRASIL DO PRÍNCIPE-HERDEIRO NARUHITO

O Príncipe-Herdeiro Naruhito representará o Japão nas cerimônias de comemoração do centenário da imigração japonesa ao Brasil, em Brasília, no dia 18 de junho.

O Presidente Lula o receberá no Palácio do Planalto, onde ocorrerá o lançamento de selo e de moeda alusivos ao centenário. Haverá, ainda, a entrega de Medalha a personalidades que contribuíram para o aprimoramento das relações bilaterais e para a integração das comunidades de imigrantes e seus descendentes nas sociedades brasileira e japonesa. O Presidente Lula oferecerá jantar em homenagem ao visitante no Palácio Itamaraty.

A programação em Brasília inclui audiência com o Presidente do Senado Federal e Sessão Especial na Câmara dos Deputados.

O Príncipe-Herdeiro Naruhito visitará também São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O Japão constitui o mais tradicional parceiro do Brasil na Ásia. As relações bilaterais ingressam em novo ciclo virtuoso, com perspectivas favoráveis ao incremento e diversificação dos fluxos de comércio e investimento.

O Brasil abriga a maior comunidade japonesa no exterior (da ordem de 1,5 milhão, em sua quinta geração) e, o Japão, a terceira maior comunidade do Brasil no exterior.

ELEIÇÃO DO PROFESSOR VICENTE MAROTTA RANGEL AO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR

Em eleições ocorridas hoje, 13 de junho, durante a XVIII Reunião dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o Doutor Vicente Marotta Rangel, Professor Emérito da Universidade de São Paulo, foi reeleito com 146 votos para o cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), para mandato de nove anos.

O candidato do Brasil recebeu o maior número de votos entre todos os sete juízes eleitos para o referido Tribunal.

A reeleição do Professor Vicente Marotta Rangel ao TIDM, com expressiva votação, além de refletir seu ativo desempenho nas deliberações do Tribunal e sua experiência em Direito do Mar, indica reconhecimento do papel do Brasil nas negociações internacionais na área de Oceanos e Direito do Mar e na implementação do regime jurídico estabelecido

pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982.

COMUNICADO DO GRUPO DE
PAÍSES AMIGOS DA BOLÍVIA
13/06/2008

Os Governos da Argentina, do Brasil e da Colômbia, que conformam o Grupo de Países Amigos da Bolívia, vêm empreendendo nos últimos meses, a pedido do Governo boliviano, esforços de aproximação entre os principais atores políticos do país, com vistas a contribuir para um processo genuíno de diálogo e concertação nacional.

O Grupo de Países Amigos lamenta que até o momento não se tenham dado as condições para a concretização de tal processo, e faz um enfático chamado a todos os setores políticos da Bolívia para que contribuam para o estabelecimento das condições que permitam levar a cabo um diálogo amplo e consistente, voltado para a solução sustentável das dificuldades que afetam o país.

Os Governos da Argentina, do Brasil e da Colômbia reiteram sua confiança de que os bolivianos saberão encontrar os caminhos necessários de concertação e concórdia, e mantêm sua determinação de continuar a fazer todo o possível para ajudar nesse processo.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DO COMÉRCIO DO IRAQUE

O Ministro do Comércio do Iraque, Abdél Falah al Sudani, visita o Brasil nos

dias 16 e 17 de junho. O Ministro al Sudani cumpriu programação em São Paulo ontem, dia 16, onde se entrevistou com o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho, e foi recepcionado pela Câmara de Comércio Brasil-Iraque.

Em Brasília, hoje, dia 17, o Ministro al Sudani será recebido no Itamaraty e manterá audiências com o Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, e com o Deputado Hidekazu Takayama, Primeiro-Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Visitará, ainda, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

O Iraque, que já foi o maior parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio nos anos oitenta, é hoje o país da região que menos compra do Brasil. A visita do Ministro do Comércio abre nova etapa de interlocução com o Governo iraquiano com vistas à identificação e aproveitamento de oportunidades comerciais para o Brasil naquele país.

CONFERÊNCIA REGIONAL
PREPARATÓRIA À CONFERÊNCIA
DE REVISÃO DE DURBAN
17 A 19 DE JUNHO DE 2008

O Brasil sediará, no Palácio Itamaraty, em Brasília, de 17 a 19 de junho corrente, a Conferência da América Latina e do Caribe Preparatória à Conferência de Revisão de Durban.

A Conferência de Revisão de Durban, a realizar-se em 2009, em Genebra, deverá avaliar os progressos obtidos na implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban,

adotados em 2001, além de identificar e compartilhar boas práticas no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e a manifestações de intolerância correlatas. Deverá, ainda, incentivar a ratificação e a implementação da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

A América Latina e o Caribe têm assumido papel construtivo e de liderança no processo preparatório da Conferência de Revisão de Durban. Os resultados da Conferência Regional poderão, assim, influenciar e incentivar os trabalhos do Comitê Preparatório da Conferência de Revisão, e das demais reuniões regionais preparatórias.

Os países da América Latina e do Caribe serão representados pelas respectivas autoridades responsáveis pelo tema da discriminação. Pelo Brasil, participarão o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, a Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Nilcéa Freire, e o Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.

A Conferência Governamental de Brasília será precedida de um Fórum da Sociedade Civil, que se realiza no Hotel Brasília Alvorada, em Brasília, de 13 a 15 de junho, do qual deverão participar cerca de 300 organizações sociais representativas da América Latina e do Caribe.

DIRETIVA DA UNIÃO EUROPÉIA SOBRE IMIGRAÇÃO

O Parlamento Europeu aprovou hoje, 18 de junho, diretiva sobre a harmonização dos procedimentos relativos à deportação de imigrantes ilegais (“return directive”),

que estabelece regras mais rígidas de tratamento a imigrantes indocumentados, independentemente do tempo em que se encontrem no continente europeu e de sua situação familiar. Segundo análise preliminar, a nova diretiva, entre outras disposições, estabelecerá que a partir de 2010 o estrangeiro que se encontrar em situação irregular em qualquer país da UE terá entre sete e trinta dias para deixá-lo, caso contrário estaria sujeito a detenção por até seis meses, prorrogáveis por mais doze meses em casos excepcionais. Uma vez deportado, ficaria impedido de ingressar na União Européia por até cinco anos.

O Brasil, país que deu acolhida a milhões de imigrantes e descendentes hoje harmoniosamente integrados na sociedade brasileira, lamenta uma decisão que contribui para criar percepção negativa da migração e vai no sentido contrário ao de uma desejada redução de entraves à livre circulação de pessoas e de um mais amplo e pleno convívio entre os povos.

CESSAR-FOGO NA FAIXA DE GAZA E SUL DE ISRAEL

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia da entrada em vigor hoje, 19 de junho, de cessar-fogo entre Israel e o Hamas e outros grupos políticos palestinos. O Brasil espera que esse acordo represente passo decisivo com vistas a atenuar a grave situação humanitária na Faixa de Gaza e a pôr fim aos ataques contra a população civil israelense no Negev Ocidental.

Ao expressar seu reconhecimento pelo papel central do Governo egípcio na obtenção do referido acordo, o Brasil manifesta sua expectativa de que a consolidação de ambiente

de calma e paz na região facilite a consecução de avanços concretos no processo de paz e o cumprimento dos entendimentos alcançados na Conferência de Annapolis.

VISITA DO MINISTRO CELSO
AMORIM A ARGÉLIA,
MARROCOS, TUNÍSIA E CABO VERDE
22 A 27 DE JUNHO DE 2008

O Ministro Celso Amorim realizará visita à Argélia, ao Marrocos, à Tunísia e a Cabo Verde, no período de 22 a 27 de junho. O Ministro Amorim manterá encontros com altas autoridades dos quatro países, presidirá reuniões bilaterais e assinará acordos com seus homólogos.

Durante a visita a Argel, em 22 e 23 de junho, o Ministro Celso Amorim deverá encontrar-se com o Presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, com o Primeiro-Ministro Abdelaziz Belkhadem e com o Ministro das Relações Exteriores, Mourad Medelci. Serão assinados atos bilaterais de cooperação referentes a temas jurídicos, agricultura, mineração e gestão florestal. Em paralelo à visita, serão realizadas a II Reunião de Consultas Políticas Bilaterais e a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Argélia.

Em Rabat, nos dias 24 e 25 de junho, o Ministro Celso Amorim deverá manter encontros com o Primeiro-Ministro marroquino, Abbas El Fassi, com o Ministro do Exterior, Taïeb Fassi Fihri, com o Presidente da Câmara de Conselheiros (Câmara Alta), Moustapha Oukacha, com o Ministro da Economia e das Finanças, Salahedinne Mezouar, e com a Ministra da Energia, das Minas, da Água e do Meio

Ambiente, Amina Benkhadra. Durante a visita, será realizada a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Marrocos. Está programada a assinatura de acordos sobre meio ambiente, saúde e inspeção animal e cooperação agrícola, além de ajustes complementares a acordos anteriores.

Na terceira etapa da visita, o Ministro Amorim visitará Túnis, em 26 de junho. Deverá encontrar-se com o Presidente da Tunísia, Zine el-Abidine Ben Ali, com o Primeiro-Ministro Mohamed Ghannouchi e com o Chanceler Abdelwahab Abdallah. Prevê-se a assinatura de Ajuste Complementar sobre cooperação técnica na área florestal.

Na seqüência dos encontros bilaterais de alto nível ocorridos recentemente entre autoridades de Brasil e Cabo Verde, o Ministro Celso Amorim visitará Praia, a capital do país, no dia 27 de junho. Deverá entrevistar-se com o Presidente Pedro Pires, com o Primeiro-Ministro José Maria Neves e com o Chanceler Victor Borges. Na ocasião, inaugurará o Centro de Estudos Brasileiros e o Centro de Formação Profissional de Praia, iniciativa conjunta da Agência Brasileira de Cooperação e do SENAI. Serão assinados Memorando de Entendimento sobre consultas políticas e atos bilaterais para a implementação de novos projetos de cooperação.

DECLARAÇÃO DO G-20
SOBRE A RODADA DOHA
20/06/2008

A Rodada Doha está em um momento crítico. O G-20 deseja afirmar suas visões sobre a situação atual das negociações em Agricultura e suas implicações para o equilíbrio geral da Rodada.

A Agricultura é o motor dessa Rodada do Desenvolvimento. Consequentemente, o nível de ambição em agricultura determinará o nível e ambição em outras áreas, especialmente acesso a mercados para bens não-agrícolas (NAMA). A nova tentativa de alguns Membros Desenvolvidos de reverter essa lógica e tentar obter um preço desproporcional dos Países em Desenvolvimento em outras áreas é uma receita para o fracasso. Esta é uma Rodada para rever distorções fundamentais em regras internacionais de comércio e, assim, contribuir para o Desenvolvimento. Essas distorções residem principalmente em Agricultura e em níveis de subsídios associados a países desenvolvidos e faixas cumulativas de proteção a mercados.

Nas negociações de Agricultura, o foco está sobre as “flexibilidades adicionais” e as “acomodações”. Os Países Desenvolvidos estão buscando nivelar por baixo nível de ambição em agricultura.

O G-20 deseja salientar alguns elementos que permanecem em aberto e que terão um impacto no nível geral de ambição da Rodada.

Em relação a Apoio Interno, necessitamos uma indicação clara das contribuições dos principais subsidiadores. No texto de Agricultura, nós temos uma estrutura e diversos níveis de flexibilidades específicas para Países Desenvolvidos. Mas até o momento não temos nenhuma indicação do quê esses países estão preparados para fazer em termos do alcance dessas medidas. O G-20 tem reiterado com firmeza o mandato para uma redução substancial nos níveis de apoio interno. Temos destacado a conexão entre cortes efetivos em Apoio Interno Geral de Caráter Distorcivo ao Comércio (Overall Trade-Distorting Domestic Support - OTDS) e disciplinas de produtos específicos. Somente cortes substantivos e efetivos vão atender ao Mandato. O alcance no texto de Agricultura

deve ser visto à luz da nova realidade no comércio agrícola em função do aumento dos preços dos alimentos. A “Farm Bill” dos Estados Unidos é um sinal desencorajador. Em relação ao algodão, um tema central devido a seu impacto em termos de desenvolvimento, especialmente em países africanos pobres, não há solução à vista. Ademais, devemos nos certificar que “subsídios de Caixa Verde” não têm nenhum – ou quase nenhum – efeito na produção. Não podemos permitir a transferência disfarçada de subsídios distorcivos para a Caixa Verde. Os países desenvolvidos são os principais responsáveis por essa reforma. Eles devem demonstrar sua disponibilidade para dar uma contribuição decisiva para o sucesso das negociações.

No pilar do Acesso a Mercados, o método para se obter a convergência tem sido a acomodação constante das sensibilidades e preocupações dos Países Desenvolvidos. Ainda assim, isso não foi buscado de forma ampla em outras áreas do “Single Undertaking”. Isso tem um preço em termos do nível de ambição. As opções disponíveis não parecem cumprir o Mandato para melhorias substantivas em acesso a mercados.

O G-20 avaliará o equilíbrio no pilar de acesso a mercados e sua relação com o texto de NAMA como definido pelo Parágrafo 24 da Declaração Ministerial de Hong Kong:

- A ambição de cortes na fórmula nivelada para países desenvolvidos depende muito dos cortes na banda superior. Um verdadeiro corte médio mínimo de 54% para os países desenvolvidos deve ser parte de um resultado ambicioso.
- O teto tarifário, elemento integral da fórmula e da proposta do G-20, deve ser parte de qualquer texto final de modalidades. Sua inclusão recebeu o apoio de um amplo número de países

desenvolvidos e em desenvolvimento. Sem o teto, estaremos acentuando disparidades entre o acesso a mercados para a agricultura e para bens não-agrícolas, resultado que contradiz o mandato.

- A simplificação integral de tarifas deve ser alcançada. Um verdadeiro processo de reformas no comércio agrícola seria incompleto com uma simplificação parcial de tarifas.
- Salvaguardas Especiais para Países Desenvolvidos (SSG) devem ser eliminadas para todos os produtos a partir do início do período de implementação
- Em produtos sensíveis, deve haver uma significativa expansão de cotas tarifárias (TRQs) que efetivamente compense pelo desvio em relação à fórmula. Um certo nível de ambição modesto já foi consolidado em uma das opções do texto do Presidente e alguns países desenvolvidos ainda estão buscando níveis adicionais de flexibilidade. O G-20 enfatiza que nenhuma nova cota tarifária deve ser criada. A criação de cota tarifária representaria um retrocesso e comprometeria o objetivo de reforma de longo prazo em agricultura.

Também gostaríamos de sublinhar a importância de tornar operacionais e integrais nas negociações dos três pilares o tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento e outras flexibilidades para as Economias Pequenas e Vulneráveis (Small and Vulnerable Economies - SVEs) e para os Membros de Adesão Recente

(Recently Acceded Members - RAMs). O G-20 enfatiza a importância de produtos especiais (SPs), por contemplar preocupações de países em desenvolvimento em matéria de segurança alimentar, desenvolvimento rural e subsistência, e das Medidas de Salvaguardas Especiais para Países em Desenvolvimento (Special Safeguard Measures - SSMs).

Finalmente, no pilar de competição nas exportações, salientamos que as preocupações dos Países em Desenvolvimento Importadores Líquidos de Alimentos (Net Food Importing Developing Countries – NFIDCs) e dos países de menor desenvolvimento relativo (LDCs) com respeito aos créditos à exportação devem ser integralmente contempladas.

Em resumo, as negociações em agricultura estão longe de estabilizadas.

Diversos pontos substantivos infelizmente permanecem abertos. Como um processo impulsionado por questões de substância, o progresso em agricultura determinará o ritmo de NAMA e de outras áreas das negociações e, de fato, a própria decisão de avançar para a próxima fase de negociações.

OG-20 está preparado para trabalhar duro com vistas à obtenção de um resultado equilibrado, ambicioso e voltado ao desenvolvimento nas negociações em agricultura.

LEVANTAMENTO DAS SANÇÕES EUROPÉIAS CONTRA CUBA

21/06/2008

O Ministro Celso Amorim enviou hoje, 21 de junho, mensagens ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Eslovênia e Presidente de turno

do Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas da União Européia (UE), Dimitrij Rupel, e à Comissária de Relações Exteriores da UE, Benita Ferrero-Waldner, congratulando-os pela decisão da União Européia de levantar as sanções remanescentes contra Cuba.

Ao recordar as discussões frutíferas que mantiveram sobre o tema durante a II Reunião do Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Européia, ocorrida em Liubliana no último dia 06, e ao reiterar a posição brasileira favorável ao engajamento e ao diálogo, o Ministro Amorim fez votos de que a decisão conduza à plena normalização das relações da UE com Cuba.

ELEIÇÕES NO ZIMBÁBUE

22/06/2010

Ao tomar conhecimento da decisão de Morgan Tsvangirai de retirar-se do segundo turno das eleições presidenciais no Zimbábue, o Ministro Celso Amorim, que se encontra em viagem à Argélia, determinou a suspensão da missão de observadores eleitorais que, a convite do Governo zimbabuano e estimulado por países da região, o Brasil enviaria ao Zimbábue.

O Brasil lamenta que a situação tenha chegado ao ponto de motivar a desistência do candidato opositor. Ao condenar os atos de violência, exorta as partes, especialmente o Governo do Zimbábue, a propiciar um ambiente de calma e tranquilidade, em que a vontade do povo zimbabuano possa expressar-se democraticamente.

O Governo brasileiro acompanha com interesse a discussão do tema no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e espera que a reunião de Ministros do Exterior convocada para o dia 23 de junho aponte caminhos que permitam a normalização do processo eleitoral, com a participação plena e livre das forças políticas zimbabuanas.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À VENEZUELA - CARACAS, 27 DE JUNHO DE 2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajará no dia 27 de junho a Caracas, onde manterá encontro com o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez. A visita terá o objetivo de verificar os avanços alcançados desde a última reunião bilateral, realizada no Recife, em março de 2008, em relação aos temas de cooperação energética, fronteiriça, industrial, agrícola e educacional.

No plano energético, os dois Presidentes terão a oportunidade de analisar o andamento das negociações entre Petrobras e PDVSA. Deverão ser assinados atos bilaterais relacionados à interconexão elétrica. A assinatura dos documentos facilitará a comercialização de energia, tendo em vista a capacidade complementar de geração elétrica dos dois países, de acordo com a estação do ano.

Quanto à cooperação na área de fronteira, os Presidentes examinarão atividades destinadas a conformar uma zona de integração e desenvolvimento, conforme acordado no Recife. Discutirão, particularmente, a criação de

uma Área de Controle Integrado (ACI), que facilitará o trânsito de pessoas e mercadorias mediante a racionalização dos serviços aduaneiros, sanitários e migratórios. Além disso, deverá ser implementada a conexão de cabo ótico para internet entre o Estado de Roraima, no Brasil, e o Estado de Bolívar, na Venezuela.

No que concerne à cooperação técnica industrial, serão examinados os projetos desenvolvidos na Venezuela pela Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e pelo Ministério de Indústrias Leves e Comércio da Venezuela (MILCO), que deverão firmar novo Termo de Cooperação.

Com referência à cooperação agrícola, serão analisadas as ações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na Venezuela e as atividades por ela desenvolvidas desde a abertura do escritório em Caracas, em março último, principalmente nas áreas de sementes, agricultura familiar e lácteos. A EMBRAPA também vem cooperando para que a Venezuela realize o objetivo de ser auto-suficiente na produção de soja.

Outro tema de análise serão as iniciativas em curso na área de cooperação bilateral educacional, especialmente no que concerne ao Plano de Ação resultante da Primeira Reunião entre a Comissão Executiva Binacional e a Comissão Ministerial Binacional, realizada em Caracas, de 28 a 30 de maio último.

Em 2007, as exportações brasileiras para a Venezuela somaram US\$ 4,72 bilhões e as importações brasileiras da Venezuela, US\$ 346 milhões, totalizando US\$ 5,07 bilhões de intercâmbio comercial bilateral, valor que supera em 22% o de 2006.

O próximo encontro entre os Presidentes Lula e Chávez deverá ocorrer ao longo do segundo semestre de 2008, no Brasil.

XXXV REUNIÃO DO CONSELHO
MERCADO COMUM E XXXV
CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO
DO MERCOSUL - SAN MIGUEL DE
TUCUMÁN, ARGENTINA - 30 DE
JUNHO E 1º DE JULHO DE 2008

Serão realizadas, em San Miguel de Tucumán, Argentina, nos dias 30 de junho e 1º de julho, respectivamente, a XXXV Reunião do Conselho do Mercado Comum e a XXXV Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados.

O Conselho do Mercado Comum deverá aprovar Decisões relevantes para o avanço do processo de integração do Mercosul. Em especial, a criação de um Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas do Mercosul, a aprovação de um Programa de Integração Produtiva, a adoção de declaração sobre a assinatura de Acordo sobre Comércio de Serviços entre o Mercosul e o Chile e a aprovação de cinco novos projetos em proveito do Paraguai com recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM).

Será aprovada, ainda, a dispensa da obrigatoriedade de uso de passaporte para o trânsito de pessoas entre os Estados Partes do Mercosul e os Estados Associados. No campo social, será criado o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos e aprovada a ampliação do Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul.

Ao final da Cúpula, o Brasil assumirá a Presidência Pro Tempore do Mercosul pelos próximos seis meses.

Após a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, no dia 1º de julho, está prevista a realização de Reunião de Chefes de Estado da União Sul-Americana de Nações (UNASUL).

VISITA AO BRASIL DO SENHOR HE
GUOQIANG, ALTO DIRIGENTE DO
PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, DE
27 DE JUNHO A 2 DE JULHO DE 2008.
30/06/2008

O Senhor He Guoqiang, membro do Comitê Permanente do Bureau Político do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC), encontra-se em visita ao Brasil de 27 de junho a 2 de julho de 2008. O Senhor He Guoqiang é um dos mais graduados dirigentes chineses e sua visita tem por objetivo contribuir para o aprofundamento da parceria estratégica sino-brasileira.

O programa a ser cumprido pelo alto dirigente chinês inclui visitas a Manaus, Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu e Brasília.

Em Brasília, estão previstos encontros, no dia 1º de julho, com os Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Partido dos Trabalhadores. O Senhor He Guoqiang também será recebido pelo Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, para encontro de trabalho seguido de almoço oferecido no Palácio Itamaraty. Na ocasião, serão assinados Memorando de Entendimento entre a Petrobras e a SINOPEC sobre Fornecimento de Petróleo e Acordo de Parceria Estratégica entre o Grupo Oi-Telemar e a Huawei Technologies Co. Ltd.

No dia 2 de julho, o visitante será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Comitê Permanente do Bureau Político do Comitê Central é a mais relevante instância decisória do Partido Comunista da China. O Presidente da China e Secretário-Geral do Partido, Hu Jintao, é um dos seus nove integrantes.

DECLARAÇÃO NUCLEAR
DA CORÉIA DO NORTE.
30/06/2008

O Governo brasileiro acolheu com satisfação o anúncio do cumprimento, pelo Governo da República Democrática Popular da Coreia (Coreia do Norte), dos compromissos – assumidos no contexto das “Negociações Hexapartites” para o desarmamento da Península Coreana – de apresentar declaração referente a seu programa nuclear ao Governo chinês, que preside as negociações, e de dismantelar suas instalações nucleares, como no caso da demolição da torre de resfriamento do complexo nuclear de Yongbion.

O Governo brasileiro espera que aquelas iniciativas, bem como a contrapartida assumida pelo Governo dos Estados Unidos – que tomou as medidas iniciais para o levantamento de algumas das sanções aplicadas à Coreia do Norte –, constituam passos efetivos para a evolução positiva do processo negociador hexapartite e para o desarmamento da Península Coreana.

ARTIGOS

ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, INTITULADO "OS BRICS E A REORGANIZAÇÃO DO MUNDO", PUBLICADO NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. BRASÍLIA-DF, 08/06/2008

Chegou a hora de começar a reorganizar o mundo na direção que a esmagadora maioria da humanidade espera e precisa.

Os BRICS estão na moda. A sigla, criada por analistas financeiros, estava associada sobretudo ao impacto que o grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China tem -e terá cada vez mais- na economia global. Com quase metade da população mundial, 20% da superfície terrestre, recursos naturais abundantes e economias diversificadas em ritmo sustentado de crescimento, era natural que fossem considerados grupo de indiscutível peso econômico, equivalente hoje a 15% do PIB mundial.

Diante da desaceleração da economia norte-americana e das incertezas que se afiguram à evolução do comércio e das finanças internacionais, os Brics têm contribuído para manter nos trilhos a economia mundial. É caso exemplar da capacidade de países "não ricos" de mitigar possíveis efeitos de uma crise que se origina principalmente no mundo desenvolvido.

Agora, os quatro países decidiram ampliar a agenda de atuação conjunta. Buscam se fortalecer politicamente como um bloco que ajude a equilibrar e democratizar a ordem internacional deste início de século.

A convite do chanceler da Rússia, Sergei Lavrov, participei em Ecatemburgo, em 16

de maio, da primeira reunião ministerial dos Brics, com meus colegas Pranab Mukherjee e Yang Jiechi. O encontro diz mais sobre a multipolaridade do que quaisquer palavras. Os Brics são um exemplo de como países com culturas diversas podem se unir em torno de projetos comuns em favor da paz, do multilateralismo e do respeito ao direito internacional. A convergência que soubermos cultivar, sem prejuízo da pluralidade de pontos de vista, deverá reforçar a ação dos quatro em diversas instâncias e foros multilaterais.

As Nações Unidas são o único espaço político que incorpora todos os diferentes sistemas de valores. Há consenso entre os Brics de que é fundamental levar a bom termo um processo abrangente de reforma da ONU, de modo a mantê-la no centro da ordem mundial que desejamos. Postergar indefinidamente a reforma, inclusive a do Conselho de Segurança, agravará o risco de erosão de sua autoridade.

Na OMC, a articulação que Brasil, China e Índia já desenvolvem no âmbito do G20 mostra o potencial desse tipo de cooperação. Acolhemos o futuro ingresso da Rússia na OMC como fator positivo na evolução do sistema multilateral de comércio. Devemos também continuar promovendo a reforma e a atualização das instituições

financeiras internacionais. O assunto será abordado em novembro, na reunião dos ministros da Economia dos Brics, proposta pelo Brasil.

Lembremos, ainda, o diálogo entre o G8 e o G5, em que os Brics estão presentes dos dois lados da mesa. Ao mesmo tempo em que têm interesse na estabilidade econômica e na expansão das trocas, sem barreiras injustificadas ao comércio ou aos investimentos, os Brics compartilham o desejo de ver suas visões refletidas nos debates sobre os grandes temas da agenda internacional, como o combate à fome e à pobreza, a segurança energética, a mudança do clima e a promoção do desenvolvimento.

A perspectiva de nossos países é fundamental para fazer avançar a discussão de alguns temas globais e a própria governança mundial. O acesso a recursos naturais, com todas as suas implicações econômicas e geoestratégicas, parece tornar-se cada vez mais crucial na agenda internacional.

Entre os quatro encontram-se dois países que figuram entre os maiores supridores de recursos naturais do mundo, especialmente

energéticos, Brasil e Rússia, e dois dos maiores consumidores, China e Índia. O mesmo poderia ser dito, "mutatis mutandis", sobre a questão da segurança alimentar. Discussões entre os quatro em áreas como essas podem ser tão ou mais relevantes do que os próprios debates no âmbito do G7.

É grande o potencial para cooperação em áreas de tecnologia avançada. No plano comercial, Rússia, China e Índia já importam quase US\$ 16 bilhões em produtos brasileiros.

O fato de criarmos novas associações não diminui a importância de outras alianças que o Brasil tem construído no governo Lula. É o caso do foro de cooperação com a África do Sul e a Índia, das cúpulas América do Sul-países árabes e África-América do Sul. É sobretudo o caso do processo de integração em nossa região, que ganhou impulso com a recente assinatura do tratado da Unasul.

Os Brics têm um objetivo claro, no contexto dessas coalizões de geometria variável. Sem arroubos nem bravatas, chegou a hora de começar a reorganizar o mundo na direção que a esmagadora maioria da humanidade espera e precisa.

ARTIGO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, PARA O JORNAL NIPPO BRASIL – “CENTENÁRIO DA
IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL” - CIRCULAÇÃO EM SP, PR E MS.
PUBLICADO NA EDIÇÃO SEMANAL DE 18 DE JUNHO DE 2008

Há 100 anos, com a chegada do primeiro grupo de imigrantes japoneses ao porto de Santos a bordo do navio Kasato Maru, começava a ser trilhada uma das histórias de maior sucesso de integração cultural entre dois povos tão distintos. Passado tanto tempo, a relação entre Brasil e Japão deixou marcas importantes nos costumes dos dois países. Não há como negar que hoje, para nós, brasileiros, muito da cultura japonesa faz parte natural do nosso dia a dia e que os japoneses, especialmente nos últimos anos, descobriram em seu próprio país a força da cultura brasileira.

Os restaurantes de culinária japonesa estão espalhados por todo o Brasil, assim como o nosso pãozinho de queijo e os sorvetes de nossas frutas também marcam presença em algumas cidades do Japão. Aqui, nós integramos as lutas marciais à vida esportiva de nossas crianças e nos tornamos um país campeão no judô. Lá, no Japão, eles importaram muitos dos nossos principais talentos do futebol, Zico é o maior exemplo disso, e chegaram a sediar a Copa do Mundo de 2002.

É importante destacar que o que uniu e une os cidadãos dos nossos países foi e continua a ser o sonho de uma vida melhor. Foi isso que moveu centenas de milhares de imigrantes japoneses que vieram viver no Brasil entre o

final do século XIX e meados do século XX e é isso que levou dezenas de milhares de dekasseguis a seguirem o caminho inverso de seus antepassados -, rumo, agora, ao Japão.

Os números não deixam nenhuma dúvida sobre a força da integração entre brasileiros e japoneses. O Brasil é hoje o país com a maior comunidade japonesa fora do Japão. São ao todo mais de 1,5 milhão de japoneses e descendentes vivendo por aqui. No Japão, moram mais de 300 mil brasileiros, a maior parte de netos e bisnetos de japoneses que vieram para o Brasil no século passado.

Quero, neste espaço, enfatizar a importância dos isseis, nisseis, sanseis e yonseis não só para a cultura como para a economia do Brasil. Destaque-se o associativismo e o aprimoramento tecnológico na agricultura, que permitiu o desenvolvimento de cinturões verdes dos centros urbanos, garantindo a auto-suficiência brasileira em verduras, legumes, frutos e produtos de origem animal. Lembro também o desenvolvimento da siderurgia nacional, que recebeu capital e tecnologia japoneses.

A comemoração do centenário da imigração japonesa estimula-nos a lançar as bases para um novo ciclo virtuoso nas relações bilaterais. Essa nova relação deverá combinar temas tradicionais de nossa agenda – mineração, siderurgia e

agricultura -- com frentes inovadoras de atuação conjunta, como projetos no âmbito do desenvolvimento limpo, incorporação do etanol na matriz energética japonesa e desenvolvimento de novo sistema de TV digital. Posso citar como resultados concretos dessa aproximação a venda de dez aviões da Embraer para a Japan Airlines e os entendimentos para a exportação de software brasileiro para o mercado japonês.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) oferece oportunidades concretas de um novo ciclo de investimentos. Até 2010, serão investimentos de US\$ 250 bilhões em logística, energia e infra-estrutura. O trem de alta velocidade, ligando Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, um projeto de US\$ 10 bilhões, é especialmente atraente.

A recente concessão de grau de investimento atesta as excelentes perspectivas que a economia brasileira oferece aos investidores. Mas o Brasil também começa a investir no Japão. Além dos investimentos da Vale, a Petrobrás adquiriu, recentemente, usina de distribuição de combustível em Okinawa, que poderá servir de base, no futuro, para a distribuição de etanol no mercado japonês.

Na verdade, as relações econômicas bilaterais são uma extensão natural da relação que cidadãos brasileiros e japoneses construíram por sua conta ao longo deste último século. Uma lição de tolerância, trabalho duro e paixão que se renova neste início de século XXI e que, tenho certeza, ainda vai gerar muitos frutos para o Brasil e para o Japão.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, AO JORNAL “O ESTADO DE SÃO PAULO”. BRASÍLIA, DF, 16/03/2008

Em meio a brasileiros deportados e latino-americanos em pé de guerra, o chanceler está certo de que nunca antes neste país se fez tão boa política externa.

Fred Melo Paiva.

Celso Amorim tem 65 anos. É diplomata de carreira do Itamaraty. Foi ministro das Relações Exteriores de 1993 a 1994, durante o governo Itamar Franco. Entre 1995 e 2001, sob FHC, representou o Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU). Está com Lula desde o começo de seu primeiro mandato, em 2003. É uma testemunha privilegiada das mudanças que vai resgataando o mundo da unipolaridade americana. Há que se dar um desconto, porém: na entrevista a seguir, não se trata de um analista independente, mas de um alto membro do governo. Suas respostas revelam, no entanto, os matizes da política externa oficial, ora celebrada, ora contestada.

Estado de São Paulo: Alguns analistas dizem que o Brasil perdeu uma oportunidade de se firmar como liderança regional na recente crise entre Colômbia e Equador. Outros vêm méritos na atuação da diplomacia brasileira. Por que há essas duas leituras?

Celso Amorim: Quando ninguém no País está falando mal do governo, o que é muito raro, acha-se um sociólogo não sei aonde para criticar (uma referência ao argentino Juan Gabriel Tokatlian). Não estou dizendo que as críticas sejam desonestas. Agora, pegue, por exemplo, o que disse o (cientista político José Augusto) Guilhon (Albuquerque), segundo o qual o Brasil deu uma escorregadela porque tomou o lado do Equador. O Brasil não tomou lado nenhum. Apenas defendeu uma coisa fundamental para as relações internacionais - base da nossa política desde antes do (Barão do) Rio Branco -, que é o respeito à integridade territorial dos Estados. Não podemos relativizar esse conceito. Sem desconhecer que o tema ganhou implicações regionais, o grande esforço do Brasil foi no sentido de enquadrá-lo num enfoque institucional. Em um período de três dias, dei cerca de quarenta telefonemas. Quando a resolução estava demorando para sair, voltei a ligar para o secretário-geral da OEA e disse: “O que está em jogo é a credibilidade da instituição. Se não sair a resolução, vamos tratar disso em outro lugar”. Não sei se ajudou, mas, em uma hora e meia, aprovou-se a resolução. Depois, no Grupo do Rio, o resultado foi o melhor possível. Diante de tudo isso, como se pode dizer que perdemos alguma oportunidade?

Estado de São Paulo: Pode-se dizer que o presidente Lula perdeu a oportunidade de estar presente no encontro que, pelo menos até agora, selou a paz.

Celso Amorim: Mas o presidente Lula é tão modesto que não precisava estar ali para receber as glórias. Todo o mundo que interessa sabe que ele teve influência sobre esse processo. Nosso objetivo é resolver os problemas e não ficar acumulando glórias. Além disso, o presidente Lula estava presente, mesmo não estando. Veja que fui o único chanceler que falou. Isso não é trivial. Era uma reunião de presidentes, em que muitos não falaram. Mas eu falei, e não porque tenha me imposto. Vieram me pedir que falasse, porque a opinião do Brasil era importante. Pelo protocolo, eu deveria ser o último. Mas alguns presidentes preferiram se pronunciar depois, porque queriam ouvir primeiro o Brasil.

Estado de São Paulo: Mas o presidente não foi à reunião por uma questão de modéstia?

Celso Amorim: Não posso dizer isso. Ele tinha compromisso no Brasil. Estamos celebrando o que muitos historiadores consideram o início de nossa independência (os 200 anos da chegada da família real ao País). Para isso, o presidente Lula convidou o presidente de Portugal para vir ao Brasil. Só daqui a 100 anos você terá alguma coisa equivalente. Além disso, na prática, o que se decidiu no Grupo do Rio já tinha ficado acertado na resolução da OEA.

Estado de São Paulo: Os discursos pacificadores de Hugo Chávez e a maneira como se fez rapidamente o entendimento tem alguma relação com os arquivos encontrados pelos colombianos no computador do líder das Farc,

Raúl Reyes, e que mostrariam a ligação de outros países com a guerrilha?

Celso Amorim: Como posso especular sobre as motivações do presidente Chávez? Acho que ele tem um desejo autêntico de ajudar na questão dos reféns. Agora, a diplomacia, diferentemente talvez do jornalismo, não tem de ficar investigando. Às vezes, se você vê uma nespazinha de esperança, é nela que tem de apostar, ignorando tudo o mais.

Estado de São Paulo: A ausência de Lula não era preventiva, para o caso de a reunião desandar, inclusive em razão das informações contidas nos computadores?

Celso Amorim: Se houvesse um sentimento de que a coisa poderia desandar, aí é que Lula se faria presente.

Estado de São Paulo: Como a diplomacia vai lidar com essas informações supostamente comprometedoras?

Celso Amorim: A declaração do Grupo do Rio diz que a Colômbia entregará (o material apreendido) ao Equador, para que se faça uma investigação - isso está em um dos parágrafos da declaração. Esta investigação deve envolver a oposição e a Justiça equatoriana. Como eu disse à presidente Bachelet, brincando: “Vale o que está escrito” (a expressão vinha grafada nas pules do jogo do bicho, como garantia do prêmio).

Estado de São Paulo: Por que o Brasil não se posiciona de maneira mais firme com relação às Farc?

Celso Amorim: Nossa posição é firme na condenação aos atos de violência que elas têm praticado ultimamente. Por que não

classificamos as Farc como movimento terrorista? Porque o Brasil não tem a prática de fazer classificações desse tipo, a não ser que tenha antes sido feita pela ONU. A Al-Qaeda, por exemplo, foi declarada pela ONU um movimento terrorista - e por isso a legislação brasileira a considera dessa mesma forma. Ademais, as organizações evoluem para melhor ou para pior. Quando morei na Inglaterra, há 40 anos, ninguém falava com o IRA (Exército Republicano Irlandês). Depois passou-se a dialogar com o grupo, que mudou de comportamento. Hoje toma parte nas decisões do governo. Com o Khmer Vermelho (guerrilha comunista do Camboja) aconteceu o contrário. Não estou comparando as Farc com um nem com outro. Apenas dizendo que, em algum momento, talvez precisaremos conversar (com as Farc). De qualquer maneira, temos absoluta clareza em não manter nenhum diálogo político com eles, sem que antes sejam libertados todos os reféns, de forma unilateral e sem que se imponha nenhuma condição para isso.

Estado de São Paulo: O que tem sido feito para colaborar com a libertação dos reféns?

Celso Amorim: Se tivermos de participar de algum diálogo humanitário, só o faremos em concordância com o governo colombiano, que é democraticamente eleito. No entanto, o que aconteceu recentemente - e cujo fechamento total se dará amanhã na reunião da OEA -, serviu para demonstrar que as Farc são, sob certos aspectos, uma questão não apenas colombiana mas regional. O governo da Colômbia quer tratar o tema regionalmente apenas quando fala de cooperação contra o terrorismo. Isso é muito difícil. O presidente Uribe tem de ter a capacidade de ouvir sugestões, inclusive sobre a parte humanitária.

Estado de São Paulo: Há algum constrangimento por parte da diplomacia brasileira em função da afinidade ideológica do PT com as Farc?

Celso Amorim: É injusto e exagerado falar de identidade ideológica (entre Farc e PT). O presidente Lula perdeu três eleições e nunca saiu da via democrática. Sua política é uma política de Estado e isso é claríssimo, de forma que essa questão não nos constrange. A primeira vez que se tratou do tema das Farc neste governo foi numa conversa envolvendo o governo da Colômbia, um representante da ONU naquele país e o (então secretário-geral da ONU) Kofi Annan. Tentava-se, ali, o começo de um diálogo humanitário entre a ONU e as Farc. A idéia era que isso pudesse ocorrer em território brasileiro. Se houvesse algum constrangimento, o presidente Uribe seria o primeiro a ter vetado a iniciativa. Aliás, o próprio Uribe já pediu ajuda ao PT para lidar com o movimento sindical de seu país.

Estado de São Paulo: Outro tema que tem sido recorrente nas relações internacionais do País diz respeito ao crescente número de brasileiros impedidos de entrar na Espanha. Qual a motivação para esse tratamento?

Celso Amorim: Houve um aumento exacerbado nas recusas de entrada. Há um ano e meio, a média era de um brasileiro a cada mês. No último ano, e portanto bem antes das eleições espanholas, esse número pulou para 8 a 10 pessoas mensalmente impedidas de ingressar naquele país. Ontem (quarta-feira passada) o ministro espanhol me telefonou propondo um encontro e a criação de uma comissão de alto nível para tratar do tema.

Estado de São Paulo: Existe uma preocupação do País com relação à prostituição de

brasileiros e brasileiras em países como a Espanha?

Celso Amorim: Mas o Itamaraty não é a Interpol. O que podemos fazer é um trabalho de apoio a esses brasileiros, que podem inclusive estar sendo aliciados.

Estado de São Paulo: O que representa a visita da secretária de Estado Condoleezza Rice ao Brasil essa semana?

Celso Amorim: A continuidade de um processo de diálogo muito intenso que tem havido entre Brasil e Estados Unidos. Houve duas visitas do presidente Lula aos EUA, duas visitas do presidente Bush ao Brasil. Tenho conversado com a secretária de Estado com uma frequência muito grande. É um diálogo aberto, sobre temas variados. Houve uma matéria de jornal dizendo que ela viria para pressionar o Brasil com relação às Farc. Isso não tem cabimento nenhum porque não teria adiantado nada: sobre isso, nossa posição e a maneira como lidamos com os problemas são muito claras. Trocamos idéias sobre a América Latina, sim, mas também sobre o Oriente Médio, onde eu e ela estivemos recentemente. Falamos também sobre biocombustíveis. Nesse ponto, os dois países têm interesses que não são idênticos mas parecidos. Apenas defendemos que o etanol da cana de açúcar é mais eficiente. Muitas pessoas nos Estados Unidos concordam com a gente. Depois das eleições americanas, talvez isso possa avançar mais.

Estado de São Paulo: Condoleezza Rice justificou “ações militares preventivas” em zonas fronteiriças para combater o tráfico e a guerrilha. Ou seja, justificou a ação colombiana na recente crise envolvendo o Equador. Como vê a posição da secretária de Estado?

Celso Amorim: Os países devem cooperar ao máximo para combater ações de grupos ilegais. Mas o Brasil não está de acordo com uma doutrina de ataque preventivo.

Estado de São Paulo: A visita de Condoleezza é uma tentativa de reforçar a liderança do Brasil na região?

Celso Amorim: Não estamos preocupados com isso. Na prática, o Brasil sempre tem tido papel importante em várias questões. Isso não é exclusivo do País e nem queremos que seja. Um exemplo: o presidente Lula tomou iniciativas com relação à África e aos países árabes. No caso dos primeiros, poderíamos ter trabalhado para reuniões de cúpula específicas Brasil-África. Muitos africanos nos falaram isso. Mas preferimos que seja América do Sul-África, porque sabemos que a unidade da América do Sul nos fortalece a todos, inclusive o Brasil. Agora, é claro que somos um país grande - a sexta economia do mundo segundo critérios da PPP (paridade de poder de compra, na sigla em inglês, escala usada pelo Banco Mundial) - e temos uma política externa de tradição. Isso ajuda a formar uma posição respeitada na região e também fora dela.

Estado de São Paulo: Como o senhor avalia os resultados da política sul-sul do governo Lula?

Celso Amorim: Pegue um economista como Albert Fishlow (da Columbia University). Em entrevista recente, ele disse que o desenvolvimentos dessas relações sul-sul é uma das razões pelas quais o Brasil encontra-se menos vulnerável aos problemas na economia americana. Fishlow sempre defendeu a Alca, no lugar de nossas iniciativas como a relação especial com a China, a África, os países

árabes e sobretudo com a própria América do Sul. Quando ele fala agora sobre o Brasil e a crise americana, não há a menor dúvida de que optamos pelo caminho certo. Ao criarmos o G-20, acabamos por extrapolar o âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Isso nos valeu uma credibilidade enorme com os países em desenvolvimento, que acaba enfim se refletindo no clima dos negócios. Entre 2003 e 2007, num contexto em que as relações comerciais do Brasil cresceram como nunca, a participação dos países em desenvolvimento no montante de nossas exportações, que era de 45%, trocou de posição com a dos países desenvolvidos, que correspondia a 55%. Hoje é exatamente o contrário, o que nos deu um colchão para enfrentar a crise. A maioria dos economistas está dizendo agora que a esperança de crescimento do mundo reside nos países emergentes. E veja que não são economistas de esquerda, não são os alternativos. Nós tivemos a intuição - ou a percepção - disso antes das coisas acontecerem.

Estado de São Paulo: Na sexta-feira, o jornal inglês 'The Guardian' publicou um suplemento de 20 páginas sobre o Brasil e, nele, chama Lula de "herói acidental". Diz que o presidente parece ser um "sortudo". Na avaliação do senhor, Lula é sortudo ou competente?

Celso Amorim: Como dizia o famoso jogador de xadrez Petrossian, a sorte está do lado dos bons.

Estado de São Paulo: A política sul-sul permanece depois do governo Lula?

Celso Amorim: Tenho certeza. Os críticos da política externa brasileira - não citarei nomes porque os considero meus amigos e um dia

tomaremos um cafezinho juntos de novo - eles próprios dizem: "A política com a África está certa, com os países árabes também, com a América do Sul".

Estado de São Paulo: Que papel o Brasil deve desenvolver na transição de Cuba?

Celso Amorim: A transição de Cuba, termo que você está usando, é um assunto dos cubanos. O que fazemos é estimular o que nos parece razoável. Acabei de vir do Vietnã, onde as reformas estão acontecendo paulatinamente. Se houver em relação a Cuba uma atitude pragmática da comunidade internacional, como há com o Vietnã, isso vai ajudar para que a evolução se dê naturalmente - de acordo com os interesses do povo cubano e respeitadas as conquistas sociais que tiveram e que são indiscutíveis. Prefiro falar em evolução do que em transição. Um ponto a que não se deu muita atenção é o fato de Cuba ter acabado de aderir às convenções das Nações Unidas sobre direitos civis e políticos, que era uma cobrança antiga. Isso demonstra que há uma evolução.

Estado de São Paulo: O Brasil pode ser um interlocutor importante entre Cuba e os Estados Unidos?

Celso Amorim: Acho que essa interlocução será direta. O povo cubano é muito orgulhoso de suas conquistas, e com razão.

Estado de São Paulo: O senhor tratou desse assunto com Condoleezza Rice?

Celso Amorim: Temos os nossos segredinhos...

Estado de São Paulo: Um assunto que fez parte do encontro com a secretária de Estado foi a reforma da ONU. O tema, no entanto,

parece ter dado lugar a outras preocupações da política externa brasileira. O senhor julga equivocado aquele momento de obstinação do Brasil por uma vaga no Conselho de Segurança?

Celso Amorim: O Brasil e a torcida do Flamengo acham que a ONU deve ser reformada. Ela não pode ter hoje a mesma estrutura de 1945 - sobretudo seu órgão mais poderoso, que é o Conselho de Segurança. Isso não tem cabimento. A obstinação de reformar a ONU, se quiser falar assim, continua. Não é que o Brasil quer uma cadeira como se fosse ganhar a Copa do Mundo. Agora, quais são os países que podem contribuir para um Conselho de Segurança mais equilibrado? Quem são aqueles que melhor refletem as mudanças do mundo? Qualquer governo no Brasil que se afastar dessa questão, rapidamente voltará a ela. Não quero fazer julgamento sobre governos anteriores, até porque fui embaixador na ONU durante o período FHC. Na ocasião, trabalhamos muito com esse objetivo e jamais recebi instruções de Brasília para que fosse diferente. Agora estamos numa fase de negociações. Posso dizer uma coisa clara: não haverá membros permanentes da mesma forma como foram os da carta de 1945. Membro permanente com poder de veto, isso não será mais possível. A longo prazo, não teremos países-membros com poderes tão arbitrários como os de hoje. Não é mais possível deter essa evolução.

Estado de São Paulo: O que mudou em nossa política externa de FHC para cá?

Celso Amorim: Os princípios básicos são os mesmos. Mudaram as ênfases e as intensidades com que certos temas são tratados. Quando eu era embaixador na ONU, o Brasil sempre teve proximidade com os africanos. Não se

pode dizer, portanto, que a boa relação com a África é uma invenção do governo atual. Agora, vá comparar a intensidade dessa relação antes e depois. Os países árabes eram antes uma coisa distante. Agora somos convidados para a Conferência de Annapolis sobre Oriente Médio. Não me consta que no passado isso ocorresse. No segundo dia do governo Lula, criou-se o foro Índia-Brasil-África do Sul (Ibas). Não é coincidência que, à exceção daqueles diretamente envolvidos na problemática da região, os únicos três países convidados logo de início para Annapolis tenham sido justamente Índia, Brasil e África do Sul. Isso tem um impacto em toda a política internacional. Com exceção de um único ano, fomos chamados a participar de todas as reuniões do G-8. Essas mudanças são tão grandes que talvez se possa dizer que as únicas coisas que permaneceram iguais (ao governo FHC) foram os princípios.

Estado de São Paulo: O que o senhor considera uma marca da política internacional sob a gestão Lula?

Celso Amorim: Entre outros pontos, a multipolaridade. O Brasil tem trabalhado ativamente por ela. O grande diferencial é que deixamos de lado a velha dicotomia que habitava a cabeça das pessoas: melhoramos nossas articulações com a África, China, Índia - mas sem hostilizar os Estados Unidos e a União Européia, que tem tido conosco um diálogo muito privilegiado. Note que não foi o Brasil que propôs à UE a criação de uma parceria estratégica. A proposta partiu deles. Por outro lado, não preciso olhar para EUA e Europa para enxergar o Oriente Médio e a África. Claro que isso não aconteceu por causa deste governo. Não haveria como pensar no Ibas sem que tivéssemos uma democracia

consolidada e uma economia estabilizada. Agora, a aposta nas novas oportunidades, sem preconceitos, isso o governo Lula ajudou muito a fazer. Quando ele, Lula, foi à Síria, à Líbia, a imprensa o criticou duramente. Dois meses depois, foi o Aznar (então primeiro-ministro da Espanha). Seis meses depois, o Tony Blair. Lula não tem de pedir licença. Papai, posso ir? Mamãe, posso ir? Se ficar perguntando demais, vai ouvir o seguinte: “Não vai não, deixa pra mim”. Tudo isso, no entanto, sem nenhum espírito de confrontação. Eu fui diplomata durante o regime militar. Vejo hoje um diálogo muito mais fluido com os EUA do que em qualquer outro momento.

Estado de São Paulo: O que o senhor sonha fazer, ainda, em sua carreira?

Celso Amorim: Uma das coisas de que necessitamos é a renovação do Itamaraty. É preciso gente jovem. Não dá mais para você ser embaixador chegando no serviço ao meio-dia e abrindo os trabalhos lendo o Times. O mundo mudou. Temos hoje um programa de

bolsa para afrodescendentes - que, sejamos justos, começou no governo anterior. Não é feito para ajudar o afrodescendente, mas o próprio Itamaraty. Quando vamos a conferências internacionais discutir racismo, mesmo que sejamos a segunda população negra do mundo, sempre nos perguntamos: mas onde é que estão os negros aqui entre nós? O Itamaraty tem de ser representativo da sociedade brasileira. Por isso temos de facilitar o acesso, sem no entanto perder a excelência. No passado, as provas para o Instituto Rio Branco perguntavam para que lado estava virado o bico do pelicano na edição princeps de Os Lusíadas. Você acha que isso ajuda a defender os interesses nacionais fora do País?

Estado de São Paulo: O Itamaraty não está hoje por demais politizado?

Celso Amorim: Isso não é verdade. No meu gabinete, nunca perguntei em quem as pessoas votaram. Se você for ver, muita gente do governo anterior está aqui hoje. E muito bem situada.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, AO JORNAL “O GLOBO”. BRASÍLIA, DF, 31/03/2008

Eliane Oliveira e Sérgio Fadul

Celso Amorim diz que brasileiro não percebe papel do país no mundo e cobra tratamento adequado para viajantes

Um dos principais assessores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, faz um desabafo: para ele, há um sentimento de autoflagelação entre os brasileiros em relação ao país. No mundo, todos consideram o Brasil importante, menos o povo brasileiro, afirma o chanceler. Amorim acompanhará nesta terça-feira uma reunião entre autoridades brasileiras e espanholas, em Madri, para tentar interromper as deportações de brasileiros. Para o ministro, há uma obsessão europeia pela imigração, e o Brasil não é o único atingido. Referindo-se ao tráfico de mulheres para a região, o ministro provoca:

- Teriam que agir também do lado da demanda.

Globo: A que o senhor atribui a hostilidade da Europa, especialmente Espanha e Irlanda, a cidadãos brasileiros?

Celso Amorim: Não acho que haja uma hostilidade com brasileiros. Há uma obsessão com a imigração e os europeus encaixaram os brasileiros num perfil que, a meu ver, tem dado margem a exageros. Tanto é assim que quando conversamos com autoridades

europeias, vejo que encaminham a questão de forma positiva. No caso da Espanha, no último dia 15, três dias depois de eu ter falado com Moratinos (Miguel Ángel Moratinos, chanceler espanhol), houve uma queda muito grande do número de deportados.

Globo: Esse tratamento mais rigoroso ocorreu em função das eleições na Espanha?

Celso Amorim: Não digo que isso contribuiu ou não, mas um período pré-eleitoral certamente não ajudaria a resolver o problema. O aumento grande já vinha ocorrendo no último ano, e não no último mês. O problema não é admitir ou não os brasileiros no país, e sim tratá-los adequadamente. A Europa tem uma obsessão com esse problema, e os brasileiros têm que estar conscientes disso. Só que um mau tratamento não se justifica em hipótese alguma.

Globo: Por que esse problema é tão localizado? Isso não ocorre com a mesma frequência em outros países europeus.

Celso Amorim: Talvez não na mesma dimensão. Como haverá uma reunião no próximo dia 1º para tratarmos do tema, não adianta ficar remoendo. Só que, independentemente do resultado da reunião, isso não quer dizer que os problemas vão acabar. As regras na Europa estão mais rígidas e os países que eram vistos como portas de entrada são os mais rigorosos.

O que queremos é um mínimo de moderação e respeito, que não haja injustiças tão óbvias como antes. Quando lemos que existem questões ligadas a outros aspectos, como o tráfico de mulheres, fica claro que também é preciso agir do lado da demanda, com uma cooperação policial. É possível que isso surja no meio das conversas.

Globo: O que seria aceitável para o governo brasileiro num entendimento com a Espanha?

Celso Amorim: Não posso antecipar algo que não aconteceu, mesmo porque a reunião com as autoridades espanholas é na semana que vem.

Globo: Não seria inadmissível que um brasileiro fique três dias detido sem tomar banho?

Celso Amorim: É óbvio. Esses aspectos certamente serão tratados. Mas não temos metas quantitativas, não temos números, como 24 ou seis horas. O ideal é que fique o mínimo possível, com as melhores condições possíveis e que não haja exageros.

Globo: E quanto à Irlanda? Semana passada brasileiros foram deportados de lá.

Celso Amorim: Os três estudantes que foram presos na Irlanda voltaram para Portugal, onde residem, graças à intervenção de nossa embaixada em Dublin. Senão era possível que eles retornassem para o Brasil, o que seria um problema maior. Há uma intolerância, não há dúvida, e isso não é bonito para a Europa. Quero lembrar que nossa política não é de ameaças. Defendemos o respeito e a dignidade do cidadão brasileiro. E quem nos trata mal não pode esperar que vá ser tudo bem. É o princípio básico das relações internacionais. Mas não quero mais voltar a esse assunto.

Globo: Na última quinta-feira, o presidente Lula chamou o venezuelano Hugo Chávez de pacificador na crise entre Equador e Colômbia. Não seria uma contradição, uma vez que Chávez adotou um discurso bélico e ainda ameaçou enviar tropas para a fronteira?

Celso Amorim: O presidente Lula estava falando efetivamente do papel que o presidente Chávez teve no Grupo do Rio (formado por presidentes latino-americanos, que se reuniu dias depois da invasão de tropas colombianas no Equador). A reunião foi tensa, cada um com seu ponto de vista, com discursos muito duros, tanto nos casos de Rafael Correa (Equador) como de Álvaro Uribe (Colômbia). O discurso de Chávez mudou o tom. Esperava-se que fosse colocada mais lenha na fogueira e, ao contrário, foi um discurso pacificador.

Globo: A participação ativa do Brasil em negociações importantes, como o processo de paz no Oriente Médio, não ajuda o país em sua candidatura a uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas?

Celso Amorim: Isso será consequência em algum momento. Mas não se pode ver as ações do Brasil por esse ângulo. Há uma percepção de que o Brasil é um país que tem potencial de ajudar. Onde há menos percepção é no Brasil. De fora, todos vêem o Brasil como o grande país que é, um país pacífico e com potencial de ajudar muito. Embora haja um interesse crescente pela política externa, que está se tornando cada vez mais popular, vejo no Brasil um sentido de autoflagelação. Não sei se isso corresponde a interesses de setores ou se simplesmente as pessoas não estão acostumadas e têm medo de desempenhar um papel mais importante nas relações internacionais. De alguma forma, as pessoas têm medo do novo. Temos

um papel importante a desempenhar no mundo, participar de questões internacionais, influenciar em questões importantes para a paz e o desenvolvimento.

Globo: O candidato republicano à presidência dos Estados Unidos, John McCain, defendeu a saída da Rússia do G-8 (grupo dos países mais ricos) e a inclusão do Brasil e da Índia. Qual a sua interpretação?

Celso Amorim: Se fosse o Sarkozy (Nicolas Sarkozy, presidente da França), não seria uma surpresa, pois os franceses sempre tiveram uma visão mais voltada para os países em

desenvolvimento. No caso de McCain é uma percepção nova, que não existia do Brasil. Para mim, foi o fato mais interessante da semana. Seja quem ganhe a eleição nos EUA, nossas relações, que já são boas, continuarão assim. Também tenho lido as declarações de Hillary Clinton e de pessoas que trabalham para Barack Obama (candidatos democratas) sempre muito positivas em relação ao Brasil. A Condoleezza Rice (secretária de Estado americana) veio aqui e disse que o Brasil é uma potência global. A própria "Economist" (revista inglesa) e outros órgãos importantes da imprensa mundial têm a visão de que o Brasil faz uma diferença positiva.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, À RÁDIO CBN. BRASÍLIA - DF, 08/04/2008

Heródoto: Nosso convidado hoje é o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que está aqui conosco. Bom dia, Ministro.

Celso Amorim: Bom dia.

Heródoto: Ministro, qual é a contribuição que o Brasil está dando para que a Bolívia possa solucionar essa crise interna e essa ameaça de separação da região de Santa Cruz? Amorim: A contribuição maior que podemos dar é procurar restabelecer o diálogo. Criar um clima de confiança para que haja diálogo entre o governo e a oposição. Nesse momento mesmo em que estamos falando, nosso Embaixador está reunido com alguns "prefectos", que são governadores departamentais, de algumas dessas províncias que, justamente, estão planejando referendos. Passei o fim de semana em La Paz e em Santa Cruz também com este objetivo. Isso no contexto de um grupo de países amigos, que foi inicialmente selecionado pelo próprio governo - mas também aceito pela oposição - que inclui Brasil, Argentina e Colômbia.

Heródoto: Ministro Celso Amorim, como conciliar, haja vista que também no dia 4 de maio vai haver o referendo sobre a nova Constituição da Bolívia, que não é aceita por esses departamentos?

Celso Amorim: Acho que aí há um pequeno equívoco. Não está programado um referendo sobre a nova Constituição da Bolívia. O projeto

aprovado na Assembléia Constituinte - sobre o qual também existem discussões, de qualquer maneira - tem que ir a referendo. Mas não há referendo marcado. O único referendo marcado, em 4 de maio, creio, é o de Santa Cruz. Algumas províncias estão marcando para junho. Há uma variação de datas, mas o primeiro é o de Santa Cruz. Provavelmente, como seria o primeiro, em uma província muito importante, teria influência. Mas a busca dessa conciliação de que você está falando é justamente o grande desafio. Por isso é que temos procurado conversar com as duas partes, para que haja um diálogo sem condições, em que todos os aspectos, inclusive os mais difíceis, estejam sobre a mesa. E que seja um diálogo em que haja presença desses países amigos, e da Igreja, para dar, digamos assim, confiabilidade maior e tranquilizar as partes, no sentido de que aquilo que for ofertado será cumprido.

Heródoto: Ministro Celso Amorim, há alguma preocupação especial do Brasil, aliás recentemente o próprio Presidente Evo Morales disse aqui na CBN, a respeito da presença de brasileiros naquela faixa de fronteira de 50 quilômetros com a Bolívia, estão lá estabelecidos e muitos deles são plantadores de soja. Há uma preocupação especial em relação a esses produtores estabelecidos?

Celso Amorim: Claro que sempre há. Seguimos com preocupação. Diria que a maior parte

dos plantadores de soja não está propriamente na faixa de fronteira, os maiores produtores. Os que estão na faixa de fronteira são, em geral, não necessariamente todos, mas em geral, pequenos lavradores que acabaram entrando pela questão de coleta de produtos florestais e acabaram se estabelecendo. A Bolívia tem leis, como outros países, que não permitem que estrangeiros tenham terras nas áreas de fronteira. Mas, obviamente, queremos que isso seja resolvido de maneira pacífica, humanitária, que atenda aos interesses também dos nossos agricultores. Isso tem que se resolver pelo diálogo. É o que temos mantido. E o que temos sentido do governo boliviano é o desejo de cooperar. Estamos trabalhando para encontrar a solução para estas questões. Também temos que nos basear naquilo que o governo e que o próprio Presidente Evo Morales disse ao Presidente Lula, e disse a mim também, em várias ocasiões: os proprietários produtivos não têm com o que se preocupar.

Heródoto: Ministro Celso Amorim, nessa reportagem com o Presidente Evo Morales nós ouvimos também o ex-Presidente Carlos Mesa, que foi presidente de 2002 até 2005 na Bolívia.

Celso Amorim: Até 2004 mais ou menos.

Heródoto: O ex-presidente Mesa disse o seguinte: que em nenhum momento ocorreu um processo de nacionalização do petróleo, haja vista que as concessões que foram outorgadas a empresas estrangeiras, entre elas a Petrobras, não foram nem nacionalizadas, nem mexidas pelo governo. Isto é fato?

Celso Amorim: Olha, na realidade houve um plebiscito sobre a nacionalização. As jazidas sempre foram propriedade do governo boliviano, o que é óbvio. O que está no sub-

solo, como qualquer constituição e a nossa. A questão era, digamos, uma vez extraído o petróleo, a quem ele pertencia. O referendo sobre a nacionalização se realizou ainda sob o governo do presidente Mesa e isso levou a uma revisão dos contratos. Foi isso que foi discutido ao longo de 2006. Chegou-se a uma solução adequada, que permite a rentabilidade mínima, a viabilidade econômica do projeto, e depois houve também um processo de nacionalização das refinarias, que foi a última coisa discutida. O que acho é que, de modo geral, as soluções têm sido satisfatórias. A Bolívia precisa do Brasil como mercado. O Brasil precisa, talvez numa proporção menor, mas também precisa da Bolívia. E temos procurado resolver as coisas amistosamente. Deixando de lado certos exageros que, muitas vezes, têm objetivos retóricos de política interna, vamos olhar a situação como ela está. Quer dizer, se olharmos esses exageros, eles foram muito maiores há dois anos atrás do que agora. As conversas continuam de maneira muito mais profissional e direta, graças, também, a uma atitude nossa de não deixar que isso se exacerbasse.

Heródoto: Ministro Celso Amorim: setores da oposição boliviana não receberam bem a presença do Brasil dizendo que o Brasil opta por Evo Morales. Isso procede?

Celso Amorim: Olha, primeiro o Brasil tem uma política de estado. O Brasil teve boas relações com o governo do Sanchez - independentemente de afinidades - tivemos uma boa relação com o governo do Sanchez Lozada, que foi o primeiro que nós encontramos; tivemos com Mesa; depois com o presidente interino que durou pouco; e temos com o Presidente Evo Morales. Acho que essas manifestações podem ter partido de algum outro grupo. Veja bem, fui agora

recebido pelo governo, tive encontros com todos os líderes da oposição que estão em La Paz e quando fui a Santa Cruz, tanto o governador "o "prefeito" como eles chamam " quanto o líder desses movimentos foram ao aeroporto para me ver, por duas horas. Quer dizer, se eles não achassem que o Brasil é um país que tem confiabilidade, para que esse esforço? Não, não creio. Acho que essas coisas aparecem. Não podemos nos guiar demais pelas coisas que as pessoas às vezes falam para a mídia, por outros objetivos, para consolidar suas próprias lideranças. Acho que o Brasil, como, aliás, a Argentina

e a Colômbia, são países que têm políticas e interesses permanentes na estabilidade da Bolívia e todos compreendem isso.

Heródoto: Ministro, muito obrigado aqui pela entrevista.

Celso Amorim: Obrigado, Heródoto.

Heródoto: Obrigado. Ministro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, conversando um pouco conosco a respeito do relacionamento do Brasil com a Bolívia e da estabilidade política do país vizinho.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

África do Sul 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Agricultura 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Alemanha 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Argentina 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 63, 100, 110, 122, 140, 141, 162, 170, 180, 184, 186, 193, 194, 195, 199, 202, 208, 227, 229

B

Biocombustíveis 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Biodiesel 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

C

Canadá 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

China 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Colômbia 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

D

Desarmamento 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Desenvolvimento sustentável 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Direitos Humanos 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

E

Espanha 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Estados Unidos 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Etanol 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

F

FAO 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

H

Haiti 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Honduras 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

I

IBAS 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Índia 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Israel 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

J

Japão 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

M

Meio Ambiente 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

MERCOSUL 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

México 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Moçambique 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

N

Nações Unidas 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

O

OEA 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

ONU 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

P

Peru 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Portugal 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Protocolo de Quioto 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

S

Soja 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Subsídios 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

T

Taiwan 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Tecnologia 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Tribunal 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Turismo 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

U

União Européia 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Uruguai 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

V

Venezuela 75, 92, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 159, 177, 178, 183, 192, 197, 198, 204, 205

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreiro
Vivian Fernandes

Diagramação

Vivian Fernandes

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

236

Tiragem

500

Endereço para correspondência

Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores,
Anexo II, 1ºsubsolo, Sala 10
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9279 / 9037
Fax: (61) 3411-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação